UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

TIAGO RANGEL CÔRTEZ

**Os migrantes da costura em São Paulo:
retalhos de trabalho, cidade e Estado**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Os migrantes da costura em São Paulo:
retalhos de trabalho, cidade e Estado**

Tiago Rangel Côrtes

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia do Departamento de
Sociologia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em
Sociologia, sob orientação da Profa.
Dra. Vera da Silva Telles.

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo: _____

Profa. Dra. Vera da Silva Telles

São Paulo

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tiago Rangel Côrtes

Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em: 02/12/2013

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Vera da Silva Telles	Instituição: FFLCH-USP
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Profa. Dra. Nadya Araujo Guimarães	Instituição: FFLCH-USP
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek	Instituição: IAU-USP São Carlos
Julgamento: _____	Assinatura: _____

À Mari, companheira de caminhadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que se dispuseram a interromper suas atividades para gastar tempo comigo, contando um pouco de suas impressões, experiências, trajetórias e vivências. Agradeço especialmente a todos os migrantes.

Agradeço aos moradores de São Paulo, que com seus impostos permitiram a realização desta e de outras pesquisas. Agradeço à Fapesp por gerenciar esses recursos e ter possibilitado este trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP por ter me acolhido e aos funcionários do Departamento de Sociologia, em especial ao Gustavo e à Ângela.

À Vera Telles, que desde o início, quando cogitei fazer estudo sobre o tema, me animou para prosseguir! Agradeço a confiança, os estímulos e a orientação.

Agradeço aos professores Cibele Rizek, Guilherme Assis de Almeida e Nadya Araújo Guimarães que participaram das bancas de qualificação e de defesa. Suas críticas e comentários foram fundamentais para o desenvolvimento do texto.

Aos amigos do grupo de orientação: Rafa, Ju, Andrea, Thiago, Bruna, Taís, Natália e Tiarajú.

Agradeço ao Carlitos, interlocutor importante para esta dissertação, além de parceiro de pesquisa, companheiro do grupo de orientação e assíduo no samba da 13 de maio.

Agradeço às amigas de longa data: Marina e Nati. Vocês fazem meus dias melhores.

Aos amigos que por conta do destino se distanciam, mas que fazem falta: Marina Capusso, Leandro, Iguinho, Garbola, Poly e Nicolau.

À Baw, amiguíssima de cantorias e de muitos cafés da manhã. Agradeço especialmente a ajuda com alguns dados quantitativos.

Ao Zé Miguel, amigo colombiano de muitas histórias.

Aos amigos que fizeram parte do processo: Maia, Pedroca (recém-chegado ao mundo), Gui, Vinagre, Doug, Liw, Biw e Jana.

Aos Sucupiras e aos Alves Gomes, a nova família que me recebeu de peitos abertos.

À minha irmã, Lia, que num passado distante certa vez comentou que tinha o tal curso de Ciências Sociais. Talvez aquilo pudesse me interessar. Ela alertava “vai ter que ler muito!”. Ao amigo Sava, mais do que cunhado, companheiro do peito. Aos meus sobrinhos queridos que alegram meus dias, Jujú e Chico.

Ao Gabi, irmão que faz falta por teimar em ficar longe. À Andreza, cunhada socioambientalista!

À família Badebec!

Agradeço especialmente aos meus pais, Paulinho e Lu. Que sempre mantiveram apoio incondicional.

Agradeço os amigos da Missão Paz, em especial Pe. Paolo, Pe. Alejandro e Dirceu.

À Siobhán McGrath por ter me introduzido ao tema e disponibilizado seu material de campo para análise. À Fabien Laffont, parceiro de campo em algumas entrevistas.

Agradeço ao Daniel Ribeiro pela colaboração com os dados do Censo.

Ao Cami, ao CDHIC e ao Centro Gaspar Garcia, por terem aberto as portas das entidades para que eu realizasse algumas entrevistas, levantasse alguns dados ou ministrasse aulas de português aos migrantes.

Aos amigos da Repórter Brasil, em especial à Bianca Pyl e Maurício Hashizume, que com suas matérias jornalísticas aprofundadas forneceram um rico material de consulta.

À Marina Novaes, amiga de reuniões e discussões.

À Mari, companheira compreensiva que esteve ao meu lado durante todo o processo. Eu não teria conseguido sem você!!!

A todos que se colocam a refletir sobre as contradições de nosso mundo e que se debruçam sobre ele em busca de transformá-lo por mais liberdade e igualdade.

A política não é nada mais nada menos do que o que nasce com a resistência à governamentalidade, a primeira sublevação, o primeiro enfrentamento.

Michel Foucault

RESUMO

Esta pesquisa tem três objetivos centrais. O primeiro é compreender o fenômeno que foi denominado de migração da costura. Evidencia-se o funcionamento dos mecanismos de atração dessa força de trabalho transnacional, situados na dinâmica urbana da Região Metropolitana de São Paulo. Trata-se de perspectiva que retira os aspectos nacionais e étnicos para explicar o fluxo migratório que se insere na cidade através do trabalho na indústria de confecções. A hipótese defendida é que foi estabelecida uma afinidade eletiva entre as transformações ocorridas no setor, a partir da reestruturação produtiva, e o modo pelo qual se estrutura a migração transnacional circulante assentada no que se denominou de dispositivo oficina de costura. Esse dispositivo oferece as condições para a realização do projeto migratório: deslocamento, qualificação, trabalho, moradia e alimentação. O segundo objetivo repousa na compreensão das relações entre o dispositivo oficina de costura e a ideia de trabalho escravo. A proposta é rastrear o início do debate sobre o trabalho escravo – da modalidade rural à urbana, tendo como referência os migrantes da costura – e identificar tratados, marcos e leis nacionais e internacionais que incidem sobre essas populações. Em seguida, evidenciam-se algumas representações de migrantes sobre a temática. O último ponto propõe uma abordagem sobre o trabalho escravo a partir do caso da fiscalização da grife espanhola Zara. São examinadas as transformações da atuação dos agentes estatais no combate ao trabalho escravo: da repressão e criminalização à gestão do fluxo e da inserção dos migrantes na cidade, que ocorre a partir da mobilização de ONGs e de grandes empresas. Trata-se de compreender o trabalho escravo como aglutinador de uma série de políticas de inclusão, referidas no mercado, que buscam organizar esse mercado de trabalho, além de gerir o fluxo migratório. Abordam-se os limites e contradições dessas ações. A metodologia utilizada foi predominantemente qualitativa, baseada em pesquisa de campo, análise documental e entrevistas semiestruturadas.

PALAVRAS CHAVE: Trabalho escravo, migração da costura, indústria de confecções, governamentalidade, políticas de inclusão.

ABSTRACT

This research has three main objectives. The first is to understand the *garment workers migration*. It analyzes the functioning of the sector that attracts this transnational workforce, located in the urban dynamic of Metropolitan Area of São Paulo. Our approach denies national and ethnic aspects to explain the migration flow that enters the city through the work in the garment industry. The hypothesis is that it was established an elective affinity between the changes in this industry, since the restructuring process, and the way in which is structured the transnational circulating migration, settled in what was called as the garment workshop dispositif. This dispositif provides the conditions for the realization of the migratory project: mobility, qualification, work, housing and nourishment. The second aim lies in understanding the relationship of the garment workshop dispositif with the idea of slave labour. The debate on slave labour is tracked – from the rural to the urban mode, with reference to the garment workers migration. It is showed the treaties, national and international laws that concern these migrants. Then, some representations of these migrants about this subject are evidenced. The last aim shifts the understanding of slave labour. We put forward the Zara case, an inspection that identified slave labour in Zara's chain production. We examine the transformations of the performance of state agents in the fight against slave labour: from repression and criminalization to the government of the flow and the incorporation of migrants with the mobilization of the large companies and NGOs. Slave labour is understood as agglutinating the various politics of inclusion, referred on the market, which seek to organize this labour market and govern the migration flow. This research seeks to highlight the limits and contradictions of these actions. The methodology used was largely qualitative, based on field research, documentary analysis and semi-structured interviews.

Keywords: Slave labour, garment industry, garment workers migration, governmentality, politics of inclusion.

SUMÁRIO

Apresentação	16
Introdução	20
I - O Caso Zara	20
II – Os migrantes da costura.....	27
Capítulo 1: A indústria do vestuário, as oficinas de costura e a migração circulante.....	48
1.1 A indústria do vestuário:	48
1.1.1 Panorama geral	48
1.1.2 Contextualização sobre a reestruturação produtiva.....	52
1.2 O dispositivo oficina de costura	64
1.2.1 Características das oficinas de costura e seus migrantes	64
1.2.2 A lógica da produção nas oficinas de costura: ganhos de produtividade, o fim das garantias trabalhistas e do contrato de trabalho.....	73
1.3 A migração circulante.....	81
1.3.1 O debate atual sobre os “novos fluxos migratórios”: novo paradigma, novas questões	81
1.3.2 A migração da costura: um fluxo circulante.....	87
1.4 Conclusão parcial: uma afinidade eletiva entre a migração circulante da costura e a dinâmica da indústria de confecções	97
Capítulo 2: O trabalho escravo na indústria de confecções.....	103
2.1 Contextualização sobre o trabalho escravo na indústria de confecções a partir da imprensa.....	103
2.2 O trabalho escravo contemporâneo: do campo à cidade.....	113
2.3 A discussão conceitual sobre trabalho escravo contemporâneo: legislações e tratados, trajetórias, representações	119
2.3.1 Tratados internacionais e a legislação brasileira sobre o trabalho escravo e tráfico de pessoas	120
2.3.2 Algumas trajetórias dos migrantes e as representações sobre o trabalho escravo	131
2.3.3 Entre assaltos e extorsões.....	148
2.4 Conclusão parcial	150
Capítulo 3: As ações de combate ao trabalho escravo: uma análise a partir do caso Zara	158
3.1 As novas fiscalizações.....	159
3.2 Os sentidos do TAC.....	170
3.3 Caso Zara	172
3.4 Uma leitura sobre as fiscalizações: as táticas de combate ao trabalho escravo na cadeia de confecções.....	179

3.4.1. A restituição do direito do trabalho: a discussão antiliberal sobre responsabilização	180
3.4.2 Pela erradicação do trabalho escravo: estratégias de inclusão, estratégias de mercado	185
3.4.2.1 Estratégia de mercado: mirando na concorrência leal ou contra o dumping social.....	193
3.4.2.2 Desdobramentos do TAC da Zara.....	197
3.5 Conclusão parcial	237
Considerações finais.....	240
Bibliografia	246
Apêndice metodológico	260
I. Consulta documental	260
II. Trabalho de campo.....	261
III. Realização de entrevistas	264
IV. Trabalho voluntário.....	266
V. Tabulação de dados do Centro de Apoio ao Migrante – Cami	268
VI. Análises quantitativas	269
Anexos:.....	270
Anexo I - Fotos tiradas em visitas a campo	270
Anexo II – Sistematização dos investimentos sociais do TAC – Zara	275

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de migrantes cadastrados no Cami em 2011 por nacionalidade e atuação na indústria de confecções.....	32
Tabela 2 - Distribuição percentual dos operadores de máquina de costura do estado de São Paulo conforme o país de nascimento.....	35
Tabela 3 - Distribuição percentual por país de nascimento dos operadores de máquina de costura não brasileiros no estado de São Paulo	36
Tabela 4 - Distribuição percentual por sexo dos operadores de máquina de costura no estado de São Paulo segundo o país de nascimento	37
Tabela 5 - Divisão por sexo e nacionalidade dos operadores de máquina de costura da RMSP. Rais-2011.....	37
Tabela 6 - Distribuição percentual do período em que o operador de máquina de costura do estado de São Paulo fixou residência no Brasil.....	38
Tabela 7 - Distribuição percentual da posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal dos operadores de máquina de costura no estado de São Paulo conforme país de nascimento.....	42
Tabela 8 - Distribuição percentual da quantidade de horas que os operadores de máquina de costura do estado de São Paulo trabalhavam habitualmente por semana conforme país de nascimento.....	43
Tabela 9 - Distribuição percentual da faixa etária dos operadores de máquina de costura do estado de São Paulo conforme nacionalidade.....	44
Tabela 10 - Distribuição percentual da faixa salarial do rendimento em todos os trabalhos do operador de máquina de costura da RMSP por país de nascimento (salário mínimo de referência em 2010 - R\$510,00).....	44
Tabela 11 - Produção mundial de vestuário em toneladas em 2009.....	49
Tabela 12 - Importações e exportações do setor têxtil e de confecção no Brasil	50
Tabela 13 - Produção por segmento em mil toneladas (Brasil)	51
Tabela 14 - Cadeia de fornecimento da Zara por unidade da federação e volume de compras em 2011.....	178
Tabela 15 - Frequência de estrangeiro/brasileiro de empresários cadastrados no MEI no município de São Paulo. Valores acumulados desde início do programa (2009) até 18 de agosto de 2013.....	221
Tabela 16 - Frequência da nacionalidade dos cadastrados no MEI no município de São Paulo. Valores acumulados desde início do programa (2009) até 18 de agosto de 2013.....	222

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - RMSP. Operadores de máquina de costura segundo distrito de residência em 2000 – Censo 2000.....	46
Mapa 2 - RMSP. Distribuição da população nascida na Bolívia, por local de residência (área de ponderação, 2000).....	47

LISTA DE SIGLAS

ABIT – Associação Brasileira Têxtil e de Confecção
ACP – Ação Civil Pública
Alesp – Assembleia Legislativa de São Paulo
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CAD/CAM – Computer Aided Design/Computer Aided Manufacturing
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDHIC – Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
CEM – Centro de Estudos Migratórios
CIC-Imigrante – Centro de Integração da Cidadania - Imigrante
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
Coebiveco – Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção
Coetrae – Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPB – Código Penal Brasileiro
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMM – Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
DGEEC – Dirección General de Estadística, Escuesta y Censo
DOU – Diário Oficial da União
DPU – Defensoria Pública da União
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ESF – Espaço Sem Fronteiras
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOB – Free On Board
GPTEC – Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ
GRTE – Gerência Regional do Trabalho e Emprego – Ministério do Trabalho e Emprego
GEFM – Grupo Especial de Fiscalização Móvel
GERTRAF – Grupo Executivo de Combate ao Trabalho Forçado
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEMI – Instituto de Estudos e Marketing Industrial
IN – Instrução Normativa
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
ISS – Imposto Sobre Serviços

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME – Microempresa
MEI – Microempreendedor individual
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MJ – Ministério da Justiça
MPE – Ministério Público Estadual – São Paulo
MPT – Ministério Público do Trabalho
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NETP – Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIM – Organização Internacional para as Migrações
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PF – Polícia Federal
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PL – Projeto de Lei
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
Rais – Relação Anual de Informações Sociais
RG – Registro Geral
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
RN – Resolução Normativa
RNE – Registro Nacional de Estrangeiros
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SJDC – Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo
SM – Salário Mínimo
SOCAM – Organização de Serviço para Gestão de Auditoria de Conformidade
Sparc – Society for the Promotion of Area Resources
SPM – Serviço Pastoral do Migrante
SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS – Sistema Único de Saúde
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UNIP – Universidade Paulista
UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
USP – Universidade de São Paulo

Apresentação

Esta pesquisa de mestrado deriva de um projeto que inicialmente apresentava outras problemáticas, outras ênfases e, no limite, outro objeto. Tratava-se de uma proposta que tinha como problema central a compreensão de um fenômeno social, em que uma população circulante, de **origem boliviana**, transitaria por entre as fronteiras de Estados-nacionais (Brasil, Bolívia e Argentina) constituindo o que foi chamado, por Alain Tarrius (1993), de *território circulatório*, no qual diversos saberes circulatórios são engendrados. A noção diz respeito aos territórios engendrados por populações circulantes, em que os processos de construção de identidades, memória coletiva, laços sociais e critérios de pertença se dissociam do pressuposto da sedentarização. O projeto original propunha a compreensão da constituição dos circuitos percorridos por bolivianos que se inserem no mercado de trabalho da indústria de confecções em São Paulo¹ e em Buenos Aires, tomando como referência indícios de um fluxo intenso de migrantes que transita entre as duas cidades, sob uma lógica particular, que não contempla a instalação e criação de raízes nos locais de destino, mas sim a circulação.

Este projeto delineava três hipóteses centrais de pesquisa: 1 – A constituição de um território circulatório – partindo da ideia de que os migrantes bolivianos “no despliegan sus prácticas en un solo lugar, sino en un espacio plurilocal y transnacional”² (ÁVILA, 2007, p. 15). Tratava-se de investigar as redes transnacionais que mobilizam e viabilizam essa migração, os saberes empreendidos nesses percursos que conectam São Paulo, Buenos Aires e diversas cidades da Bolívia; 2 – uma afinidade eletiva entre a subcontratação no setor têxtil e a migração circulante – partia-se da constatação de que a reestruturação produtiva, com a diminuição das plantas fabris, favoreceu o surgimento de pequenas oficinas e a subcontratação no setor têxtil. A migração circulante do trabalhador boliviano casaria bem com um trabalho pago por peças, em que quanto mais se trabalha, maior é o retorno financeiro (jornadas extensíssimas e intensíssimas). Em um tempo relativamente curto, trabalhando intensamente, o migrante conseguiria algumas economias que lhe seriam substantivas para voltar ou enviar dinheiro ao país de origem, ao mesmo tempo em que estaria se assujeitando a condições precárias e, portanto, baratas para as empresas que se estabelecem em São Paulo, que se tornariam mais competitivas a partir desse rebaixamento de custos; 3 – a apropriação das TICs

¹ Nesta pesquisa, todas as vezes que nos referirmos a São Paulo deve-se compreender a Região Metropolitana de São Paulo. Quando se tratar apenas do município, ou do estado, estará especificado.

² Tradução livre: “não realizam suas práticas em apenas um lugar, senão em um espaço plurilocal e transnacional”.

(Tecnologias de Informação e Comunicação) no projeto migratório – menos do que uma hipótese, tratava-se na realidade de uma preocupação. Partindo da literatura internacional sobre migração, pretendia-se averiguar quais relações se estabeleceriam entre as novas TICs e o projeto migratório.

No entanto, ao longo do primeiro ano de pesquisa (2011), dois fatos marcantes fizeram com que as escolhas de pesquisa fossem refeitas: 1 – ao iniciar o trabalho de campo, percebeu-se uma presença massiva e crescente de migrantes paraguaios que trabalhavam na indústria de confecções. Além dos bolivianos, em menor medida, também havia peruanos inseridos na dinâmica urbana de São Paulo, gravitando em torno da indústria de vestuário. Não fazia mais sentido seguir com um recorte específico sobre os bolivianos, tendo em vista que se buscava compreender o fluxo migratório imbricado na cadeia de confecções; 2 – ocorreu uma fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em oficinas de costura que produziam para a multinacional Zara. Para além de ser mais um caso de fiscalização em oficina de costura, essa autuação teve um impacto social e midiático enorme, tratava-se da Inditex, dona da grife espanhola Zara, a maior varejista têxtil do mundo³; o caso Zara passava a ser comentado pelos migrantes de modo geral.

Essa ação pode ser considerada um caso paradigmático, tendo em vista seus impactos e a gama diversa de atores envolvidos. A partir da autuação, um conjunto de práticas e discursos para a erradicação do “trabalho escravo”⁴, em sua modalidade urbana, passa a ser articulado por uma série de atores – de autoridades estatais a ONGs, passando pelos próprios migrantes e pelas empresas autuadas. Os desdobramentos do caso, como evidenciaremos, extravasaram o que havia sido identificado nas oficinas fiscalizadas; diversos atores passam a desenvolver medidas que incidem no modo pelo qual os migrantes se inserem na cidade. O combate ao trabalho escravo urbano passa a ter uma

³ No primeiro trimestre de 2012, a companhia bateu seus recordes de lucro, superando em 30% o faturamento do primeiro trimestre do ano anterior. A empresa auferiu em três meses um lucro líquido de 432 milhões de euros, tendo vendido mais de 3,3 bilhões de euros. A companhia não para de expandir seu mercado, está presente em todos os continentes do globo e pretende, a partir dos próximos meses, entrar no mercado chinês. Fonte: <http://m.g1.globo.com/economia/noticia/2012/06/inditex-dona-da-zara-tem-lucro-30-maior-apesar-da-crise.html> (acesso em: 02/07/2012). Segundo o ranking da Bloomberg, atualizado diariamente, Amancio Ortega, fundador e acionista majoritário da Inditex, dona da Zara, é o terceiro homem mais rico do mundo, fica apenas atrás de Bill Gates e Carlos Slim. Ortega possui uma fortuna de 57,6 bilhões de dólares, é o homem mais rico da Europa e foi o multibilionário que mais aumentou sua fortuna em 2012, acumulando mais de 22 bilhões de dólares no ano (informações de 14 de fevereiro de 2013, fonte: <http://www.bloomberg.com/billionaires/2013-02-14/aaa> e <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/amancio-ortega-e-o-que-mais-aumentou-sua-fortuna-em-2012> (acesso em: 14/02/2013).

⁴ A ideia de trabalho escravo é tomada nesta pesquisa como um conceito êmico, isto é, como categoria cognitiva e linguística dos atores imbricados nas fiscalizações e em seus desdobramentos. Para nós, o conceito será tratado como categoria “nativa”. Nossos “nativos” seriam todos aqueles que operam com a noção de trabalho escravo: de autoridades estatais a migrantes, passando por coordenadores de ONGs, militantes pela defesa dos direitos humanos, acadêmicos, etc. Em geral, esses atores, quando se referem ao trabalho escravo, falam da redução de trabalhadores à condição análoga à de escravo. Trata-se de uma compreensão renovada sobre o tema, não se refere mais à modalidade antiga de trabalho escravo. Do ponto de vista do direito, não existe mais trabalho escravo desde 1888; uma pessoa não pode ter sua liberdade alienada a ponto de se tornar, por direito, propriedade de outrem.

importância central (do ponto de vista das práticas de autoridades estatais, ONGs e empresas) na gestão do fluxo e da inserção dos migrantes na cidade. É devido a essa constatação que mudamos o foco da pesquisa.

Na pesquisa, colocaremos em tela o que passamos a denominar de *migração da costura*. Isto é, o fenômeno migratório que ocorre em São Paulo e alhures e que tem como eixo a constituição de um mercado de trabalho fortemente constituído por migrantes transnacionais que gravitam em torno da indústria de confecções. Em seguida, abordaremos como a noção trabalho escravo surge no contexto brasileiro, e circula por entre diversos atores – de operadores do direito a funcionários do Estado, dos migrantes aos coordenadores de ONGs, da academia aos tratados internacionais, entre outros. Por fim, cruzaremos os dois primeiros capítulos, dando centralidade às fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) no caso da multinacional Zara. A intenção é compreender quais os efeitos dos acordos firmados entre as autoridades estatais e os representantes de empresas, quais ações as empresas passaram a desenvolver após a fiscalização em que foram responsabilizadas pela exploração de trabalhadores em condição análoga à de escravo. Não se trata de avaliar a eficácia da política pública de combate ao trabalho escravo, mas compreender a racionalidade das ações e seu impacto na *gestão* dos migrantes transnacionais em São Paulo. Quais os efeitos de tais ações na vida dos migrantes? Qual a racionalidade que opera os mecanismos (articulados por funcionários do Estado, empresas e ONGs) de combate à redução do trabalhador às condições análogas à de escravo? Tampouco se trata de simplesmente rejeitar as ações e políticas de inclusão que serão abordadas ao longo da pesquisa. Nosso problema é evidenciar as contradições, limites e alcances dessas ações, apontando o deslocamento de sentido das práticas políticas.

A hipótese que tentaremos demonstrar, inspirada numa leitura de *Segurança, território e população* e de *Nascimento da biopolítica*, de Michel Foucault (aulas dos cursos do *Collège de France* de 1978 e 1979), é que o combate ao trabalho escravo ocorre através de uma série de atores que operam em torno de uma gestão de mercado, que tem como foco incidir sobre os migrantes em São Paulo, organizá-los e integrá-los ao mercado brasileiro. Ao mesmo tempo, trata-se de um modo de gestão do fluxo migratório, evitando o deslocamento “desordenado de pessoas de fora do território”, para utilizar o termo de um agente público entrevistado. Nesse sentido, propõe-se que concomitante à defesa do trabalho, ou, no limite, menos do que a defesa do trabalho, surge espaço para a gestão das condutas dos migrantes, disparada a partir das ações de fiscalização, que busca

empoderá-los para se regularizarem e tornarem-se empresas, podendo desse modo participar do processo produtivo da indústria de confecções, ainda que não haja intervenção substantiva em relação ao modo que se estrutura o setor. Trata-se de organizar os fluxos migratórios e tornar esse migrantes sujeitos governáveis na arena das relações de mercado.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi predominantemente qualitativa. Com os migrantes da costura, foram realizadas entrevistas abertas, que buscavam reconstituir suas trajetórias de vida. Além disso, fizemos trabalho voluntário em organizações que atendem diretamente os migrantes; participamos de reuniões públicas que discutiam questões caras ao debate que se rastreava; frequentamos audiências no legislativo e no judiciário; realizamos inúmeras entrevistas com autoridades estatais, funcionários de ONGs, empresários e funcionários de empresas de confecção. Por fim, fizemos levantamentos de dados quantitativos do Censo-IBGE 2010⁵, Rais 2011 e Portal do Empreendedor. Para mais detalhes sobre a metodologia, ver o *Apêndice Metodológico*.

⁵ Sistematização de microdados do Censo IBGE-2010 em parceria com Daniel Ribeiro e Carlos Freire.

Introdução

I - O Caso Zara

Inúmeros meios de comunicação, nacionais e internacionais, fizeram a cobertura jornalística da fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP), representação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em São Paulo, que culminou na inspeção realizada no final de junho de 2011 e num processo que responsabilizou a multinacional Inditex⁶, dona da Zara Brasil, por reduzir migrantes, operadores de máquina de costura, à condição análoga à de escravo. Nesta dissertação, partiremos do caso Zara para discutir as transformações recentes no setor da indústria de confecções, em especial a partir da intensificação da subcontratação da fase da costura. As ações de fiscalização recaem sobre as empresas que empregam migrantes transnacionais, em sua maioria irregulares.

Em um primeiro momento, trataremos da relação da costura com a migração. Feito isso, apresentaremos como o tema do trabalho escravo urbano, relacionado ao que denominaremos de migrantes da costura, entra na pauta. Como as ações se modificaram ao longo dos últimos anos. Quais os significados do caso Zara para a mudança de estratégia e de ação do Estado em relação à erradicação do problema. A proposta é deslocar a discussão do trabalho escravo: não recaindo numa vitimologia do migrante ou na criminalização da migração, tampouco refutando a noção de trabalho escravo ancorada nas representações dos *sujeitos escravizados*. A proposta será compreender os desdobramentos da ação que imputa o trabalho escravo a determinado conjunto de migrantes. Quais são as armas utilizadas para combater o problema? Quais os sentidos dessas ações de inclusão? Trata-se de incluí-los em que? Essa inclusão significa, ao mesmo tempo, exclusão? Quais seriam os modos de operação desses processos de inclusão? Quais os deslocamentos das tensões e relações de poder realizados por meio da tomada dessas medidas? Antes de adentrarmos ao tema, vale a pena contextualizar o caso em tela.

A investigação sobre a cadeia produtiva da Zara, em São Paulo, iniciou-se após um primeiro caso desenrolado no município de Americana, motivado pela denúncia de um

⁶ A multinacional Zara é a principal empresa do conglomerado que forma a Inditex. Em 2010, a Zara foi responsável por 66% da receita da Inditex, as demais empresas que formam o conglomerado, em ordem decrescente de importância, são: Bershka, Massimo Dutti, Pull & Bear, Stradivarius, Zara Home, Oysho e Uterqüe (INDITEX, 2012). Nesta dissertação, iremos nos referir à Zara, Zara Brasil ou à Inditex como se fossem a mesma empresa, isto é, simplesmente Zara, tendo em vista que no Brasil a principal representante da Inditex é a Zara Brasil. Quando houver alguma diferenciação estará especificado.

trabalhador que prestava serviço a uma confecção intermediária⁷, que fornecia produtos à Zara. Esta simples constatação sinaliza alguns dos sentidos recentes das transformações do setor. Em primeiro lugar, houve uma interiorização da produção, no caso específico da indústria de confecções não se pode dizer em uma desindustrialização que teria ocorrido nas grandes cidades, mas transformações no modo de organização do setor. O caso Zara aponta que ao mesmo tempo em que parte da produção se interioriza, parte se mantém em São Paulo.

A primeira investigação foi realizada pela Gerência Regional do Trabalho e Emprego (GRTE) de Campinas, pela Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª região e pela Polícia Federal. Nessa ação, segundo informações dos auditores responsáveis, foram encontrados 52 trabalhadores, sendo cinco brasileiros e os demais migrantes vindos de países vizinhos ao Brasil. Segundo informações do relatório de fiscalização, muitos deles haviam sido recrutados na Bolívia e chegaram a São Paulo devendo o valor da passagem⁸. Após a fiscalização, a confecção intermediária pagou as verbas rescisórias de cada trabalhador e o caso encerrou-se. Segundo nos relatou Rosana⁹, a dona da empresa intermediária que fornecia à Zara, ela aceitou o acordo de responsabilizar-se pela cadeia desde que o caso fosse mantido em sigilo de justiça, pois temia perder seus clientes. No entanto, a denúncia vazou e foi publicizada. A ação do GRTE de Campinas não chegou a imputar à Zara, tomadora final, as despesas e multas referentes à situação em que os trabalhadores se encontravam. Já a ação em São Paulo seguiu um procedimento diferente, não parou na responsabilização da empresa intermediária, como ocorreu em Americana / Campinas.

A ação de Campinas não logrou informações suficientes, segundo alegam os auditores, para que se responsabilizasse à tomadora final, a Zara Brasil. No entanto, a partir da primeira ação, a SRTE/SP decidiu iniciar a investigação da cadeia produtiva da Zara na RMSP, uma vez que as conclusões da auditoria em Campinas:

apontaram a provável ocorrência de um padrão de conduta produtiva, controlado pela própria ZARA BRASIL LTDA/ZARA INDITEX ESPANHA, quanto ao abastecimento de suas peças de vestuário, que consistiria na contratação de fornecedores diretos sem capacidade produtiva comprovada, e subsequente transferência da produção para oficinas de costura que não

⁷ A proprietária dessa confecção intermediária foi entrevistada por nós. Falamos ao telefone diversas vezes com o proprietário da oficina que foi flagrada pelo MTE e com a sua advogada, que autorizou a realização de uma entrevista; no entanto, o oficinista recusou-se a conversar conosco assim que chegamos ao estabelecimento.

⁸ Segundo o relatório de fiscalização, “a remuneração prometida nas tratativas com os trabalhadores ainda na Bolívia não era totalmente cumprida. Os três primeiros pagamentos não são efetivamente realizados devido à dívida pelas despesas do transporte e alimentação da Bolívia ao Brasil.” (MTE, 2011A, p. 11)

⁹ Serão usados nomes fictícios para todos as pessoas que se dispuseram a falar para a elaboração desta pesquisa: autoridade pública, dono de confecção, representante de grandes empresas ou migrante.

dispunham de lastro trabalhista, idoneidade econômica ou mesmo constituição formal perante os órgãos públicos, com relevante suspeita de prática de *dumping social*. Tornou-se indispensável o aprofundamento das investigações, tanto para verificar eventual repetição daquela ocorrência em outros fornecedores diretos e oficinas terceirizadas, quanto para a coleta de mais subsídios que pudessem apontar para a responsabilidade da rede varejista na adoção desse padrão produtivo. (MTE, 2011B, p. 25).

Segundo o auditor fiscal responsável, a ação foi a maior operação – não pelo número de pessoas encontradas, mas pelo tamanho da empresa fiscalizada – do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano da SRTE/SP, desde que começou o trabalho de rastreamento das cadeias produtivas a partir da assinatura do Pacto¹⁰. Segundo o auditor fiscal, a ação da SRTE/SP no caso Zara encontrou 15 trabalhadores em condição análoga à escravidão em duas oficinas em São Paulo. A equipe de fiscalização era composta por dois agentes da Polícia Federal (que acompanharam a ação para garantir a integridade física dos servidores públicos), integrantes do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo), auditores da SRTE/SP e dirigente do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco. Desses 15 trabalhadores, 14 eram bolivianos e uma era peruana.

O esquema de contratação das grandes empresas distribuidoras, como a Zara, até chegar à oficina de costura, como a de Virna¹¹, é bastante comum na indústria de vestimentas. Trata-se do que denominaremos de *cadeia longa*. A Zara contratava uma intermediária, nesse caso a AHA em São Paulo e outra confecção em Americana, que, por sua vez, ficavam responsáveis por confeccionar os produtos ou subcontratar oficinas que realizassem o trabalho. As oficinas, em sua maioria gerenciada por migrantes, ficariam responsáveis por contratar os costureiros para a linha de produção. No primeiro capítulo desta dissertação, aprofundaremos a compreensão sobre o setor, suas mudanças nos últimos 20 anos, os impactos da reestruturação produtiva e o modo pelo qual ele se organiza.

A fiscalização em São Paulo teve, em sua primeira etapa, uma visita à empresa Zara. Solicitou-se neste momento a lista de todos os fornecedores da multinacional. Feito isso, passou-se a analisar cada um desses fornecedores, sendo que o que mais teria chamado atenção seria o da AHA, que apesar de ter tido um grande incremento do faturamento de peças, no mesmo período (julho de 2010 a maio de 2011) teve uma

¹⁰ O “Pacto Contra a Precarização e pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confeccões” será detalhado aprofundadamente no correr da pesquisa. Esta iniciativa envolve representantes de empresas, ONGs e autoridades estatais para selarem um *Pacto* que envida esforços para a erradicação do trabalho escravo na indústria de confecções.

¹¹ Dona de oficina que foi entrevistada nesta pesquisa.

redução drástica do número de trabalhadores, de 100 para 20¹², sendo que o número de costureiros, no mesmo período despencou de 30 para 5¹³. Essas costureiras ficavam no *setor de criação* da AHA, em um espaço bastante modesto. Segundo os auditores, as costureiras da AHA faziam unicamente a montagem da peça-piloto, a partir de ficha técnica produzida pela Zara na Espanha, que era encaminhada às oficinas subcontratadas. Segundo apuração dos auditores, a AHA enviava uma das peças produzidas em tamanho M à Zara da Espanha para que certificasse o produto e montasse as fotografias dos catálogos (MTE, 2011B, p. 44).

Segundo o mesmo relatório, no período de abril a junho de 2011, 91% da produção de peças da AHA direcionava-se à Zara, caracterizando monopólio. Desse modo, para o MTE, as empresas intermediárias não teriam função social, pois serviriam simplesmente como empresa interposta pela varejista com intuito de contornar os direitos trabalhistas e reduzir seus custos de produção. A SRTE/SP teria descoberto que a AHA contratava 33 oficinas sem constituição formal, com empregados sem registro e sem recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que produziam quase exclusivamente para a Zara. Para os auditores, o nível de dependência econômica da AHA em relação à Zara teria ficado claro na fiscalização e, nesse sentido, “a AHA funcionaria, na prática, como extensão de logística de sua cliente preponderante, Zara Brasil Ltda.” (MTE, 2011B, p. 29). Nesse sentido, o relatório apresenta que:

Restou claro à Auditoria que são determinados pela empresa ZARA o desenho da peça, as cores, as medidas, o modelo, o material a ser utilizado, a quantidade a ser produzida, o preço de cada peça e o prazo de entrega, sob pena de descredenciamento. A ingerência é total. (...) As operações fiscais (industrialização por conta de terceiros) praticadas pela AHA estão totalmente à margem da legislação brasileira, servindo apenas para mascarar a subordinação reticular a que os *oficinistas quarteirizados* e seus “empregados” ou familiares estão submetidos. **Tal subordinação reticular espelha o contrato-realidade que é o de emprego.** (MTE, 2011B, p. 46)

A fiscalização busca restituir a relação de emprego que havia sido desfeita através das artimanhas da flexibilização (LIMA, 2002), isto é, os procedimentos para rebaixamento de custos da produção. Neste caso, através da reorganização da cadeia produtiva através de empresas interpostas e, na ponta, o estabelecimento de oficinas de costura administradas pelos próprios migrantes.

¹² O auditor fiscal conseguiu esse tipo de informação recorrendo ao CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregado).

¹³ No relatório são apresentadas fotos do prédio da AHA. Em uma das imagens, tem-se todo um andar com os postos de trabalho e as máquinas de costura desativadas, uma vez que esta fase foi subcontratada.

Concluída a primeira etapa de fiscalização, os auditores escolheram duas oficinas para fazerem as diligências e verificarem as condições de trabalho a que eram submetidos seus trabalhadores, sabendo de antemão que se tratava de oficinas irregulares. Em São Paulo, foram escolhidas “duas oficinas de costura que confeccionavam peças de vestuário, COM EXCLUSIVIDADE, para a marca ‘ZARA’, de propriedade da empresa autuada – Zara Brasil Ltda.” (Grifos próprios – MTE, 2011B, p. 54).

Não tivemos acesso às casas que eram as moradias dos trabalhadores e as oficinas de trabalho, mas, segundo a reportagem da ONG Repórter Brasil¹⁴, que acompanhou a fiscalização, não diferiam de outras que visitamos:

A oficina funcionava em um cômodo de uma casa pequena – na parte de cima de um sobrado. Seis máquinas de costura ocupavam uma pequena sala. Dois quartos abrigavam todos os trabalhadores, inclusive casais com filhos. O espaço era dividido por guarda-roupas e panos. No banheiro, não havia água e nem banho quente, pois o chuveiro estava desligado para reduzir o consumo de energia elétrica, que era totalmente destinada à produção. (PYL e HASHIZUME, 2011)

O relatório de fiscalização descreve as condições das oficinas como degradantes e constata a existência de servidão por dívidas e extensas jornadas de trabalho, que seriam os elementos utilizados para a definição de redução à condição análoga à de escravo:

Nas oficinas de costura inspecionadas é possível afirmar que as condições de segurança e saúde são inexistentes, indicando extrema precariedade e sujeidade nos locais de trabalho e moradia, que se confundem. As instalações sanitárias são precárias e coletivas, as instalações elétricas estão sobrecarregadas e foram feitas de forma irregular (“gatos”), os quartos são de tamanho diminuto, sobrecarregados com diversos trabalhadores e seus pertences pessoais; não foi encontrado nenhum extintor de incêndio, as cadeiras são improvisadas, as máquinas de costura não possuem aterramento elétrico e possuem partes móveis expostas, expondo trabalhadores e principalmente as crianças que circulam no ambiente a graves riscos; não há refeitório; há botijão de gás liquefeito de petróleo nos ambientes das cozinhas; a ventilação e a iluminação são insuficientes e causam grande desconforto aos trabalhadores¹⁵. (MTE, 2011B, p. 61-62)

Além dos aspectos relacionados às condições de trabalho, a fiscalização ainda apurou indícios de tráfico de pessoas¹⁶. Identificou anotações das dívidas dos costureiros

¹⁴ Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1925>. Acesso em: 20/07/2012.

¹⁵ No relatório, a falta de condições mínimas é descrita pormenorizadamente, acompanhada de um conjunto de fotografias dos ambientes da oficina: dos *gatos* das instalações elétricas; das condições dos alojamentos e colchões – todos improvisados e sujos, muitos no chão, divisão de cômodos por meio de cortinas; dos produtos alimentícios misturados com os de limpeza; das infiltrações na residência, etc.

¹⁶ “Alguns trabalhadores relataram terem sido trazidos desde a Bolívia, com promessa de trabalho e renda diversas vezes superior a seus ganhos em seu país de origem. No entanto, ao chegar no Brasil tiveram que trabalhar alguns meses, nas condições já mencionadas, em jornadas extenuantes, apenas para pagar a viagem até o Brasil.” (MTE, 2011B, p. 94)

referentes ao deslocamento e também o *truck system*, isto é, o sistema em que o empregador limita a disposição e o uso do salário pelo empregado, através da coação e da indução da aquisição de bens essenciais fornecidos pelo próprio empregador. As jornadas de trabalho dos costureiros das oficinas que produziam para a Zara eram bastante extenuantes, chegando a passar de 12 horas diárias. Segundo o relatório de fiscalização, a intermediária AHA pagava cerca de seis reais por cada peça para a dona da oficina, que repassava dois reais aos trabalhadores¹⁷; na loja elas seriam vendidas pelo valor de 139 reais.

A ONG Repórter Brasil entrou em contato com a Inditex, empresa dona da Zara, para buscar esclarecimentos sobre o que havia ocorrido. A Inditex classificou o caso envolvendo a AHA e as oficinas subcontratadas como "terceirização não autorizada" que "violou seriamente" o Código de Conduta para Fabricantes. Segundo a Inditex, o Código de Conduta determinaria que qualquer subcontratação deveria ser autorizada por escrito pela Zara. A assinatura do Código de Conduta seria obrigatória para todos os fornecedores da companhia e foi assumido pela AHA. Segundo a matéria, a empresa disse ter agido para que o fornecedor responsável pela terceirização não autorizada pudesse solucionar a situação imediatamente, assumindo as compensações econômicas dos trabalhadores e comprometendo-se a corrigir as condições de trabalho da oficina flagrada com escravidão (PYL e HASHIZUME, 2011). Desse modo, nas duas oficinas fiscalizadas, todos os trabalhadores receberam em média 9 mil reais na rescisão contratual. Vale ressaltar que o dono da oficina e os demais trabalhadores foram nivelados em relação à subordinação à Zara. Assim, todos tiveram o vínculo empregatício restituído pela fiscalização e puderam acessar o seguro-desemprego após a rescisão contratual.

No entanto, tendo em vista as deficiências da estrutura estatal, em que faltam auditores fiscais do trabalho para as autuações, foram escolhidas apenas duas oficinas de 33, as demais 31 oficinas, que também estavam arroladas na lista de fornecedoras da AHA, tiveram as encomendas interrompidas de um dia para o outro, sendo que não se garantiu nada para esses trabalhadores, os quais provavelmente trabalhavam em condições semelhantes às das duas oficinas fiscalizadas. Não houve nenhum tipo de reparação às 31 oficinas que deixaram de integrar a cadeia produtiva da Zara após a fiscalização levada a cabo pelo MTE. É possível estimar que em torno de 300 a 600 trabalhadores (considerando entre 10 e 20 por oficina), que não tiveram nenhuma rescisão trabalhista garantida ou

¹⁷ "A Oficina receberia pela costura da peça 6,00 reais, que seria dividido em 3 partes: uma para a oficinista, uma para o trabalhador e uma para as despesas da oficina." (MTE, 2011B, p. 109)

mesmo o acesso ao seguro desemprego, perderam o trabalho do dia para a noite por conta do fechamento da AHA, lacrada pela fiscalização.

Ao final de novembro de 2011, após encerrada a fiscalização do MTE com o respectivo encaminhamento do relatório ao MPT, o procurador do trabalho se reuniu com representantes da Inditex para buscar um acordo, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC)¹⁸, em decorrência dos casos apresentados anteriormente. A empresa multinacional não aceitou a primeira proposta, mas outro acordo foi assinado após outras rodadas de discussão. O TAC assinado, que será detalhado no terceiro capítulo, prevê uma série de ações que buscam incidir sobre a população dos migrantes da costura em São Paulo. Estas ações são desenvolvidas através de entidades da sociedade civil reconhecidas pela atuação junto aos migrantes em São Paulo.

O caso Zara envolve as questões centrais que serão abordadas nesta dissertação. Em primeiro lugar, a dinâmica da produção na indústria de confecções: as características e transformações do setor nos últimos 30 anos e o concomitante incremento do fluxo de migrantes transnacionais que se incorporaram à dinâmica urbana da RMSP. Trata-se de uma afinidade entre os dois movimentos recentes: a subcontratação da fase da costura e a crescente oferta de força de trabalho migrante, que é caracterizada pela sua circulação e não fixação na cidade. Isto é, uma força de trabalho com alta rotatividade, o que favorece as condições para a precarização do trabalho e, assim, rebaixamento de custos. Ao mesmo tempo, a oficina de costura funciona como um dispositivo circulatório e de fixação de força de trabalho, adaptado às necessidade de gestão dessa nova fase produtiva, afinado com o modo pelo qual se estrutura a migração contemporânea.

Em segundo lugar, discutiremos como o trabalho escravo foi tematizado pela imprensa e pelas autoridades estatais até culminar nas ações atuais, embasadas em legislações, pactos e enunciados nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, exporemos algumas representações e trajetórias de migrantes sobre a questão. Nossa abordagem não visa compreender o trabalho escravo na relação interpessoal entre o migrante e seu empregador direto; busca-se distanciar das pesquisas que, por um lado, focam a exploração sofrida pelos migrantes, em uma abordagem que os torna quase-objetos; ou, por outro lado, tentam evidenciar seu protagonismo frente a essa coisificação, colocando em destaque algo muito além do trinômio *escravo-ilegal-invisível*. Não se fará uma vitimologia do migrante, tampouco se apostará em seu protagonismo.

¹⁸ Infelizmente não tivemos acesso ao primeiro TAC proposto. Só pudemos acessar o termo que foi firmado pelas partes.

A abordagem na qual situamos a compreensão sobre o trabalho escravo e os migrantes coloca a questão do governo (no sentido foucaultiano do termo) no cerne da discussão. Isto é, quais os efeitos das práticas de erradicação do trabalho escravo em termos de gestão da população migrante e da definição do campo de possibilidades de ações desses sujeitos, como torná-los sujeitos governáveis e governados, através de quais mecanismos. Trata-se de evidenciar os dispositivos de governo que operam sobre essa população através da liberdade. Essas questões serão detalhadas no último capítulo, quando poremos em tela os desdobramentos da fiscalização do caso específico da Zara. Buscaremos evidenciar os sentidos do TAC e seus desdobramentos. Examinaremos os diferentes níveis de atores que atuam, de forma conjunta, a partir do consenso da necessidade de depreender práticas que incidam na erradicação do trabalho escravo, por meio de mecanismos de inclusão dos migrantes: inclusão dos migrantes na sociedade nacional, inclusão no mercado. É através desse mecanismo que se buscará gerir os fluxos migratórios e os problemas sociais decorrentes da intensificação da mobilidade *desordenada*, para utilizar ideia de agente público imbricado nas ações. Isto é, busca-se regular o movimento desta população através de mecanismos de mercado, retirando do trabalho migrante os aspectos que tornem essa força de trabalho atraente às cadeias produtivas longas.

II – Os migrantes da costura

Não é de hoje que estudos sobre migração estão na pauta da discussão sociológica e antropológica. A Escola de Chicago inaugura as primeiras abordagens que visam compreender essas “populações fora de lugar”. O tempo passou, as formas migratórias mudaram e as abordagens passaram a revelar outros aspectos. Vem-se discutindo os *novos fluxos migratórios*, que não ocorrem como dantes, tal como se identificava em Chicago no século passado. Os processos migratórios contemporâneos, em alguma medida, deslocam a problemática da assimilação, da integração e da coesão social, cara à Escola de Chicago. Entra em foco a questão da circulação e da mobilidade. O enfoque anterior pautava, sobretudo, os temas da assimilação e integração, e todos os problemas decorrentes do que teria sido denominado por Abdelmalek Sayad (1998) como a dupla ruptura, isto é, a existência do *emigrante* – aquele que se desterritorializa – e do *imigrante* – aquele que se territorializa em outro contexto socioespacial. Nestes estudos, as

referências eram as populações sedentárias e a perspectiva da sedentarização em outros territórios nacionais.

Buscaremos nos distanciar das perspectivas assimilacionistas tendo em vista a mudança da própria forma de mobilidade contemporânea. As populações que trabalham na indústria de confecções em São Paulo têm no horizonte não a integração e assimilação no Estado-nacional de chegada, mas a manutenção de vínculos com seus espaços sociais de origem: a circulação, a mobilidade e o fluxo entre diferentes territórios nacionais são constantes e marcas centrais da migração contemporânea. Isso não quer dizer que antes não havia esses aspectos, mas apenas que ocorriam em outra escala. Em uma tentativa de redefinição das categorias analíticas, para responder às transformações da dinâmica social migratória, nos alinharemos a Alain Tarrius (2007), que atualiza as terminologias consagradas e trabalha com a ideia de *migrante*, caracterizado por ser circulante, que ultrapassa as fronteiras e o regime do sedentarismo. Deixaremos de lado o conceito de imigrante, aquele que ao deixar um país, necessariamente, estabelece-se em outro. Busca-se revelar outra forma de pertencimento a territórios, não mais marcado pela noção de integração e assimilação cultural, mas pela fluidez dessa inserção.

A proposta de Tarrius, ao tratar dos migrantes do Maghreb na Europa, visa destacar não as deficiências e faltas (caras às perspectivas assimilacionistas), mas revelar o que é criado e produzido a partir das diferenças entre o “seu lugar” e o “nosso”. Isto é, trata-se de uma perspectiva que mais do que identificar incompletudes e dificuldades, quer compreender o que se produz de novo nesse contexto *disjuntivo*, para usar um termo de Arjun Appadurai (1996). Os vínculos transnacionais engendrados pelas populações migrantes vêm trazendo uma série de problematizações relacionadas ao estatuto do Estado-nação, do direito, da cidadania e da lei. Buscaremos problematizar mais aprofundadamente essas questões no primeiro capítulo, rastreando, sobretudo, a discussão proposta por Wimmer e Schiller (2002).

Assim como Tarrius, Nina Glick-Schiller e Ayşe Çağlar (2006) sugerem a necessidade de uma nova gramática para se referir aos fluxos contemporâneos. Elas avaliam que as pesquisas sobre migração têm dado demasiada atenção às características étnicas dos fluxos atuais. Seguindo a trilha proposta por Glick-Schiller e Çağlar (2006), esta pesquisa buscará retirar o olhar dos aspectos étnicos e identitários da migração e demarcar a importância da economia urbana na compreensão desses fluxos.

Yet scholars of migration continue to use “ethnic community” as both the object of study and the unit of analysis in migration research. The new

diaspora studies perpetuate the problem by defining the unit of study as people who share an ancestry and a history of dispersal. The ethnic lens used by these scholars shapes—and, in our opinion, obscures—the diversity of migrants’ relationships to their place of settlement and to other localities around the world.¹⁹ (SCHILLER e ÇAĞLAR, 2006, p. 613)

Elas sugerem um novo vocabulário para evitar tais lentes étnicas. Ao invés de falar em assimilação ou mesmo integração, elas preferem utilizar o termo incorporação, que poderia ser definido como os processos de consolidação e de manutenção de redes e relações sociais pelos quais indivíduos ou grupos organizados se tornam conectadas a instituições reconhecidas por um ou mais Estados-nacionais (SCHILLER e ÇAĞLAR, 2006, p. 614). O ponto de entrada para esses estudos de incorporação são os migrantes, as redes que eles formam e os campos sociais criados por essas redes. Esses campos sociais seriam as redes de redes que podem ser situadas localmente ou estendidas nacional ou transnacionalmente. Esta análise, como a nossa, busca dar destaque aos processos e às relações sociais, ao invés de destacar a cultura e a identidade. A abordagem permite a compreensão das relações em níveis multivariados através das fronteiras nacionais e permite, ainda, a discussão da simultaneidade. Isto é, o múltiplo pertencimento a territórios distintos.

Torna-se necessário restituir a dinâmica urbana e as relações que esses migrantes estabelecem neste contexto de modo a não limitar o olhar às características étnicas. Seguindo essas proposições, buscaremos evidenciar a incorporação dos migrantes da costura em São Paulo, que ocorre não pelos aspectos étnicos, mas exatamente pela dinâmica do setor econômico e das redes sociais estabelecidas ao longo dos processos migratórios imbricados nesta dinâmica. As formas contemporâneas de mobilidade engendram novas questões, são as mudanças do modo como se organizam esses fluxos que tornam necessários novos conceitos, que implicam deslocamentos e questionamentos ao modo como a questão era tematizada anteriormente.

Mas, neste momento, para que fiquemos na introdução do nosso problema de pesquisa, convém definir o que foi delimitado por nós como *migrantes da costura*, ponto de partida para as discussões que serão realizadas.

Desde a publicação pioneira de *Costurando sonhos* (1997), pesquisa sobre bolivianos em São Paulo, do então padre Sidney Antônio da Silva, pulularam na academia

¹⁹ “Estudiosos da migração continuam usando a ‘comunidade étnica’ tanto como o objeto de estudo, como a unidade de análise em suas pesquisas de migração. Os novos estudos de diásporas perpetuam o problema, definindo a unidade de estudo como pessoas que compartilham uma ascendência e uma história de dispersão. A lente étnica usada por essas pesquisas forma e, em nossa opinião, obscurece a diversidade de relações dos migrantes ao seu lugar de fixação e outras localidades ao redor do mundo.” Tradução própria.

estudos sobre esta população em São Paulo. Os bolivianos passaram a ser objeto de inúmeras pesquisas que buscam revelar diversos aspectos de sua inserção na cidade. São diferentes abordagens, de vários campos disciplinares, que focam a compreensão do fluxo de bolivianos em São Paulo. Da perspectiva pedagógica, estuda-se a inserção dos filhos de migrantes na escola pública em São Paulo e o direito à educação (MAGALHÃES, 2010); da perspectiva demográfica, a dispersão no espaço e o uso da cidade (XAVIER, 2010); da educação física, os campeonatos de futebol e a sociabilidade de bolivianos em torno das atividades desportivas (SILVA ALVES, 2011); da saúde pública, o estudo sobre a tuberculose associada às oficinas de costura (MARTINEZ, 2010); de uma perspectiva sociológica, o circuito transnacional de subcontratação relacionado à migração coreana (FREITAS, 2009), dentre muitíssimas outras abordagens. Em todas essas pesquisas há uma questão que sempre é tematizada: as especificidades da inserção desses migrantes relacionada ao trabalho, tendo em vista que a maior parte dos bolivianos que mudaram para São Paulo desde os anos 1990 inserem-se na indústria de confecções. Vive-se e trabalha-se no mesmo ambiente. A vida social, laboral e familiar desses migrantes gravita em torno das oficinas de costura e isto é central para caracterizar o modo de inserção desse fluxo de migrantes na cidade.

A população boliviana ganhou destaque devido a vários motivos: 1 – trata-se de fato de um dos contingentes recentes mais numerosos de migrantes em São Paulo; 2 – dentre esses contingentes, os bolivianos ocupam o espaço público, isto é, tem visibilidade na cidade, há regiões reconhecidas pela sua presença (por exemplo, a praça Kantuta no Pari, a rua Coimbra no Brás e a Feira Patujú na Vila Medeiros, etc.), organizam grandes eventos, como a Festa Pátria do 6 de agosto no Memorial da América Latina; 3 – a imprensa e a academia pautaram exaustivamente a presença desta população. Por outro lado, fluxos de migrantes de outras nacionalidades não assumiram tanta visibilidade como os bolivianos, ainda que sejam significativos.

A abordagem inicial desta pesquisa, quando havíamos formulado o projeto, se propunha a fazer mais uma análise sobre bolivianos. No entanto, após aprofundarmos a leitura das pesquisas sobre migrantes no trabalho da costura em São Paulo, verificávamos que era reconhecida a existência de paraguaios e peruanos em torno da mesma atividade laboral dos bolivianos. No entanto, relegava-se essa constatação a simples comentário de nota de rodapé. Após o início dos trabalhos de campo, tivemos a *impressão* de que devíamos dar mais importância à presença de migrantes de outras nacionalidades. Não que se devesse dar importância à nacionalidade desses migrantes, mas sim ao fato de que

o mecanismo que faz circular e fixar migrantes em São Paulo não poderia ser explicado a partir da nacionalidade. Desse modo, passamos a refutar as explicações que justificam a presença de migrantes bolivianos em São Paulo, operando máquinas de costura, devido a uma cultura ou tradição relacionada à produção de tecidos e vestimentas. A hipótese central que se buscará construir é que se deva olhar para o mecanismo que funciona na cidade e que, ao mesmo tempo em que faz migrantes circularem, possibilita modos de territorialização. Independentemente de suas nacionalidades, trata-se de um mecanismo contemporâneo e globalizado que coloca pessoas em movimento por entre fronteiras nacionais.

Ao irmos a campo, pudemos alargar a compreensão sobre a parcela da população migrante que a literatura estava relegando a nota de rodapé. Começamos a verificar um número expressivo de migrantes paraguaios que trabalhavam na indústria de confecções, além de peruanos – em número mais reduzido; a presença de migrantes paraguaios parecia ganhar cada vez mais densidade na cidade. Como dissemos, a proposta inicial desta pesquisa era compreender a circulação de migrantes bolivianos e seus *territórios circulatorios*, relacionados à **dinâmica de funcionamento da indústria de confecções**, em especial as oficinas de costura. Ao longo do processo de pesquisa, surgiu a indagação sobre quais seriam as razões para a definição do objeto centrado especificamente na nacionalidade, se operava a mesma mecânica na circulação de migrantes de outros países. Não se buscava pautar o tema da migração tendo em vista a história nacional comum dessa população, de modo que isso marcasse o seu modo de inserção no circuito migratório. Almejava-se compreender o fluxo de migrantes relacionado ao trabalho. A chave analítica era o trabalho. Esses fluxos contemporâneos são caracterizados pela mobilidade motivada pelo trabalho, não se tratam de diásporas relacionadas a catástrofes ambientais ou guerras civis. Esses migrantes circulam entre os diferentes contextos nacionais conforme as melhores oportunidades de rendimento. Desse modo, tratava-se de colocar em destaque a dinâmica da indústria de confecção relacionada ao fluxo migratório e não a nacionalidade ou origem dessas populações.

Por que fazer pesquisa exclusivamente sobre bolivianos se o que está em foco é a dinâmica urbana da RMSP relacionada a fluxos de migrantes que se inserem na cidade via um mercado de trabalho específico? Para verificar se esta impressão tinha guarida nos dados empíricos para além do que já tinha sido constatado pela leitura das notas de rodapé de outras pesquisas e pelas primeiras impressões de campo, foi realizada no Centro de Apoio ao Migrante (Cami), em parceria com Fabien Laffont, a digitalização de

um cadastro de migrantes da América do Sul que buscavam auxílio para regularização da situação de permanência no país (ver Apêndice Metodológico). O Cami presta auxílio nos processos de regularização dos migrantes e, para tanto, gera fichas cadastrais. A ONG separa os cadastros dos migrantes conforme os encaminhamentos necessários. Os da América do Sul devem buscar regularização conforme o acordo do Mercosul, os demais migrantes são encaminhados de outra forma. Foram digitalizados os cadastros de migrantes que haviam procurado o Cami entre abril e setembro de 2011 com esse objetivo. Escolheu-se aleatoriamente uma pilha deles (dentre várias) que foi acumulada conforme o fluxo de atendimento nesse período. Com os dados, fizemos um levantamento *estatístico selvagem* para analisar o perfil dos migrantes que buscavam auxílio no Cami para se regularizarem por meio do acordo do Mercosul²⁰.

Foram registradas 264 fichas de migrantes de diferentes nacionalidades, sendo 58 paraguaios, um argentino, 165 bolivianos, 39 peruanos e um uruguaio. Desses trabalhadores, identificamos aqueles que afirmaram exercer profissão relacionada à indústria de confecções, seja como costureiros, passadores de roupa ou cozinheiros em oficinas²¹. Dos 58 paraguaios identificados, 46 (79%) exerciam atividade remunerada nesse setor; dos 165 bolivianos, 126 (76%) empregavam-se no mesmo segmento; dos 39 peruanos, 16 (41%) trabalhavam na cadeia produtiva de vestimentas. Isto é, de uma amostra aleatória do fluxo de atendimento do Cami, de 264 migrantes, 188 deles (71%) se inserem na cidade por meio da indústria de confecções.

Tabela 1 - Distribuição de migrantes cadastrados no Cami em 2011 por nacionalidade e atuação na indústria de confecções

Nacionalidade	Amostra dos migrantes cadastrados*	Distribuição da amostra por nacionalidade	Número de migrantes que trabalha na ind. de confecção	Distribuição por nacionalidade dos que exercem trabalho na ind. de confecção
Paraguaia	58	22%	46 (de 58)	79%
Argentina	1	0%	0 (de 1)	0%
Boliviana	165	63%	126 (de 165)	76%
Peruana	39	15%	16 (de 39)	41%
Uruguaia	1	0%	0 (de 1)	0%
Total	264	100%	188 (de 264)	71%

Elaboração: Tiago Rangel – Dados Cami, 2011.

*Achamos por bem deixar explícitos os números de migrantes da amostra, que é pequena e não busca ser estatisticamente representativa.

20 Obviamente, esse cruzamento não segue padrão estatístico rigoroso, trata-se de uma amostra que abrange, sobretudo, os migrantes que chegaram até no máximo o ano 2000. Havia, portanto, um recorte prévio: tratava-se de migrantes em situação irregular no país, pois buscaram o Cami justamente para se regularizarem. Esses valores servem apenas como **pistas** que devem ser aprofundadas posteriormente.

21 A maior parte das oficinas de costura contrata mulheres migrantes para fazerem a limpeza e a comida dos funcionários.

Das fichas cadastradas, pôde-se observar que os peruanos são os que apresentam ocupações mais variadas, ainda que parte substantiva se empregue na indústria de confecções. Na RMSP, há peruanos trabalhando de pedreiros a comerciantes, de *webdesigner* a chaveiro. Em nosso trabalho de campo, foi possível identificar oficinas de costura que empregavam exclusivamente bolivianos e paraguaios, não foi possível identificar nenhuma oficina de costura que tivesse exclusivamente peruanos. Em geral, os peruanos tendem a trabalhar nas oficinas de bolivianos e são da região andina, próximos à fronteira com a Bolívia (os que conversaram conosco eram da região de Puno e de Cuzco). Trata-se de um fluxo que funciona de modo similar ao dos bolivianos, os percursos traçados para chegar a São Paulo são parecidos. Os migrantes da costura, tal como serão abordados neste estudo, referem-se mais aos bolivianos e paraguaios do que aos peruanos, que estão em menor medida no setor. Os dois primeiros apresentam uma inserção mais semelhante, sendo que em torno de 80% trabalham no segmento em questão. Além da costura, o restante dos paraguaios e dos bolivianos da amostra desempenham atividades no comércio²². Vale a pena notar que da amostra de migrantes, ainda que a maioria seja boliviana, havia um número significativo de migrantes paraguaios (22%) e peruanos (15%). Os uruguaios e os argentinos têm peso insignificante nesta amostra.

Assim, surgiram algumas indagações: a delimitação “bolivianos” estaria levando em conta quais pressupostos analíticos? Por que migrantes de outras nacionalidades, como peruanos e paraguaios²³, estavam fora do foco se também gravitavam em torno da indústria de confecções? Por que haveria tantos acadêmicos discutindo os bolivianos em São Paulo, mas poucos debateriam os paraguaios, peruanos ou migrantes de outros países? Ao tomar como ponto de partida irrefletido a ideia de o “boliviano”, não se simplificava uma diversidade e uma pluralidade de trajetórias?²⁴ Ou ainda, não se deveria colocar em destaque e tentar compreender o fenômeno da migração, de uma forma mais ampla, evidenciando o funcionamento dessa circulação transnacional de migrantes que gravita em torno da oficina de costura, ao invés de definir e essencializar aprioristicamente

22 O cadastro que os migrantes responderam não especifica o tipo de comércio, mas acreditamos que a maior parte se refira ao comércio de roupas costuradas por eles mesmos, ao comércio de produtos típicos de seus lugares de origem, ou ao comércio de produtos importados – os peruanos, por exemplo, são famosos por se dedicarem ao comércio de bijouterias. Se essa hipótese se confirmar, aumenta-se ainda mais o número de migrantes que tem a sua inserção em São Paulo relacionada à indústria de confecções.

23 Começava-se a rastrear a inserção de paraguaios na costura também na imprensa. Ver: <http://archivo.abc.com.py/2008-10-05/articulos/457038/los-inmigrantes-paraguayos-viven-en-preocupante-condicion-en-so-paulo>. Acesso em: 02/02/2012.

24 O número de pesquisas acadêmicas sobre bolivianos vêm aumentando em ritmo frenético nos últimos tempos. Basta perguntar aos coordenadores de ONGs que trabalham com o tema para que se verifique como tem aumentado a procura de acadêmicos por bolivianos. No site do Cami há até mesmo um horário destinado especificamente a atender pesquisadores que, em sua maioria, buscam informações sobre bolivianos. <http://www.cami-spm.org/atendimento.html>. Acesso em: 02/02/2012.

determinado grupo por conta de sua nacionalidade? Concluimos que só faria sentido definir a análise de acordo com a nacionalidade quando se tivesse como meta entender esta história comum e partilhada pelo grupo de migrantes, que os une em torno da identidade nacional. De todo modo, isso passa ao largo do que tentaremos fazer nesta pesquisa. Nossa análise busca pautar os fluxos migratórios em São Paulo em relação ao modo como os migrantes se inserem na cidade, em especial na indústria de confecções. Assim, colocaremos em foco a dinâmica urbana relacionada a esse setor econômico e suas relações com os fluxos migratórios identificados.

A fim de confirmar com dados mais sólidos a inquietação levantada pela observação de campo e pela sistematização de dados do Cami, foram feitos alguns cruzamentos de dados estatísticos utilizando-se dos microdados do Censo Demográfico de 2010. Com essas informações, conseguiu-se confirmar a hipótese de que valia a pena compreender os fluxos migratórios de diferentes nacionalidades que gravitam em torno da indústria de confecções. Além disso, a partir dos dados, foi possível traçar um perfil geral desta população e, ainda, um perfil sobre o trabalho que realizam no estado de São Paulo. Conclui-se que o recorte populacional a que nos referimos não se baseia na nacionalidade, mas sim no modo de incorporação na cidade. Trataremos dos **migrantes da costura**. São migrantes transnacionais que se puseram a marchar de suas cidades para o trabalho na indústria de confecções, isso não quer dizer que eles não estejam, na atualidade, inseridos em outros segmentos produtivos. Sempre há a possibilidade de mudança de trabalho, de todo modo, a circulação e a territorialização na cidade ocorreram graças à costura.

A tabela abaixo apresenta a nacionalidade dos operadores de máquina de costura do estado de São Paulo²⁵. O dado revela grande prevalência de brasileiros. No entanto, deve-se ressaltar o viés do Censo que não consegue captar e representar a totalidade desses migrantes transnacionais, tendo em vista que os migrantes, muitas vezes irregulares no país, com medo de fiscalizações, tendem a recusar fornecer entrevistas aos agentes censitários²⁶. Além disso, esses cruzamentos foram realizados a partir dos microdados do Censo 2010, que é, na realidade, uma pesquisa amostral. Isso significa a

²⁵ Os cruzamentos de dado do Censo 2010 apresentados nesta dissertação foram realizados a partir de pesquisa sobre migração paraguaia que realizei para o Centro de Estudos Migratório. Aproveitando a possibilidade de manejar dados quantitativos que não são de meu domínio, Daniel Ribeiro, da Expertise Social, empresa contratada para a parte quantitativa, fez alguns cruzamentos conforme meus pedidos. Agradeço especialmente sua colaboração. A elaboração e a finalização da apresentação dos dados aqui apresentados foram realizadas por mim. Possíveis méritos em relação aos cruzamentos aqui apresentados devem ser creditados a Daniel Ribeiro, os possíveis erros e problemas a mim.

²⁶ Há uma série de pesquisas produzidas no Núcleo de Estudos de População (Nepo-Unicamp) que buscam analisar os fluxos migratórios a partir dos dados do Censo. Nesses estudos, podem-se ver de forma mais aprofundada problematizações sobre os limites da utilização dos dados do Censo-IBGE para compreender a migração, ver: Xavier (2010), Souchaud (2012), Baeninger (2012).

existência de uma margem de erro a ser considerada. Como será possível ver, os dados sobre a população peruana que trabalha com costura apresentam algumas distorções por causa do pequeno número amostral. Ainda que o Censo do IBGE apresente diversos problemas, é o dado quantitativo disponível mais confiável.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos operadores de máquina de costura do estado de São Paulo conforme o país de nascimento

País de nascimento	Porcentual	Universo (amostra) ²⁷
Bolívia	7,82%	12.172 (693)
República da Coreia	0,07%	111 (9)
Paraguai	0,84%	1.314 (72)
Peru	0,16%	245 (17)
Portugal	0,16%	251 (22)
Brasil	90,73%	141.213 (29.979)
Outras nacionalidades*	0,21%	329 (30)
Total	100,0%	155.635 (30.822)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Centro de Estudos Migratórios (CEM - Missão Paz) – Daniel Ribeiro e Tiago Rangel, 2013.

*Chile, Hungria, Itália, Japão, Líbano, Marrocos, Espanha, Egito, Estados Unidos e Uruguai

A Tabela 2 identifica 155.635 operadores de máquina de costura em São Paulo. Desses, em torno de 90% são brasileiros, o restante são pessoas que declararam terem nascido em outros países. A Tabela 3 apresenta a distribuição percentual da nacionalidade dos migrantes que operam máquinas de costura, 84% são bolivianos, há em torno de 10% de paraguaios e, em um número bastante inferior, há peruanos, portugueses e coreanos. Identificou-se que em torno de 70% dos bolivianos no estado de São Paulo exercem atividade relacionada à costura, 63,2% declararam serem operadores de máquina de costura e, em torno de 7% afirmou desenvolver atividades afins, como desenhistas de produtos de vestuário e operadores de máquinas de tecelagem. Já entre os paraguaios, o valor isolado dos operadores de máquina de costura é de 32%, o valor agregado nas diferentes atividades arroladas acima chega a 40%.

²⁷ Achamos relevante explicitar o número de casos da amostra. Trata-se de evidenciar a probabilidade de erro nessas informações, tendo em vista o baixo número de casos que servem para a inferência geral. O valor percentual não equivale diretamente à distribuição percentual dos valores da amostra, uma vez que o Censo-IBGE afere pesos amostrais para os respondentes.

A Tabela 3 apresenta o mesmo tipo de informação colhida na *estatística selvagem* realizada no Cami. A principal diferença entre os dados recai no número de peruanos. Enquanto o dado do Cami apresentava um número representativo de peruanos, as informações do Censo mostram uma participação bastante inferior deles na indústria de confecções. Nosso trabalho de campo também identificou uma presença de peruanos bem mais tímida do que de paraguaios e bolivianos.

Tabela 3 - Distribuição percentual por país de nascimento dos operadores de máquina de costura não brasileiros no estado de São Paulo²⁸

País de nascimento	Porcentual
Bolívia	84,1%
República da Coreia	0,8%
Paraguai	9,1%
Peru	1,7%
Portugal	1,7%
Outras nacionalidades*	2,2%
Total	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Centro de Estudos Migratórios (CEM - Missão Paz) – Expertise Social, 2013 – Daniel Ribeiro e Tiago Rangel, 2013.

*Chile, Hungria, Itália, Japão, Líbano, Marrocos, Espanha, Egito, Estados Unidos e Uruguai

Tendo em vista as tabelas acima, deveríamos indagar se o que estamos denominando de migrantes da costura não deveria abranger os coreanos, portugueses e os demais migrantes de outras nacionalidades. Demonstraremos que não por meio de outros cruzamentos de dados quantitativos e pelo que se observa em campo. Os demais migrantes não têm sua inserção marcada pelas mesmas características dos migrantes paraguaios, peruanos e bolivianos, que circulam e se fixam na cidade através das **oficinas de costura**. A característica central para definir o que estamos denominando de migrantes da costura é a mediação da migração por meio da oficina de costura. Os valores representados pelos migrantes de *outras nacionalidades* são muito baixos, não há um número substantivo para que se possa inferir mais informações. A Tabela 4 evidencia um padrão que aproxima os migrantes portugueses dos brasileiros que realizam o mesmo tipo de trabalho. A divisão por sexo dos operadores de máquina de costura mostra que a

²⁸ Todos os valores percentuais dos migrantes em relação aos brasileiros tendem a ser subestimados. Para se ter uma ideia, o Censo de 2010 afirmou haver em São Paulo em torno de 20 mil migrantes bolivianos, por outro lado, as estimativas do Consulado e das ONGs que atendem essa população variam entre 200 e 400 mil. A amostra de operadores de máquina de costura de peruanos dos microdados do Censo 2010 é composta por apenas 17 respondentes. O levantamento selvagem de dados no Cami, a partir de 264 fichas, cadastrou 16 peruanos trabalhando na indústria de confecções, número próximo ao que o Censo identificou. Isto evidencia os problemas dos dados do Censo, que tendem a subestimar os migrantes.

atividade é realizada predominantemente por mulheres brasileiras (90,8% de mulheres). Do mesmo modo, entre os migrantes portugueses, são as mulheres que predominam (94,3%). Entre os migrantes das demais nacionalidades, há mais homens, informação que também se confirmou pela observação em campo. Em campo, nas oficinas de paraguaiois, identificamos um predomínio ainda maior de homens bastante jovens que se confirma pelos dados apresentados abaixo.

Tabela 4 - Distribuição percentual por sexo dos operadores de máquina de costura no estado de São Paulo segundo o país de nascimento

País de nascimento	Masculino	Feminino	Total
Bolívia	55,6%	44,4%	100,0%
República da Coreia	53,2%	46,8%	100,0%
Paraguai	63,9%	36,1%	100,0%
Peru	54,6%	45,4%	100,0%
Portugal	5,7%	94,3%	100,0%
Brasil	9,2%	90,8%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Centro de Estudos Migratórios (CEM - Missão Paz) – Daniel Ribeiro e Tiago Rangel, 2013.

Ao realizar o mesmo cruzamento para a RMSP com os dados da Rais²⁹ de 2011 (Tabela 5), observa-se a existência de 30.997 operadores de máquina de costura formalizados e declarados pelos empregadores na RMSP. Desses, 96,3% (29.858) são brasileiros, 2,9% (895) bolivianos e 0,6% (185) paraguaiois³⁰. A distribuição segundo o sexo confirma os dados do Censo. Entre brasileiros, 90,6% são do sexo feminino, 9,4% do sexo masculino; em relação aos bolivianos e paraguaiois tem-se exatamente a mesma divisão conforme o sexo, 67% são do sexo masculino, enquanto 33% do sexo feminino.

Tabela 5 - Divisão por sexo e nacionalidade dos operadores de máquina de costura da RMSP. Rais-2011³¹

Nacionalidade	Masc.	Fem.	Total	% Masc.	% Fem.	% Nac.
Brasileira	2.798	27.060	29.858	9,4%	90,6%	96,3%
Boliviana	600	295	895	67,0%	33,0%	2,9%
Paraguaia	124	61	185	67,0%	33,0%	0,6%
Outras	23	36	59	39,0%	61,0%	0,2%
Total	3545	27.452	30.997	11,4%	88,6%	100,0%

Fonte: Rais 2011 / MTE – elaboração própria.

²⁹ Os dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) captam apenas os trabalhadores formais. Trata-se de estatística gerada a partir da declaração das empresas. Os dados em relação aos migrantes no setor (englobando trabalhadores formais e informais) ficam bastante comprometidos, tendo em vista que eles tendem a ser mais informais do que os brasileiros. No entanto, o dado exprime de forma confiável a divisão de sexo entre os trabalhadores e, ainda, aponta para a importância cada vez maior de paraguaiois no setor: a proporção de paraguaiois em relação a bolivianos é um para quatro.

³⁰ Aparecem ainda outras nacionalidades na lista, ainda que não cheguem a 0,1%, como portuguesa, chilena, peruana, uruguaia, coreana, italiana, argentina, norte-americana, japonesa e chinesa (as demais nacionalidades somadas chegam a 0,2%).

³¹ Agradeço à Bárbara Vallejos Vázquez, técnica do Dieese, que me auxiliou na elaboração desta tabela.

A Tabela 6 mostra o período em que o operador de máquina de costura fixou residência no Brasil. Os dados revelam que os portugueses que declararam trabalhar como operadores de costura fixaram residência no país antes da década de 1980. Isto é, trata-se de um fluxo mais antigo, anterior ao processo de reestruturação produtiva que impulsionou o fluxo dos migrantes da costura, que ocorre através do dispositivo *oficina de costura*. Ou seja, trata-se de outro grupo de migrantes que nada tem a ver com aqueles que engrossaram o mercado de trabalho a partir dos anos 1990. Os coreanos, com grande identidade coletiva e através de mecanismos grupais de financiamento, tiveram uma ascensão social coletiva. Abandonaram a fase da costura e passaram a se dedicar a atividades mais rentáveis dentro desta cadeia produtiva, isto é, a comercialização (FREITAS, 2009; KONTIC, 2001). Desse modo, pode-se inferir que os operadores de máquina de costura coreanos que aparecem nos dados são aqueles mais bem qualificados, em condição diferente dos peruanos, paraguaios e bolivianos; esta informação se confirma na tabela sobre a jornada de trabalho por nacionalidade (Tabela 8). Não pudemos observar em campo oficinas de costura que empreguem coreanos como costureiros tal como se via na década de 1980 e no começo dos anos 1990.

Tabela 6 - Distribuição percentual do período em que o operador de máquina de costura do estado de São Paulo fixou residência no Brasil

	Até 1980	De 1981 a 1990	De 1991 a 2000	De 2001 a 2005	De 2006 a 2010	Total
Bolívia	0,9%	3,9%	20,2%	33,9%	41,2%	100,0%
República da Coreia	0,0%	75,2%	0,0%	0,0%	24,8%	100,0%
Paraguai	0,7%	6,6%	9,3%	20,0%	63,4%	100,0%
Peru	0,0%	4,1%	12,3%	7,8%	75,7%	100,0%
Portugal	91,2%	0,0%	8,8%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Centro de Estudos Migratórios (CEM - Missão Paz) - Daniel Ribeiro e Tiago Rangel, 2013.

A Tabela 6 revela que a maior parte dos migrantes da costura mudou para o Brasil há pouco tempo. Instalaram residência entre 2006 e 2010: entre os peruanos, em torno de 75%; entre os paraguaios, 63%; entre os bolivianos, 41%. Agregando toda a década de 2000, o número cresce para 83%, 83% e 74%, respectivamente. Isto é, trata-se de migração predominantemente recente³². Esta informação corrobora a hipótese

³² Outro viés do Censo que não se pode perder de vista é o fato de que as respostas são dadas por um representante da residência. Provavelmente, entre os migrantes da costura, a maior probabilidade é que os respondentes tenham sido os donos das oficinas e não os trabalhadores. Isto é, aqueles que estão mais bem estabelecidos e há mais tempo no país.

desenvolvida no capítulo 1, de que se trata de migração circulante. Não é de hoje que esses fluxos vêm ao Brasil, já faz 30 anos que esses migrantes estão circulando entre suas cidades de origem, outros destinos migratórios e São Paulo. No entanto, observa-se um predomínio de migrantes que chegaram nos últimos dez anos. Isso deve-se em parte ao incremento desse fluxo nos últimos anos e em parte ao modo como ocorre essa migração, marcada pela circulação. As pessoas não ficam no Brasil, muitos daqueles que chegaram há vários anos já retornaram a suas cidades de origem. Os impactos das crises na Argentina e na Espanha fizeram com que São Paulo entrasse com mais peso como destino migratório dessas populações, isto é, trata-se de segunda ou terceira opção. São Paulo sempre foi preterido como destino para esses migrantes que não dominam o português. Os bolivianos e paraguaios que chegaram em São Paulo antes dos anos 1980 apresentam um perfil bastante diferente dos migrantes da costura³³. A migração de bolivianos na costura é mais antiga, ainda que seja predominantemente recente, esse aspecto também serve para explicar porque as pesquisas acadêmicas tenderam a abordar especificamente os migrantes desta nacionalidade.

Segundo perfis migratórios traçados pela Organização Internacional para Migração – OIM³⁴ dos paraguaios pelo mundo, em 2010, havia mais de 550 mil na Argentina, em segundo lugar apareceria como destino a Espanha, com 135 mil, em terceiro lugar o Brasil, com 40 mil, posteriormente viriam Estados Unidos (20 mil), Canadá (7 mil), dentre outros. Este relatório aponta em média 12% da população paraguaia vivendo em outros países que não o de nascimento (OIM, 2011a, p. 38). Segundo os dados sobre o perfil dos migrantes bolivianos, a Argentina (em 2010) concentrava 345 mil bolivianos, a Espanha (em 2009) teria 222 mil, os EUA (em 2010) com 99 mil e o Brasil apareceria apenas em quarto lugar (em 2001), com 20 mil migrantes (OIM, 2011b, p. 35)³⁵. No caso dos peruanos, o fluxo é mais diversificado do que os paraguaios e bolivianos. Os EUA, em 2011, abrigavam em torno de 31,5% dos migrantes peruanos, em seguida Espanha, com

³³ Esta pesquisa não é um estudo sobre migração de bolivianos, paraguaios e peruanos. Se assim fosse, deveríamos aprofundar a análise sobre os fluxos migratórios mais antigos, compostos em geral por profissionais liberais que fugiram de seus países no contexto de perseguição política das ditaduras militares. Freitas (2009) e Xavier (2010) abordam o perfil de bolivianos composto de advogados, médicos, engenheiros, entre outros, que saíram fugidos da ditadura boliviana. Não há estudos específicos que tratem desses fluxos relacionados aos paraguaios em São Paulo. Em campo, conversamos com paraguaios médicos e engenheiros que vieram nesse período por conta da perseguição da ditadura de Alfredo Stroessner (a mais longa ditadura das Américas, 1954-1989).

³⁴ Os dados da OIM estão embasados nas informações oficiais divulgadas pelos diferentes países. Não há, nesses relatórios, maiores problematizações sobre as questões metodológicas da obtenção dos dados. De todo modo, deve-se ressaltar que as informações sobre os migrantes no Brasil tomam como fonte os dados do Censo, que conforme ressaltamos anteriormente, costumam ser subestimados quando se trata de migrantes irregulares. Todos os valores divulgados pela OIM referentes ao Brasil tendem a estar subestimados. Não sabemos quais foram as metodologias adotadas para geração de dados sobre os outros países, provavelmente também foram assumidos os dados oficiais, que apresentam vieses que devem ser ressaltados.

³⁵ Trata-se de estatísticas oficiais que não captam boa parte dos migrantes irregulares. Ao menos para o Brasil, as informações reafirmadas pela OIM tendem a ser subestimadas.

16%, Argentina com 14%, Itália 10%, Chile 8,8%, Japão 4,1%, Venezuela 3,8%, Canadá com 1,7% e o Brasil aparece como o nono destino, totalizando apenas 1,5% dos peruanos que vivem no exterior (OIM, 2012, p. 88). Apesar dos problemas metodológicos para aferir esses dados, pode-se concluir que o Brasil não é destino cobiçado e privilegiado desses fluxos migratórios. Entra como opção quando a situação dos outros lugares piora. Isso deve ser ressaltado para que não se superestime o tamanho do fluxo migratório transnacional para o Brasil, em especial para São Paulo, em relação a outros contextos.

Entrevistamos Luís Fernando³⁶, um paraguaio de Caaguazú, de 33 anos, que migrou em busca de trabalho para Buenos Aires em 2002 (com 22 anos). O país já estava em crise, mas foi o destino migratório que lhe pareceu mais viável, tendo em vista a falta de oportunidades no Paraguai e a oferta de trabalho e moradia em uma oficina de costura em Buenos Aires por parte de um familiar. Luís Fernando tinha como meta ajudar a mãe a melhorar suas condições de vida e, assim, ficou quatro anos no país. Em um dos retornos ao Paraguai, ele identificou o impacto das remessas de outros migrantes que tinham ido à Espanha, que permitiram a reforma ou construção de boas casas. Assim, ele planejou uma ida à Europa para conseguir juntar mais recursos e enviar para sua cidade natal. Sem dinheiro para financiar a viagem à Espanha, sabendo que o número de pessoas deportadas do país era crescente, ainda mais naquele momento em que se iniciava uma crise econômica, todos parentes e amigos desencorajaram-no de seguir na empreitada. Mesmo assim, em 2007, ele hipotecou sua casa e, através de uma agência de viagens especializada em passar migrantes com visto de turista para a Europa, entrou no país em voo pela Itália. Ficou dois dias no hotel que a agência tinha reservado, devolveu à agência os mil euros que haviam sido emprestados para o *mise-en-scène* de turista e, em seguida, rumou a Madri. Luís Fernando trabalhou por dois anos no país e conseguiu enviar remessas significativas para sua mãe, ainda que fossem menores do que esperava inicialmente. A crise na Espanha dificultou sua inserção no mercado de trabalho local. Passados dois anos, ele teve alguns problemas de saúde, ficou três meses sem poder trabalhar e, com o agravamento da crise, decidiu retornar ao Paraguai em janeiro de 2009. Ainda não tendo logrado a meta de construir uma casa e um comércio para sua mãe, após três meses em seu país, decide migrar novamente. Ele planejava voltar à Argentina, por se tratar de destino prioritário dos paraguaios e de já ter estabelecido uma rede onde poderia se

³⁶ A entrevista com Luís Fernando durou cerca de duas horas. Para compor este breve relato de sua trajetória, utilizei os dados colhidos por mim e por Porfirio Leonor Ramírez Villar, um migrante paraguaio que auxiliei em sua iniciação científica no curso de Relações Internacionais – UNIP. Villar foi quem apresentou Luís Fernando para mim. Esta trajetória está marcada pelo que vem sendo denominado de *paradigma da mobilidade*, aspecto que será analisado à frente.

reinserir. Mas eis que, em maio de 2009, uma prima o convida para trabalhar no Bom Retiro, na cidade de São Paulo, como ajudante geral em uma oficina de costura, ganhando em torno de 450 reais por mês. Desde então, Luís Fernando está em São Paulo, já conseguiu melhorar sua renda e hoje trabalha como ajudante geral em uma confecção, não opera máquinas de costura, tem carteira assinada e planeja voltar ao Paraguai após terminar a construção do comércio no qual está investindo suas economias.

O breve relato desta trajetória evidencia o período em que São Paulo surge para o entrevistado como um destino migratório, depois de considerar Argentina e Espanha. Além disso, revela a circulação e não a fixação do migrante, pois não há no horizonte o estabelecimento e a integração nesses contextos diferentes; trata-se de acumular recursos para remeter à cidade de origem, aos parentes que ficam.

Retornando aos dados do Censo 2010, vale a pena traçar o perfil da posição na ocupação/categoria de emprego dos migrantes da costura (Tabela 7). Esta tabela informa três questões importantes: o percentual de trabalhadores formalizados através da CLT, o percentual de informalidade do setor e, ainda, o número de pessoas que afirmam trabalhar por conta própria, isto é, aqueles que diziam trabalhar explorando seu próprio empreendimento, sozinho ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado³⁷. Isto é, a variável indica o percentual de empreendedores, que podem estar formalizados ou não. O percentual de trabalhadores com carteira assinada é bastante baixo no setor, mas os brasileiros (com 30%) se encontram em posição bastante privilegiada se comparados aos bolivianos, paraguaios e peruanos (com cerca de 10%). Em torno de 40% dos paraguaios operadores de máquina de costura estão informais na cidade. A cifra para os bolivianos é de 27%. Ao se somar os empregados sem carteira de trabalho com os operadores de máquina de costura por conta própria, tem-se 88% dos bolivianos sem carteira assinada, 89% dos paraguaios e 89% dos peruanos. Nos últimos anos, como veremos no último capítulo, tem-se aumentado a formalização dos trabalhadores. Esse movimento ocorreu não através do aprofundamento do assalariamento com CLT, mas do empresariamento desses trabalhadores de baixa qualificação. É interessante ver como o número de empregadores é baixíssimo, mesmo sabendo que as oficinas de costura, em geral onde trabalham esses migrantes, têm um oficinista responsável pelo estabelecimento. De todo modo, eles não se avaliam como empregadores.

³⁷ Informações do documento “Descrição das variáveis”, variável V0648, p. 47. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/descricao_das_variaveis_censo_2010.pdf. Acesso em: 28/08/2013.

Tabela 7 - Distribuição percentual da posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal dos operadores de máquina de costura no estado de São Paulo conforme país de nascimento

País de nascimento	Empregada(o) com carteira de trabalho assinada	Empregada(o) sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregadora(or)	Não remunerada(o)	Total
Bolívia	10,5%	27,9%	60,7%	0,6%	0,2%	100,0%
República da Coreia	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Paraguai	9,0%	40,6%	48,9%	1,5%	0,0%	100,0%
Peru	10,2%	4,1%	85,7%	0,0%	0,0%	100,0%
Portugal	16,8%	24,8%	58,5%	0,0%	0,0%	100,0%
Brasil	30,7%	23,4%	44,3%	0,6%	1,0%	100,0%
Total	28,8%	23,9%	45,9%	0,6%	0,9%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Centro de Estudos Migratórios (CEM - Missão Paz) – Daniel Ribeiro e Tiago Rangel, 2013.

A Tabela 8 apresenta a distribuição de horas trabalhadas pelos migrantes que operam máquinas de costura. Os coreanos são de longe os que tem as menores jornadas. Isto é, reforça-se a hipótese de que eles não se inserem no setor do mesmo modo que os paraguaios, peruanos e bolivianos. Por volta de 85% das jornadas dos bolivianos transitam pelo permitido por lei brasileira, isto é, 44 horas semanais e mais 10 horas extras, totalizando no máximo 54 horas semanais. É relevante notar os valores que extrapolam o permitido por lei: dizem trabalhar mais do que 54 horas por semana 15% dos bolivianos entrevistados, 22% dos paraguaios e 64% dos peruanos³⁸. Esta cifra para os brasileiros é a menor, atingindo menos de 10%. Esta informação é confirmada em campo, ainda que pelos relatos colhidos indicaríamos um percentual maior de jornadas mais extensas. A grande maioria de migrantes da costura que conversamos relataram jornadas de no mínimo 10 horas diárias semanais, mais meia diária aos sábados, o que totalizaria em torno de 55 horas por semana.

³⁸ Este dado difere em demasia dos outros, provavelmente deve-se à inconsistência da amostra. Como foi dito anteriormente, o padrão das respostas dos operadores de máquina de costura peruanos é o que mais difere do restante, provavelmente por conta do tamanho da amostra.

Tabela 8 - Distribuição percentual da quantidade de horas que os operadores de máquina de costura do estado de São Paulo trabalhavam habitualmente por semana conforme país de nascimento

País de nascimento	1-29 horas	30-39 horas	40-44 horas	45-54 horas	55-65 horas	Mais de 66 horas	Total
Bolívia	10,0%	3,6%	41,5%	31,0%	9,3%	4,6%	100,0%
República da Coreia	66,5%	0,0%	8,7%	24,8%	0,0%	0,0%	100,0%
Paraguai	17,3%	0,0%	44,3%	16,0%	10,7%	11,7%	100,0%
Peru	3,1%	8,0%	2,8%	22,1%	7,8%	56,2%	100,0%
Portugal	39,1%	5,7%	46,1%	9,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Brasil	19,7%	6,9%	46,3%	18,4%	5,7%	3,0%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Centro de Estudos Migratórios (CEM - Missão Paz) – Daniel Ribeiro e Tiago Rangel, 2013.

Para dirimir a dúvida se os portugueses deveriam ser considerados migrantes da costura ou não, como estamos considerando paraguaios e bolivianos e, em menor medida, os peruanos, deve-se atentar para a Tabela 9. 100% dos portugueses operadores de máquina de costura têm mais de 40 anos e mais de 80% tem mais de 50 anos de idade. Essas pessoas migraram há bastante tempo e são mais velhas do que os atuais migrantes da costura. Quase 70% dos paraguaios operadores de máquina de costura têm menos de 29 anos. Esta informação se confirmou em campo. Salta à vista como os atuais migrantes paraguaios são de modo geral muito jovens, com um número bastante elevado de trabalhadores com menos de 25 anos. Os bolivianos também são bastante jovens, 58% entre 19 e 29 anos, 26% entre 30 e 39 anos. Os migrantes da costura mais velhos, com mais de 40 anos, tendem a ser os donos das oficinas. Trata-se dos pioneiros que, em geral, trabalharam para coreanos nos anos 1990 e que depois se tornaram os donos das oficinas de costura. A presença dessa população mais velha é importante para fazer operar o dispositivo circulatório e de fixação de migrantes em São Paulo. Eles ativam suas redes de parentesco e amigos para que venham à cidade trabalhadores dispostos ao ofício da costura nas condições oferecidas.

Tabela 9 - Distribuição percentual da faixa etária dos operadores de máquina de costura do estado de São Paulo conforme nacionalidade

	Até 12 anos	De 13 a 18 anos	De 19 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Bolívia	0,4%	3,6%	58,9%	26,0%	9,9%	0,3%	0,9%	100,0%
República da Coreia	0,0%	0,0%	51,4%	0,0%	22,0%	13,3%	13,3%	100,0%
Paraguai	0,0%	13,6%	55,8%	18,8%	9,3%	2,5%	0,0%	100,0%
Peru	0,0%	18,7%	52,4%	15,4%	4,1%	9,4%	0,0%	100,0%
Portugal	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17,7%	51,6%	30,7%	100,0%
Brasil	0,3%	2,7%	14,8%	20,0%	28,4%	22,2%	11,6%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Centro de Estudos Migratórios (CEM- Missão Paz) – Daniel Ribeiro e Tiago Rangel, 2013.

Ainda com o objetivo de traçar um perfil médio desses migrantes da costura, têm-se os dados sobre os rendimentos (Tabela 10). Entre 80% e 90% dos operadores de máquina de costura das diferentes nacionalidades, com exceção dos coreanos, recebem no máximo dois salários mínimos mensais. Isso evidencia que não há muita diferença salarial em relação aos rendimentos conforme nacionalidade. Se há diferença em relação à formalização, como mostramos anteriormente, isso não se expressa em termos de ganhos mensais. Brasileiros e migrantes tendem a receber valores muito próximos. Ao mesmo tempo, a jornada de trabalho dos migrantes tende a ser mais extensa do que a dos brasileiros e coreanos (Tabela 8). Um pouco menos de 50% dos paraguaios recebe até um salário mínimo, já os bolivianos se posicionam melhor, apenas 31% recebem menos de um salário mínimo; nesse sentido os bolivianos se encontram até mesmo em posição melhor do que os brasileiros (38% recebem até um salário mínimo).

Tabela 10 - Distribuição percentual da faixa salarial do rendimento em todos os trabalhos do operador de máquina de costura da RMSP por país de nascimento (salário mínimo de referência em 2010 - R\$510,00)

	Sem rendimentos	Até 1/4 SM	Mais de 1/4 até 1/2 SM	Mais de 1/2 até 1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 até 20 SM	Total
Bolívia	0,7%	0,0%	0,1%	31,3%	56,6%	6,4%	4,1%	0,6%	0,2%	100,0%
República da Coreia	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	78,0%	22,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Paraguai	0,0%	0,0%	5,6%	40,2%	43,6%	7,8%	2,8%	0,0%	0,0%	100,0%
Peru	0,0%	0,0%	0,0%	74,7%	11,1%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Portugal	0,0%	0,0%	8,1%	39,9%	40,5%	7,6%	0,0%	3,9%	0,0%	100,0%
Brasil	1,7%	1,9%	5,5%	29,7%	49,7%	7,4%	3,1%	0,9%	0,2%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Centro de Estudos Migratórios (CEM - Missão Paz) - Daniel Ribeiro e Tiago Rangel, 2013.

Buscou-se mostrar em linhas gerais as características do que denominamos de migrantes da costura, ou seja, os migrantes transnacionais que circulam e que se fixam no país através das oficinas de costura (tornaremos à questão no capítulo 1). Se os dados do Censo mostram a existência de um número relativamente elevado de portugueses e coreanos no setor, ficou claro pelos próprios dados que não se trata de trabalhadores mobilizados para o mesmo tipo de atividade e nas mesmas condições. Os migrantes da costura são majoritariamente bolivianos e paraguaios, com um número pequeno de peruanos. De todo modo, não nos assustaria se em breve começasse, por exemplo, a ser identificada a existência de migrantes africanos e haitianos na costura. Percebeu-se pela observação na Missão Paz³⁹ um incremento bastante recente desses fluxos na cidade e já há alguns indícios, ainda que não sejam claros, de incorporação de migrantes de outros continentes no ramo da costura. Para que isto se confirme como tendência será necessário a constituição de uma rede de migrantes, como, por exemplo, ocorreu no caso dos paraguaios e bolivianos, que esteve imbricada, em sua origem, com o trabalho de coreanos (FREITAS, 2009).

Como evidenciamos, não fazia sentido manter uma abordagem que excluía migrantes de outras nacionalidades que participavam de modo semelhante no circuito da cultura. Essa constatação ocorreu ao mesmo tempo em que as leituras realizadas denunciavam a postura do chamado *nacionalismo metodológico* (WIMMER e SCHILLER, 2002), ou das lentes étnicas que operavam nos estudos de migração (SCHILLER e ÇAĞLAR, 2006). Trata-se de posturas que perdem de vista o caráter relacional e situado dessa migração em relação ao espaço em que ocorre. Pouco se pode compreender dos fluxos migratórios que gravitam ao redor das oficinas de costura se ficarmos fechados em uma abordagem etnicizante sobre tais fluxos.

Em São Paulo, a distribuição territorial dos migrantes da costura segue alguns eixos que se relacionam com a própria dinâmica da indústria do vestuário. Na história da cidade, as regiões centrais, em especial o Bom Retiro e o Brás, foram os espaços em que houve a concentração de comercialização de vestuário. Os migrantes da costura tendiam a se situar nessas regiões. Com o encarecimento dos aluguéis, dos valores cobrados pelo espaço, eles tenderam a instalar suas oficinas de costura nas regiões periféricas da cidade. De todo modo, essa dispersão não seguiu sentidos aleatórios. Esse movimento seguiu em direção às Zonas Leste e Norte. Para Freire (2008, p. 53-54), o desenvolvimento dessas

³⁹ A Missão Paz é o conjunto de ações e atividades realizadas pelos scalabrinianos em São Paulo, como Pastoral do Migrantes, Centro de Estudos Migratórios, Casa do Migrante, etc. Descreveremos detalhadamente a Missão Paz no terceiro capítulo.

regiões ocorreu em compasso com as transformações do centro expandido da cidade. Nesse sentido, deve-se considerar a infraestrutura urbana que possibilita a circulação de pessoas e de mercadorias entre as regiões de produção e as regiões de comercialização da vestimenta. Os migrantes da costura não fluíram para as regiões periféricas do sul de São Paulo, se dispersaram no espaço em direção às zonas leste e norte, chegando a ultrapassar a fronteira municipal e a se instalar em outros municípios da Grande São Paulo (Guarulhos, Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos).

O mapa abaixo evidencia a distribuição dos operadores de máquina de costura no ano de 2000 nas diferentes regiões da RMSP. Deve-se destacar que não se trata de recorte específico dos migrantes, mas dos operadores de máquina de costura de modo geral. Pode-se observar uma concentração maior desses trabalhadores no extremo da zona leste de São Paulo e em Guarulhos.

Mapa 1 - RMSP. Operadores de máquina de costura segundo distrito de residência em 2000 – Censo 2000

Fonte: Souchaud, 2008 *apud* Xavier, 2010, p. 95

Já o Mapa 2 evidencia a distribuição dos migrantes **bolivianos** em São Paulo. Nota-se a tendência de localização dessas populações na região central, no Bom Retiro, Brás e arredores. A dispersão segue os mesmos eixos de localização dos operadores de máquina de costura, isto é, as zonas norte e leste da cidade.

Mapa 2 - RMSP. Distribuição da população nascida na Bolívia, por local de residência (área de ponderação, 2000)

Fonte: Souchaud, 2008 *apud* Xavier, 2010, p. 122

Por fim, a trajetória de Luís Fernando, esboçada anteriormente, apresenta a importância das remessas para fazer operar os processos migratórios. O migrante se coloca em movimento para poder enviar aos que ficam recursos para melhorarem a situação de vida. O deslocamento ocorre para garantir a permanência, para qualificar a presença dos que ficam. Nesse sentido, nota-se que a experiência migratória é necessariamente uma experiência coletiva. Trata-se de colocar-se em movimento para fazer com que os parentes e familiares permaneçam, a mobilidade está imbricada no sedentarismo. A migração aparece como possibilidade de aferir melhores rendimentos que serão desfrutados coletivamente.

Capítulo 1: A indústria do vestuário, as oficinas de costura e a migração circulante

1.1 A indústria do vestuário:

1.1.1 Panorama geral

Nesta pesquisa não nos ateremos à indústria têxtil, ou mesmo à indústria de confecções como um todo. O ponto que mais nos interessa se refere ao papel desempenhado pelas **oficinas de costura** no setor e sua relação com o que chamamos de migração da costura. O caso de fiscalização envolvendo a Zara teve ação realizada nesta fase da produção. De qualquer modo, vale a pena apresentarmos, em linhas gerais, o panorama desse segmento produtivo em São Paulo e no mundo.

A indústria têxtil e de confecções apresenta uma cadeia produtiva bastante longa e composta por várias etapas interdependentes. A indústria têxtil está imbricada em diversos grandes setores industriais, como a indústria química (provedora de fibras químicas ou manufaturadas e insumos para tinturaria e acabamento), indústria agropecuária (provedora de fibras animais ou vegetais); esta primeira etapa produz os insumos para a **fiação**. Uma segunda etapa se refere à **tecelagem**, que demanda intensa utilização de equipamentos especializados e oriundos da indústria de máquinas, conjugada às tecnologias de automação e softwares. Há ainda a fase do **acabamento** ou **beneficiamento**, que confere ao produto algumas propriedades específicas após a produção do tecido. Por último, a etapa final diz respeito à **confecção**, onde são desenvolvidos os desenhos, a confecção de moldes, o encaixe, o corte e a costura. Na indústria de confecção, os produtos podem tomar a forma de vestuário, de artigos para o lar (cama, mesa, banho, decoração e limpeza) ou para a indústria (filtros, embalagens, componentes para automóveis, etc.). (GARCIA e CRUZ-MOREIRA, 2004; HIRATUKA et. al., 2008).

Dessas etapas, as que absorvem com maior intensidade os avanços tecnológicos se referem à tecelagem e à fiação (fibras químicas). Em relação à indústria de confecções, pode-se avaliar o avanço das tecnologias relacionadas ao corte do tecido e ao *design* da produção, mas a costura não teve diminuição na quantidade de força de trabalho necessária para a sua produção⁴⁰. Este é o momento da cadeia que demanda força de trabalho de modo mais intensivo.

⁴⁰ Keller (2006) aponta que as principais tecnologias desenvolvidas que se referem à produção dos tecidos dizem respeito à introdução do filatório *open-end* no segmento da fiação e dos teares sem lançadeira nos segmentos de tecelagem. Essas técnicas

Ao se olhar pra o setor em âmbito mundial, a possibilidade de fragmentar o processo produtivo em etapas resultou em uma cadeia produtiva integrada internacionalmente e comandada por grandes empresas especializadas na gestão da marca e da comercialização. Esse processo implicou, em termos globais, uma transferência das etapas mais intensivas em força de trabalho para países com custos salariais mais baixos⁴¹.

Tabela 11 - Produção mundial de vestuário em toneladas em 2009

País	Vestuário	Participação em %
China	19.709.000	48,96%
Índia	2.819.000	7,00%
Paquistão	1.535.000	3,81%
Brasil	1.169.000	2,90%
Turquia	1.070.000	2,66%
Coreia do Sul	968.000	2,40%
Itália	968.000	2,40%
México	951.000	2,36%
Malásia	651.000	1,62%
Polônia	622.000	1,55%
Taiwan	578.000	1,44%
Romênia	518.000	1,29%
Tailândia	453.000	1,13%
Sri Lanka	450.000	1,12%
Indonésia	445.000	1,11%
Outros	7.352.000,00	18,26%
TOTAL	40.258.000	100,00%

Fonte: IEMI, 2011 (*apud* CNI, 2012).

Como se pode depreender a partir da Tabela 11, em 2009 a China era a grande produtora de vestuário no globo, com participação de quase 50% no total da produção. O Brasil também se encontrava em posição de destaque nesse mercado, ocupando a quarta posição no mercado mundial, atrás apenas da China, Paquistão e Índia. Outro fato

permitiram um fluxo produtivo mais contínuo e o aumento da produtividade. No setor das confecções, as principais inovações se referem ao desenvolvimento do *design*, *marketing* e o corte dos tecidos, que passaram a usar o sistema CAD/CAM (*computer aided design/computer aided manufacturing*). De todo modo, se essas inovações conseguiram diminuir substantivamente a quantidade de trabalho necessário para a produção e os cortes dos tecidos, não houve avanços tecnológicos relacionados à etapa da costura, que segue sendo a parte mais intensiva de demanda de força de trabalho para a confecção dos produtos da cadeia.

⁴¹ Em abril de 2013, esteve presente em todos os jornais o caso do desabamento de uma confecção em Daka, capital de Bangladesh, em que mais de 1.120 pessoas morreram soterradas e cerca de duas mil foram feridas. A lógica da concorrência no setor impacta diretamente na organização e divisão global da produção. Em Daka, a produção desta indústria voltava-se para o mercado externo e empregava mais de quatro milhões de trabalhadores, que recebem um salário mínimo de 38 dólares mensais, um dos menores salários do planeta. A maior parte das grandes marcas e grifes importam produtos deste país. No caso do desabamento, foram encontradas entre os destroços etiquetas das seguintes marcas: The Children's Place, DressBarn e WalMart (EUA), Joe Fresh e Loblaws (Canadá), Mango e El Corte Inglés (Espanha), Matalan, Monsoon e Primark (Reino Unido), C&A (Holanda), Kik (Alemanha) e Benetton (Itália). (HASHIZUME, 2013).

interessante a se observar na tabela é a ausência de países do capitalismo avançado na produção de vestuário (com exceção da Itália), uma vez que os custos com mão de obra nessas localidades são demasiadamente elevados, as empresas preferiram transferir a parte da produção que demanda intensa força de trabalho para lugares em que os custos fossem mais baixos. No caso brasileiro, a estrutura de emprego do setor, desde os anos 1990, sofreu bastante com o “custo chinês”, que aumentou a competitividade e jogou os preços do varejo nacional da indústria de confecções para baixo (RIZEK; GEORGES; FREIRE; 2010).

Por mais que o Brasil tenha posição de destaque na produção de vestuário, isso não quer dizer que o país seja um grande exportador, na realidade o Brasil importa mais do que exporta e a sua produção é destinada ao mercado nacional. Os grandes produtores e exportadores são os três primeiros países da tabela (China, Índia e Paquistão). Na Tabela 12, pode-se observar a participação do setor (têxtil e confecção) na importação e exportação nacional. Deve-se notar que nos últimos anos o Brasil aumentou consideravelmente suas importações, concomitante a uma diminuição das exportações. Esse dado é importante, pois as condições de trabalho das oficinas de costura variam segundo a lógica da concorrência que estrutura o setor. É importante situarmos o que ocorre em São Paulo atrelado à lógica global do setor.

Tabela 12 - Importações e exportações do setor têxtil e de confecção no Brasil

Período	Valor das importações e participação no total importado		Valor das exportações e participação no total exportado	
	Valor das importações (sem inclusão das fibras de algodão), em US\$ FOB ⁴²	Participação no total importado	Valor das exportações (sem inclusão das fibras de algodão) em US\$ FOB	Participação no total exportado
2006	2,2 bi	2,40%	1,8 bi	1,30%
2007	2,9 bi	2,40%	1,9 bi	1,20%
2008	3,7 bi	2,10%	1,7 bi	0,90%
2009	3,5 bi	2,70%	1,2 bi	0,80%
2010	4,9 bi	2,70%	1,45 bi	0,70%
2011	6,1 bi	2,70%	1,45 bi	0,50%

Fonte: AliceWeb/MDIC – Elaborado por CNI (2012).

Outro dado relevante da dinâmica macroeconômica do setor no Brasil refere-se ao aumento da produção nacional na indústria de confeccionados e têxtil nos últimos anos (ver Tabela 13). Apesar de a importação ter crescido substantivamente, a produção

⁴² US\$ FOB é uma das medidas padrão que se utiliza para exprimir valores referentes ao comércio internacional. FOB significa *Free On Board*. Trata-se do valor monetário que é comercializado considerando que o exportador é responsável pela mercadoria até seu embarque no navio indicado pelo comprador.

brasileira também aumentou entre 2006 e 2010, apresentando uma taxa de crescimento de confeccionados próxima a 25% (o crescimento da produção têxtil foi inferior, em torno de 15%)⁴³.

Tabela 13 - Produção por segmento em mil toneladas (Brasil)

Ano	Segmento	Produção em toneladas
2006	Têxtil	1.956
	Confeccionado	1.586
2007	Têxtil	1.999
	Confeccionado	1.702
2008	Têxtil	2.078
	Confeccionado	1.837
2009	Têxtil	2.089
	Confeccionado	1.850
2010	Têxtil	2.249
	Confeccionado	1.971

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IEMI, 2011 (*apud* CNI, 2012).

Tendo em vista o papel desta indústria para a dinâmica urbana de São Paulo, vamos nos ater às transformações na estrutura de empregos e na gestão da produção da indústria de vestuário nos últimos anos. Em relação às transformações na estrutura de emprego, o que mais nos interessa se refere à costura, etapa do processo produtivo que emprega o trabalho migrante. Como vem sendo amplamente debatido pelas ciências econômicas e pelas ciências sociais, na virada dos anos 1980-1990, de forma geral, os processos de reestruturação produtiva impactaram fortemente a dinâmica industrial urbana das grandes cidades. Em relação à indústria de vestuário, houve diminuição intensa da quantidade de empregos formais na RMSP, no entanto, isso não significou uma contração do setor na região. Dos anos 2000 para os dias de hoje, percebe-se um aumento da formalização, num sentido inverso do que ocorreu na década anterior. Segundo Freire (2008), a participação da indústria de confecções na economia da RMSP ganhou destaque e peso desde os anos 1990.

⁴³ Esses valores referem-se ao mercado nacional, infelizmente não conseguimos os dados específicos sobre essa dinâmica na Região Metropolitana de São Paulo. De qualquer modo, segundo impressões dos entrevistados, houve expansão do setor na RMSP, que pode ser considerada a maior e mais importante região da produção nacional de confeccionados e têxtil.

1.1.2 Contextualização sobre a reestruturação produtiva⁴⁴

Se a indústria de confecções não perdeu peso na economia urbana da RMSP na virada dos 1980-1990, isso não quer dizer que ela tenha se mantido do mesmo modo. Houve um processo profundo de reestruturação produtiva que tocou intensamente a forma de organização do setor. Para que possamos aprofundar a descrição sobre essas modificações ao longo dos últimos anos, vejamos a trajetória de Rosana⁴⁵, dona de confecção de médio porte que iniciou suas atividades no final dos 1980. Trata-se exatamente do período de transformação do mercado de vestuários, que teve impactos na forma da gestão da produção e na estrutura de empregos do setor, que marca até hoje o modo como é feita a produção. Rosana, quando foi entrevistada, acabara de passar por uma fiscalização do MTE, na qual foi responsabilizada por reduzir os trabalhadores à condição análoga à de escravo.

Rosana é proprietária de uma empresa de confecção que tem uma fábrica com um número grande de trabalhadoras. Antes das fiscalizações do MTE, ela tinha uma cifra de cerca de 400 costureiras trabalhando em sua planta fabril e tinha projetos de ampliação – é importante frisar que essa indústria chegava a ser de médio porte e se instalava em Americana, e não na RMSP. Além da produção propriamente dita, Rosana fazia a intermediação entre grandes marcas da ponta da cadeia e oficinas de costura. Sua empresa produzia para Zara, Billabong, Levi's, Zoomp, Lacoste, dentre outras grifes. Sua confecção foi fiscalizada no caso Zara pelo MTE (GRTE de Campinas – Gerência Regional do Trabalho e Emprego) como empresa intermediária que, além de produzir diretamente cerca de 70% das encomendas, subcontratava de pequenas oficinas a outra parte da costura. De acordo com a entrevistada, a empresa estava passando por uma profunda crise, pois teve seus contratos rompidos após a divulgação do caso de trabalho escravo na rede da Zara. Segundo Rosana, no momento da entrevista ela estava reestruturando o negócio com objetivo de vendê-lo.

A empresa em questão era especializada no que a entrevistada denomina como *private label*⁴⁶ para as grandes marcas. Nos anos 1980, ela fazia apenas a parte da costura.

⁴⁴ Há uma série de pesquisas que abordam exatamente os impactos da reestruturação produtiva no setor. Nosso intuito não é aprofundar a análise neste ponto, uma vez que o tema já vem sendo largamente discutido (FREIRE, 2008; LIMA, 2002; KONTIC, 2001; dentre outras). O que queremos é simplesmente dar o pano de fundo para aprofundar a análise sobre as transformações recentes, dos anos 2000 aos dias de hoje, das formas de gestão dos migrantes na cidade e a relação com a indústria do vestuário.

⁴⁵ Entrevista realizada em junho de 2012.

⁴⁶ *Private label* é o oferecimento de produtos manufaturados ou serviços de uma empresa para que outra imprima nessa mercadoria a sua marca antes de vendê-la no mercado.

Nos anos 2000, a confecção assumiu para si toda a responsabilidade pela elaboração dos produtos. Representantes das marcas iam ao seu *showroom* e escolhiam em quais produtos lhes interessava colocar a etiqueta e levar às suas lojas. Até mesmo o processo de elaboração, de criação das vestimentas, foi terceirizado pelas grandes marcas e Rosana realizava internamente. Sua empresa atualmente é responsável por todo o processo produtivo, da elaboração (ela mesma viaja constantemente para a Europa e os Estados Unidos para identificar as tendências), passando pela confecção das peças piloto (ela possuía, antes das demissões causadas pela crise, um escritório com 35 *piloteiras*⁴⁷), culminando na costura e no acabamento (que eram parcialmente terceirizados). Restava à revendedora a tarefa de agregar valor às peças por meio de sua marca e vendê-las no mercado⁴⁸.

Rosana tinha um pouco menos de 50 anos, era natural de Americana, onde foram instaladas suas fábricas. Ela nos concedeu a entrevista em seu *showroom* em São Paulo, no bairro do Itaim Bibi. Ela fundou a empresa após se formar em administração:

Eu comecei a minha empresa aos 22 anos de idade, em 1987. Montei a empresa sozinha. Ela nasceu na garagem, no quintal. Eu fazia mão de obra para outras empresas, o *private label*, **num momento em que começava a se falar em terceirização**. Até então as grandes confecções elas eram verticalizadas, elas produziam. Começava um novo processo de verticalização, que é onde eu acho que **começou a transferência de responsabilidade e de custo para outras empresas**. Então, o objetivo, naquele momento, **era transferir parte da produção que não se conseguia fazer internamente**. Comecei a confecção fazendo mão de obra para grandes marcas, quando elas tinham suas fábricas e começavam a procurar outras fábricas somente para costurar. Então, a nossa fábrica era voltada para costurar para marcas como Forum, Zoomp, entre outras, quando elas começaram a terceirizar a parte de costura. **Elas cortavam internamente, elas arrematavam internamente**. Essa foi a primeira etapa de terceirização no Brasil. Eu comecei com 15 funcionários. Em três anos fui para 300 funcionários. **Cresci exponencialmente porque o momento era muito bom para mim, as empresas estavam terceirizando**. No começo, ainda nos anos 1980, as empresas terceirizavam apenas a costura. **Na década de 1990 elas começaram a terceirizar tudo. Começaram com a costura. Depois, descobriram que fazer o acabamento era outra roubada. Daí a gente se especializou em acabamento. Depois eles entenderam que não valia a pena cortar, eles não queriam mais, porque teria que transportar, tem custos e toda uma logística. Transferiram os cortes também. Então, a gente foi investir em máquinas de corte, em processos produtivos. Daí a gente foi atrás disso, de modelagem, modelista... Daí o complexo foi ficando mais complexo. As fábricas de confecção terceirizaram**

⁴⁷ *Piloteiras* são as costureiras mais qualificadas, que desenvolvem a peça piloto a partir do desenho no papel.

⁴⁸ Ao longo deste texto, buscaremos apresentar trechos das entrevistas realizadas. As informações fornecidas pelos entrevistados devem ser estranhadas, deve-se localizar de onde fala cada um dos entrevistados, situá-los em um contexto para que se consiga compreender os fenômenos que tentaremos explicar. Todos os nomes dos entrevistados – empresários, representantes do estado e costureiros – serão mantidos em sigilo. Todas as transcrições foram editadas: traduzidas para o português aquelas faladas em espanhol ou *portunhol* e foram suprimidos alguns vícios típicos da língua falada, além de eliminados alguns trechos repetitivos.

praticamente todo o seu processo produtivo. Com o que elas ficaram? **Com a inteligência do negócio, que é a venda, o desenvolvimento de produto, a criação, a pesquisa e o marketing. Depois nem o desenvolvimento de produto eles faziam.** Nos anos 2000 o mercado começou a apertar, de forma geral, começou-se a falar em otimização de custo, virou moda a quarteirização. A primeira etapa que terceirizou da cadeia foi nós, quando eu surgi com a minha empresa. **A gente só escutava que a gente tinha que quarteirizar para não ter custo fixo, porque não tinha cliente fixo.** Daí eu comecei a quarteirizar aquilo que eu não conseguia terceirizar mais. Vou te explicar uma coisa muito séria que acontece nessa cadeia produtiva: o cliente fica no topo dessa cadeia, no meio estou eu, intermediária. Minha empresa teve que tomar o corpo da empresa inicial, com toda a estrutura industrial, só que a ponta não repassa o custo para baixo [a entrevistada explica ao mesmo tempo em que desenha a cadeia, em que na ponta se encontra a marca, ela no meio e, no final, pequenas oficinas de costura]. Por quê? **Porque não temos contrato.** Não têm mínimos. Não tem garantia. Não tem nada. Se eu coloco em minha empresa 300 pessoas trabalhando, amanhã o cara fala que não vendeu nada. **Daí ele não me manda uma peça de roupa, só que eu não tenho marca, não tenho mercado, eu só vivo de produção, este é o meu negócio.** Então, eu não consigo manter aqui um volume de funcionários que eu possa me responsabilizar. O normal deveria ser: você senta com um cliente, faz um planejamento, define o volume de produção, isso deveria ser o normal. Daí fecharia os termos, comprometeria de tal e tal forma. **Só que não é assim, ele só se compromete no período em que ele vende, e eu não consigo planejar uma produção. Não consigo tirar e pôr gente do jeito que for, como o mercado atende. Chega em janeiro, a gente não trabalha. Fevereiro, não tem serviço. Julho tem baixa. Não tem o que fazer.** O que as fábricas fizeram? Quando elas deixaram de costurar e passaram toda a responsabilidade para a intermediária, essa intermediária teve que fazer o que? **Teve que abrir um monte de pequenas fábricas, sem estrutura como a da fábrica maior, para poder dar o suporte para a intermediária, para vender para a da ponta. Então, abriram-se fábricas pequenas, uma com 10, outra com 15 pessoas, outra com 20 e assim por diante. As empresas fracionaram essas fábricas no processo produtivo. Por quê? Porque no tempo de baixa eu tenho uma fábrica de 10, que de repente vai buscar outro cliente, que de repente tem outro equilíbrio.** Assim, eu não seguro esse custo sozinha. É muito confortável para essa marca não ter esse planejamento, porque ela transferiu essa responsabilidade para mim, eu tive que me virar aqui para equacionar o meu tamanho. O que eu fiz? Montei a minha estrutura de produção para um número que era o que eu conseguia ter de linearidade ao longo do ano. Mantenho 50, até 70% da costura internamente. Ficava uns 25, 30% como margem de manobra para eu passar para fora. A nossa capacidade era 60 mil por mês, a gente fazia 15 mil por fora. (...) Nos anos 2000 começa a pesar a concorrência global. A gente tinha um contrato com a Levi's, fazíamos uma produção violenta para eles e de um semestre para o outro ela disse que ia para a China, de um semestre para o outro eu perdi o equivalente a 50% da minha produção. Aí não tem o que fazer, acabou, tive que demitir, eu não conseguia fazer no preço que eles pediam, impossível. São 50% de mão de obra que vai desaparecer do segmento de confecção, não vai mais voltar. Essas pessoas estão migrando para outros setores. Isso vai acabar.

O relato de Rosana é bastante significativo para compreendermos algumas das mudanças recentes, ela toca em diversas questões que vêm sendo amplamente debatidas

pela literatura: início do processo de subcontratação – primeiro a costura e depois as demais etapas – como forma de reduzir custos e gerir a produção de forma mais flexível; processo concomitante à progressiva especialização das empresas que coordenam o setor, quem coordena a produção são **as empresas responsáveis pela comercialização** e não pela produção; impactos da sazonalidade e a ativação de oficinas terceirizadas/quarteirizadas; flexibilização da produção.

Segundo Garcia e Cruz-Moreira (2004), a indústria do vestuário⁴⁹ é caracterizada pelo papel central dos vendedores, que em posição estratégica, no final da cadeia produtiva, concentram a atividade de pesquisa, desenvolvimento de produto e *design*, vendas, *marketing* e serviços, e, portanto, lhes é proporcionado a maior capacidade de apropriação dos lucros gerados ao longo de toda a cadeia de comercialização e distribuição de mercadorias. Segundo os autores, as empresas com o maior poder para coordenar a cadeia produtiva seriam aquelas que: 1 – produzem marcas; 2 – as grandes varejistas, lojas de departamento e varejistas especializados em multimarcas, varejistas de massa e redes de varejo; 3 – comercializadores de marca. A fala de Rosana explicita esse poder ao dizer que o seu negócio, como confecção intermediária, é justamente a produção e por isso fica suscetível às demandas das empresas que coordenam a cadeia, que são aquelas responsáveis pela venda. Seus ganhos são extraídos única e exclusivamente do processo produtivo, não se relaciona com outras formas de valor ligadas à venda e circulação das mercadorias produzidas⁵⁰. Carlos Freire (2008), em sua pesquisa sobre as redes de subcontratação relacionadas à indústria de vestuário, destaca o que ele denomina de circuito das encomendas, como sendo algo característico do setor e que está totalmente imbricado nessa forma de organização produtiva – isto é, quem coordena e tem mais poder nessas cadeias produtivas são as empresas que ativam e iniciam o circuito das encomendas e que são responsáveis pela comercialização.

Branislav Kontic mostra como é fundamental a capacidade em *design* para a competitividade no setor. Ou seja, na indústria do vestuário, os competidores devem compreender e antecipar as tendências de mercados distantes, devem absorver

⁴⁹ Nesta pesquisa não daremos destaque para a cadeia produtiva têxtil-vestuário, que é composta de empresas de grandes setores industriais, como a indústria química (provedora de fibras químicas ou manufaturadas e insumos para tinturaria e acabamento), indústria agropecuária (provedora de fibras animais ou vegetais), indústria de máquinas e equipamentos especializados, que conjugada com as tecnologias de automação e *softwares*, de informação e de comunicação, são responsáveis pela renovação da estrutura produtiva e de negócios. Tampouco daremos ênfase à indústria têxtil, responsável pela fiação e tecelagem (GARCIA e CRUZ-MOREIRA, 2004).

⁵⁰ Há uma importante e complexa discussão contemporânea acerca da criação do valor, mas que passaremos ao largo por não termos tempo e não ser o cerne da nossa discussão. Por exemplo, há polêmicas entre as teorias do valor-trabalho e do valor imaterial ligado ao conhecimento e aos processos informacionais. Essa discussão, que é muito relevante, ficará para um momento mais oportuno. O que nos interessa mostrar é que a empresa de Rosana auferir seus lucros única e exclusivamente do processo produtivo. Neste caso, a teoria marxista da mais-valia, ligada à concepção do valor-trabalho, consegue explicar de onde saem os seus ganhos.

informações e conhecimentos gerados em outras partes, num processo que vai além da imitação ou produção ao gosto do cliente. Nesse sentido, não se trata simplesmente de uma adaptação a uma demanda existente, mas sim a proposição de novos produtos para os quais não havia mercado definido previamente⁵¹. Essa característica é central para se compreender a fragmentação do processo produtivo, assim como a intensificação da subcontratação, pois o recurso à subcontratação facilita a compressão dos tempos de inovação dos produtos, que seriam impossíveis se pensado na lógica da especialização rígida do tipo taylorista ou da organização industrial fordista (KONTIC, 2001, p. 20). Mais do que apenas uma forma de reduzir custos trabalhistas, a externalização das etapas do processo produtivo permite às empresas uma maior agilidade para responder às variações e tendências do mercado.

O relato de Rosana é interessante para compreendermos o movimento que as marcas, grandes varejistas e lojas de departamento vêm realizando em relação à produção: as empresas que coordenam as cadeias não desenvolvem em suas estruturas sequer o *design*, elas se especializaram na venda, na comercialização e no *marketing*, responsável por agregar valor às suas peças (etapas que, segundo essas empresas, nada tem a ver com a produção e, por isso, não devem se responsabilizar pelo que ocorre nos processos produtivos). Tais empresas, que se apropriam da maior parte do lucro gerado na cadeia, vivem da construção do valor da marca, são organizações que funcionam muito mais como agências de publicidade e *marketing*. As próprias confecções terceirizadas acabaram ficando responsáveis por pesquisar e produzir os modelos, que vão para o *showroom* para serem escolhidos pelas marcas, varejistas e lojas de departamentos⁵².

Devemos voltar alguns anos antes para uma melhor compreensão do sentido das transformações recentes do setor. A fábrica da Alpargatas, entre os anos 1960 e 1970, era a utopia da indústria em São Paulo que mais se aproximou do padrão *taylorista fordista* de produção e comercialização. A fábrica funcionava em um grande edifício na Mooca, que integrava verticalmente desde a fabricação do tecido até a confecção final da calça. A indústria empregava mais de três mil trabalhadores que produziam milhões de calças por

⁵¹ Segundo Freire, em exposição oral no seminário “Trabalho, Migração e Cidadania”, organizado pela PUC-SP e Centro de Estudos Migratórios, em maio de 2013, diferentemente dos outros segmentos produtivos, na indústria de vestuário quem cria a demanda são os vendedores e não os compradores. A demanda é criada por conta das estações e ciclos de moda. Segundo sua análise, as pessoas não esperam ficar com as roupas puídas para trocarem, mas compram conforme variam o estilo, as cores, os formatos, enfim, conforme varia a moda. As empresas que controlam essa cadeia são justamente aquelas especializadas em criar moda.

⁵² Rosana, mais adiante na entrevista, refere-se ao *markup* (índice que relaciona o preço de venda de um produto final ao custo do produto acabado entregue pela empresa confeccionista) da Zara e C&A. Segundo ela, o *markup* da Zara seria 3, enquanto o da C&A estaria entre 2,2 e 2,5. Isso quer dizer, por exemplo, que se o preço na prateleira de uma calça na loja da Zara (que tem *markup* igual a 3) custa 90 reais, a multinacional pagou à confeccionista pelo produto totalmente acabado apenas 30 reais, um terço do valor de venda.

mês. Diversos representantes da empresa espalhavam-se pelo país e formulavam suas encomendas com antecedência de quatro a cinco meses para uma gama definida e não muito variada de produtos. Por volta de 50% do mercado brasileiro era abastecido pela Alpargatas, assim como as exportações de calças *jeans* eram oriundas dessa empresa (KONTIC, 2001, p. 44).

Neste caso, tinha-se uma economia de escala garantida pela demanda estável ou crescente que implicava um padrão taylorista clássico de divisão técnica e social do trabalho (com uma linha de produção em série, separava o planejamento da execução com a lógica de um operador por tarefa e máquina). Até meados dos anos 1980, a Alpargatas tinha uma receita acima de um bilhão de dólares, cifra que segundo Kontic nunca mais foi alcançada por nenhum grupo nacional ligado à produção de têxteis, vestuário e calçados nos anos 1990 (KONTIC, 2001, p. 45). Entre os anos 1970 e 1980, dentro de um padrão predominantemente taylorista de gestão da mão de obra e da produção, coexistiam outras formas de coordenação entre firmas, trabalhadores e fornecedores de insumos e clientes, que variam entre a gestão flexível e a gestão e execução interna de todas as etapas do processo produtivo.

Neste período, consolidam-se algumas mudanças importantes na distribuição territorial da indústria têxtil e de confecções no Brasil. No país, alguns polos especializados se fortalecem: em Santa Catarina – Jaraguá do Sul e Vale do Itajaí – polo de especialização em produtos de algodão, sobretudo camisetas, assim como de produtos atalhados. No nordeste, a produção também se especializa em algodão, empresas do Sul e Sudeste migraram para a região por conta dos créditos da SUDENE e incentivos fiscais. Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capiberibe se especializam na utilização de saldos/resíduos de tecidos e jeans. Em Minas Gerais, artigos planos para camisaria. Petrópolis se desenvolve com a malharia. Ao contrário das indústrias tipicamente fordistas, que após os anos 1980 deixam a RMSP rumo a cidades do interior ou outros estados do país, no movimento denominado de desconcentração industrial, a produção da indústria do vestuário permanece em São Paulo, mas com uma significativa alteração no padrão da produção.

Kontic analisa os impactos que a crise dos anos 1980 teve sobre os padrões produtivos em São Paulo. A empresa que se estruturava de modo fordista utilizou-se de alguns expedientes para tentar superar a crise, que nem sempre eram bem sucedidos. Elas tentaram aumentar as exportações e diversificar a produção. A tentativa de diversificação da empresa fordista não foi tão bem sucedida como a de outros tipos de empresa, uma vez que a gestão da produção era muito rígida. Nesse sentido, muitos desses grupos

acabaram perdendo participação nesse segmento e vários deles fecharam. Por outro lado, Kontic analisa três outros tipos de padrão de produção – que se relaciona ao tipo de vestimenta produzida e ao público a que é dirigida: *sportswear*, moda feminina e produtos populares – e identifica que os que ficaram em São Paulo conseguiram contornar a crise utilizando-se da externalização de serviços relacionados à produção, isto é, a subcontratação. Esse movimento possibilitou um menor custo fixo, uma possibilidade de variação da produção conforme a tendência, de forma ágil e rápida, seguindo as variações do mercado e a especialização em cada segmento (KONTIC, 2001, p. 69).

O movimento de intensificação da subcontratação acentua-se com a generalização das práticas relacionadas ao *fast fashion*, tal como é denominado por grandes varejistas (Zara, C&A, H&M, etc.). Trata-se de uma política de produção em que as marcas, magazines e lojas de departamento passam a ofertar de forma rápida e variante novos modelos, apresentam ao consumidor quase diariamente novas coleções, com as últimas tendências da moda em um tempo recorde e com preços bastante acessíveis. O fortalecimento dessa política produtiva deu-se sobretudo pela forma como o consumidor passou a atuar na gestão da própria produção. Diferentemente do *pret-à-porter*, em que se oferecia uma coleção inteira de uma vez para toda uma temporada, no *fast fashion* o consumidor passa a indicar à empresa em qual sentido e estilo se deve produzir. As empresas ficam atentas às suas araras e ativam as encomendas conforme a variação nas vendas; trata-se de outra temporalidade produtiva, em que a flexibilidade impera⁵³.

Foi a partir dos anos 1990, com o declínio da fábrica, que as empresas que comandavam o setor passaram a se especializar e a externalizar a produção em busca de maior flexibilidade para a sua gestão produtiva. Neste sentido, os donos das confecções passaram a estimular a abertura de pequenas oficinas de costura por seus trabalhadores, fossem costureiras brasileiras ou migrantes transnacionais. Eles doavam máquinas e/ou emprestavam recursos a fim de que os trabalhadores constituíssem pequenas células produtivas para prestarem o serviço de arremate das peças, que eram enviadas já cortadas para as oficinas. Evidencia-se que a oficina de costura passa a ser o dispositivo central para a nova organização produtiva, uma vez que sua consolidação liberta o antigo empregador

⁵³ Em entrevista com o gerente de responsabilização social da Inditex – Zara, ele afirma que “a principal virtude da Inditex, da Zara, é levar a moda, que pode ser cara, para todo mundo. Trata-se de democratizar a moda e depois de ser capaz de ter um modelo flexível. No mundo da moda, o ano se divide em duas estações: primavera-verão e outono-inverno. Durante cada uma dessas campanhas, os modelos não permanecem estáveis. A gente vai trocando o processo. Algumas coisas vendem mais que outras, a gente modifica bastante. O centro comercial tem desenhistas, compradores. Tem gente que leva controle de gestão, tem lojistas. Esse é um modelo que parece simples, mas é composto como um quebra-cabeça, um processo todo encadeado que permite que as lojas tenham toda semana roupas novas, com novos itens duas vezes por semana. Essa é a virtude”. Entrevista realizada em outubro de 2012.

dos custos fixos de manter um quadro de funcionários e dá maior agilidade à demandante de serviço para buscar oficinas especializadas em cada tipo de roupa, conforme variam as tendências da moda. Estruturaram-se redes de subcontratação nas quais as pequenas oficinas se responsabilizam pela contratação de costureiros. As oficinas passam a existir quase totalmente dependentes da demanda externa pelo serviço de costura (a exceção dessa dependência se refere às oficinas que além de produzirem, comercializam sua produção, sobretudo em feiras de produtos populares).

Uma hipótese desenvolvida por Freire é que há um saber costurar, ou para utilizar o jargão sociológico, há certo *capital social* da costura (saber manejar as máquinas, realizar pequenos consertos, conhecer os demandantes, receber até mesmo doações de máquinas e incentivos dos que empregam as demandas, etc.), que as mulheres, ex-trabalhadoras das fábricas, levaram consigo ao sair das empresas fabris. Isso possibilitou que elas montassem suas oficinas nas regiões em que moravam, áreas da cidade que mantinham, em alguma medida, uma tradição de abrigar as trabalhadoras da indústria de confecções – pode-se verificar na RMSP dois eixos espaciais nos quais as oficinas de costura foram desenvolvidas, um ao longo da zona leste, outro da zona norte (FREIRE, 2008; XAVIER, 2010). Já no caso dos migrantes da costura, teria havido um cruzamento entre fluxos migratórios de paraguaios e bolivianos com o de coreanos. Num primeiro momento, esses migrantes asiáticos eram os donos e os trabalhadores das oficinas. No entanto, a partir do final dos anos 1980 mudaram de nível e passaram a se dedicar a comercialização, *design* e elaboração das vestimentas, com presença majoritária no bairro do Bom Retiro (FREITAS, 2009; XAVIER, 2010). Atualmente é praticamente impossível encontrar coreanos que se dediquem à atividade de costura, como ocorria na década de 1970, 1980 e, em menor medida, 1990, uma vez que eles galgaram postos mais privilegiados na cadeia produtiva do vestuário, dedicando-se a etapas mais lucrativas.

O percurso dos sul-coreanos, que chegaram à cidade de forma massiva a partir dos anos 1970, trabalhando em oficinas de costura, e conseguiram galgar posição de destaque neste mercado, tornando-se donos de lojas e confecções, não deve ser visto como regra que deva se repetir com os novos migrantes da costura. Não se deve presumir que os atuais migrantes da costura traçarão o mesmo percurso, uma vez que o momento, a forma de inserção e as possibilidades de ascensão vivenciadas por eles não se repete na atualidade. No entanto, isso tampouco quer dizer que não seja possível que alguns bolivianos, paraguaios e peruanos ascendam ao nível de donos de confecções e lojistas. Trata-se apenas de ressalva que indica que se deve tratar com desconfiança as análises

que prontamente afirmam que vá ocorrer uma ascensão social massiva e coletiva dos atuais migrantes da costura, como ocorreu no caso dos coreanos.

Para compreender as redes de subcontratação, Freire (2008) propõe uma análise que territorializa os fluxos e as encomendas das peças de vestuário. A partir da análise territorializada seria possível entender os circuitos nos quais as encomendas circulam e, assim, compreender as redes de subcontratação de modo a evidenciar o referencial urbano, neste caso a dinâmica urbana produtiva na RMSP. Segundo o pesquisador, as peças são cortadas no Brás e no Bom Retiro, duas regiões que se especializaram na comercialização de vestuário, mas o produto não é acabado necessariamente nessas localidades. Os tecidos cortados são enviados para oficinas em diversas regiões da cidade, onde são costurados. Neste processo, eles encontram tanto oficinas de costureiras brasileiras, como de migrantes. Assim, é possível identificar um circuito em que as encomendas rodam e conectam diversas regiões da cidade, do centro à periferia.

Com o fim da fábrica e a flexibilização produtiva, o processo produtivo se diferencia e se especializa. Antes de chegar ao consumidor final, os produtos passam por uma série de empresas responsáveis pela produção. A Zara e a C&A, empresas que foram relacionadas como beneficiárias da redução de trabalhadores à condição análoga à de escravos, são exemplos que poderíamos citar de grandes cadeias transnacionais que se instalaram no país e que se utilizam desses expedientes de produção.

Há ainda empresas de pequeno e médio porte que se instalaram nas regiões do Brás e Bom Retiro, que se tornaram dinamizadoras da economia urbana de São Paulo. Elas, ao longo dos anos 1990, também diminuíram suas estruturas, concentrando-se na tarefa de criação, modelagem, corte dos tecidos e venda das peças no mercado. Tanto no caso das grandes, como no caso das empresas de médio e pequeno porte, a costura passou a ser terceirizada para as pequenas oficinas.

Além das empresas que comercializam roupas no Bom Retiro e no Brás, há outra forma importante de distribuição da indústria de vestuário que é bastante significativa para os migrantes da costura. Trata-se dos mecanismos de comercialização direta da produção no mercado, evitando a entrada no circuito das encomendas. É, por exemplo, a comercialização na Feirinha da Madrugada do Brás e em outras galerias que funcionam na região central de São Paulo⁵⁴. Nesses casos, os donos das oficinas apresentam autonomia

⁵⁴ Há alguns anos atrás, quando começamos esta pesquisa, poderíamos incluir a comercialização dos ambulantes que ocorriam nas ruas. No entanto, políticas recentes no âmbito municipal e estadual retiraram esses trabalhadores das ruas; alguns foram para as galerias, outros não conseguiram se manter como vendedores. A pesquisa atual de Carlos Freire, interlocutor privilegiado desta pesquisa, versa exatamente sobre esses movimentos recentes.

em relação às encomendas, eles mesmos passam a gerir o tempo e o ritmo da fabricação. A produção varia conforme o ritmo das vendas de suas mercadorias diretamente nas feiras e galerias, que recebem comerciantes de todo o Brasil.

Apenas e exclusivamente para fins de análise, podemos fazer uma diferenciação de três modos de encaminhamento da produção até chegar à comercialização, seguindo, em linhas gerais as três cadeias esboçadas acima. Trata-se de uma classificação que tem fins meramente analíticos. A classificação poderá nos auxiliar, mais adiante, na compreensão das ações de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. A situação das oficinas de costura na ponta de cada uma dessas cadeias não parece variar tanto como o encaminhamento dos produtos até chegar ao consumidor final ou ao revendedor (que compra o produto em São Paulo e leva para outras cidades do país), até porque uma mesma oficina pode estar imbricada em diferentes cadeias simultaneamente ou se empenhar nessas diferentes cadeias conforme a sazonalidade da demanda.

O primeiro caso foi definido como a *cadeia longa*. Trata-se do processo descrito por Rosana, em que empresas intermediárias produzem para grandes marcas ou magazines e subcontratam pequenas oficinas de costura que se encarregam da parte mais intensiva em mão de obra. Nestes casos, às vezes, as **intermediárias** chegam a ter uma planta fabril, como no caso descrito acima: Rosana contratava diretamente por volta de 300 costureiras, se adequava às regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e respeitava as normas da categoria. A intensidade da subcontratação pode variar conforme as mudanças nas demandas das grandes empresas, responsáveis pela comercialização. Como diz Rosana, ela mantinha o número de costureiras em sua fábrica que fosse equivalente à demanda constante que recebia ao longo do ano, a produção que ocorria de forma flutuante era externalizada, a parte mais segura da produção ocorria internamente, os riscos eram expelidos para seus fornecedores.

Ainda na cadeia longa, pode-se evidenciar outro modo de estruturação da cadeia, em que há empresas intermediárias que não passam de simples escritório de logística e administração, que não produzem roupa alguma, mas que contratam terceiros para que confeccionem as vestimentas antes de encaminhar para a demandante inicial. A empresa de confecção AHA, que produzia para a Zara, que faliu após a fiscalização do MTE, não tinha um quadro de trabalhadores empregados na produção, tratava-se de administradores que geriam a logística das roupas por entre as fábricas responsáveis pelo corte, costura, acabamento, às vezes lavadeira, e, por fim, entrega ao demandante inicial, que se responsabilizaria pela distribuição. O que estamos definindo como *cadeia longa* se

caracteriza e se define por apresentar no mínimo uma empresa intermediária situada entre a demanda inicial e a produção propriamente dita, em que o vestuário deve passar por várias etapas até chegar à comercialização.

A segunda categoria é a que denominamos de *média*, trata-se da cadeia de atacadistas e varejistas, que não tem a figura da confecção intermediária. Em geral, não produzem para um grande magazine ou marca. Esta cadeia é composta por confecções que são responsáveis por fazer a peça piloto, comprar e cortar o tecido, que é enviado a uma oficina de costura subcontratada, e que retorna para a confecção responsável pela venda. Trata-se da cadeia coordenada por atacadistas e/ou varejistas que se estabelecem no Brás e no Bom Retiro. Nessa cadeia é comum encontrar brasileiros e sul-coreanos como os donos dos atacadistas. Muitas vezes, esse negócio familiar começou como uma oficina de costura, mas se distanciou da produção, especializando-se na elaboração e venda ao longo da década de 1990 (FREITAS, 2009). É sobretudo esse tipo de cadeia que dinamiza a maior parte das encomendas da costura na indústria de confecções da RMSP. Não é possível saber exatamente qual porcentagem das encomendas rumam para cada uma dessas cadeias, mas, por uma amostra genérica das oficinas que foram visitadas, percebe-se que a maior parte da produção ruma às empresas que comercializam no Brás e no Bom Retiro, que poderiam ser denominadas de cadeias médias.

Por último, a cadeia *curta* é aquela coordenada e gerida pelo próprio dono da oficina de costura que, para fugir do circuito das encomendas⁵⁵, trata de produzir a vestimenta em sua própria oficina, da criação ao corte do tecido, do corte à costura, da costura ao acabamento. Esse migrante, em geral, já participou do circuito de encomendas e vivenciou na pele as dificuldades referentes à variação da demanda, os preços impostos, os prazos, a sazonalidade do circuito. Por ter adquirido o *know-how* da produção, tendo se qualificado para a costura e para a identificação da *modinha*⁵⁶, ele passa a se responsabilizar diretamente pela comercialização, sobretudo para os setores populares.

Em geral, neste circuito mais curto, as roupas são comercializadas pelos próprios migrantes nas Feiras da Madrugada, sobretudo no Brás, e o dono da oficina se responsabiliza pela comercialização. É ele quem se encarrega de madrugar diariamente,

⁵⁵ Termo cunhado por Freire (2008) para se referir às cadeias anteriores, em que há um circuito de encomendas que passa das confecções para as oficinas, em que tecidos circulam do centro da cidade para a periferia, onde são costurados, e retornam ao centro, para serem comercializados.

⁵⁶ Como nos informou Carlos Freire verbalmente, *modinha* é um conceito *nativo* que deriva da ideia estatística de moda, não se trata da moda formulada nos desfiles renomados, pensada na alta costura. Para a estatística, a moda se refere ao valor que, dentro de um conjunto numérico, ocorre com a maior frequência. Neste sentido, a *modinha* se trata do tipo de vestimenta que mais se vende em determinado momento, é a produção e comercialização conforme o ritmo que se estabelece nas araras das distribuidoras. A *modinha* é bastante fluida e varia sobremaneira ao longo do ano. Ela é influenciada pelas tendências lançadas em novelas e outros meios de telecomunicação.

iniciar a venda às três da manhã para pequenos comerciantes que vem de diversas partes do Brasil. Pode-se observar que trabalhadores desse tipo de cadeia estão se organizando, na atualidade, para conformarem cooperativas que tenham como foco a união dos produtores para a consolidação de uma alternativa para a comercialização. Uma delas é a Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confeção – COEBIVECO, entidade que vislumbra a construção de um centro para escoamento da produção dos migrantes de vestuário. Um dos fundadores da cooperativa nos informou o plano de comprar um terreno em Guarulhos para a construção de um grande galpão, aos moldes dos galpões do Brás, para poderem comercializar suas vestimentas. A ideia é conseguir sair da Feirinha da Madrugada e galerias do Brás, onde comercializam suas vestimentas, pois está em curso uma valorização intensa da locação do metro quadrado na região que dificulta o acesso desses migrantes, em geral pouco capitalizados⁵⁷.

Para concluir a breve apresentação sobre as dinâmicas recentes do setor, pode-se dizer que devido às novas condições do mercado, caracterizado pela produção flexível, que combina alta produtividade, pequena escala de produção, diversificação de produtos e exploração de nichos de mercado em função das variações de tendências da moda, verifica-se uma profunda mudança nas formas de gestão da mão de obra (FREIRE, 2008). Como mostramos, uma parte das empresas deslocou-se para o interior do estado e para o Nordeste do país para reduzirem custos com mão de obra e aluguel⁵⁸. Outras empresas diminuíram o tamanho de suas plantas e procuraram tornar suas estruturas adaptadas às flutuações de mercado e às demandas das distribuidoras através da flexibilização da produção (KONTIC, 2001; FREIRE, 2008; LIMA, 1998). Há ainda os pequenos empreendimentos que surgiram a partir da difusão do conhecimento produtivo e que se dedicam à produção e à comercialização ao mesmo tempo. Tendo em vista o panorama traçado, pode-se compreender o papel e a intensificação das oficinas de costura em São Paulo, muitas das quais empregam mão de obra migrante.

⁵⁷ As disputas em torno do controle do comércio informal nas regiões centrais de São Paulo é o tema atual da pesquisa de Carlos Freire. Em artigo recente (In: AZAIS et al., FREIRE, 2012), o pesquisador relata a mudança do modo como se organiza esse mercado. A partir da gestão de Gilberto Kassab na Prefeitura de São Paulo (2008-2012), os Termos de Permissão de Uso da via pública para o comércio foram suspensos e, ao mesmo tempo, o acordo da Operação Delegada com a Polícia Militar permitiu a fiscalização do comércio informal pelos agentes da PM. Houve mudanças nas formas de controle desse comércio e um dos resultados foi a expulsão massiva de migrantes da costura que comercializavam seus produtos nas ruas próximas à Feirinha, passando a se alojar em galerias. Esse movimento ocorreu em paralelo à hiper-valorização do metro quadrado nessas regiões.

⁵⁸ Uma das formas encontradas para contornar a crise dos anos 1980-1990, segundo Jacob Carlos Lima, foi a estruturação de cooperativas de trabalho, de produção industrial e de empresas autogestionárias, que surgem nessa virada de época como produto da reestruturação produtiva e política do período. As características comuns dessas formas de organização produtiva são a propriedade e a gestão coletiva dos empreendimentos. Ademais, a cooperativa representaria a flexibilidade pela ausência de contratos e pela responsabilização do trabalhador, que, em tese, para garantir a regularidade no ganho, se envolveria mais no trabalho. Não se verificou essa tendência em São Paulo do mesmo modo como Lima identificou no nordeste brasileiro. (LIMA, 2009).

1.2 O dispositivo oficina de costura

Trataremos das oficinas de costura como um dispositivo⁵⁹ que possibilita a circulação e a fixação de migrantes em São Paulo, ao mesmo tempo em que fornece à indústria de vestuário uma possibilidade de rebaixamento de custos e maior agilidade para a gestão produtiva, conforme foi problematizado anteriormente. A seguir, trataremos mais especificamente das oficinas de costura, descreveremos como são as oficinas encontradas na RMSP, algumas semelhanças e diferenças entre as oficinas de brasileiras das oficinas dos migrantes. Feito isso, evidenciaremos a lógica da produção das oficinas de costura.

1.2.1 Características das oficinas de costura e seus migrantes

Como evidenciamos na introdução, o trabalho em oficinas subcontratadas não é desempenhado apenas por populações migrantes. Como vimos, na realidade, segundo a pesquisa amostral do Censo de 2010, a maior parte dos operadores de máquinas de costura do estado de São Paulo são brasileiros natos. O geógrafo Sylvain Souchaud (2012) sugere a substituição, ainda que incipiente, da mão de obra ocupada no setor: os brasileiros estariam dando lugar aos migrantes, sobretudo bolivianos e paraguaios⁶⁰. O autor sugere dois motivos para a substituição, um de aspecto cultural e sociodemográfico, em que a população brasileira, com o aumento do nível médio da formação escolar e do nível de vida, em processo de transição a uma economia pós-industrial, não teria suas expectativas profissionais cumpridas com a inserção nas confecções. Portanto as novas gerações estariam deixando de optar pelo trabalho nas confecções; esse dado seria confirmado pelo envelhecimento da população média brasileira que trabalha como operador de máquina de costura, como confirmado pelo Censo 2010. A segunda razão seria o fato de os migrantes (coreanos, bolivianos e paraguaios), em resposta às

⁵⁹ Dispositivo no sentido foucaultiano do termo. Segundo Judith Revel (2005), o termo dispositivo é utilizado por Foucault como as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder. Os dispositivos são de natureza heterogênea: são compostos de discursos e de práticas, de instituições quanto de táticas moventes. "Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos." (FOUCAULT, 2007, p. 244)

⁶⁰ A pesquisa sobre migração de Souchaud é pioneira ao sugerir uma abordagem não nacionalizada dos migrantes da costura, colocando em foco a dinâmica da indústria de confecções para buscar explicações dos fluxos migratórios contemporâneos para o setor. Talvez seja ainda um pouco precipitado falar de uma substituição da força de trabalho, uma vez que o setor cresceu intensamente nos últimos anos, talvez o que tenha havido seja o preenchimento das novas vagas pelos migrantes, mas isso não quer dizer necessariamente que as costureiras brasileiras estejam deixando o setor; o aumento da idade média das costureiras brasileiras corrobora esta nossa hipótese.

dificuldades que o setor enfrentava, desenvolveram um tipo de estrutura mais flexível para o setor (SOUCHAUD, 2012, p. 89-90).

Há aspectos que aproximam as oficinas que empregam mão de obra brasileira das oficinas que contratam trabalhadores migrantes, em ambos os casos há: pagamento por peças, no qual se recebe um volume determinado de tecidos cortados que devem ser entregues em um prazo acordado – o trabalho por empreitada implica a ausência de jornadas de trabalho definidas previamente; dependência de encomendas para a produção, uma vez que, em geral, as oficinas não se responsabilizam pela comercialização – o que torna as oficinas vulneráveis à sazonalidade do setor; com número reduzido de empregados; trabalhadores sem carteira de trabalho assinada; crescente formalização das oficinas como pessoa jurídica, sobretudo através da figura do Microempreendedor Individual (este aspecto será mais bem detalhado no terceiro capítulo); produção de peças que rumam tanto para os mercados populares como para grandes marcas e magazines.

Há também diferenças. A mais nítida à primeira vista está relacionada ao gênero dos trabalhadores: enquanto a costura realizada por migrantes envolve tanto homens como mulheres – numa proporção com predomínio do sexo masculino (Tabelas 4 e 5 da introdução) –, as oficinas que empregam mão de obra nacional são compostas basicamente por mulheres.

Uma das explicações para esse fenômeno consiste no fato de esta ser uma atividade tradicionalmente desempenhada por mulheres no Brasil. Mas dizer que está relacionado a uma característica da tradição não se trata exatamente de uma resposta esclarecedora. Em que pese essa afirmação também ser verdadeira para as sociedades de origem dos migrantes, o predomínio de homens no setor não se refere à tradição ancorada na divisão sexual do trabalho, mas ao fato de se tratar de populações migrantes. Aqui valeria algumas indagações que não teremos capacidade de responder cabalmente, pois fogem ao escopo da pesquisa. De todo modo, qual seria a relação entre o trabalho feminino da costura e o trabalho de migrantes muitas vezes irregulares? Haveria uma característica de subalternidade em relação a essa atividade produtiva? Por que homens brasileiros tendem a não se empregar nessa função, enquanto homens migrantes sim? A força de trabalho da costura, quando composta de brasileiros, em geral, é “formada pela mulher do pedreiro, migrante, nordestina”, afirma Rosana, a dona de confecção intermediária de Americana que fornecia para a Zara. Souchaud (2012, p. 81) confirma a informação de que as brasileiras são, em geral, nascidas em estados do nordeste do país, com o cruzamento de dados do Censo 2010.

Para que retornemos aos migrantes transnacionais, o fator explicativo para o alto número de homens no setor se deve à maneira como se organizam esses fluxos migratórios. No projeto migratório familiar, tanto na Bolívia como no Paraguai, o homem tem peso preponderante: em geral é ele quem sai primeiramente em busca de obter recursos para melhorar as condições de vida dos familiares. Ainda que a importância da migração de mulheres venha crescendo substancialmente nos últimos anos, como revelou Almeida (2013). Deve-se considerar também que a mulher, em geral, tende a manter mais os vínculos com os parentes que ficam do que os homens.

Em geral, o trabalho das costureiras brasileiras ocorre em uma oficina que não é a casa em que moram as trabalhadoras, pois elas apenas trabalham nesse espaço, que geralmente se situa na casa da proprietária da pequena célula produtiva ou em imóvel locado. Assim, finda a jornada, as trabalhadoras retornam às suas moradias. Segundo Freire (2008), as donas dessas oficinas, situadas em diferentes regiões da periferia de São Paulo, arregimentam as costureiras para cumprirem as encomendas que recebem na região em que moram. Tais oficinas estão dispersas em dois eixos da cidade que têm alguma história relacionada à indústria de confecções: um eixo saía do Bom Retiro e chegaria à Zona Norte; outro saía do Brás rumo à Zona Leste e outros municípios da RMSP.

As principais especificidades das oficinas de costura dos migrantes transnacionais em relação às das brasileiras se refere ao modo em que moradia, local de trabalho e agenciamento para o trabalho se dão. No caso das oficinas de migrantes, tem-se: num mesmo espaço a moradia e o local de trabalho; frequentemente trabalhadores em situação irregular no país; muitas vezes os trabalhadores transnacionais encontram-se enredados em dívidas por conta do custeio da passagem.

Outro fator que diferencia os migrantes da costura das trabalhadoras brasileiras refere-se ao simples fato de serem trabalhadores transnacionais, que desconhecem os códigos legais brasileiros, sobretudo a legislação trabalhista. Freire (2008), em sua pesquisa com as costureiras brasileiras, ressalva a importância dos acordos informais que ocorriam entre donas de oficinas e trabalhadoras: eram estabelecidos acordos tácitos em que as trabalhadoras abriam mão dos direitos trabalhistas em troca do emprego. No entanto, quando as relações entre empregador e empregado fugiam a este equilíbrio precário, as costureiras costumavam acionar a justiça do trabalho contra a dona da oficina. A possibilidade de acionar a justiça do trabalho para defesa dos direitos trabalhistas que não foram cumpridos é quase nula quando se trata dos migrantes da costura.

A maior parte dos litígios dos migrantes é resolvida de modo paralelo à justiça trabalhista brasileira. Em campo, pudemos identificar dois expedientes diferentes. Ou os migrantes tentavam resolver o litígio diretamente com o empregador e, quando não conseguiam chegar a um acordo, espalhavam a informação de que não se tratava de um bom empregador, que não cumpria os acordos firmados. O sentido contrário também ocorria, um empregador poderia delatar a má conduta de determinado costureiro, indicando aos pares que não o contratassem. Esse mecanismo faz com que o dono da oficina ou o costureiro “fique queimado” na região em que mora, tendo dificuldade de contratar novos costureiros ou de encontrar postos de trabalho. Ou os litígios podem ser mediados e resolvidos por alguma instituição, sobretudo ONGs (no terceiro capítulo retornaremos a esta discussão).

A prática de delação é adotada pelos demandantes de serviço, sobretudo sul-coreanos que contratam o serviço de costura dos oficinistas migrantes. Aqui a relação fica ainda mais complicada, uma vez que é muito frequente os coreanos amarrarem o pagamento de uma encomenda à entrega de outra – ou então dão cheque pré-datado para sessenta dias após a entrega do produto costurado. Muitas vezes esse cheque não tem fundo para compensá-lo. Os donos de oficinas não se encontram em nível de igualdade em relação aos demandantes coreanos e, em geral, quando ocorre esse tipo de problema no pagamento da encomenda, o migrante da costura não tem a quem recorrer para a resolução do conflito, uma vez que eles são totalmente dependentes da demanda do serviço. Assim, quando buscam uma forma alternativa para resolver o litígio, seja acionando a justiça brasileira ou ONGs que prestam serviço de assessoria jurídica, eles perdem a entrada no circuito das encomendas e ficam ainda mais vulneráveis. Os migrantes da costura relataram que os coreanos são muito articulados para conseguirem “queimar uma oficina”.

Outra saída para os litígios é a busca de mediação através de organizações não governamentais que desempenham atividades com os migrantes. Segundo a advogada do Centro de Apoio ao Migrante (Cami), é comum migrantes buscarem a mediação da instituição para a resolução de problemas relacionados aos acordos. Segundo ela, o que mais ocorre é a mediação entre os demandantes de serviço, sobretudo coreanos, e os donos de oficinas, que buscam resolver litígios relacionados ao pagamento e ao prazo de entrega das encomendas. Em geral, os donos das oficinas só recebem os valores dos serviços prestados após a entrega do produto costurado, sendo que o demandante sempre busca barganhar e diminuir o preço a ser pago por conta de atrasos ou pequenos

defeitos de fabricação. Como, em geral, não há acordos formais que definam os termos da relação de prestação de serviços, é comum haver um equilíbrio instável entre os atores envolvidos. O Cami, nessas ocasiões, chamava as partes envolvidas e buscava promover um acordo. Se, ao final, o litígio não fosse resolvido, ou a assessoria jurídica da instituição entraria com um processo defendendo a parte lesada ou indicaria os caminhos para os migrantes entrarem na justiça, frequentemente assessorados pela Defensoria Pública, acionada pela ONG. No terceiro capítulo tornaremos a essa mediação.

O mais importante para retermos dessa forma de resolução de conflitos é que os caminhos buscados para solucioná-los não eram dados *a priori*, isto indica haver uma maior dificuldade dos migrantes da costura de buscarem a garantia de seus direitos quando se encontram lesados, tendo em vista o não conhecimento dos códigos legais brasileiros. Além disso, o fato de muitos desses migrantes se encontrarem em situação irregular torna os trabalhadores mais vulneráveis a terem seus direitos violados, porque juridicamente eles não têm acesso a uma série de direitos (sobretudo devido ao Estatuto do Estrangeiro, que lhes tolhe inúmeras garantias). Eles não reivindicam tais direitos com medo de represálias por parte de órgãos estatais devido à situação de irregularidade no país.

A oficina de costura típica do migrante se situa ou na região central, como no Bom Retiro, Luz ou Brás; ou nas regiões periféricas, sobretudo na Zona Leste (Lajeado, Guaianazes, Cidade Tiradentes, Penha, São Mateus, São Miguel, Cangaíba, entre outros) e na Zona Norte (Casa Verde, Vila Medeiros, Vila Maria, Vila Guilherme, entre outros); ou, ainda, em outros municípios da RMSP, como Guarulhos, Itaquaquetuba, Carapicuíba e Mauá (FREIRE, 2008; XAVIER, 2010). Essa dispersão conforma eixos que colocam em relação a região onde se situam as vendas e as regiões de produção. Freire destaca que não se deve perder de vista o referencial urbano para compreender esses eixos, no sentido de que essas ligações devem ser compreendidas tomando como referência as vias pelas quais as mercadorias e as pessoas circulam, do espaço supervalorizado da venda, situados na região central, rumo às localidades produtivas na periferia, que apresentam o metro quadrado menos valorizado (FREIRE, 2008, p. 53-54).

Xavier (2010) identificou que muitos migrantes bolivianos que chegam à região periférica de São Paulo não realizam uma trajetória urbana que passa necessariamente pelo centro. Isto é, o migrante não precisa circular por regiões centrais da cidade para se inserir na RMSP, muitas vezes ele vem diretamente de sua cidade para instalar-se na

periferia paulistana⁶¹. O centro de São Paulo não é um território pelo qual os migrantes devam passar obrigatoriamente para realizar seus projetos migratórios, eles não moram necessariamente nas regiões do Brás e do Bom Retiro, como muitas vezes pode parecer. Isso ocorre porque o que dinamiza a migração são as próprias oficinas de costura que se encontram nas regiões centrais e nas regiões periféricas. Vale ressaltar que tem aumentado o número de oficinas nas regiões distantes do centro por conta do valor dos aluguéis.

Foram identificados dois modelos básicos de oficinas de migrantes, que se diferenciam conforme o imóvel (casa ou apartamento). Ambos, na realidade, apresentam dinâmicas muito semelhantes. Quando se trata de sobrado (maior parte das oficinas nas regiões periféricas), um dos andares concentra os postos de trabalho, em que se situam as ferramentas como as máquinas de costura, tábuas e ferros de passar roupa (nem todas as oficinas que visitamos tinham ferro e tábua, mas sempre tinham variados tipos de máquinas de costura, como reta, overloque e galoneira). Em outro andar fica o alojamento em que os migrantes dormem. Quando se trata de um apartamento em um único andar, em um cômodo ficam as máquinas de costura e em outro as camas onde dormem os empregados. Algumas vezes os quartos são compartilhados, outras vezes os próprios migrantes subdividem os quartos com compensado de madeira ou mesmo lençóis. Outra opção é a existência de quartos separados para cada família de migrante. Seja apartamento ou casa, há sempre uma cozinha onde são preparadas as refeições e o banheiro também é compartilhado. Quando se trata de oficinas grandes, é recorrente ter uma mulher migrante que não trabalha na costura, mas que se dedica à manutenção da casa, realizando tarefas domésticas de limpeza, cozinha e compras.

Segundo nos foi relatado por diversos migrantes, há uma prática comum de negociação dos valores a serem pagos pelos oficinistas aos costureiros: em geral, o oficinista diz abrir o jogo do valor que recebe pela demanda, informando aos costureiros o valor pago pelo demandante do serviço por cada peça costurada. Os donos das oficinas

⁶¹ Há pesquisas recentes que buscam revelar a participação e a utilização de espaços públicos pelos migrantes. Ubiratan Silva Alves (2011) pesquisou os campeonatos de futebol de costureiros bolivianos. À época, as partidas ocorriam na Praça Kantuta, atualmente elas ocorrem em outros espaços, como o Parque Ecológico do Tietê, uma vez que a quadra desta praça foi desativada. Sua pesquisa identifica redes de poder que se estendem de dentro das oficinas para o campo de futebol, formam-se times a partir de cada oficina, os “donos dos times” seriam os mesmos donos das oficinas. Rakele Gomez, em pesquisa de doutorado em andamento, se debruça sobre a apropriação do espaço público urbano por populações migrantes, em especial pelos bolivianos, ela se dedica mais à Feira Kantuta e à Rua Coimbra. Essas pesquisas apontam que, por mais que os migrantes da costura tendam a ficar reclusos em suas moradias por conta da situação e vulnerabilidade (sobretudo nos casos em que estão irregulares no país), eles circulam e se apropriam de diferentes modos do espaço público urbano, onde realizam sua sociabilidade, seja para a realização de atividades de lazer, como os campeonatos de futebol, seja para a realização de feiras ou comércio especializado em produtos do país de origem (Praça Kantuta, Rua Coimbra, dentre outras pequenas feiras que ocorrem de modo itinerante conforme varia a presença dos migrantes), seja apenas para se encontrarem, trocarem experiências ou festejarem.

afirmam ser de praxe fazer um mesmo tipo de cálculo para definir o valor a ser pago ao costureiro: divide-se o valor recebido por peça costurada por três. Uma parte representaria o valor a ser pago ao costureiro. As outras duas partes ficariam com o dono da oficina, que justifica empenhar um terço do valor apenas com os gastos de moradia (aluguel, luz, água e gás) e alimentação. O terço restante seria destinado à manutenção das máquinas, aos aviamentos necessários ao serviço da costura e, também desta fração, é de onde se tira o excedente do dono da oficina. Essa divisão parece ser prática comum entre os migrantes da costura. No entanto, os próprios donos das oficinas, que fazem a divisão desse modo, recorrentemente afirmam receber o valor por peça mais baixo do que de fato recebem. Assim, de antemão, separam uma fração maior para si, antes de dividir o bolo entre as três partes diferentes.

Em praticamente todas as oficinas de costura há um caderno no qual são registrados os custos e gastos. Anotam-se os valores que cada migrante deve receber, os valores que já foram pagos, o valor de cada peça, a quantidade de peças fabricadas por cada costureiro, os empréstimos que foram concedidos, dentre outros valores: trata-se do caderno de contabilidade. Esses cadernos, em geral, são objeto privilegiado da investigação do Ministério do Trabalho e Emprego, pois ali constam os registros sobre valores que circularam na oficina. É possível encontrar nesses cadernos dados sobre as dívidas contraídas pelo migrante, dado importante para a caracterização da condição de trabalho análoga à de escravo pelo MTE.

Outro fator importante e que deve ser levado em consideração para se compreender a forma de inserção dos migrantes em São Paulo é o modo pelo qual o agenciamento para o trabalho é realizado. Os mecanismos para a vinda dos migrantes da costura para São Paulo diferenciam-se segundo variados fatores, há mecanismos diferentes de agenciamento conforme a origem dos trabalhadores. Identificamos relatos de agências na Bolívia (sobretudo nos municípios de Santa Cruz de la Sierra e El Alto) que fazem a mediação para o deslocamento e inserção no mercado de trabalho em São Paulo. Segundo Xavier (2010), a cidade de El Alto, na Região Metropolitana de La Paz, é um ponto privilegiado para o agenciamento do boliviano que vem trabalhar com costura em São Paulo. Nesta cidade há vários anúncios de oferta de emprego em São Paulo de agências que se responsabilizam por mediar a vinda do migrante, fornecendo passagens e garantindo a inserção do trabalhador em uma oficina. Em alguns casos, elas chegam a auxiliar os migrantes com a documentação – foi relatado pelos migrantes que essas

agências teriam acordos⁶² com as polícias na fronteira para facilitar o trânsito e entrada de migrantes, sobretudo flexibilizando sua entrada como turista, mesmo ele não podendo provar isso, ou permitindo a entrada de adolescentes sem autorização ou acompanhamento dos responsáveis.

Além das ofertas mediadas por agências, outra forma comum de agenciamento do migrante boliviano para o trabalho em oficinas em São Paulo é através das viagens dos donos de oficinas para o país em busca de novos trabalhadores. Recorrentemente, o dono de oficina volta ao país de origem para recrutar novos trabalhadores, em geral trazem parentes ou conhecidos para o trabalho da costura. Aqui, a noção de família, sobretudo para os bolivianos, é bastante ampliada. Nos relatos, os migrantes afirmam terem vindo para trabalhar na casa de parentes, quando se rastreia o laço de parentesco percebe-se que muitas vezes esse vínculo é bastante distante (por exemplo, o caso do primo de um primo). Os donos das oficinas vão buscar mais força de trabalho no país de origem nos períodos de baixa demanda de serviço, no fim e começo do ano. Assim, a sazonalidade do setor passa a ser adaptada pelo migrante, que aproveita este momento para visitar familiares e recrutar novos trabalhadores.

Foram identificados três caminhos por terra utilizados pelos migrantes bolivianos para chegarem a São Paulo. O mais recorrente é a entrada por Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul. O migrante boliviano, em geral, deixa o altiplano andino de ônibus rumo a Santa Cruz de la Sierra, de onde parte o conhecido “trem da morte”, que leva até a cidade de Puerto Quijarro, na fronteira com o Brasil. Cruza-se a fronteira a pé e, após entrar em território brasileiro, toma-se um ônibus que sai de Corumbá com destino ao Terminal da Barra Funda em São Paulo. O trajeto completo, do altiplano à capital paulista, leva em torno de três a quatro dias de viagem, a depender das conexões.

Outro caminho realizado com bastante frequência é através do Paraguai. O migrante sai de ônibus do altiplano rumo à capital paraguaia, Assunção, cruza o país de oeste a leste e entra em território brasileiro em Cidade do Leste/Foz do Iguaçu, em seguida rumo a São Paulo de ônibus. Este caminho é mais longo, os migrantes trocam de ônibus várias vezes (principalmente em Assunção e em Cidade do Leste). Trata-se de trajeto mais caro do que via Corumbá, no entanto a fiscalização em Foz do Iguaçu é mais

⁶² Infelizmente não foi possível verificar essa denúncia de modo aprofundado, mas há evidências de que algumas agências subornam policiais ou fornecem documentos falsos para os migrantes, a fim de que consigam entrar no país sem maiores dificuldades. Em geral os migrantes entram no Brasil com visto de turista, que autoriza permanência de três meses e não permite a realização de atividades laborais.

branda do que no Mato Grosso do Sul⁶³. Em ambos trajetos os migrantes podem utilizar-se de transporte legalizado, com viagens formalizadas, assim como podem transitar em ônibus clandestinos.

Há ainda outros caminhos pelos quais os migrantes bolivianos rumam a São Paulo, que são utilizados raríssimas vezes por serem bem mais custosos e distantes. Trata-se de rotas em que se cruza a fronteira em: 1 – Cáceres, no Mato Grosso; 2 – Guajará-Mirim, em Rondônia; 3 – Eptaciolândia/Brasileira, no Acre. Por último, outra forma de deslocamento realizada pelos bolivianos, sobretudo donos de oficinas mais estabilizados, é por vias aéreas. Nos últimos anos, os preços das passagens aéreas foram barateadas e voos diretos passaram a ser oferecidos. A mobilidade aérea dos migrantes da costura tem crescido substantivamente nos últimos anos.

Sobre o agenciamento da vinda dos migrantes paraguaios para São Paulo, nenhum migrante relatou haver agências no país que mobilizam a migração para a RMSP (como ocorre no caso dos bolivianos); os entrevistados vieram por conta própria de sua cidade de origem para São Paulo. O acesso dos paraguaios a São Paulo é mais fácil do que o dos bolivianos. No caso de viagens para o Paraguai, identificamos cinco companhias⁶⁴ de ônibus que fazem o percurso São Paulo/Assunção. Os veículos cruzam a fronteira em Foz do Iguaçu/Ciudad del Este e rumam a oeste, passando pelas principais cidades de onde vêm os migrantes para São Paulo (que ficam no departamento de Caaguazú) até chegar à capital do país. O valor médio da passagem é de 150 reais, o trecho é realizado em 17 horas e não há a necessidade de trocar de ônibus. Outra possibilidade para o migrante paraguaio chegar a São Paulo é tomar um ônibus clandestino de sacoleiros brasileiros, que fazem o percurso São Paulo/Foz do Iguaçu. Um de nossos entrevistados paraguaios disse que esse não é o padrão da circulação paraguaia, mas que ele mesmo teria viajado em ônibus de sacoleiros em 2004. É comum ainda, no final do ano, donos de oficinas fretarem ônibus que partem de São Paulo para o Paraguai, somente da Vila Medeiros, no ano passado, em torno de cinco ônibus de costureiros saiu da Av. Jd. Japão rumo à Caaguazú.

Em geral, os trabalhadores recém-chegados a São Paulo se submetem a condições mais precárias que os já inseridos no setor, pois não dominam os códigos brasileiros, não têm muitos contatos e, por terem circulado pouco pela cidade, desconhecem os locais em que podem buscar novas oportunidades de trabalho. Falta-lhes conhecimento sobre a

⁶³ Esse trajeto parece estar sendo menos utilizado na atualidade, sobretudo porque o acordo para regularização via Mercosul facilitou a entrada do migrante boliviano no Brasil, assim eles têm vindo majoritariamente por Corumbá.

⁶⁴ São elas: Sol del Paraguay, Nuestra Señora de Asunción, Expreso Guaraní, Stel Turismo e Pluma. Essas companhias saem do Terminal Tietê ou dos arredores do terminal Princesa Isabel, nos Campos Elíseos, próximo ao Bom Retiro.

dinâmica de emprego do setor na nova cidade de moradia. Além disso, muitos não têm o *know-how* da costura, que é aprendido em curto período de trabalho – em média, num período de no máximo dois ou três meses, os migrantes conseguem aprender o ofício de forma bastante razoável. Tendo em vista que os migrantes recém-chegados não têm experiência no setor, os donos das oficinas justificam pagamentos mais reduzidos, ou mesmo o não pagamento, devido ao fato de estarem “ensinando o trabalhador a costurar”.

1.2.2 A lógica da produção nas oficinas de costura: ganhos de produtividade, o fim das garantias trabalhistas e do contrato de trabalho

A existência na história de um espaço produtivo similar ao que vem sendo descrito como as oficinas de costura atuais remonta à Revolução Industrial, ainda no século XVIII. No entanto, as oficinas contemporâneas não devem ser tratadas como um resquício de uma forma produtiva de um tempo passado. A proliferação de oficinas de costura na RMSP não é um anacronismo, mas uma marca dos tempos atuais. Defendemos que a exploração do trabalho subcontratado em oficinas de costura é um fenômeno atual, relacionado às formas contemporâneas e globalizadas de acumulação. O surgimento de oficinas de costura que prestam serviço para empresas de confecção, marcas, lojas de departamento, magazines, atacadistas e varejistas não é um fenômeno exclusivo de São Paulo ou do Brasil. Trata-se de um expediente que pode ser encontrado em diversas cidades do globo, tanto do hemisfério Sul como do Norte⁶⁵.

Se a existência de oficinas de costura não é algo novo no contexto urbano, ela passa a ocorrer em outra escala após o declínio da fábrica verticalizada. Em São Paulo, a partir dos anos 1980, ocorre a multiplicação de pequenas oficinas de costura impulsionada pela reestruturação produtiva. Não cabe a este estudo retomar detalhadamente os passos e os efeitos da reestruturação na indústria de confecções⁶⁶. Aliás, este fenômeno está

⁶⁵ Desde os anos 1970, inúmeras pesquisas em diferentes contextos vêm identificando a utilização de oficinas de costura, que recorrentemente empregam migrantes, muitas vezes em situação irregular no país. Nesses locais, usualmente o espaço de moradia e do trabalho se confundem e o pagamento é realizado por peças. Para citar apenas alguns exemplos, podemos elencar os respectivos autores e seus estudos: Green (1998) - estudo comparativo da indústria de vestuário na França (Paris e interior) e nos EUA (Nova Iorque e Califórnia), dos anos 1880 aos 1980; Sassen (In: Portes, et. al., 1989) - análise do setor em Nova Iorque, dos anos 1970 aos 1980; Morokawasic-Muller (1990) trata de migrantes na indústria de confecções em Paris; Bonacich tem uma longa trajetória com estudos sobre a indústria de confecções e a migração, sendo Los Angeles a sua maior referência, seus estudos apontam o emprego de migrantes de diversos países diferentes (2000, 2002); Ruggiero (2000) aborda os migrantes chineses que trabalham em oficinas em Milão, dentre outros estudos.

⁶⁶ Há uma gama extensíssima de trabalhos que tratam dos impactos da reestruturação produtiva na economia urbana de São Paulo. Em relação aos impactos dos processos de reestruturação produtiva na indústria do vestuário, ver Kontic (2001 e 2007), Freire (2008), Garcia e Cruz-Moreira (2004), Leite (2004).

datado nos anos 1990 e já foi bastante analisado por pesquisadores. Talvez possamos arriscar dizer que vivemos num período de pós-reestruturação. Esta pesquisa se localiza no contexto dos desdobramentos desses processos, das novas formas de gestão do trabalho e do social que surgem em resposta aos efeitos das mudanças em marcha desde o final dos anos 1980. Aqui, o que nos interessa é evidenciar a lógica das mudanças que ocorreram nas últimas décadas na organização da produção da indústria de confecções e que marca a inserção dos migrantes da costura em São Paulo, em especial a emergência das oficinas de costura como dispositivo que permite a expansão da produção e a circulação e fixação de migrantes neste segmento intensamente competitivo e globalizado.

A principal característica das oficinas de costura é que são pequenas células produtivas demandadas a prestarem o serviço da costura conforme a variação do mercado, elas não tem autonomia para a comercialização, pois se dedicam especificamente à produção. Neste sentido, as maiores dificuldades encontradas pelos donos das oficinas referem-se à forma como as encomendas se dão: há grande instabilidade dos pedidos, uma vez que as vendas do setor flutuam consideravelmente no decorrer do ano por conta da sazonalidade e dos ciclos de venda, relacionados aos períodos de aquecimento do mercado, como as vendas de fim de ano e do Dia das Mães (as duas datas em que o mercado de vestuário fica mais aquecido) e devido aos prazos dos pedidos no *fast fashion*, que sempre ocorrem em tempos curtíssimos para responder a uma demanda que, se atrasar, já pode chegar ao mercado “desatualizada”. Demonstraremos adiante as características da produção no interior das oficinas e os circuitos pelos quais as encomendas circulam a fim de compreender a lógica da produção nas oficinas subcontratadas.

Segundo Freire (2008, p. 64), as encomendas circulam em um mercado majoritariamente informal, em que não há contratos, mas apenas o empenho da palavra. As confecções encaminham às oficinas os tecidos cortados e as peças-piloto que devem ser reproduzidas. As encomendas circulam por uma rede de oficinas no nível horizontal, em que uma oficina pode dividir parte de uma encomenda com outra. Assim como circula num nível verticalizado, através das demandas das confecções, como as do Bom Retiro e Brás, responsáveis pela comercialização, ou por empresas que fazem o meio de campo entre as oficinas e as grandes varejistas, marcas e lojas de departamento. A circulação verticalizada é a típica deste segmento. Segundo Freire, os negócios são realizados predominantemente à vista, uma vez que há ausência de contratos. Em campo, identificou-se um incremento dos pagamentos em cheque a prazo. Característica comum

desse mercado são os “calotes”, que ocorrem com certa frequência entre as empresas e as oficinas, assim como entre as oficinas e seus trabalhadores. Observa-se uma transformação ainda muito recente no setor no sentido da formalização, esse processo, ainda que ocorra de forma precária, decorre em parte das fiscalizações realizadas pelo MTE, em parte pela facilitação à formalização; isso não necessariamente significa uma melhora nas condições de trabalho.

A remuneração nas oficinas de costura se dá pela produtividade, não há salários fixos, se ganha conforme se produz. Isto implica a ausência de definição e limites das jornadas de trabalho. O tempo e o ritmo do trabalho ocorrem segundo as demandas e seus prazos. Nos períodos que antecedem às épocas de aquecimento das vendas, o trabalho passa a ocorrer em ritmo mais intenso e extenso. Por outro lado, nos primeiros meses do ano, quando há uma ressaca nas vendas, muitas oficinas ficam paradas e algumas chegam a fechar. O risco relacionado à sazonalidade das demandas foi exteriorizado pelas fábricas, que antes ficavam com seus trabalhadores ociosos no período de baixa. O relato da empresária Rosana, transcrito anteriormente, demonstra bem esse movimento, segundo ela, as pequenas oficinas conseguiriam outro equilíbrio no período de baixa. Isto é, os trabalhadores informais passam a se virar como podem, no caso dos migrantes, muitas vezes é nesse período que eles retornam às suas cidades de origem, constituindo uma migração marcada pelas características circulatorias.

Vejamos o relato de Alcina⁶⁷, uma boliviana dona de oficina que conta como ocorria a negociação em torno do preço com a sua demandante de serviço, uma coreana do Bom Retiro. Pelo relato, percebe-se que o que dita o ritmo da produção e as condições de trabalho são, em grande medida, os prazos e o volume de peças que se deve entregar neste circuito acelerado. Além disso, frisa-se o aspecto informal do acordo estabelecido, em que o prazo reduzido para entrega do serviço acaba sendo remunerado, por exemplo, com uma melhor refeição.

Eu ia lá na coreana e ela me falava ‘Alcina, me entrega 500 peças que eu tenho que entregar na segunda-feira’ só que ela me falava na quinta-feira anterior. Daí eu fazia os cálculos, se eu trabalhasse no sábado e no domingo eu conseguiria entregar na segunda, aí eu falava ‘mas, meus funcionários vão trabalhar no sábado e domingo. E sábado e domingo tem que pagar mais’, então ela falava ‘ah... é?’. Então, se a peça ela me oferecia três reais ou dois e cinquenta, aí ela falava que pagava mais. Mas que a entrega deveria ser na segunda-feira. ‘Se você não entregar na segunda até às nove horas é esse preço, passou das nove eu pago esse

⁶⁷ Esta entrevista foi realizada em 2008 no marco da pesquisa de doutoramento da Sióbhán Mc. Grath. À época, servi de assistente de pesquisa à americana que fazia seu trabalho de campo no Brasil. A pesquisadora disponibilizou todo o material produzido para que eu utilizasse, desde que mantivesse em sigilo o nome dos entrevistados. As entrevistas foram transcritas por mim. Participei da realização de diversas entrevistas com Mc. Grath.

outro’. Então eu negociava assim. Aí eu falava ‘então, está bom, eu vou trabalhar sábado e domingo e você tem que trazer carne para mim e fazer churrasco para os costureiros’ aí então ela falava ‘está bom’. Aí o pessoal trabalhava no domingo, aí ela chegava com carne, cerveja e refrigerante. Quando terminava o serviço, umas cinco horas da tarde, todo mundo trabalhava, tipo assim, uma corrente. Cada um ia fazendo uma coisa. Então a peça já saía pronta. Terminávamos cinco horas da tarde no domingo, depois disso fazíamos um churrasco, comíamos e descansávamos. Segunda-feira já estava pronto o serviço. Então, é por isso que tem que trabalhar sábado e domingo, não porque a gente é escravo, é porque compensa. Você ganha um pouquinho mais, em compensação se alimenta melhor no domingo. Agora, isso compensa porque janeiro e fevereiro você pode ficar sem trabalhar uma semana, porque você já trabalhou sábado e domingo nos outros meses que tem pedido, então fica descansando como se fossem férias. **Então um trabalho compensa pelo outro. É assim o nosso trabalho.** Agora tem pessoa que fala ‘está trabalhando sábado e domingo, coitado, não sai, é escravo’. **Não é que a gente não saia, é que é esse o tipo de serviço que a gente faz.**

O relato de Alcina indica como são definidos os acordos da produção subcontratada de vestuários. O tamanho da encomenda a ser aceita é definido pela capacidade de mobilizar costureiros em seus postos de trabalho independentemente do tamanho da jornada. Como foi dito, não há jornada de trabalho definida nas oficinas de costura, pois ela varia conforme o tamanho da encomenda e o prazo, além disso, o pagamento por peças tem o poder de mobilizar esses trabalhadores para jornadas que extrapolam e muito os limites fixados pela legislação trabalhista. Na realidade, é exatamente essa variação da encomenda e os longos períodos trabalhados na época em que há demanda que dão ao trabalhador o “outro equilíbrio” do qual Rosana nos falava. O costureiro, para driblar o problema da sazonalidade do setor, dispõe-se ao trabalho com jornada longuíssima na época em que há demanda, pois aí ele consegue economias que possibilitam a reprodução de sua vida material no período de escassez de trabalho. Alcina frisa que nos acordos, caso houvesse atraso na produção, a coreana demandante descontava parte do valor combinado, sendo que o desconto era medido proporcionalmente ao tempo de atraso. Os migrantes parecem “se adaptar de forma melhor” a essa sazonalidade do que os brasileiros, uma vez que a migração é planejada já contabilizando a sazonalidade.

A oficina de costura, seja ela operada por migrantes transnacionais ou brasileiras, se caracteriza por ser uma pequena célula produtiva. A maior oficina que chegamos a identificar em nosso campo empregava 50 trabalhadores (era em Americana), este caso era uma exceção, pois a maior parte emprega de cinco a 20 trabalhadores. É fundamental para a multiplicação das oficinas o fato de serem pequenas, que não demandam um

grande capital inicial para a sua constituição, pois basta um estabelecimento com iluminação e algumas máquinas de costura.

Ao mesmo tempo, com a organização produtiva fragmentada em pequenas células produtivas, torna-se possível variar o tipo da produção conforme a demanda com extrema agilidade e flexibilidade. Quando se tinha a produção em grande escala do estilo fordista-taylorista não havia a flexibilidade de mudar o produto comercializado de forma rápida, em resposta quase imediata às mudanças do mercado. Assim, com a multiplicação das pequenas oficinas, tem-se um ganho de competitividade relacionado ao oferecimento constante de novidades. As demandantes acionam o serviço de costura apenas, e justamente apenas, quando o mercado se mostra aquecido para a venda. Não há produção contínua, não há grandes estoques, não há um projeto de venda e produção que sejam em longo prazo. A distância temporal entre a produção e a comercialização é reduzida ao máximo, o que faz com que qualquer variação do mercado tenha impacto direto na produção. Assim, a produção através da contratação do serviço de produção – e não do assalariamento do trabalhador – passa a ser a mola propulsora desse segmento.

O aspecto central nesta mudança refere-se às diferenças e compressões relacionadas ao tempo. Marc Bessin (1999), ao analisar os efeitos da reestruturação produtiva nas relações temporais, sugere que “viver em um tempo orientado pelos outros é o próprio atributo da submissão”. Nesse sentido, o tempo deve ser apreendido como relação, ele não apenas exprime, mas estrutura as relações de poder. Após os anos 1970, com as mutações sociais que afetaram o trabalho assalariado, nota-se a ascensão de uma flexibilidade temporal marcada pela incerteza, instabilidade, diluição das referências e demolição dos horizontes.

Referenciando-se em Manuel Castells, Bessin propõe que o sistema de gestão flexível de produção em rede repousa sobre a flexibilidade do tempo, sobre a capacidade de acelerar ou retardar os ciclos de produto e de lucro. O tempo passa a ser gerido como recurso, não numa lógica linear, mas como fator diferencial em relação à temporalidade de outras firmas, redes, procedimentos e produtos. Esses fluxos evidenciam que à aceleração e à redução de operações próprias do taylorismo, soma-se a aceleração dos eventos no âmbito de contextos econômicos, mobilizando a capacidade de realizar modificações de estruturas no menor prazo possível.

Assim, conclui Bessin, pode-se falar da passagem da organização sequencial das atividades, que separava as fases da pesquisa, desenvolvimento, produção e venda de determinado produto, para uma temporalidade em que todas essas atividades ocorrem

simultaneamente. Essa nova temporalidade passou a ser definida pela ideia do *just in time*, em que se comprime o tempo de modo extremo gerando consequências pesadas em relação às condições de trabalho, apertando prazos e engendrando ritmos de produção “desumanos”.

Trata-se de uma nova forma de gestão da produção que surge com o fim da fábrica, que faz desaparecer o assalariamento nos moldes anteriores e, por conseguinte, os contratos de trabalho. O pagamento ocorre por peças seguindo as especificações dos acordos (normalmente instáveis) firmados de prestação de serviços, em que os prazos se comprimem na medida oposta ao ritmo e intensidade do trabalho nas oficinas. Passa a haver uma relação entre oficinas e demandantes de serviço reguladas pelo direito contratual e não mais trabalhista. Quais seriam as implicações dessa mudança?

Para o jurista francês Alain Supiot (1994), ao cambiar a relação estabelecida do direito do trabalho para o direito contratual, tem-se uma mudança de princípios que fundamenta o tipo da relação estabelecida. O direito contratual, típico direito liberal, afirma a igualdade e a liberdade entre as partes envolvidas no contrato estabelecido. Por outro lado, o direito do trabalho se refere necessariamente a uma desigualdade de fato, a uma desigualdade econômica entre as partes envolvidas. Enquanto o direito contratual seria uma forma burguesa liberal, que parte da igualdade e da liberdade formal entre os atores envolvidos, o direito trabalhista seria um direito contraliberal, assentado na ideia de desigualdade, subordinação e direção.

Segundo Supiot, “a submissão do trabalhador à autoridade do empregador consistiria na característica ‘essencial’ do contrato de trabalho” (SUPIOT, 1994, p. 113)⁶⁸. Neste sentido, a caracterização do contrato de trabalho não estaria relacionada aos termos binários “lucro e dependência econômica”, mas aos termos “autoridade e subordinação”. Ao mesmo tempo, a noção de subordinação, ou seu inverso lógico, a noção de direção, designa uma relação hierárquica entre o empregador e o trabalhador (este deve obedecer àquele). Estabelece-se uma relação hierárquica que não pode ser confundida com uma relação de desigualdade (desigualdade designa de modo geral o produto de uma comparação objetiva entre situações eventualmente independentes uma da outra). A hierarquia implica relações de direito. Assim, a desigualdade que há entre empregador e trabalhador não deve ser compreendida como desigualdade situacional,

⁶⁸ “La soumission du travailleur à l'autorité de l'employeur constitue ainsi la caractéristique ‘essentielle’ du contrat de travail. (...) Le pouvoir de direction exercé sur le travailleur constitue donc au plan communautaire comme au plan interne le critère par excellence du contrat de travail, celui que permet de distinguer le salariat de toute autre forme d'activité économique exercée à titre onéreux pour autrui.” (SUPIOT, 1994, p. 113-114)

mas como desigualdade relacional. Essa desigualdade não é apenas uma situação ignorada ou combatida pelo direito, na realidade ela é instituída pelo direito. Assim, conclui-se que no direito do trabalho o que constitui as relações hierárquicas como princípio jurídico é a desigualdade e não a igualdade (SUPLOT, 1994, p. 116).

Supiot critica os teóricos que compreendem as relações de subordinação embasadas numa ideia de autonomia da vontade, na qual se poderia pensar que a força criadora da submissão do trabalhador às obrigações adviesse da própria vontade livre do indivíduo. Para esses teóricos, “a autonomia da vontade é tanto o fundamento como a justificativa da força obrigatória do contrato.”⁶⁹ (SUPLOT, 1994, p. 116). Essa concepção partiria da ideia de que as regras do jogo seriam mutuamente definidas em um contexto de igualdade de condições, em que os homens se assujeitariam apenas em situações de liberdade.

A crítica a essa concepção de liberdade e assujeitamento foi realizada por Karl Marx quando descrevia a mudança do sistema artesanal para o fabril na Inglaterra do final do século XVII. Nesse processo não se garantiu melhorias em relação às condições de vida dos trabalhadores. Pelo contrário, essas transformações teriam ocorrido simultaneamente aos cercamentos – que deram embasamento para a formulação sobre a acumulação capitalista primitiva⁷⁰ – numa dinâmica que tornava

(...) o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, 1985, p. 140)

Seguindo a análise de Marx, Albert Tissier, que escreve no final do século XIX, sugere que “o contrato de trabalho não é uma possibilidade, mas uma necessidade. (...) Mascara-se a especificidade da situação contratual diante de nós se não se revela que um dos implicados no contrato é economicamente muito fraco, mas que ainda está obrigado a ser contratado”⁷¹. O direito do trabalho surge exatamente para proteger aquele que se encontra na relação de subordinação. Os processos de reestruturação produtiva foram

⁶⁹ “L'autonomie de la volonté est donc à la fois le fondement et la justification de la force obligatoire du contrat.” (Ibid., p. 116);

⁷⁰ A noção de acumulação primitiva vem sendo utilizada cada vez com mais recorrência no debate marxista. Veremos adiante o uso que Sakamoto (2007) faz desta noção para propor uma análise sobre o trabalho escravo contemporâneo. David Harvey (2005) atualiza o conceito para a noção de *acumulation by dispossession* (traduzida para o português como acumulação via espoliação, despossessão ou desapossamento).

⁷¹ “On masque la spécificité de la situation contractuelle qui nous occupe si on ne montre pas non seulement que l'un des contractants est très faible économiquement vis-à-vis de l'autre, mais encore qu'il est obligé de contracter.” (A. TISSIER, 1904, *apud* SUPLOT, 1994, p. 117)

eficazes em contornar as relações embasadas pelo direito do trabalho passando ao direito civil.

Com os processos de reestruturação no setor passa a haver, no nível interno às oficinas, uma relação quase entre pares. A diferença entre as posições ocupadas pelo dono e o empregado da oficina não ocorre na mesma medida da diferença do dono da fábrica e seus trabalhadores. A desigualdade de que nos falava Supiot e Tissier entre o contratante e o contratado, no nível da oficina, fica embaçada. Os donos das oficinas ocupam uma posição limítrofe, se situam entre o capital e o trabalho. São eles que estabelecem os parâmetros das encomendas junto aos demandantes de serviço, são eles que cobram os trabalhadores para o cumprimento do serviço combinado. Muitas vezes eles também agenciam a migração desses trabalhadores para São Paulo, retêm seus documentos e os coagem para o trabalho. Ao mesmo tempo, frequentemente ocupam o posto de costureiro no interior da oficina, não raramente eles trabalham de modo quase similar aos demais costureiros, acompanham as mesmas jornadas e acumulam a função da costura com a da gestão da oficina. Assim, os donos compõem, muitas vezes, ao mesmo tempo, a força produtiva global da oficina e a gerência desses estabelecimentos. Ocupando a ambígua posição de trabalhador e patrão. Sem contar as relações de compadrio que muitas vezes são engendradas nesses processos.

Em resumo, a lógica da subcontratação de pequenos estabelecimentos produtivos para a produção de vestuário precarizou e complexificou as relações entre o capital e o trabalho. Isto é, os atores que se apropriam da maior parte do valor produzido nesta cadeia conseguiram se distanciar da gestão direta da produção, uma vez que gerem relações de demanda de serviços com pequenas empresas que constituem as oficinas de costura – há a suposta igualdade formal no estatuto da contratante e da contratada do serviço de costura, ambas pessoas jurídicas (de um lado a oficina e de outro a demandante de serviço). No entanto, na realidade, essas relações são marcadas pela subordinação real (ou “subordinação reticular”, para usar os termos do procurador do trabalho entrevistado) e pela dependência das oficinas em relação às contratantes, que estipulam a qualidade da produção, os prazos e, até mesmo, os preços. Nesse processo, além de reduzir custos fixos e de flexibilizar os direitos trabalhistas, as empresas que dominam a cadeia lograram um mecanismo de gestão da produção muito mais ágil para responder às mudanças da temporalidade da produção neste segmento, o que conferiu ao setor ganhos de produtividade.

1.3 A migração circulante

Em sintonia com uma modalidade contemporânea de migração que vem sendo descrita em diferentes contextos globais, os migrantes da costura vêm ao Brasil não para lançar raízes e estabelecer-se no país, ajustando-se à sociedade de destino, buscando necessariamente a integração e a cidadania no novo local de moradia. Trata-se, na realidade, de nova modalidade de migração, que pode e deve ser compreendida por outro conjunto de referenciais, diferente do clássico “paradigma da assimilação”, forjado pela Escola de Chicago no começo do século passado. Os migrantes da costura vêm a São Paulo em busca de melhores oportunidades de trabalho, para conseguirem rendimentos que não seriam alcançáveis na sociedade de origem. Esse dinheiro pode ser investido num projeto na própria RMSP ou revertido para ações em suas cidades de origem. Há o múltiplo pertencimento do migrante que, ao mesmo tempo em que vive e trabalha em São Paulo, mantém laços cotidianos com pessoas de seu país. A presença em São Paulo se deve, em grande medida, pela permanência da presença na sociedade de origem. Assim, a marca central dessa migração é justamente o múltiplo-pertencimento, a circulação, os fluxos de remessas, a busca da realização de um projeto migratório coletivo e compartilhado.

1.3.1 O debate atual sobre os “novos fluxos migratórios”: novo paradigma, novas questões

Antes de detalharmos as características desta migração circulante, vamos traçar algumas considerações sobre como as ciências sociais vêm tematizando as mudanças dos fluxos contemporâneos. Trata-se do debate em torno dos chamados “novos fluxos migratórios” e os problemas deslocados e aqueles que são postos por essas novas formas de mobilidade. Os estudos sobre mobilidade de pessoas na contemporaneidade conformam um ponto estratégico de observação para jogar luz em aspectos que antes eram trabalhados pelas ciências sociais de forma irrefletida. Isto é, revela-se um novo conjunto de problemas, que demandam, aliás, novos conceitos e estratégias de pesquisas; trata-se de um novo conjunto de referências. Por exemplo, torna-se possível a formulação de uma crítica epistemológica relativa ao lugar que o Estado-nação ocupa na formulação dos problemas sociológicos. A seguir, trataremos dessa crítica pelas abordagens de Saskia Sassen, que analisa o chamado “estatismo enraizado”, e pelo que Nina Glick-Schiller e

Andreas Wimmer chamam de “nacionalismo metodológico”. Ambas as críticas foram formuladas a partir de estudos que enfatizam os processos transnacionais relacionados à mobilidade de pessoas, coisas, informações e valores.

Saskia Sassen (2010) designa de “estatismo enraizado” a postura que, segundo ela, marca as ciências sociais e que compromete a compreensão dos processos de globalização ou as dimensões globalizadas dos territórios locais, na medida em que coloca o Estado-nação como contendor dos processos sociais, implicando em dois outros problemas: “a correspondência presumida do território nacional com os processos sociais e a implicação associada de que o nacional e o não-nacional são condições mutuamente excludentes” (SASSEN, 2010, p. 89). Para a socióloga, a aceitação dessas premissas funcionaria bem para diversos estudos das ciências sociais, no entanto, pesquisadores que quisessem compreender os processos transnacionais e a dinâmica da globalização contemporânea deveriam buscar outros parâmetros. Pois, além de não elucidarem os processos relacionados à globalização, essas premissas tampouco ajudariam desenvolver as técnicas de pesquisa necessárias para o novo contexto global. Como saída ao estatismo enraizado, Sassen coloca em foco analítico a dinâmica das cidades, o que lhe permitiu abordar o que denomina de “reescalonamento de hierarquias espaciais”; assim a cidade aparece não como uma unidade limitada, mas uma estrutura complexa que poderia articular uma variedade de processos transfronteiriços e reconstituí-los como uma condição parcialmente urbana.

Além de tentar superar o estatismo enraizado, outro desafio ao qual se propõe a autora é de recuperar o *lugar* no contexto da globalização, das telecomunicações e da proliferação de dinâmicas transnacionais e translocais. Recuperar o *lugar* significa recuperar a multiplicidade de presenças nessa paisagem. Para a autora, ideias de complementaridade ou de funcionalismo da cidade trazem de volta a noção de que o espaço urbano é limitado, ao invés de um local em que diversos processos transfronteiriços se cruzam e produzem formações socioespaciais distintas. A grande cidade contemporânea teria emergido como um local estratégico para novos tipos de operações – políticas, econômicas, culturais e subjetivas. Para Sassen, a perda do poder no nível nacional teria possibilitado novas formas de poder e política no nível subnacional. As cidades se localizariam no centro dessa nova geografia, pois relacionariam espaços subnacionais através das fronteiras.

Andreas Wimmer e Nina Glick Schiller (2003) afastam-se, em alguma medida, da perspectiva de Sassen, sobretudo devido ao escalonamento das cidades em uma

hierarquia que diferencia as mais das menos globalizadas e também em relação ao teor da crítica ao lugar que o Estado-nação ocuparia no processo de formação do conhecimento. Enquanto Sassen critica o estatismo enraizado nos estudos que buscam compreender as dinâmicas globais localizadas nas cidades, Wimmer e Schiller generalizam a crítica e denominam de “nacionalismo metodológico” a postura que estaria imbricada fortemente nas ciências sociais desde o seu surgimento. Wimmer e Schiller chamam de “nacionalismo metodológico” a naturalização do Estado-nação pelas ciências sociais, que ocorre a partir da premissa assumida pelos pesquisadores de que os países, em estudos comparativos, são unidades naturais, equacionando sociedade ao Estado-nação, o que implicaria o embaralhamento entre os interesses nacionais e os das ciências sociais.

Para os autores, as ciências sociais estiveram, desde a sua institucionalização, comprometidas com a formação dos Estados-nação. Isto é, a formação das ciências sociais é contemporânea, solidária e inteiramente tributária da formação dos espaços nacionais e a construção própria dos Estados. O Estado-nação e a formação dos espaços nacionais se impuseram como premissa não refletida das ciências sociais. A importância e o predomínio de temas relacionados à integração social – ou seja, à integração nacional – remontam aos primórdios dessa área do conhecimento. As categorias e as grades de análise que se constituíram desde a formação da disciplina são pautadas por esse campo epistêmico, o que terminou por ocultar ou mesmo negar processos transnacionais que estiveram presentes desde a formação das nações modernas. No que diz respeito aos estudos migratórios, isso foi decisivo na construção das categorias descritivas e analíticas: a começar pela figura do estrangeiro desenraizado com problemas de integração. O nacionalismo metodológico, nos estudos migratórios, implica na naturalização das fronteiras dos Estados como unidade de análise. Nossa perspectiva de colocar em foco os migrantes da costura e não os bolivianos, ou os paraguaios, vai no sentido de contornar esse problema.

É importante dizer que as questões que os autores apontam derivam de uma problematização que só se tornou possível a partir das modalidades de mobilidades contemporâneas. É a partir dos estudos transnacionais que se pôde entender o caráter construído do isomorfismo entre cidadania, soberania, solidariedade de grupo e nação, que implica a congruência de todos esses termos, contidos e definidos pela correspondente fronteira territorial desses Estados-nacionais. É propriamente o rompimento contemporâneo desse isomorfismo que torna possível às ciências sociais revisarem a história recente da formação das sociedades, das nações e dos Estados,

encontrando dimensões transnacionais no lugar onde a sociologia via apenas a construção da ordem nacional, pensada em termos de legitimidade, solidariedade, desordem, anomia, etc. Os autores problematizam esse isomorfismo, mostrando como ele foi construído – em termos práticos, políticos, jurídicos e também em termos discursivos, para os quais a sociologia teve um papel fundamental. Nessa construção – ao mesmo tempo em que traçou a fronteira da população soberana, definindo a pátria da cidadania – a partilha entre o nacional e o estrangeiro foi produzida, ocultando, excluindo ou recalcando as dimensões transnacionais e circulatórias presentes na experiência de indivíduos, grupos e populações em movimento. É nesse contexto que noções clássicas da sociologia, em particular o tema (e conceitos) da integração e da ordem (e seus inversos), seriam espelhadas na ideia de sistema legal nacional; a soberania no sistema político; a nação no sistema cultural; e a solidariedade de grupo no sistema social. A associação de todos esses termos passaria então a compor o que foi concebido como a formação da sociedade em um processo que, na verdade, corresponde rigorosamente à construção do espaço nacional, nas/das fronteiras do Estado-nação. Essa premissa não refletida da formação das ciências sociais, em particular da sociologia, agora sob o impacto dos processos transnacionais, coloca a exigência de se refletir sobre o campo epistemológico a partir das quais noções e questões clássicas da sociologia foram formuladas. (WIMMER e SCHILLER, 2003, p. 583).

Para os autores, a mobilidade humana apareceu, tanto para cientistas sociais quanto para os idealizadores da nação, como a antinomia do funcionamento ordeiro do Estado e da sociedade – mesmo em sociedades que tiveram como mito fundador a confluência de povos, como no caso do Brasil ou dos Estados Unidos. Os migrantes sempre apareceram como problemáticos justamente porque sua presença parecia abrir uma fissura no isomorfismo entre povo, soberania e cidadania. Por conta disso, eles apareceram nas ciências sociais como um problema a ser resolvido. Essa construção não permitia que se vissem as dimensões transnacionais das experiências social, individual ou coletiva e, assim, acabava-se recalcando delas toda a dimensão transnacional. Os migrantes eram percebidos como estrangeiros/estranhos, às vezes como ameaça para aqueles que compartilham lealdade a um Estado que lhes outorga direitos⁷². A relação entre as categorias povo e nação fez emergir uma série de estudos preocupados em compreender os padrões e caminhos da assimilação da população migrante na sociedade

⁷² A legislação brasileira que trata dos aspectos da migração, texto original de 1980, chama-se Estatuto do Estrangeiro justamente por ter sido formatado nessa concepção. Atualmente há um debate político intenso que busca reformular o texto, defende-se a formulação de um Estatuto do Migrante.

nacional. Os estudos clássicos da Escola de Chicago localizaram como cerne da questão da migração a problemática da assimilação. Isto é, partia-se da ideia de que havia pessoas fora de lugar. As diferentes teorias da integração de migrantes tiveram como pressuposto a referência à sociedade colada no Estado-nação de um lado, e aos migrantes, vindos do exterior, de outro⁷³.

Para os operadores políticos do Estado-nação, assim como para os cientistas sociais, todo movimento que cruza fronteiras nacionais aparecia como exceção à regra do sedentarismo interno aos Estados-nações. Wimmer e Schiller não sugerem que se inverta o paradigma, do sedentarismo ao nomadismo dominante, mas que se ponha em perspectiva categorias antes não ditas, implícitas e conformadoras da produção do conhecimento. Os estudos do pós-guerra naturalizaram o pertencimento dos indivíduos a determinado Estado-nação, pautavam o sedentarismo como regra e transformavam a migração transfronteiriça em uma anomalia. O pertencimento a um Estado-nação teria se tornado um axioma inquestionável.

Arjun Appadurai (1997), partindo também da análise das mobilidades contemporâneas, problematiza a ideia de uma soberania sem territorialidade (sendo que a base lógica política e jurídica do sistema de Estados-nação, desde a paz de Westphália de 1648, seria a de soberania territorial) e trata da crise por que os Estados-nação vêm passando nos últimos 20 anos, e os novos fenômenos sociais que emergem nesse contexto. A constituição do Estado-nação pressupõe o isomorfismo entre povo, território e soberania legítima, o que vem sendo posto em xeque pelas novas formações e movimentos de pessoas – não se deve pensar que agora há movimento e que antes não tinha, mas que atualmente as formas de mobilidade se dão em um novo patamar, em que se engendram translocalidades. Em outros casos, Appadurai identifica a formação de soberanias móveis, isto é, um tipo de paradoxo territorial, em que são garantidos direitos especiais para cidadãos que não se encontram no território nacional (como no caso de indianos que vivem nos EUA e que possuem uma série de comprometimentos com a Índia). Appadurai propõe que ao passo que emergem as fissuras entre o espaço local, translocal e nacional, o sentimento nacional e o território como base para lealdade têm

⁷³ No caso da sociologia brasileira, os precursores na discussão sobre migração partiam do referencial da Escola de Chicago (1930-1940). Emílio Willems forjava uma tradição que teria bastante peso na sociologia brasileira – inicialmente pautava-se o problema da mudança cultural, estudos de aculturação e estudos de comunidade. Outra tradição que surge na década de 1960-1970 pelas mãos de Eunice Durham e Ruth Cardoso critica a perspectiva da aculturação e frisa os aspectos da imigração relacionada à integração à sociedade nacional de classes e à ascensão social – a mobilidade está no cerne da argumentação. De todo modo, a questão da integração à sociedade nacional é um aspecto presente em ambas as perspectivas analíticas: em Willems, a preocupação se refere aos aspectos culturais; em Durham e Cardoso, recai sobre a integração à sociedade de classes nacional.

progressivamente se divorciado do território como lugar da soberania e do controle estatal da sociedade civil (1997, p. 37).

Outra abordagem que visa dar destaque a territórios que não se constituem nos parâmetros definidos pelas fronteiras dos Estados-nacionais é o proposto por Alain Tarrius. A noção de território circulatório, cunhada pelo autor ao tratar dos migrantes do Maghreb na Europa, visa dar destaque a um novo modo de pertencimento a territórios. Tarrius denomina de transmigrantes os indivíduos daquela população pobre que se desloca, mas não busca se sedentarizar, percorrendo, com várias idas e vindas, as ricas nações europeias. São, sobretudo, comerciantes que levam mercadorias – produtos eletrônicos, vestimentas, peças de reposição de automóveis, dentre outras – a fim de distribuí-las em melhores condições de preço entre os pobres dos países ricos e entre nações pobres. São as “formigas” do negócio transnacional, que fazem passar mercadorias pelas fronteiras, processos nos quais são engendrados saberes circulatórios (saber contornar ou negociar as fiscalizações, saber passar mercadorias e pessoas) e identidades híbridas (ser daqui, ser de lá, ser daqui e de lá ao mesmo tempo). Nesses percursos, os sujeitos constituem sua existência não com referência às promessas de integração à sociedade europeia, mas justamente à circulação. Nesses circuitos, Tarrius revela a constituição de territórios circulatórios: uma construção social, relacional, na qual populações circulantes engendram um *nós* identificador, condição e expressão do vínculo social. É a marcação espacial da consciência histórica de estar junto. Noção que se refere ao espaço que serve de suporte às práticas de mobilidade (TARRIUS, 2001, p. 8).

Os processos de migração contemporâneos são caracterizados, em larga medida, pela manutenção de vínculos e constantes trocas com os países de origem e países receptores. Ainda que seja possível pautar essas relações na chave da assimilação e integração nacional, as pesquisas atuais vêm frisando os aspectos relacionados ao múltiplo-pertencimento, às novas territorialidades constituídas nesses processos, às identidades híbridas, aos impactos dessas mobilidades nas organizações políticas e estatais, à hipermobilidade, etc. Constitui-se nesse processo um novo paradigma: o paradigma da mobilidade e é a partir dele que questões contemporâneas passam a ser tematizadas.

John Urry é um dos pesquisadores que tem se detido de forma mais dedicada à consolidação desse novo paradigma. Em *Mobilities*, livro publicado em 2007, o autor propõe o paradigma das mobilidades (sempre no plural): deve-se considerar as mobilidades como complexo fenômeno social, que ultrapassa as dimensões físicas,

corporais e econômicas, envolvendo também os afetos, a cultura, a imaginação, o espaço e o indivíduo. As mobilidades seriam características estruturantes da sociedade contemporânea. O autor busca fundir a fixidez, encarando os movimentos e as mobilidades como inerentes ao modo pelo qual se organiza as sociedades no século XXI, assim torna-se possível pensar a multidimensionalidade das mobilidades e seu caráter intrínseco ao mundo contemporâneo. Para Urry, não há mobilidade sem se considerar a imobilidade, isto é, não há processos de desterritorialização sem que haja territorialização. Desse modo, deve-se considerar que a mobilidade de uns ocorre graças à imobilidade de outros.

Emergem para as ciências sociais novos fenômenos que não ficam restritos pelas fronteiras naturalizadas dos Estados-nacionais, mas que implicam um conjunto outro de situações caracterizadas por um pertencimento a redes transnacionais. Trata-se da existência da figura “entre os dois”. Nem daqui e nem de lá. Mas daqui e de lá ao mesmo tempo.⁷⁴ (DIMINESCU, 2007, p. 280). Isto é, colocam-se novas questões e novos conceitos: o desafio ao qual nos colocamos é justamente tentar inserir esta pesquisa nesse novo campo de problematizações. Seguramente, fica mais do que claro para nós, que esta pesquisa não conseguirá se desvencilhar desses termos, de todo modo, manteremos uma postura de vigília permanente para que não recaiamos nos problemas do nacionalismo metodológico.

1.3.2 A migração da costura: um fluxo circulante

A migração circulante e o trabalho globalizado em oficinas de costura são chaves privilegiadas para se observar e problematizar as novas questões colocadas na discussão contemporânea. Ainda que seja bastante dificultoso livrar-nos dos termos do nacionalismo metodológico e do paradigma anterior, que marcou fortemente o modo como os temas, conceitos e problemas das ciências sociais foram formulados, a abordagem que buscaremos desenvolver evidencia o múltiplo-pertencimento do migrante circulante e tenta, na medida do possível, se desvencilhar dos conceitos e noções ancorados nos limites do Estado-nação. O fluxo dos migrantes da costura compõe uma presença altamente globalizada na economia urbana da RMSP: trata-se de migrantes bolivianos, paraguaios e, em menor medida, peruanos, que trabalham num setor altamente

⁷⁴ “La figure de l’entre deux. (...) Ni ici, ni là-bas. Mais ici et là-bas en même temps” Tradução própria. (DIMINESCU, 2007, p. 280).

transnacionalizado, que tem suas características apreendidas do modo pelo qual a concorrência global se organiza – com o já mencionado “custo chinês” –, em que migrantes transnacionais trabalham para confecções de coreanos e brasileiros, ou mesmo para grandes magazines, marcas e grifes transnacionais.

A partir das discussões pautadas pelo paradigma das mobilidades, vislumbra-se problematizar a inserção e as disjunções dos migrantes da costura na RMSP. Havia uma série de indícios de que esses migrantes eram circulantes e que não pretendiam lançar raízes e assimilar-se ao novo país de morada. Nesse sentido, deve-se dar centralidade e importância às remessas de dinheiro dos migrantes em questão; a remessa é um modo pelo qual se cristaliza o pertencimento transnacional do migrante. Leonardo de la Torre Ávila, em “No llores prenda, pronto volveré” (2006), que discute a migração de bolivianos aos EUA, e Geneviève Cortes, em “Partir para quedarse” (2004), que trata dos bolivianos que se dirigem à Argentina ou a outro país do Norte, defendem a hipótese de que a migração boliviana⁷⁵ se constitui como um projeto familiar, no qual se almeja angariar recursos para que se consiga melhorar as condições de vida dos familiares que ficam.

Ávila indica como as remessas dos bolivianos dos Estados Unidos impactaram e impulsionaram fortemente a cultura de pêssegos do Vale Cochabambino, evidenciando como o fluxo de migrantes bolivianos, sobretudo para os EUA, transformou de modo decisivo a organização produtiva rural da província de Esteban Arze, no departamento de Cochabamba. Ávila identifica que “los nuevos migrantes no despliegan sus prácticas en un solo lugar, sino en un espacio plurilocal y transnacional”⁷⁶ (ÁVILA, 2006, p. 25). Isto quer dizer, as práticas sociais apreendidas pelos migrantes transnacionais não podem ser compreendidas se forem confinadas a espaços nacionalizados, a territórios definidos unicamente pela presença física do migrante.

Ávila fundamenta-se em noções trabalhadas por Ludger Pries em “La migración internacional en tempos de globalización”. Trata-se da criação de espaços sociais transnacionais (PRIES, 1999, p. 61), em que são articulados os espaços de origem com o de estabelecimento. Nesse percurso, segundo Pries, a migração internacional varia qualitativamente: de um ato de mudança de localização habitacional em fase temporal limitada e transitória, se transforma em um estado e numa forma de vida.

⁷⁵ Infelizmente, em toda esta pesquisa, quando estivermos nos referindo aos migrantes da costura e referenciando nossa discussão em outros estudos, trataremos, sobretudo, dos bolivianos, uma vez que praticamente não há material acumulado sobre os migrantes que se inserem na indústria de confecções que sejam de outras nacionalidades, com exceção de publicações do geógrafo Sylvain Souchaud.

⁷⁶ “Os novos migrantes não desenvolvem suas práticas em um só lugar, mas num espaço plurilocal e transnacional.” Tradução própria.

Infelizmente, não há estudos que tratem especificamente das remessas dos migrantes empregados na indústria de confecções, qual o impacto e de que modo esse fluxo de dinheiro é despendido, se para o investimento em atividades produtivas ou patrimônio ou se simplesmente para o consumo e manutenção das necessidades básicas dos que ficam. De todo modo, algumas pesquisas que não são estritamente sobre os migrantes da costura, mas sobre os bolivianos em São Paulo, mostram que as remessas tem impacto importante na vida dos que ficam.

A pesquisadora brasileira Iara Rolnik Xavier (2010) trabalha com a noção de “projeto migratório” para tentar dar conta do fluxo de migrantes bolivianos que se inserem em São Paulo. A noção foi forjada no sentido de contornar uma compreensão da migração apenas como empreendimento individual e revelar as características coletivas e transnacionais da empreitada. Em sua análise, ela evidencia que as remessas seriam fundamentais para os sedentários, que fazem reformas em suas casas e investem em atividades produtivas que permitam uma melhora significativa da qualidade de vida.

Muitos só partem quando outros podem ficar: seja para cuidar dos filhos, da casa, investir o dinheiro enviado ou suplantando sua ausência: a migração implica, muitas vezes, a não-migração simultânea; ou seja, em geral, para sair, o migrante pode depender também daqueles que ficam nos lugares de origem, dos sedentários. (XAVIER, 2010, p. 148).

Em nosso campo, os relatos dos migrantes sobre as razões e a destinação das remessas enviadas aos parentes podem ser divididos em dois grupos distintos: de um lado, aparecem apenas como fonte de financiamento do consumo cotidiano dos familiares, trata-se do mínimo para a reprodução da vida; de outro, há as remessas que miram no investimento produtivo, na poupança para a criação de mecanismos que permitam o retorno do migrante em melhor situação.

Em São Paulo, identificamos que nos últimos anos aumentou a quantidade de empresas que operam as remessas de dinheiro dos migrantes da costura. Se no começo dos anos 2000 havia apenas uma, a Western Union, atualmente, foram identificadas quatro. Além da primeira, pode-se enumerar ainda a Onyx, Remessa Expressa e Money Gram. São nos locais de sociabilidade dos migrantes da costura onde é possível encontrar o maior número de concentração das pequenas agências. Além disso, cada vez mais é possível observar correspondentes dessas instituições que operam as transações financeiras sem necessariamente constituir uma agência da empresa, são bancas de jornal, papelarias e outros pequenos negócios que começam a operar as transferências

transnacionais. Nas festas pátrias dos bolivianos no Memorial da América Latina (dia 6 de agosto) ou nos Jornais informativos dirigidos aos migrantes – *Conexión Migrante* do CDHIC, *Nostros Imigrantes*, do Cami, CPMM e SPM – pipocam anúncios das empresas que realizam remessas. Aumentou o número de instituições operando no Brasil nesses últimos anos, assim como a disputa das empresas por esse mercado, justamente por conta do crescimento da presença de migrantes que enviam remessas aos países de origem. Os dados sobre as remessas para esses países são impressionantes e evidenciam a importância desses fluxos financeiros.

Apesar da dificuldade de mensurar o valor das remessas que chegam aos países dos migrantes da costura, uma vez que parte considerável desse dinheiro entra de forma irregular e não declarada, há alguns dados que demonstram a importância do fluxo desses valores para a economia local. No caso específico da Bolívia, em 2006, as remessas teriam sido a segunda maior fonte de divisas, estando atrás apenas dos ganhos obtidos pelo gás natural (Dados de Centro Boliviano de Economia, *apud* HIRSH, 2008). Segundo dados oficiais do Banco Central Boliviano⁷⁷, a Bolívia recebeu em 2012 o valor de US\$ 1.094 milhões em remessas de trabalhadores que vivem no exterior, valor 8,1% maior do que o enviado em 2011 e que representa em torno de 4% do PIB. O simples fato de o Banco Central Boliviano publicar a cada quadrimestre uma nota para a imprensa, situada em posição de destaque no *site* do banco, indica a importância das remessas para a economia nacional.

Segundo Hirsch, em torno de 20% da população boliviana vive no exterior e envia valores significativos para os parentes que ficam (HIRSH, 2008, p. 4). Para Ávila, referenciado em dados do BID (Banco Interamericano para o Desenvolvimento), 60% dos migrantes bolivianos no exterior tem o compromisso de enviar remessas aos parentes que ficaram (ÁVILA, 2006, p. 191). Em 2012, segundo os dados do Banco Central Boliviano, os países que apresentam maior participação nas remessas são: 44% – Espanha ; 17,4% – Estados Unidos; 12,1% – Argentina; 4,8% – Chile; **3,1% – Brasil**; 18,6% – outros países. Isto é, segundo os dados oficiais, do Brasil foi remetido à Bolívia o valor aproximado de **34 milhões** de dólares ao longo do ano de 2012, sendo que as remessas do Brasil ocupam a quinta posição. Os dados precisariam ser desagregados para que pudéssemos medir o percentual desse valor que foi gerado pelos migrantes que trabalham na indústria de confecções. De todo modo, pode-se supor que a maior parte desse valor foi enviado pelos

⁷⁷ Disponível em <http://www.bcb.gob.bo/webdocs/2013/SalaDePrensa/NotaDePrensa/2013%2002%2028-BCBNotadePrensa.pdf>. Acesso em: 03/07/2013.

bolivianos que vivem no estado de São Paulo, uma vez que, segundo os Censos 2000 e 2010, a maior parte dos bolivianos que vivem no Brasil se distribuem ou nas regiões de fronteira ou no estado de São Paulo. Os que vivem nas regiões de fronteira, provavelmente, teriam preferido fazer as remessas pessoalmente em seus países de nascimento, assim pagariam custos menores de taxas de administração da transferência. Assim, pode-se sugerir que a maior parte desses 34 milhões de dólares remetidos à Bolívia tenha saído de São Paulo, estado que aloja a maior parte dos bolivianos no Brasil que não se encontram em regiões de fronteira. Os quais se empregam, em sua maioria, na indústria de confecções.

A literatura sobre os fluxos migratórios paraguaios é mais precária que no caso boliviano, há menos dados disponíveis sobre a importância das remessas. Segundo Hugo Oddone não há dados oficiais precisos sobre a importância das remessas para o Paraguai, no entanto, segundo informações colhidas no similar ao IBGE brasileiro, o DGEEC (Dirección General de Estadística, Escuesta y Censo), as remessas para o país teriam chegado à cifra de 350 milhões de dólares e representaria quase 12% do valor total das exportações. Já o BID teria estimado o ingresso de 700 milhões de dólares em remessas para o Paraguai. No censo paraguaio de 2010, identificou-se que 60% das pessoas maiores de 10 anos residentes no país receberam remessas de familiares do exterior, a média do valor recebido seria de 150 dólares⁷⁸.

Os relatos dos migrantes sobre as remessas demonstram uma transformação no modo como elas se organizam. Se antes, na década de 1990, era comum viajar com quantias em espécie, ou enviá-las por conhecidos que rumavam ao país de origem, atualmente as transações passaram a ser facilitadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). As TICs transformaram os valores em códigos binários virtuais que transitam pelas redes globais, não mais necessitando da mobilidade do suporte físico, isto é, o dinheiro impresso. Antes eram comuns os relatos de assaltos e outros riscos relacionados à circulação do dinheiro – muitas vezes quando algum parente ou conhecido se dispunha a levar o dinheiro, essa pessoa gastava parte considerável antes de chegar ao destino final. Agora, as transferências ocorrem de forma mais segura e, até por isso, em fluxos mais contínuos e intensos. Não se trata de dizer que as TICs tenham criado as remessas, mas de se considerar o impacto dessas tecnologias na transação dos valores circulantes, que impactam no modo como a circulação e presença desses migrantes

⁷⁸ Oddone (In: HALPERN, 2011, p. 80-81) não especifica o período de tempo a que se refere esta média de dinheiro. Provavelmente, trata-se de 2010.

ocorre. Dana Diminescu (2007) sugere o conceito de “migrante conectado” para se compreender as novas modalidades de fluxos relacionados com as TICs, que vem a favorecer e facilitar o múltiplo-pertencimento do migrante: trabalha e vive em São Paulo, mas, pelas redes virtuais, mantém contato constante com os familiares na cidade de origem, tanto através do computador, em eventos cotidianos, como pelas remessas de dinheiro.

Identificou-se que os migrantes da costura podem ser caracterizados, sobretudo, como circulantes, uma vez que os planos de estabelecimento na sociedade de destino são referenciados pela presença na sociedade de origem. Isso não quer dizer, de modo algum, que eles não venham a se integrar e a se estabelecer “de modo definitivo” na RMSP, mas que o horizonte de permanência na sociedade de destino tem como projeto o retorno e o investimento na sociedade de origem.

Nas entrevistas e conversas com migrantes, foi relatado que preferencialmente as mulheres ficavam nas cidades de origem com a família para auxiliar nas tarefas domésticas e cuidar de parentes idosos, sobretudo pais e avôs, enquanto os homens mais jovens migravam em busca de recursos que pudessem auxiliar a vida familiar. Em muitos casos, depois de instalados, eles traziam outros familiares para trabalharem na cidade. Desses relatos, depreende-se que, em geral, o migrante da costura busca realizar uma trajetória migratória sem a pretensão de lançar raízes e estabelecer-se na sociedade de destino, mas buscar uma atividade laboral por meio da qual consiga recursos suficientes para melhorar a situação da família que fica nas cidades de origem. Com isso, não queremos dizer que não haja mulheres migrantes, muito pelo contrário, elas marcham de suas cidades com o intuito de angariar recursos para enviar aos familiares que ficam e, em geral, tendem a constituir um vínculo com os familiares que ficam ainda mais forte do que os homens. Percebe-se, assim, um modo peculiar de migração em que as remessas assumem papel preponderante (pois se trata de trabalhar aqui para investir lá) e a circulação por entre as cidades de destino e de origem ocorrem de forma intensa.

É fundamental compreender o relato de diversos migrantes que frisam o sentido da busca pela regularização da situação migratória. De modo geral, busca-se a regularização para facilitar a circulação, a entrada e a saída do país – tanto no caso dos paraguaios, como dos bolivianos, ouvimos relatos nesse sentido. A regularização é menos buscada como forma de integração à sociedade nacional, para acesso a direitos – sejam eles sociais, civis ou políticos – e mais para facilitar a mobilidade por entre as fronteiras nacionais. Com o RNE (Registro Nacional de Estrangeiros) permanente, o migrante deixa

de sofrer certos constrangimentos para entrar e sair do Brasil, a circulação por entre as fronteiras se torna mais fácil.

No entanto, isso não quer dizer que os migrantes não tenham interesse em aceder aos direitos universais garantidos pela constituição. Eles colocam seus filhos em escolas públicas brasileiras, utilizam-se do Sistema Único de Saúde. Para Xavier, aliás, o acesso ao SUS – direito garantido pela constituição a todas as pessoas presentes em território brasileiro, que gera um cartão onde consta o nome, idade, nome da mãe e local de nascimento – é utilizado pelos migrantes como modo de identificação e representa certa forma de acolhimento ao país. Alguns dos entrevistados de Xavier levavam o cartão do SUS para todos os lugares que iam da cidade. Mais do que apenas um documento que dá acesso ao sistema de saúde brasileiro, o cartão significaria para o migrante um reconhecimento de que ele faz parte da cidade. Na nossa pesquisa de campo, identificamos a existência de um fluxo migratório em torno do acesso ao SUS. Sobretudo migrantes paraguaios relataram trazer parentes doentes, que precisem de tratamentos custosos. No Paraguai, o acesso à saúde é muito mais precário que no Brasil, os remédios são caros e não há subsídio para a população pobre adquirir os medicamentos. Desse modo, alguns migrantes da costura relataram trazer parentes para se tratarem no SUS, serviço com acesso universal e gratuito independentemente da situação migratória.

Não se trata de considerar que os migrantes da costura não tenham planos de se integrar ao país de destino, ou que não buscam um reconhecimento público de seu pertencimento à cidade. Na realidade, é justamente devido à existência de um grupo de migrantes já estabelecidos e integrados, normalmente em situação regular, que se constitui uma rede de migrantes bastante fixa e cristalizada na RMSP. No entanto, esses migrantes, estabelecidos e integrados, mantêm uma relação contínua com a sociedade de origem; o estabelecimento e a integração não podem ser pensados como ruptura com a sociedade de origem. *Estabelecer-se na e/ou circular pela* sociedade brasileira é um processo que ocorre em mão dupla; a circulação de migrantes da costura pela RMSP se deve à rede de migrantes no Brasil, rede esta que, apesar de estabelecida, é também composta por migrantes circulantes. Nesse caso, não se deve pensar uma dicotomia entre o estabelecimento em solo brasileiro e a circulação.

Os migrantes da costura podem ser divididos entre aqueles que são donos de oficinas de costura e aqueles que se empregam nelas; há de se considerar ainda aqueles que se puseram a marchar de seus países para trabalharem na costura, mas que atualmente se inserem em outro setor de atividade na cidade. Esses grupos não são

homogêneos. Há uma gama extensa de migrantes que são proprietários das máquinas de costura. Eles são, em geral, os donos das oficinas, que não têm um chefe direto, mas que se colocam em uma relação de subordinação com os demandantes de serviço, devido ao modo que se estrutura a cadeia produtiva das confecções, em que as encomendas definem as condições de trabalho nas oficinas – os prazos, ritmos e valores.

A maior parte dos donos de oficina começa com um número pequeno de máquinas. Geralmente crescem e compram suas máquinas pouco a pouco, em um ritmo gradual e ascendente. Inicialmente a oficina começa empregando apenas parentes bem próximos, do núcleo familiar, para expandir a contratação, conforme cresce, para outros níveis, como de parentes mais distantes ou outros migrantes que não são necessariamente da família. Nos casos em que as oficinas são bem pequenas, com menos de cinco pessoas, os oficinistas desempenham o trabalho da costura em um nível muito semelhante ao dos costureiros.

Ao se tratar do migrante da costura em São Paulo, deve-se considerar os diferentes modos de inserção na RMSP. O costureiro se insere na cidade de modo diferente do dono da oficina, assim como diverge a inserção dos que chegaram à RMSP na década de 1980 daqueles que chegaram no final dos anos 2000. Em geral, percebe-se que o migrante mais antigo, aquele que chegou para costurar nos anos 1980 ou começo dos anos 1990 – muito provavelmente para um oficinista coreano –, atualmente já montou a própria oficina de costura. Isto é, o que chegou antes apresenta chance maior de ser dono de oficina nos dias de hoje. Ou, então, o migrante da costura que se inseriu na cidade há bastante tempo e não constituiu oficina na RMSP, tem mais chances de ter mudado de setor e desempenhar atividade em outras áreas que não a indústria de confecções, se comparado aos migrantes mobilizados pelas oficinas que chegaram há menos tempo.

É possível estimar que, em média, o migrante que pretenda constituir oficina por conta própria, consegue fazê-lo num período que varia de dois a cinco anos. A formação de uma oficina de costura não é um empreendimento muito caro e custoso. Mais do que o dinheiro inicial para comprar máquinas, que representa parte significativa do custo, as maiores dificuldades para a criação de uma oficina estão relacionadas à entrada no circuito das encomendas – conseguir contatos de demandantes confiáveis – e à locação de um imóvel. Os migrantes têm relatado dificuldades de conseguir fiador ou mesmo seguro fiança para fechar os contratos de locação. Desse modo, o que se tem feito com maior frequência para a locação é o depósito adiantado de três aluguéis, o que demanda um maior acúmulo financeiro ou endividamento.

Por outro lado, nem todos migrantes que se puseram a marchar de suas cidades e que se inseriram em São Paulo para trabalhar em oficinas de costura têm como meta montar a própria oficina. Muitos deles acabaram se inserindo em outras atividades na cidade. Percebe-se que há diferenças em relação às possibilidades de o migrante sair da costura rumo a outras atividades. Uma impressão relacionada à observação de campo é de que os bolivianos ficam mais restritos à costura, parece que eles têm mais dificuldade em mudar de ramo. Para além do comércio formal ou informal, atividade desempenhada por todos esses migrantes, os peruanos e paraguaios parecem transitar por um conjunto mais variado de atividades: de estoquista a chaveiro, de garçom a técnico de informática, de chefes de cozinha a estudantes universitários, dentre outras atividades. Esta seria uma análise que valeria a pena ser aprofundada: quais seriam os aspectos que definem as chances de um migrante, mobilizado a migrar para trabalhar em uma oficina de costura, mudar de ramo de atividade? Quais ramos exatamente seriam esses? Se de fato se confirmar a impressão de que bolivianos ficam mais restritos à costura do que os demais migrantes, quais seriam as explicações?

A maior parte dos costureiros que trabalham para as oficinas de costura são trabalhadores que chegaram a São Paulo depois dos anos 2000. É pequena a chance de encontrar um costureiro trabalhando em oficina de outrem e que esteja na cidade há mais de 10 anos. É característica central das oficinas a grande rotatividade, o trabalhador não tem como meta ficar na condição de costureiro por um longo período de tempo. A oficina opera como um dispositivo de circulação de migrantes: tanto porque é o meio pelo qual os migrantes se inserem na cidade, pois é oferecido trabalho, moradia, comida, que dificilmente seriam obtidos se o migrante viesse sem o contato de serviço pré-arranjado; no limite é oferecido até mesmo o custeio da viagem. Além disso, a oficina não é espaço de trabalho propício para consolidar processos de subjetivação que vislumbrem um trabalho permanente, contínuo, de longa duração, rumo à aposentadoria. Na oficina não se tem nenhuma garantia para o futuro. Trata-se de um modo de inserção bastante instável e precário. Não está no horizonte de nenhum dos trabalhadores das oficinas seguir naquela função até a velhice. Trata-se de um trabalho provisório, em que se vive o trabalho como projeto de acumulação no tempo presente. Ou, então, uma etapa a se cumprir em que se aprende um ofício ao mesmo tempo em que se acumula recursos e capital social para criar a própria oficina. De todo modo, é praticamente nula a chance de encontrar algum trabalhador que tenha como projeto de vida seguir indefinidamente como funcionário de uma oficina subcontratada.

Se o migrante tiver como meta trabalhar apenas como costureiro, sem ter intenção de montar a sua própria oficina, provavelmente é porque pretende retornar ao país de origem o mais rápido possível. Assim, o trabalho de costura na oficina pode lhe parecer vantajoso, pois se paga por peça e não há custo com moradia e alimentação. Trabalhando intensamente, com longas jornadas de trabalho, há a possibilidade de se conseguir angariar recursos financeiros que são avaliados como consideráveis.

Os trabalhadores das oficinas de costura tendem a ser mais circulantes que os oficinistas, que em geral estão inseridos de forma mais estável em São Paulo. Isso não quer dizer que aquelas pessoas estabelecidas no Brasil há mais tempo tenham rompido vínculos com o país de origem. Os migrantes que se inseriram no Brasil na década de 1980 possuem contatos com os demandantes de serviço, conhecem e dominam os códigos da sociedade de destino, se encontram em situação regular e, muitas vezes, são proprietários dos imóveis em que trabalham ou habitam. Essas pessoas tendem a se fixar no Brasil e é mais difícil terem planos de retornar definitivamente ao país de origem, mas não abandonam de modo algum os vínculos transnacionais.

Assim, nos foi relatado por alguns migrantes que chegaram nos anos 1980 e 1990 em São Paulo e tiveram filhos brasileiros, educados em escolas públicas da cidade, a preocupação de manter os vínculos com o país de origem e não deixar que os filhos percam essas ligações. As associações culturais desempenham um papel importante nesse sentido. No caso dos migrantes bolivianos, os grupos de danças e ritmos folclóricos (*diablada, morenada, caporales, chutas*, dentre outros) são compostos em grande medida por brasileiros, filhos de bolivianos nascidos no Brasil. Os bolivianos investem muita energia e recursos financeiros para a realização das festas folclóricas. O vestuário para as danças típicas são importadas do país e tem custo bastante elevado, chegando a custar mais de mil reais por peça. Isto é, a manutenção da cultura e da “identidade boliviana”⁷⁹ em São Paulo é aspecto constitutivo da presença desses migrantes em solo brasileiro. Do mesmo modo, os paraguaios desenvolveram alguns grupos folclóricos de danças típicas do país – como, por exemplo, *Acuarela Paraguaya* e *Alma Guaraní*.

Os parentes mais velhos, com o intuito de não deixar que os jovens rompam os laços com a Bolívia, organizam as festas folclóricas e se engajam em associações⁸⁰,

⁷⁹ Não se deve considerar a existência de uma identidade boliviana genérica. Aqui, sabe-se que há muita diversidade entre os bolivianos, aquele do altiplano é bastante diferente do da planície, aquele que fala aimará tem hábitos diversos do que fala quéchua, etc. A ideia “identidade boliviana” empregada por nós, neste momento, é em oposição à ideia de assimilação à sociedade de destino.

⁸⁰ Há uma série de associações e grupos folclóricos bolivianos. As principais apresentações, em geral, ocorrem nas festas pátrias e devocionais, no Memorial da América Latina, e no carnaval boliviano, na Praça Kantuta. No entanto, ocorrem eventos organizados pelos grupos folclóricos ao longo de todo o ano. Para mais detalhes sobre a organização cultural dos bolivianos, ver

buscando inserir os filhos em tais atividades. Além disso, alguns pais relataram que por mais que ficassem em São Paulo por conta das atividades laborais, enviavam seus filhos para a Bolívia para estudarem. Trata-se, nesse sentido, de uma preocupação em manter os laços com a cultura e o país de origem, pois a perspectiva de inserção em São Paulo é comumente marcada pela ideia de retorno e investimento no país onde nasceram. Busca-se evitar ao máximo que os filhos rompam os laços e percam a perspectiva de manutenção de algum laço com a sociedade dos seus ascendentes.

Assim, pode-se concluir que o migrante da costura não tem como horizonte o rompimento com a sociedade de origem. Ele circula, mantém laços transnacionais, vem para a realização de um projeto migratório comumente marcado pelas características coletivas e compartilhadas. Essa migração ocorre deste modo, pois há uma rede transnacional de conterrâneos que o apoia, que o emprega, que o acolhe. A circulação só pode existir porque há, ao mesmo tempo, uma rede territorializada na cidade, constituída por migrantes; os processos de desterritorialização dependem dos termos que compõe a (re)territorialização do migrante na sociedade de destino. Foram constituídos territórios migrantes ou espaços sociais transnacionais, ou, ainda, territórios circulatórios – isto é, espaços engendrados pelas populações migrantes que permitem a circulação e o fluxo por entre as fronteiras nacionais. O dispositivo central para essa circulação é a oficina de costura e o modo pelo qual ela se estrutura.

1.4 Conclusão parcial: uma afinidade eletiva entre a migração circulante da costura e a dinâmica da indústria de confecções

Como visto na introdução, forjamos a noção de *migração da costura* para definir um tipo específico de fluxo migratório que ruma à RMSP. Trata-se de migrantes – bolivianos, paraguaios e, em menor escala, peruanos – que consolidaram um fluxo migratório para São Paulo caracterizado pela inserção na cidade através da indústria de vestuário. A grande maioria dos migrantes dessas nacionalidades, que chegaram a São Paulo a partir da última década do século XX, puseram-se a marchar de suas cidades em busca de melhores rendimentos através de uma atividade laboral.

A exploração do trabalho de migrantes em oficina de costura, muitas vezes em situação irregular, é prática recorrente em diversos cantos do globo. Não nos

texto de Sidney Silva (In: BAENINGER, 2012, p. 19-34). Para Silva, as festas bolivianas operam no sentido de mudar a imagem do boliviano em São Paulo, valorizando sua riqueza cultural, constituindo outra imagem do grupo, distante da estigmatizada visão de escravos e sujeitos.

surpreenderá se, no futuro, forem identificados novos fluxos de migrantes da costura, provenientes de outros países, uma vez que a oficina de costura é um modo de territorializar e fazer circular migrantes transnacionais. Isto quer dizer, não se deve tratar esse tipo de inserção de modo etnicizado, essencializado ou relativo a uma determinada sociedade ou ao seu equivalente cultural, trata-se, sobretudo, para usar os termos de Souchaud (2012), de um nicho de mercado que é favorável à inserção de migrantes.

A hipótese que desenvolvemos é que a oficina de costura funciona como um dispositivo que opera em dois sentidos, que acabam por constituir uma afinidade eletiva⁸¹ da migração circulante da costura com a dinâmica da indústria de confecções da RMSP: 1º – possibilita a gestão produtiva da indústria de confecções de modo que o setor cresça, pois oferece um conjunto de fatores que torna a produção de vestuário paulistana bastante competitiva; é uma forma de organização da produção adequada à sazonalidade e flexibilidade do setor; permite uma ágil produção para o *fast fashion*; apresenta baixos custos de mão de obra; livra as empresas que coordenam o setor do peso da manutenção de um grande quadro fixo de trabalhadores para um mercado bastante sazonal. 2º – ao mesmo tempo, as oficinas de costura ativam redes de trabalhadores transnacionais, possibilitam a circulação de migrantes por entre Estados-nacionais e oferecem um caminho de inserção para esses trabalhadores, que oferecem força de trabalho a um baixo custo. Esses sentidos compõem um modo de inserção dos migrantes, através das oficinas, que engendra formas específicas de assujeitamento do trabalhador aos mecanismos de exploração do trabalho.

As oficinas de costura são mecanismo de circulação, pois possibilitam a fixação do migrante na cidade. Quais seriam as possibilidades de estabelecimento de um migrante numa sociedade qualquer onde ele não dominasse a língua, não conhecesse os códigos, não estivesse regularizado, numa situação em que ele não tivesse capacitação para o trabalho a ser desempenhado, que ele sequer tivesse recursos para o deslocamento? As chances seriam praticamente nulas, as oficinas de costura oferecem um meio para contornar esses obstáculos. Na oficina de costura o migrante está entre pessoas conhecidas (entre nacionais, normalmente parentes ou amigos de amigos), fala a mesma língua, assimila os novos códigos sociais, tem a oportunidade de aprender o ofício da

⁸¹ A utilização mais conhecida do termo é a que faz Max Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o autor formula a noção inspirado em obra de Goethe. O conceito é empregado para descrever a atração entre a ética religiosa do protestantismo ascético e a racionalidade prática da cultura capitalista moderna (WEBER, 2006). Michael Löwy (1989) entende por *afinidade eletiva* um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais não redutíveis à determinação causal direta. Trata-se de uma mútua determinação – um termo ocorre e se fortalece ao passo que o outro se desenvolve.

costura (em geral não se exige o conhecimento prévio), não sofre constrangimento do empregador para a regularização da situação no país. Até mesmo o deslocamento para a nova cidade pode ser financiado pelo dono da oficina (SOUCHAUD, 2012).

Neste sentido, a oficina de costura é o dispositivo pelo qual os migrantes conseguem se inserir na cidade em busca da realização de seus projetos migratórios. O tipo de trabalho desempenhado, em que se paga por peça, pode ser considerado vantajoso pelo migrante, pois ele tem a possibilidade de cumprir jornadas extensíssimas e intensíssimas (que vão muito além do permitido pela CLT), que podem possibilitar maiores ganhos do que os salários fixados pelas jornadas de 44 horas semanais. Foram entrevistados migrantes que afirmaram preferir receber por produtividade, pois conseguem auferir valores superiores ao piso da categoria, que são fixados com referência às horas trabalhadas e não à produtividade (segundo o salário mínimo paulista, instituído pela lei nº 14.945/2013, o piso para o trabalhador da costura é de 765 reais, caso não haja acordo ou convenção coletiva que o regule).

Isto é, a flexibilização joga com os modos de subjetivação do migrante, pois faz parecer que se o trabalhador não ganhou o quanto almejava com o serviço desempenhado, isso se deve à conduta que teve no período produtivo: não trabalhou o quanto e como deveria, pois seus pares atingiram as metas que traçavam. Além disso, a sazonalidade do setor, que para os antigos empregadores era um grande problema, pois os obrigava a manter um quadro extenso de costureiros mesmo no período de baixa demanda, passa a ser contornada pela ativação das oficinas de costura somente quando é necessário. Transferem-se os riscos da instabilidade para o trabalhador na ponta do processo produtivo, nesse caso, o migrante. Assim, nos períodos de baixa demanda os migrantes tendem a retornar às cidades de origem ou buscam outras formas para se manterem na cidade.

Em *Nascimento da biopolítica*, Michel Foucault aborda o neoliberalismo para além de uma política econômica ou um modo pelo qual governados e governantes se relacionam. Segundo Foucault, uma forma frutífera para se entender o neoliberalismo é tomando-o como um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica. Nesse sentido, seguindo as análises de teóricos neoliberais, Foucault evidencia o modo como, no neoliberalismo, o trabalhador passa a se constituir como uma empresa. Esse modo de analisar o trabalhador é o oposto do pensamento marxista, a antípoda do pensamento do trabalhador como o vendedor de sua força de trabalho, que seria negociada a preço de mercado a um capital que seria investido numa empresa

(FOUCAULT, 2008b, p. 310). O próprio trabalhador passa ser visto como uma espécie de empresa, empresa de si mesmo. Segundo esse raciocínio, “o salário não é nada mais que a remuneração, que a renda atribuída a certo capital, capital esse que passa a ser denominado de capital-humano na medida em que, justamente, a competência-máquina de que ele é a renda não pode ser dissociada do indivíduo humano que é seu portador” (FOUCAULT, 2008b, p. 311-12). Assim, trata-se de outro modo de racionalizar as relações de trabalho, deixa-se de considerar os aspectos relacionados à apropriação do trabalho não pago, segundo uma perspectiva marxista, em que o assalariamento frisa a compra da jornada de trabalho; passa-se a evidenciar o aspecto do investimento: o trabalhador investe em seu capital, o capital humano por excelência. No caso dos migrantes da costura, essa racionalidade opera com bastante força, tendo em vista que eles se apresentam como os senhores de suas trajetórias, eles não têm fidelidade a um projeto de cidadania instituída nos marcos nacionais, não têm identificação com projeto político nacional. O fato de se tornarem empreendedores de si mesmos faz ainda com que se esvaíam as possibilidades de constituição de uma identidade coletiva. O empresário de si opera na lógica da concorrência e não na da identificação.

Dentre os investimentos possíveis no capital-humano, Foucault destaca a mobilidade e a migração. Na grade analítica neoliberal, rastreada por Foucault, tem-se que a migração representa um custo, uma vez que o migrante deslocado fica sem dinheiro por conta do custo financeiro e psicológico de instalação em um novo meio. Ao mesmo tempo, a migração significa prejuízo ao migrante, uma vez que o processo de adaptação ao novo meio significa que o migrante não poderá ter acesso às mesmas rendas que antes, pois está justamente em fase de adaptação. Disso, conclui-se que a migração tem um custo que tem por objetivo uma melhoria de posição, de remuneração. Nesse sentido, “a migração é um investimento, o migrante é um investidor. Ele é empresário de si mesmo, que faz um certo número de despesas de investimento para obter certa melhoria.” (FOUCAULT, 2008b, p. 317).

Partindo desta perspectiva, é possível analisar os processos de assujeitamento aos quais os migrantes da costura estão imbricados. Para Foucault, as lutas contra os processos de assujeitamento são, na realidade, lutas contra formas de poder que atuam sobre os indivíduos, caracterizando-os e marcando-os em sua própria individualidade, ligando-os à sua própria identidade, impondo-lhes uma lei de verdade, que todos devem reconhecer neles. Para Foucault, “é uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e

preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Partindo de uma perspectiva que tenta, ao mesmo tempo, aproximar a perspectiva de Marx (teoria da mais valia) da perspectiva de Foucault (sobre o assujeitamento), pode-se dizer que a oficina de costura atua como dispositivo que assujeita trabalhadores à superexploração do trabalho. Nosso ponto de vista busca deslocar a perspectiva de Souchaud, segundo a qual

“as oficinas de costura não podem ser consideradas unicamente como lugares de exploração da mão de obra imigrante, também são lugares de inserção e ascensão social para numerosos estrangeiros, por que a informalidade e flexibilidade da organização das oficinas também facilitam a integração no mercado de trabalho (...)” (SOUCHAUD, 2012, p. 80).

Souchaud tem razão ao dizer que as oficinas não podem ser tomadas unicamente como lugares de exploração de força de trabalho. No entanto, contrapor à análise que enxerga apenas espaço de exploração de mão de obra o fato de haver ascensão social, ou, ainda, argumentar que a flexibilidade e a informalidade facilitam a integração no mercado de trabalho, são modos de analisar as oficinas de forma a não revelar os múltiplos aspectos que a compõem. A oficina de costura é também um espaço de assujeitamento de trabalhadores. Nesse sentido, os migrantes se assujeitam ao trabalho com longas jornadas, em condições mais do que precárias, justamente porque a oficina de costura permite a ascensão social, a possibilidade da ascensão social é um dos termos que compõe o dispositivo *oficina de costura*. Seguramente, se não houvesse “histórias com final feliz” – em que o migrante, empresário de si, consegue chegar à cidade e acumular, realiza o projeto migratório, investe na sociedade de origem ou na de destino, melhora a sua posição em relação ao início da empreitada migratória –, a oficina de costura já não funcionaria como dispositivo de circulação e fixação de trabalhadores na RMSP.

Os migrantes se assujeitam às longas jornadas de trabalho, às condições precárias e à superexploração do trabalho justamente porque avaliam a possibilidade da ascensão social. Avaliação esta calcada em experiências reais. Os parentes, amigos e conhecidos são a prova viva de que é possível galgar uma posição melhor (como tornar-se dono de oficina), mas para traçar este caminho é necessária uma conduta dedicada ao trabalho, adequada aos ritmos e às jornadas, submissa às condições impostas. Nesse sentido, a oficina de costura funciona como dispositivo de exploração⁸² da força de trabalho, pois é

⁸² O termo *exploração do trabalho* não deve ser compreendido como noção moral, trata-se de termo cunhado por Karl Marx para se referir à apropriação do trabalho não pago.

um mecanismo complexo, que ao mesmo tempo em que possibilita a circulação e a fixação de migrantes, oferece um mecanismo ágil e adaptado à produção do setor. Isso só ocorre pois há a criação de sujeitos, trabalhadores assujeitados à superexploração do trabalho.

Por fim, ao longo deste capítulo, buscamos evidenciar as características do setor da indústria de vestuário. Fizemos algumas marcações gerais e rápidas sobre a dinâmica global e regional desse campo. Para, em seguida, adentrarmos às especificidades do desenvolvimento recente e os impactos da reestruturação produtiva na economia urbana relacionada à indústria de confecções. Assim, foi possível revelar de que forma a oficina de costura apareceu como uma solução para os processos de flexibilização da produção, sem que houvesse o fim da atividade industrial da costura em São Paulo. Ao mesmo tempo em que se garantiam mecanismos competitivos para a produção, engendrou-se um dispositivo de circulação e fixação de migrantes transnacionais, um modo de agenciar e territorializar migrantes em São Paulo, constituindo o assujeitamento de trabalhadores a condições de trabalho abaixo das normas e padrões estabelecidos.

Capítulo 2: O trabalho escravo na indústria de confecções

Neste capítulo, buscaremos evidenciar a discussão sobre o trabalho escravo contemporâneo. Em um primeiro momento, situaremos o debate a partir de material publicado na imprensa, como o trabalho escravo começa a ser articulado e relacionado aos migrantes da costura. Em seguida, mostraremos como o tema do trabalho escravo surge na discussão do Brasil contemporâneo, sai do campo em direção às cidades. Não poderia ficar de lado o debate sobre os acordos, protocolos e normativas nacionais e internacionais que rejam o tema. Após sobrevoarmos essa discussão, adentraremos em algumas trajetórias de migrantes e suas representações sobre a questão.

2.1 Contextualização sobre o trabalho escravo na indústria de confecções a partir da imprensa

As primeiras notícias identificadas veiculadas na imprensa que denunciam a existência de trabalho escravo na indústria de confecções em São Paulo ocorrem no início dos anos 1990; referem-se aos migrantes bolivianos e paraguaios que vêm trabalhando para coreanos desde meados dos anos 1980. A história do setor está marcada pela presença de migrantes, frequentemente trabalhando em condições mais do que precárias, mas nem sempre identificados como escravos. Primeiro foram os sírios e libaneses que se instalaram na região da Rua 25 de Março e Rua Oriente nos anos 1930 e produziam roupas íntimas e básicas. Depois foram os judeus, que em tempo não muito longo, instalados no Bom Retiro, formaram grandes aglomerados industriais, que envolviam o processo desde a fabricação dos tecidos até a formação de grandes lojas atacadistas e varejistas. Os coreanos⁸³ começam no setor a partir dos anos 1960, mas é na década de 1980 que se destacam. No início, utilizavam trabalho familiar ou contratavam compatriotas.

Os coreanos teriam sido os que mais inovaram em tempos produtivos, contam com relacionamento com o bloco asiático, importaram máquinas e tecidos. (KONTIC, 2001;

⁸³ Keum Joa Choi (1996) faz uma tipologia com cinco momentos migratórios de coreanos para o Brasil. No primeiro, entre 1910 e 1956, a *fase pré-imigratória*, entraram 50 fugitivos de guerra e outros coreanos que haviam se naturalizado japoneses; em 1962, inicia-se a segunda fase, a *de imigração semioficial*, quando uma comitiva com 14 migrantes da Companhia de Promoção de Cooperação entre o Brasil e a Coreia chega ao país para organizar o fluxo posterior; a terceira fase, *de imigração oficial*, vai de 1963 a 1971, nesse período se registrou a vinda de mais de 2.700 coreanos, que vinham de navio ou de avião, eram agricultores ou trabalhadores contratados através da Companhia Oficial de Desenvolvimento da Coreia no Exterior; entre 1972 e 1980, tem-se a *fase clandestina*, que é a que mais nos interessa para os propósitos desta pesquisa, quando ocorre uma entrada massiva de migrantes “clandestinos” vindos através da Argentina, Paraguai e Bolívia. Diversas pesquisas apontam que esse fluxo foi fundamental para a consolidação da migração de bolivianos e paraguaios, os migrantes da costura, em São Paulo (FREITAS, 2008; SOUCHAUD, 2012). A fase atual, que se inicia a partir de 1980, é denominada por Choi de *migração em cadeia*, na qual a vinda de imigrantes coreanos realiza-se a partir da rede estabelecida no Brasil, por meio dos convites de familiares.

FREIRE, 2008). Ao longo dos anos 1980 e 1990, eles conseguiram galgar posições de destaque nessa indústria na economia urbana de São Paulo, muito por conta do modo como estruturaram a produção através da subcontratação das oficinas de costura (o que permitiu a constante oferta de novos produtos e inovação em *design*). O modelo de produção via subcontratação de oficinas de costura acabou se espraiando para praticamente todos os segmentos do setor ao longo dos anos 1990. Em diversos momentos da história da produção de vestimentas em São Paulo as condições de trabalho estiveram precarizadas. De todo modo, foram os coreanos que organizaram a produção do setor através de oficinas, nas quais o espaço de moradia e de trabalho ocorre em um mesmo lugar. Esse tipo de estruturação da produção passa a ocorrer a partir do final dos anos 1970 e começo dos 1980. Como foi evidenciado, ao mesmo tempo em que isso permitiu a migração e a fixação desses trabalhadores, também foram constituídas as características que atualmente são mobilizadas para definir o trabalho análogo a de escravo nesta cadeia produtiva. Mas por que não há denúncias de trabalho escravo em oficinas de costureiras brasileiras? Isto se deve ao fato de que a moradia e a habitação não ocorrem no mesmo espaço e não se tem servidão por dívida (não há endividamento para o deslocamento).

As primeiras notícias na imprensa que relacionam o trabalho escravo com os migrantes da costura surgem no início dos anos 1990. Denunciava-se a contratação de migrantes sul-americanos por coreanos. No entanto, pudemos identificar que no começo dos anos 1980 já surgem as primeiras notícias que tratam do trabalho de coreanos como costureiros em oficinas: as condições de trabalho não parecem ter mudado muito em relação às dos migrantes atuais, assim como a forma de organização e pagamento das peças. Vejamos excertos de notícia publicada em *O Estado de São Paulo*, dia 6 de fevereiro de 1982.

Eles já chegam em grupos de 700 por dia na delegacia da Polícia Federal em São Paulo, deixando para trás uma aventura na China⁸⁴ ou na Coreia e termina num esconderijo qualquer da Liberdade, depois de procurar o Brasil, via Paraguai, a qualquer preço. (...) Essa imigração maciça de chineses e coreanos, segundo a Polícia Federal, tem uma explicação simples: eles fogem da instabilidade política e, estimulados pelos parentes e amigos bem sucedidos no Brasil, chegam dispostos a tudo, vivendo escondidos com medo, mas confiantes. Segundo um agente, **os coreanos clandestinos são hoje verdadeiros especialistas em costura industrial e, aos poucos, estão ocupando os locais tradicionalmente conhecidos como redutos de judeus, como o Bom Retiro.** (...) O casal de coreanos Yang

⁸⁴ A matéria não desenvolve qual a inserção dos chineses, para onde vão e a que atividades se dedicam.

Kang, de 37 anos, e Young Za Chai Kang, de 33 anos, chegou ao Brasil há cinco anos [1977]. Hoje, com situação regularizada no país, Yang já é proprietário de uma pequena loja de confecções na Rua Silva Pinto, no Bom Retiro, e sonha com o futuro, mas – recorda – **“nos primeiros tempos, passamos até fome”**. E sua história não é diferente de centenas de outras vividas por coreanos que todos os dias desembarcam clandestinamente no Brasil. (...) Já em São Paulo, [após viverem 5 meses no Paraguai] eles alugaram um cômodo de uma casa na Casa Verde, compraram duas máquinas de costura e começaram a trabalhar, sempre escondidos, para outros coreanos, já legalizados e proprietários de confecções, vivendo uma situação que se repete hoje em dezenas de casas da Liberdade, Aclimação, Mooca, Bom Retiro e Brás. (...) Mas, **assim como o medo, a fome também é grande. Recebendo por produção, com aluguel para pagar e preocupados com a necessidade de guardar dinheiro para melhorar de vida ou burlar a fiscalização, não são poucos os coreanos que se alimentam apenas de arroz e gordura de carne cozida com sal**. Durante dois anos, a família Kang viveu assim até conseguir alugar uma casa no Bom Retiro e, finalmente, abrir no fim do ano passado sua própria loja de confecções. Hoje, nem Yang nem sua mulher costuram mais. **Nos fundos da loja, cercados por dezenas de peças de tecidos, eles cortam blusas e vestidos, que, amarrados em grandes volumes, são entregues a outros coreanos, os “costureiros”**. Clandestinos? Yang sorri e não responde. (...) Na rua Oratório, na Mooca, funciona uma oficina clandestina de coreanos. **A porta alta, que fica junto à calçada, permanece sempre fechada, não há placas nem qualquer outra identificação**. Não dizem seus nomes e repetem, em castelhano pouco inteligível, que chegaram ao Brasil há dois anos [1980]. **De vez em quando, suspendem o trabalho para comer, em pequenas cuias marrons, arroz sem sal ou óleo e legumes, costuram muito – o dia inteiro –, para outros coreanos, mas não se sentem explorados**. Ao contrário, acreditam – como explica o professor Hong Ki Kim – “que só assim estão protegidos da fiscalização brasileira. **Escondidos, podem guardar dinheiro, providenciar a regularização de sua situação e, como os outros patrícios, abrir uma loja de confecções para ajudar os que estão chegando.**” (O Estado de São Paulo, 6 de fevereiro de 1982)⁸⁵.

A notícia, publicada em 1982, evidencia condições de trabalho e a forma de produção nas oficinas de costura que não se diferenciam das notícias atuais. São migrantes irregulares que trabalham longuíssimas jornadas para acumular valores que permitam a realização de um projeto migratório, neste caso, a abertura de uma loja no Bom Retiro. Na matéria, o termo *trabalho escravo* não aparece, mas há ideia de que se trata de um modo de inserção em que há uma probabilidade clara de ascensão social ao longo da trajetória migratória. A notícia flagra o processo de incremento do fluxo de coreanos para São Paulo, que buscam a abertura de uma loja no Bom Retiro. Os coreanos que tinham chegado ao Brasil alguns anos antes já estavam estabilizados e serviam de

⁸⁵ VUCOVIX, Irene. “O vale tudo da imigração clandestina”. In: *Estado de São Paulo*. São Paulo: 6 de fevereiro de 1982.

amparo às novas levas de conterrâneos; sem isso não seria possível pensar na continuidade do fluxo. O mesmo ocorre com os atuais migrantes da costura, se não houvesse trajetórias bem sucedidas, não haveria motivos para a continuidade desse fluxo contínuo e progressivo de migração identificado ao longo desta pesquisa. Naquele contexto, elementos que hoje são utilizados para caracterizar o trabalho escravo também apareciam, tais como o confinamento, as longas jornadas devido ao pagamento por produção, as condições insalubres, a alimentação precária, o medo e a situação migratória irregular. De todo modo, em 1982, isso não era tratado como trabalho escravo.

Os coreanos conseguiram desenvolver uma estrutura produtiva bastante adaptada ao contexto global, logrando o oferecimento de produtos de qualidade, diferenciados, com valores bastante competitivos. Isso permitiu que crescessem exponencialmente ao longo das últimas décadas e que externalizassem a costura para se especializarem na comercialização e elaboração das peças a serem vendidas. Segundo Keum Joa Choi (1991), eles desenvolveram mecanismos que permitiram a ascensão social mútua de toda a coletividade, na base desse processo ordenou-se o sistema Kye, um tipo de consórcio financeiro desenvolvido pelos coreanos em todas as partes do mundo onde construíram uma colônia; o sistema auxilia os novos empreendedores a conseguirem os recursos para o início do desenvolvimento de suas atividades (CHOI, 1991, p. 151)⁸⁶. Neste caso faz sentido a análise calcada na nacionalidade, uma vez que os coreanos desenvolveram uma identidade coletiva em São Paulo que foi fundamental para a ascensão grupal.

A matéria jornalística mais antiga que encontramos que faz alusão à presença dos atuais migrantes da costura como sendo escravos foi publicada no jornal *O Globo*, dia 13 de dezembro de 1992. Abaixo seguem excertos da matéria, em que se relata uma espécie de mercado de escravos que ocorreria na Praça Padre Bento, local de concentração dos migrantes bolivianos antes de eles terem sido expulsos pelos moradores da região. O título da matéria é “Trabalhadores se oferecem na praça, como escravos”.

Todos os domingos, a Praça Padre Bento, em frente à imponente Igreja Santo Antônio do Pari, em São Paulo, se transforma no cenário de uma insólita atividade, uma evocação moderna dos mercados de escravos que funcionaram na cidade dos barões do café até o século passado. Dezenas de imigrantes sul-americanos oferecem-se como força-de-trabalho para os

⁸⁶ “O organizador de cada Kye determina o valor da contribuição e sua duração. Em seguida, rateia para cada integrante a quantia inicial a ser paga. Como o Kye não tem base legal, cabe ao seu organizador ter todo o cuidado na seleção e no convite dos seus integrantes. Há casos em que não é possível a organização devido à insuficiência de interessados. A demanda varia na razão direta da situação financeira do grupo. (...) No início da década de setenta verificou-se o aumento no número de restaurantes coreanos na cidade de São Paulo. Tal multiplicação correspondeu à ativação do sistema Kye no Brasil em consequência ao desenvolvimento dos coreanos no ramo das confecções. (...) Não é raro algumas pessoas, mensalmente, participarem com somas altas de até US\$3.000,00 dólares em diferentes grupos. (...) O descumprimento do pagamento Kye significa a expulsão das pessoas da sociedade coreana do Brasil.” (CHOI, 1991, p. 151-155)

coreanos que mantêm oficinas de costura na cidade. As condições de trabalho pouco variam: jornada de 16 horas diárias e um cativado que só para da tarde de sábado à noite de domingo. (...) A partir das 18h, os primeiros imigrantes – na maioria bolivianos em situação irregular no país – chegam à praça e vão se agrupando nos bancos sob as árvores e nos bares das redondezas. Por volta das 21h, o mercado informal estabelecido na Praça Padre Bento já concentra cerca de 100 clandestinos. É nesse momento que os primeiros donos das oficinas chegam e transformam a praça numa bolsa de ofertas, misturando palavras em português, espanhol e coreano. Qualquer intromissão de um estranho que não apresente os traços característicos dos bolivianos e orientais conduz os negociantes a um mutismo inabalável. Os coreanos temem que seus projetos sejam abalados pela Polícia ou por fiscais trabalhistas. Para os bolivianos, que com resignação aceitam as duras condições de trabalho, intrusos podem significar a extradição para o país de origem. Lá, segundo dizem, a situação é muito pior. (...) No ritual de contratação de empregados, são comuns cenas em que casais de meia idade examinam cuidadosamente jovens na faixa dos 20 anos e, depois de alguma discussão, acabam arrematando 3 ou 4 deles (...) Munidos de amostras do serviço que os eventuais contratados terão que executar, os negociantes expõem na praça o tipo de camisa a ser costurada ou o acabamento a ser executado (*O Globo*, p. 5, domingo, 13 de dezembro de 1992).

O texto acima denuncia os migrantes sul-coreanos, acusando-os de serem eles os aliciadores do trabalho escravo de bolivianos. Segundo Freitas, logo após a publicação deste texto, a Associação Brasileira dos Coreanos, a Câmara de Comércio e Indústria Coreana no Brasil e o Consulado da Coreia publicaram em *O Globo* uma nota em que afirmavam que os coreanos não seriam, à época, donos de oficinas de costura, pois teriam galgado melhores posições dentro dessa cadeia produtiva, apesar de reconhecerem terem contratado bolivianos anteriormente. Há na matéria uma linguagem folhetinesca, a *mis-en-scène* que compara a contratação de costureiros com o mercado de escravos negros do século XIX, em que o contratante analisa o corpo dos migrantes, como se de fato fossem se apropriar daqueles seres, tal como ocorria no modo escravista de produção, em que os escravos eram juridicamente mercadorias e podiam ser negociados enquanto tal. Na notícia, que trata dos migrantes de modo totalmente sujeitado, o que mais interessa reter é que o migrante da costura, em especial o boliviano, começa a ser tematizado como trabalhador escravizado no início dos anos 1990, momento em que os migrantes sul-americanos passam a trabalhar como costureiros e tornam-se donos das oficinas.

Os coreanos – que na década de 1970 e 1980 tinham se responsabilizado pela confecção das vestimentas num empreendimento familiar, com jornadas extensíssimas e intensíssimas (CHOI, 1991, p. 103) – melhoraram de posição ao longo dos anos 1980 e

passaram a contratar migrantes transnacionais sul-americanos para trabalharem como costureiros⁸⁷. A saída dos coreanos da produção e contratação direta de migrantes da costura começa a ocorrer nos anos 1980-1990, mas não ocorre de forma completa, ainda hoje foi possível identificar oficinas de costura de coreanos, em que havia a contratação de migrantes paraguaios. No geral, os coreanos especializaram-se na comercialização e *design*, fases da produção mais lucrativas e com menores riscos. Os migrantes da costura tornaram-se os donos das oficinas e passaram eles mesmos a fazer o agenciamento dos trabalhadores.

A notícia de 1992 imputava aos coreanos a responsabilidade direta pela exploração do trabalho. Em outra notícia publicada em 30 de julho de 1995, em *O Estado de São Paulo*, há novamente a ligação entre coreanos e migrantes da costura:

(...) Temos 5 mil registrados no consulado, o resto está aqui ilegalmente”, reconhece a condulesa do Paraguai, Maria Esther Sanchez. Ela conta que já foi chamada a retirar cerca de 50 compatriotas de oficinas de costura de famílias coreanas que funcionavam em “fundos de quintal”. Nesses locais, os paraguaios trabalhavam “quase como escravos”. Segundo Esther, os sul-americanos são recrutados em seus países com promessas de altos salários e de uma vida confortável. “Quando chegam aqui a situação é outra” diz. “Eles trabalham muito, ganham pouco, são alojados em locais escuros e malcheirosos e nem podem reclamar, pois estão em situação ilegal e temem ser deportados”. No consulado da Bolívia, as informações são semelhantes. (...) “Além de trabalharem como escravos, os bolivianos até apanham dos empresários quando pedem nossa ajuda e interferimos. (*O Estado de São Paulo*, 30 de julho de 1995, A26).

Ainda neste momento, as denúncias sobre trabalho escravo na indústria de vestuário eram difusas. Não se tinham processos aprofundados de investigação. O número de notícias que trata o trabalho escravo relacionado aos migrantes da costura começa a ficar mais recorrente a partir do final dos anos 1990 e, sobretudo, início dos anos 2000. Na *Folha de São Paulo*, em 4 de dezembro de 1997, é relatado que a Polícia Federal teria prendido três bolivianos sob a acusação de ocultação de estrangeiro em situação irregular. Neste caso, o delegado da PF afirma que não havia provas para caracterizar trabalho em condições análogas ao de escravo, mas, de qualquer modo, prende os donos da oficina sob acusação de infração ao Estatuto do Estrangeiro, lei de 1980 que regulamenta a migração.

A PF prendeu anteontem três comerciantes bolivianos sob acusação de ocultação de estrangeiro em situação irregular. Eles são donos de

⁸⁷ Patrícia Tavares de Freitas (2009), em sua dissertação de mestrado, dedica-se exatamente a entender o fluxo cruzado da migração de coreanos e de bolivianos para explicar o circuito transnacional de subcontratação de força de trabalho para abastecer as oficinas de costura de São Paulo. Para ela, haveria um conjunto de explicações sociohistóricas que relacionam esses fluxos e que se referem a situações internas aos países de origem.

confeções onde moravam, comiam e trabalhavam 25 bolivianos no Bom Retiro. (...) As prisões ocorreram após o Ministério do Trabalho receber uma denúncia sobre o trabalho irregular dos bolivianos. Procuradores da Justiça do Trabalho e agentes da PF se uniram para fazer a *blitz* das 10h às 22h no Bom Retiro. (...) Nos imóveis viviam empregados bolivianos, entre eles, oito mulheres, “Eles faziam roupas que eram vendidas para confeções de coreanos do mesmo bairro”, afirmou o delegado. Segundo ele, os empregados ganhavam por peça produzida e recebiam cerca de R\$ 200 por mês. Eles pagariam a comida e o abrigo aos comerciantes. “Não há provas de que os acusados tenham reduzido os trabalhadores à condição análoga à de escravo”. (...) **Os 25 funcionários das confeções foram avisados pela PF de que devem deixar o país em oito dias. Caso desobedeçam essa notificação, eles serão deportados para a Bolívia.** (...) Em seus depoimentos, os comerciantes presos afirmaram que vieram trabalhar no Brasil. Disseram que compraram as oficinas de costura de comerciantes coreanos. (*Folha de São Paulo*, 4 de dezembro de 1997).

Nesta notícia, nota-se que a relação entre coreanos e bolivianos persiste. Aliás, nos dias de hoje, os coreanos parecem ser os maiores demandantes de serviço para as oficinas de costura⁸⁸. Interessante notar que em 1997, o MTE e o MPT atuaram juntos nesta ação com a Polícia Federal, o sentido da *blitz* foi exclusivamente policial. Segundo a matéria, os três órgãos estariam alinhados no processo que se encerra com a expulsão dos trabalhadores em condição irregular no país e com a responsabilização criminal dos donos das oficinas.

Em 30 de abril de 2003, em *O Estado de São Paulo*, uma nota indica a prisão de boliviano acusado de manter trabalhadores escravos:

Agentes da Polícia Federal, em São Paulo, prenderam ontem o boliviano Pedro Mamane Callisaya, de 36 anos, que explorava seus conterrâneos em situação ilegal no País, em sua oficina de costura, em Guarulhos. Quando os federais chegaram acompanhados de representantes do MPT encontraram 21 bolivianos trabalhando em regime de escravidão. Callisaya ficou preso. (*O Estado de São Paulo*, C5, 30 de abril de 2003).

Mais uma vez, outra notícia de prisão de bolivianos por reduzirem os trabalhadores à condição análoga à de escravos. Neste caso, a fiscalização ocorre em Guarulhos. Desde o começo dos anos 2000, as notícias começam a evidenciar que os migrantes da costura se territorializaram em diversas localidades da RMSP, para além do Brás e Bom Retiro. Em 21

⁸⁸ Não há dados disponíveis para que se possa, de forma conclusiva, afirmar que a maior parte da produção das oficinas de costura é comercializada pelos coreanos. No entanto, nas conversas com os migrantes da costura, todos os entrevistados afirmaram terem produzido para coreanos em algum momento de suas trajetórias no Brasil e que seguem, em grande medida, recebendo demanda deles.

de agosto de 2004, a *Folha de São Paulo* publica notícia de que o MPT teria flagrado mais uma oficina em São Paulo.

O MPT surpreendeu ontem em flagrante donos de uma confecção que empregavam ilegalmente 11 estrangeiros – entre bolivianos, paraguaios e peruanos – no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Sem registro, os funcionários eram submetidos a condições degradantes e a uma jornada exaustiva (das 7h às 21h30). Os donos da empresa, um casal de coreanos, e os empregados foram detidos pela PF para prestar esclarecimentos. Os 11 funcionários foram liberados, mas terão de apresentar até segunda-feira documentos que comprovem estar no Brasil legalmente, caso contrário serão multados e terão prazo para sair do país (**a multa pode chegar a R\$ 825 e o prazo máximo para deixar o Brasil é oito dias**). Os empregadores terão de pagar multa de R\$ 2.483 por cada trabalhador ilegal mais fiança para serem libertados. A Procuradoria vai acionar o MTE e a confecção deve ser fechada. (*Folha de São Paulo*, 21 de agosto de 2004, A10).

Poderíamos seguir compilando uma série de reportagens que, a partir do começo dos anos 2000 até os dias de hoje, tratam da existência de trabalho escravo na indústria de confecções. A maior parte das vezes, as matérias referem-se aos bolivianos, outras vezes incluem peruanos e paraguaios. Desde quando começam a aparecer denúncias de trabalho escravo na cadeia das confecções, as soluções encontradas para o combate da prática são sempre policiais. As notícias relatam como a Polícia Federal agiu ou deixou de agir em relação aos migrantes. O padrão era prender o dono da oficina de costura sob a acusação de redução de trabalhadores à condição análoga à de escravo (até o começo do ano 2000 há notícias de prisão de coreanos, a partir de então não encontramos mais nenhum relato de coreanos presos, apenas bolivianos, paraguaios e peruanos). O MTE e o MPT encaminhavam as denúncias para a Polícia Federal, que era a protagonista das ações até meados dos anos 2000. A partir daí passa a haver um novo entendimento, a notícia abaixo, publicado em *O Estado de São Paulo*, de 17 de dezembro de 2006, indica a mudança de postura:

O MPT interrompeu as investidas contra as oficinas clandestinas que utilizam mão de obra boliviana em condições degradantes. Em São Paulo, a procuradora Vera Lúcia Carlos assegura que é mais eficaz investigar as lojas que, na outra ponta da cadeia produtiva, comprem as roupas dessas oficinas. “Os maiores culpados são os grandes magazines e as redes de lojas que revendem as peças”, afirma a procuradora. “Em *blitzes* feitas no passado, encontramos etiquetas desses magazines prontas para serem costuradas nas roupas. Chamamos os executivos das empresas e eles alegaram que os serviços eram terceirizados.” Segundo a procuradora, a fiscalização das oficinas dá poucos resultados. Os donos são multados e

têm um prazo de dez dias para apresentar a documentação dos trabalhadores, sob pena de multas e extradição, mas nada acontece: “nesse período, eles mudam de lugar.” (*O Estado de São Paulo*, 17 de dezembro de 2006, A14).

A partir de 2006, sobretudo por conta dos resultados alcançados com a CPI do Trabalho Escravo, realizada pela Câmara Municipal de São Paulo, as notícias sobre trabalho escravo na indústria de vestuário param de enfatizar apenas as condições de trabalho e a situação de irregularidade dos costureiros, e, no movimento proposto pela nova interpretação do que fazer com as fiscalizações, passa-se a denunciar as grandes empresas e magazines pelas condições de trabalho encontradas. Ao mesmo tempo, diminuem as notícias que relacionam as oficinas de costura aos coreanos, tendo em vista que as fiscalizações passam a focar as grandes marcas.

O Ministério Público do Trabalho está investigando denúncias que grandes redes de lojas comprem roupas feitas por imigrantes ilegais, em condições precárias de trabalho. Entre as empresas investigadas estão fornecedores da C&A. A rede diz que está tomando providências para resolver o problema. A investigação começou com base em um relatório da CPI do Trabalho Escravo, realizada no ano passado pela Câmara Municipal de São Paulo. Durante a CPI foram encontradas etiquetas de marcas de empresas como C&A e Riachuelo em oficinas de costura que exploravam mão-de-obra ilegal, principalmente trabalhadores bolivianos. Em diligências realizadas nas últimas semanas, o MPT (...) voltou a encontrar etiquetas da C&A em oficinas clandestinas. De acordo com a procuradora Vera Lúcia Carlos, há indícios que outras grandes redes de lojas tenham problemas parecidos. Segundo o MPT, dois fornecedores da C&A tinham ligações com as oficinas clandestinas. No entanto, não há uma ligação direta entre as oficinas e a C&A. Em geral, o produto fabricado com mão-de-obra ilegal é vendido para distribuidores, eles repassam as mercadorias às redes. **Por se tratar de um contrato comercial – entre a empresa e seu fornecedor – legalmente a C&A não pode ser responsabilizada quando o fornecedor terceiriza a produção. “Mas existe a responsabilidade moral e social. A empresa tem de reconhecer sua cadeia produtiva”, diz a procuradora. (...)** A C&A afirma estar tomando providências para coibir o trabalho escravo entre seus fornecedores, a cadeia de fornecimento da C&A no Brasil é composta por cerca de 700 fornecedores, que terceirizam a produção em oficinas de costura. Em média, cada um desses fornecedores repassa a produção para cerca de 20 subcontratados – uma cadeia que envolve, no mínimo, 14 mil empresas. (...) “Infelizmente, não temos poder de polícia para fiscalizar a cadeia produtiva inteira”, afirma Luiz Fazzio, presidente da C&A Brasil. “Mas já contratamos uma empresa de auditoria, a SGS, para vistoriar os fornecedores e criamos uma empresa de auditoria interna, a Socam [Organização de Serviço para Gestão de Auditoria de Conformidade], para auditá-los regularmente.” (...) “Sabemos que temos responsabilidade sobre o problema, até porque temos um histórico de investimento social no Brasil. Não podemos cair numa contradição como

essa”, frisa Fazzio. Ele ressalta que o Instituto C&A, mantido pela empresa há 14 anos, investiu US\$ 50 milhões em projetos sociais ligados à infância e à adolescência. **Agora a empresa pretende encabeçar um movimento junto aos setores têxtil e de confecções e do varejo para que sejam feitas em conjunto para coibir o trabalho escravo na cadeia produtiva, que vai envolver também a Associação Brasileira Têxtil e de Confecção (ABIT) e o Instituto Ethos. (...) “Com a mobilização dos setores, o combate ao trabalho escravo deve surtir efeitos ainda este ano. Não dá para esperar mais” afirma Oded Grajew, presidente do Conselho do Instituto Ethos. (O Estado de São Paulo, 26 de julho de 2006, B18).**

Após a denúncia do caso de trabalho escravo na cadeia da C&A, em 2006, pudemos verificar a veiculação de diversas notícias que relacionam grandes marcas, magazines e grifes famosas com o trabalho escravo. As principais ações encontradas deixam de responsabilizar unicamente os migrantes e responsabilizam a empresa demandante das encomendas, uma vez que seriam elas as maiores beneficiárias da superexploração do trabalho. Desde 2006, puderam-se verificar as denúncias envolvendo, além da C&A, as empresas: Marisa, Collins, Lojas Americanas, Lojas Pernambucanas, Riachuelo, Talita Kume (grande loja do Brás e Bom Retiro de donos coreanos), Cori, Emme, Luigi Bertolli, Billabong, Brookfield, Eckon, Cobra D’Água, Tyrol, GAP, Gangster Surf, Skate Wear, 775, Gregory, Hippychick, Bo.Bô, Le Lis Blanc⁸⁹ e Zara. Ao mesmo tempo, percebe-se o movimento das empresas de não suarem sua marca e o respectivo comprometimento com a responsabilidade social (tema do capítulo 3).

Buscamos apresentar como o tema do trabalho escravo foi aparecendo ao longo dos últimos 30 anos na imprensa. O material apresentado anteriormente foi coletado nos dois principais jornais em circulação em São Paulo: o *Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. Ao fazermos este apanhado de notícias, evidenciamos como os casos foram tratados ao longo do tempo. Antes apenas como caso de polícia, em que MPT e MTE atuavam com a PF, passa-se a imputar a responsabilidade às empresas tomadoras, o que implica em novas soluções, o que traz à tona um novo conjunto de atores e instituições, tal como o Instituto Ethos, a Socam e empresas de auditoria. Ao mesmo tempo, saem de cena os casos que envolvem pequenas confecções e passam a ter centralidade as grandes cadeias.

Antes de passarmos para a discussão da solução contemporânea, tentaremos responder a outras questões que o material anterior não aborda. Como o tema do

⁸⁹ Última fiscalização que ocorreu até a redação final desta dissertação. Trata-se de grife famosa e caríssima: as blusas regatas custam em torno de 360 reais, uma jaqueta pode custar 2.290, uma calça em torno de 2.000 reais. Ver: <http://reporterbrasil.org.br/2013/07/roupas-da-le-lis-blanc-sao-fabricadas-com-escravidao/>. Acesso em: 27/07/2013.

trabalho escravo entra na pauta? Por que nesse período? Quais os entendimentos sobre o trabalho escravo contemporâneo? Quais os critérios para caracterizar uma forma de exploração de trabalho como análoga à de escravo? Quais as representações dos migrantes sobre trabalho escravo? Quais as mudanças da atuação dos atores públicos em relação ao combate a esse tipo de exploração de trabalho? E as empresas, como elas passam a se comprometer com a questão?

2.2 O trabalho escravo contemporâneo: do campo à cidade

O tema do trabalho escravo remete a uma discussão clássica da formação do Brasil contemporâneo. Não pretendemos retomar as questões pautadas por diversos autores que discutem o tema relacionado à formação da sociedade de classes no Brasil e às heranças da sociedade escravocrata. Essa é uma discussão que pouco tem a ver com o debate sobre o que ocorre nas oficinas de costura da RMSP. Trata-se de um debate que foca a dissolução da escravidão negra, abolida formalmente em 1888, e como se deu a entrada desse fluxo de trabalhadores à sociedade de classes. Isto é, os desdobramentos do fim do escravo-coisa e mercadoria, objeto e propriedade de seu senhor, sujeito ao castigo físico e ao comércio. As formas contemporâneas de escravidão não ocorrem do mesmo modo. Trata-se da caracterização da exploração do trabalho por conta de outros mecanismos de dominação, diferente da coisificação amparada pelo direito do século XIX. O aspecto que tende a ser mais evidenciado nos estudos sobre a escravidão contemporânea refere-se à ideia da servidão por dívida, apesar de este não ser o único fator que defina a situação como tal. O que buscaremos indicar neste tópico é como e quando o tema do trabalho escravo aparece no Brasil contemporâneo e como entra na agenda das políticas públicas. Evidenciaremos que a discussão surgiu no debate sobre o campo, onde há mais acúmulo e uma discussão mais aprofundada sobre a temática.

Foi no final dos anos 1960, em meio à ditadura militar, que começaram a surgir os primeiros relatos sobre as novas formas de trabalho escravo no país. Essas denúncias eram realizadas pela própria Polícia Federal. Os casos eram encaminhados à justiça penal e as ações mais efetivas da PF acabavam responsabilizando motoristas e arregimentadores de trabalhadores rurais (ESTERCI, 2008, p. 13). Tratava-se da mobilização de força de trabalho, que era transportada de uma região em que faltava oportunidades de emprego, movidos por falsas promessas, para os rincões da expansão agropecuária na Amazônia⁹⁰.

⁹⁰ Na realidade, os primeiros relatos de mobilização de força de trabalho livre, que saía do nordeste do país rumo à Amazônia num

Nos anos 1970, as denúncias mais sistemáticas e o combate ao trabalho escravo passaram a ser pautadas por sacerdotes ligados à Teologia da Libertação⁹¹.

Na academia, os primeiros estudos a atualizarem o conceito de trabalho escravo para uma modalidade contemporânea foram as análises que se referiam à *peonagem*⁹², que seguiam as denúncias realizadas pela igreja católica: na Universidade de São Paulo, José de Souza Martins foi quem inaugurou essa compreensão, pesquisando aprofundadamente a expansão e as frentes de pioneirismo na Amazônia durante o regime militar. Martins traçou uma trajetória muito próxima a Fernando Henrique Cardoso e teve bastante influência na formatação das estratégias de combate ao trabalho escravo praticadas em seus governos. Neide Esterci é outra referência obrigatória. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, praticamente no mesmo período que Martins, desenvolveu pesquisa aprofundada sobre a escravidão por dívida também na fronteira agrícola brasileira. Os estudos sobre escravidão contemporânea brasileira foram formatados tendo como referência o que ocorre no campo. Ainda nos dias de hoje, não há pesquisas de fôlego e em profundidade, como no caso dos estudos sobre a situação de trabalhadores rurais, que busquem desenvolver a questão do trabalho escravo contemporâneo nas cidades. Toda uma tradição e linhagem de pesquisa foi formatada por essas análises, inspiradas numa perspectiva marxista, que busca compreender a mobilização e fixação de força de trabalho em uma região de escassa disponibilidade de trabalhadores: a servidão por dívida é o elemento central desse mecanismo. Além do endividamento, compõe a cena descrita por essas pesquisas: situações de extrema violência, falta de condições mínimas de moradia e alimentação, jornadas exaustivas de

expediente semelhante ao que hoje se define como trabalho escravo, datam do século XIX. Caio Prado Jr. relata que no ciclo da borracha, sobretudo na grande seca entre 1877 e 1880, muitos nordestinos rumaram para os rincões de escassa mão-de-obra no norte. Esse tipo de mobilização da força de trabalho, no entanto, não era definido como trabalho escravo. “Nesta região semideserta de escassa mão-de-obra, a estabilidade do trabalho tem sua maior garantia no endividamento do empregado. As dívidas começam logo ao ser contratado: ele adquire a crédito os instrumentos que utilizará, e que embora muito rudimentares (o machado, a faca, as tigelas onde recolhe a goma), estão acima de suas posses em regra nulas. Frequentemente, estará ainda devendo as despesas de passagem desde sua terra nativa até o seringal. Estas dívidas iniciais nunca se saldarão porque sempre haverá meios de fazer as despesas dos trabalhadores ultrapassarem seus magros salários.(...) Enquanto deve, o trabalhador não pode abandonar o seu patrão credor; existe entre os proprietários um compromisso sagrado de não aceitarem a seu serviço empregados com dívidas para com outro e não saldadas. E quando tudo isto não basta para reter o empregado endividado, existe o recurso da força. Embora à margem da lei, ninguém contesta ao proprietário o direito de empregá-la.” (PRADO JR, 2004, p. 236). Esse sistema também ficou conhecido como *barracão*.

⁹¹ O documento de referência publicado pelo bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, a Carta Pastoral de outubro de 1971, denuncia o aliciamento de peões para a derrubada da mata na fronteira de expansão na Amazônia. Os trabalhadores eram aliciados em Goiás e no Nordeste, levados à região para a derrubada da mata, o trabalho ocorria sem as mínimas condições, o número de mortes de trabalhadores era altíssimo, assim como a incidência de malária. Eram prometidos bons salários e boas condições, quando chegavam ao local de trabalho, anunciavam-se as dívidas pelo transporte, pela alimentação e, até mesmo, pela utilização dos instrumentos de trabalho. Trata-se de um documento pioneiro sistematizado e publicado pela igreja, que denunciava e utilizava o termo *escravidão* para definir a situação dos peões endividados e presos ao trabalho. Disponível em: <http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>. Acesso em: 15/07/2013.

⁹² A *peonagem* se refere à servidão por dívida. O termo foi cunhado quando da grande seca de 1877 (11 anos antes da Lei Áurea), quando milhares de cearenses famintos migraram para o trabalho em seringais na Amazônia (MARTINS, 1999, p. 151).

trabalho, descaso com a saúde dos trabalhadores, chegando a situações de morte, além do aliciamento para o trabalho em outra região que não a de moradia do trabalhador.

Ricardo Rezende Figueira⁹³ (2009) aponta como o tema do trabalho escravo entrou na agenda das políticas públicas nos últimos 30 anos. Para tanto, ele faz uma divisão de três períodos: 1985-1994; 1995-2002 e 2003-2009⁹⁴. Durante a ditadura militar, não foi reconhecida oficialmente a existência de trabalho escravo no país, isto é, não havia propriamente uma política pública de combate a estas práticas – havia apenas casos isolados de repressão a situações extremas, executadas sobretudo pela PF. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975, foi e continua sendo o principal órgão de denúncia do trabalho escravo no campo.

Segundo Figueira, em 1985 houve o primeiro movimento do governo federal na história recente de reconhecimento do trabalho escravo em sua modalidade atual. À época, Nelson Ribeiro, titular do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), nomeou Alfredo Wagner Almeida, antropólogo, para a Coordenadoria de Conflitos Agrários. Almeida acolheu pela primeira vez denúncias da CPT e do movimento sindical da existência de trabalho escravo. Em 1988, o MIRAD assina um termo de compromisso para erradicar o trabalho escravo. Os signatários defendiam que a inobservância da legislação trabalhista em imóveis rurais constituiria razão para desclassificar o imóvel como empresa rural e inviabilizaria sua habilitação para usufruir os recursos oficiais sob a forma de incentivos fiscais (FIGUEIRA, 2009, p. 85). O acordo não teve o efeito esperado, pois não houve sensibilização dos operadores do direito imbricados nos processos.

Ao longo deste período, o tema ganhou visibilidade, sobretudo por conta de casos de assassinatos no campo que foram amplamente divulgados⁹⁵. Com a redemocratização, abriu-se espaço para a discussão pública que antes era interdita. Em 1990 e 1991 ocorreu um Fórum na Procuradoria Geral da República, em Brasília, de onde surgiu a proposta de expropriar propriedades que tivessem trabalho análogo ao de escravo. Sugeria-se que a definição de trabalho escravo fosse ancorada no artigo 149 do Código Penal Brasileiro⁹⁶. Os movimentos sindicais e a CPT adotaram a terminologia trabalho

⁹³ Ricardo Rezende Figueira é um dos pesquisadores contemporâneos que mais se dedica à compreensão do trabalho escravo em sua modalidade atual. Além de ter trabalhado por muitos anos na CPT, na linha de frente do enfrentamento ao trabalho escravo no campo, Figueira é coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ (GPTEC). Este grupo de pesquisa se dedica primordialmente a análise do trabalho escravo no campo. (ver: <http://www.gptec.cfch.ufrj.br/>)

⁹⁴ O texto de referência foi escrito em 2009, por isso a definição do período até este ano.

⁹⁵ Caso de sindicalistas assassinados em Rio Maria, Pará.

⁹⁶ À frente retornaremos a esse projeto, que se consolidou na PEC 438 (Projeto de Emenda Constitucional – Ademir Andrade), que foi votada e aprovada na Câmara e, no momento, aguarda votação do Senado.

escravo para os combates que eram travados no campo. Para Esterci (2008, p. 20), neste período, o termo *trabalho escravo* passa a se constituir como categoria de luta, utilizada por segmentos que se organizavam no campo em busca da reforma agrária, servia para denunciar as condições de trabalho e lançar luz sobre a desigual distribuição de terras no campo.

O segundo período classificado por Figueira teria ocorrido entre 1995 e 2002. O recém-eleito presidente, Fernando Henrique Cardoso, reconhece em programa de rádio a existência de escravidão no país. Foram criados o Grupo Executivo de Combate ao Trabalho Forçado⁹⁷ (GERTRAF) e o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), subordinado à Secretaria de Fiscalização do MTE. Em novembro de 1994, foi firmado um Termo de Compromisso entre MTE, MPF, MPT e Secretaria de Polícia Federal, com o objetivo de combater diversos crimes, dentre estes, o trabalho escravo rural. A terminologia adotada pelos órgãos de Estado, neste momento, é a mesma utilizada pela Organização Internacional do Trabalho: falava-se em trabalho forçado. É neste período que começam a aparecer as primeiras denúncias da existência de trabalho escravo na indústria de confecções, ainda que não houvesse respostas sistematizadas em termos de política de Estado; tinha-se apenas a atuação policial difusa.

Nesse período, o governo federal, pressionado nacional e internacionalmente, passa a se comprometer com a pauta de combate ao trabalho escravo. As pressões no âmbito nacional ocorreram de modo mais sistematizado pela CPT, MST e Sindicatos Rurais. No âmbito internacional, as pressões advieram da ONU e outras instituições ligadas a ela, como OIT (Organização Internacional do Trabalho) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). No marco das agências multilaterais, o Brasil é signatário de diversos tratados e acordos internacionais que afirmam que o país deve tomar medidas contra o trabalho escravo em seu território (retornaremos a esses tratados a frente); além desses organismos, deve-se destacar a pressão da OEA (Organização dos Estados Americanos) e de ONGs internacionais, como *Anti-Slavery International* (ASI) e *Free the slaves*.

O último período classificado por Figueira teria ocorrido a partir da primeira gestão do governo Lula, quando foi criada a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com estatuto de ministério. Trata-se do aprofundamento das políticas que já vinham ganhando

⁹⁷ Trata-se de um grupo móvel de fiscalização que foi formatado para chegar aos rincões do país, é constituído de auditores fiscais do trabalho e pode contar com o apoio de outros servidores. Atualmente, cada GEFM conta, em geral, com três ou quatro auditores e o apoio do mesmo número de policiais federais e um procurador do trabalho. O Grupo Móvel sofreu várias modificações desde a sua formação. Inicialmente as fiscalizações contavam apenas com auditores fiscais, depois da Chacina de Unai, em que três auditores e um motorista do MTE foram assassinados em serviço, o Grupo Móvel passou a atuar com o apoio de Policiais Federais, que fazem a segurança dos demais servidores. Ao mesmo tempo, o MPT passou a integrar o GEFM para agilizar os encaminhamentos da ação de fiscalização, responsabilização e incriminação.

peso na gestão anterior. Em 2003 foi lançado o 1º Plano Nacional pela Erradicação⁹⁸ do Trabalho Escravo, que havia sido elaborado no governo FHC. Uma série de campanhas nos níveis nacional e local começa a ocorrer. Dentre elas, pode-se enumerar: a constituição de uma lista publicada no *site* do MTE com a relação dos proprietários envolvidos com o crime, a Lista Suja; a formação de comissões de erradicação do trabalho escravo em alguns estados, as Coetraes⁹⁹; a implementação de medidas que impedem o acesso das empresas que constem na Lista Suja do MTE a financiamentos, contratos e convênios com órgãos públicos; a constituição de estudos sobre a cadeia de produção e comercialização de produtos oriundos das fazendas da mesma lista; a implementação do Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo¹⁰⁰ entre empresas que se comprometeram a não adquirirem tais produtos; a elaboração do 2º Plano Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (2008); a definição da competência da justiça federal para processar e julgar o crime previsto pelo artigo 149 do Código Penal Brasileiro. Além disso, houve um aumento substancial de publicações a respeito do crime, em reportagens na televisão e na imprensa em geral. Isto é, nos últimos 10 anos foram tomadas inúmeras medidas que visam justamente tratar da erradicação do trabalho escravo. O tema entra na pauta com força: candidatos à presidência, a prefeituras e aos governos estaduais passam a se comprometer com a questão, desde 2006, candidatos de diferentes posições político-ideológicas assinam cartas-compromisso de envidar esforços no sentido do combate a essa prática¹⁰¹.

Em 2001, a ONG Repórter Brasil foi fundada em São Paulo. A organização, presidida por Leonardo Sakamoto¹⁰², teve papel central no modo como se estruturou o combate ao trabalho escravo neste período. A ONG realiza diversas atividades especializadas no enfrentamento ao trabalho escravo, dentre as principais, o estudo e o rastreamento de cadeias produtivas que envolvam trabalho escravo e a manutenção de

⁹⁸ Muda-se até mesmo a terminologia. Deixa-se de falar em *combate* e passa-se a falar em *erradicação* do trabalho escravo.

⁹⁹ Em São Paulo, o decreto que constitui a Coetrae ocorreu em setembro de 2011, no entanto a Comissão teve a sua primeira reunião apenas no começo de 2012. O tema central abordado nas reuniões das quais participamos se trata da modalidade urbana do trabalho escravo, envolvendo sobretudo os migrantes da costura.

¹⁰⁰ O Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2005, reúne empresas brasileiras e multinacionais que assumiram o compromisso de não negociar com quem explora o trabalho escravo. A gestão do Pacto é realizada pelo Comitê de Coordenação e Monitoramento, composto pelo Instituto Ethos, o Instituto Observatório Social (IOS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONG Repórter Brasil. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/documentos/pacto_erradicacao_trabalho_escravo.pdf. Acesso em: 25/07/2013.

¹⁰¹ Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2006/06/quem-recebeu-e-quem-assinou-a-carta-compromisso-no-primeiro-turno> (eleições de 2006); http://reporterbrasil.org.br/compromisso/?page_id=305 (eleições de 2010 e 2012). Acesso em: 25/07/2013.

¹⁰² Sakamoto redigiu tese de doutoramento pelo departamento de Ciência de Política da USP intitulada: “Os acionistas da casa-grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo” (2007). Sakamoto parte de uma perspectiva marxista, na linhagem de pensamento fundada por José de Souza Martins, para analisar a situação contemporânea e globalizada do trabalho escravo – “forma não-contratual de exploração degradante e violenta da mão-de-obra”. A hipótese central é que em um mercado global, a competitividade das *commodities* brasileiras, que tem seus preços fixados nas bolsas de valores pelo mundo, ocorre utilizando-se do trabalho escravo. “O trabalho escravo é um mecanismo utilizado pelo capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão e modernização, garantindo competitividade aos produtores rurais”.

agência de notícias específica sobre o tema, dando ampla visibilidade aos casos, sensibilizando a grande imprensa que passa a noticiar as autuações. Desde 2001, as principais notícias sobre trabalho escravo na indústria de confecções em São Paulo foram realizadas pela agência. Os jornalistas acompanharam em primeira mão as ações de fiscalização do MTE ao longo desses anos – de forma mais aprofundada a partir de 2005, momento de transformações na forma de atuação de fiscalização e responsabilização. Desde meados dos anos 2000, em praticamente todas as autuações do MTE, a ONG era convidada para acompanhar a fiscalização e noticiar os fatos. No que se refere especificamente à cobertura dos casos na indústria de confecções, os relatos colhidos e a investigação jornalística foram sempre realizadas em profundidade. Além da agência de notícia, a ONG tem representação em diferentes âmbitos institucionais e faz pressão política nos diversos níveis de governo para a tomada de decisões que favoreçam a erradicação do trabalho escravo – eles são referência nacional, senão global, de como agir no enfrentamento ao trabalho escravo.

Os atores arrolados anteriormente tiveram atuação destacada no enfrentamento do trabalho escravo em sua modalidade rural. O trabalho escravo urbano passa a entrar na agenda das políticas públicas apenas nos anos 2000. Como foi apresentado pelas notícias de jornal na seção anterior, o trabalho escravo na indústria de confecções era tratado até meados desta década apenas como caso de polícia a ser reprimido e, nesse sentido, não havia sido elaborada uma política ampla, envolvendo diversos atores do estado. O enfrentamento era realizado no nível policial, encerrava-se a fiscalização com a responsabilização do dono da oficina de costura, tratava-se de prendê-los, incriminá-los, e, ao mesmo tempo, exigir a saída dos migrantes irregulares do território nacional. Nunca houve deportação propriamente, pois o país não tem recursos para tanto.

O acúmulo de debates, de legislação e do envolvimento de diferentes agências estatais ou organizações não governamentais no combate do trabalho escravo no campo impactou na discussão sobre o trabalho escravo urbano. Nas cidades, o MTE e o MPT têm caracterizado trabalho análogo ao de escravo na costura e na construção civil. Um elemento que aproxima as duas situações é o fato de as vítimas, em geral, serem migrantes. Enquanto a situação que ocorre na zona rural se refere majoritariamente aos migrantes brasileiros, sobretudo nordestinos e nortistas, os migrantes da costura são transnacionais. De todo modo, a situação de desterritorialização do trabalhador é um dos elementos importantes a serem considerados para a caracterização do que vem sendo denominado de trabalho análogo ao de escravo. Na maior parte das vezes, o trabalhador

vive em uma moradia que não é própria: ou oferecida pelo patrão, ou alugada, ou, no caso de trabalhadores rurais, é recorrente viverem em barracos construídos por eles mesmos. Esse elemento é central para que se verifique a situação de servidão por dívida, de longas jornadas, de coação, de controle exacerbado do trabalhador pelo contratante, uma vez que ele não domina os códigos do novo local de moradia.

2.3 A discussão conceitual sobre trabalho escravo contemporâneo: legislações e tratados, trajetórias, representações

A hipótese central desta dissertação não necessita de uma visão acabada, definida e clara do que seja o trabalho escravo contemporâneo. Há um debate bastante polêmico em torno da noção, buscaremos evidenciar os argumentos, mas não precisamos necessariamente tomar partido nesta conceituação, pois o que buscamos fazer é justamente deslocar a perspectiva da polêmica para compreender os efeitos das ações de governo relacionadas ao trabalho escravo. Não precisamos de uma definição porque não operamos com a noção como uma categoria analítica ou explicativa, mas sim como uma *categoria nativa*, empregada politicamente pelos atores imbricados (migrantes, acadêmicos, funcionários do Estado, agências multilaterais, ONGs e empresas). Trata-se de um termo que, ao ser empenhado, tem efeitos. São os seus efeitos que buscaremos analisar ao longo do último capítulo da dissertação.

Não tomaremos parte na discussão de como medir o trabalho escravo, quais aspectos caracterizariam ou não este tipo de afronta aos direitos humanos¹⁰³ (como dizem os atores deste campo). Mostraremos como a legislação brasileira e os tratados internacionais definem o tema, como o debate sobre o trabalho escravo vem sendo feito pela literatura contemporânea, e, ainda, como as vítimas avaliam a situação e a nomeação, definida como trabalho escravo, a que foram submetidas e representadas.

Há de se considerar de onde fala cada um dos atores que defendem ou atacam a noção de trabalho escravo na atualidade. Percebe-se, em geral, que os discursos contrários à noção são, justamente, portados por pessoas que historicamente não defendem a proteção dos trabalhadores, mas sim a flexibilização das leis trabalhistas. Atualmente, quando da discussão da PEC do Trabalho Escravo, os parlamentares que mais se empenhavam contrários à noção eram os que falavam a partir da bancada ruralista, que

¹⁰³ Seguramente, deveríamos aprofundar a discussão sobre *direitos humanos*. No entanto, infelizmente, esta pesquisa não conseguirá dar a devida atenção ao tema. Parece-nos que a noção de *direitos humanos* deve ser muito bem detalhada e qualificada. A impressão que temos é que sua utilização e as concepções sobre a ideia têm se difundido para inúmeras áreas e para diferentes fins, de modo que esteja havendo uma perda da seu referencial heurístico, do seu potencial crítico e propositivo.

defende os interesses dos grandes proprietários de terra. Por outro lado, evidenciar o modo como o trabalho escravo vem sendo discutido pelos atores que defendem os trabalhadores e os efeitos das ações de fiscalização não quer dizer que nos situamos do lado oposto, longe disso. Trata-se de armar o campo para entender qual a racionalidade que opera no discurso de defesa desses trabalhadores ou, num sentido amplo, dos direitos humanos.

2.3.1 Tratados internacionais e a legislação brasileira sobre o trabalho escravo e tráfico de pessoas

No debate histórico, a escravidão como modo de produção tem como característica central o fato de os trabalhadores serem transformados em instrumentos de trabalho, isto é, em mercadorias. A força de trabalho não pertence ao trabalhador, mas sim a quem detém o direito legítimo de propriedade sobre esse trabalhador. No modo de produção escravista, tem-se mais facilidade para definir o que é a escravidão – isso não quer dizer que se tenha maior facilidade para definir quem é o escravo, tendo em vista as imbróglis jurídicas que podem estar envolvidos nos casos particulares¹⁰⁴.

Quando se discute a escravidão contemporânea ou o trabalho em condições análogas ao de escravo, a clareza e o consenso já não se fazem presentes na definição dos termos, muito menos na definição de quem seja reduzido a tal condição. Desse modo, a noção de escravidão contemporânea, sendo ela em si demasiadamente polêmica – pois pode criar a confusão referida ao direito legítimo de propriedade, que hoje é inexistente – é muitas vezes preferida pela nominação de trabalho forçado, compulsório, servidão por dívida ou **análogo** ao de escravo, dentre outros.

O marco jurídico basal sobre a compreensão da escravidão contemporânea, tendo em vista que não existe mais o direito legítimo de propriedade de alguém sobre outrem, foi proposto pela Convenção sobre Escravidão da Liga das Nações de 1926¹⁰⁵. Define-se, no artigo 1º, que “a escravidão é o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se

¹⁰⁴ Há um debate extenso dos historiadores que se refere à dificuldade na definição do que era ser escravo nos séculos XVIII e XIX, ainda que a escravidão fosse legitimada pelo direito, isso não quer dizer que não havia imbróglis jurídicos relacionados à definição. José de Souza Martins narra duas histórias pitorescas que revelam essa dificuldade: 1ª – um escravo foi herdado por dois irmãos após a morte do pai. Um dos quais decidiu alforriá-lo, concedendo-lhe escritura. O outro recusou alforriá-lo e, assim, manteve-se dono de meio escravo. Numa ocasião em que o senhor resolveu castigar o escravo com a chibata, o cativo alegou que metade de seu corpo era livre. Assim, o senhor disse-lhe para que indicasse qual a metade do corpo que era escrava, pois seria ela que apanharia; 2ª – um senhor teve um filho com uma escrava. O menino foi alforriado pelo pai, pois era escravo por ser filho de escrava. No entanto, o senhor não concedeu a alforria à mãe. Ao morrer, o senhor deixou ao seu filho mestiço os seus bens, dentre os quais a própria mãe do herdeiro (MARTINS, 1999, p. 158). Para outra história ainda mais complexa, ver a trajetória impressionante de Adelaide Métayer, relatada por Rebecca Scott (2013).

¹⁰⁵ Disponível em:

http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/legis_jur/sumario/CONVEN%C3%87%C3%83O%20S%C3%94BRE%20A%20ESCRAVATURA%20ASSINADA%20EM%20GENEVA.pdf. Acesso em: 20/07/2013.

exercem, total ou parcialmente, os **atributos** do direito de propriedade” (grifo nosso). Esta noção formulada em 1926 foi ampliada ao longo do século passado. A noção *escravidão* no documento deixa de se referir ao direito legítimo de propriedade e passa a se referir ao **exercício dos atributos do direito de propriedade**. Segundo Rebecca Scott (2013, p. 4) “existem poderes que são inerentes à propriedade e, se esses poderes são exercidos sobre uma pessoa – mesmo que ela não seja propriedade de ninguém – a relação pode, no direito internacional, ser descrita juridicamente como de escravidão”. Assim, a compreensão de Scott é que o termo escravidão não seria um anacronismo, apesar de não se referir ao direito de propriedade, trata-se de referência ao exercício de poderes similares àqueles do proprietário. Esta noção foi a que embasou a maior parte dos documentos nacionais e internacionais que se referem à matéria.

Em 1948, as Nações Unidas assinam a Declaração Universal dos Direitos do Homem, prescrevendo no artigo 4º que ninguém seria mantido em escravidão e servidão e que estariam proibidos o tráfico de escravo e a escravidão. Oito anos mais tarde, em 1956, na Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, amplia-se, em referência ao documento de 1926, a definição de escravidão, passa-se a englobar:

1 – a servidão por dívidas, isto é, o estado ou a condição resultante do fato de que um devedor se haja comprometido a fornecer, em garantia de uma dívida, seus serviços pessoais ou os de alguém sobre o qual tenha autoridade, se o valor desses serviços não for equitativamente avaliado no ato da liquidação da dívida ou se a duração desses serviços não for limitada nem sua natureza definida; 2 – a servidão, isto é, a condição de qualquer um que seja obrigado pela lei, pelo costume ou por um acordo, a viver e trabalhar numa terra pertencente à outra pessoa e a fornecer a essa outra pessoa, contra remuneração ou gratuitamente, determinados serviços, sem poder mudar sua condição; 3 – toda instituição ou prática em virtude da qual: I – uma mulher é, sem que tenha o direito de recusa, prometida ou dada em casamento, mediante remuneração em dinheiro ou espécie entregue a seus pais, tutor, família ou a qualquer outra pessoa ou grupo de pessoas; II – o marido de uma mulher, a família ou o clã deste tem o direito de cedê-la a um terceiro, a título oneroso ou não; III – a mulher pode, por morte do marido, ser transmitida por sucessão a outra pessoa; 4 – toda instituição ou prática em virtude da qual uma criança, ou um adolescente de menos de 18 anos é entregue, quer por seus pais ou um deles, quer por seu tutor, a um terceiro, mediante remuneração ou sem ela, com o fim de exploração da pessoa ou do trabalho da referida criança ou adolescente¹⁰⁶.

A Convenção Suplementar de 1956 torna um dever de todos os Estados-Membros que subscreveram o documento tomar medidas no sentido da criminalização da

¹⁰⁶ Seção I da Convenção Suplementar Sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura. Setembro de 1956, Genebra. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OIT-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Internacional-do-Trabalho/convencao-suplementar-sobre-abolicao-da-escravatura-do-trafico-de-escravos-e-das-instituicoes-e-praticas-analogas-a-escravatura-1956.html>. Acesso em: 20/07/2013.

escravidão. Nesse texto, a conduta não é tida como infração de ordem trabalhista, trata-se de crime contra a humanidade e, assim, os infratores estariam sujeitos a julgamentos perante o Tribunal Penal Internacional das Nações Unidas, sediado em Haia (Holanda). Para a OIT, o trabalho forçado não pode ser equiparado a baixos salários ou más condições de trabalho, “trabalho forçado representa grave violação de direitos e restrição à liberdade humana.” (OIT, 2005, p. 6). As ameaças e coações que caracterizam o trabalho forçado podem variar dos mecanismos mais violentos aos mais sutis, psicológicos; de todo modo, ambos são tratados pela OIT como caracterizadores do trabalho forçado. A OIT indica as seguintes condições para a identificação do trabalho forçado contemporâneo:

Quadro 1– Identificação de trabalho forçado¹⁰⁷ na prática

Falta de consentimento (natureza involuntária do trabalho, “itinerário” do trabalho forçado)	Ameaça de punição (meio de manter alguém preso ao serviço)
<ul style="list-style-type: none"> · Escravidão por nascimento ou por descendência de escravo ou de servidão por dívida; · Rapto ou sequestro; · Venda de pessoa a outra; · Confinamento no local de trabalho – em prisão ou cárcere privado; · Coação psicológica, isto é, ordem para trabalhar, apoiada em ameaça real de punição por desobediência; · Dívida induzida (por falsificação de contas, preços inflacionados, redução do valor de bens ou serviços produzidos, taxas de juros exorbitantes, entre outros); · Engano ou falsas promessas sobre tipos e condições de trabalho; · Retenção ou não pagamentos de salário; · Retenção de documentos de identidade ou de pertences pessoais de valor. 	<ul style="list-style-type: none"> · Violência física contra o trabalhador ou sua família ou pessoas próximas; · Violência sexual; · Ameaça de represálias sobrenaturais; · Prisão ou confinamento; · Punições financeiras; · Denúncia a autoridades (polícia, autoridades de imigração, entre outros) e deportação; · Demissão do emprego atual; · Exclusão de empregos futuros; · Exclusão da comunidade e da vida social; · Supressão de direitos ou privilégios; · Privação de alimento, habitação ou outras necessidades; · Mudança para condições de trabalho ainda piores; · Perda de status social.

Fonte: OIT, 2005, p. 06.

O marco nacional que define a compreensão sobre a matéria é o Código Penal Brasileiro (CPB), que data do início do século XX. O simples fato de a definição ser dada pelo CPB e não pela CLT demonstra que a gramática que define o trabalho escravo não se refere à infração de ordem trabalhista, trata-se de infração que viola os interesses difusos

¹⁰⁷ O Termo trabalho forçado é o utilizado pela OIT em suas Convenções, ainda que no Brasil a organização utilize *trabalho em condição análoga ao de escravo*. O quadro apresentado toma como base as convenções 29 (de 1930) e 105 (de 1957) da OIT, que definem o entendimento e as práticas que devem ser tomadas com o objetivo de erradicar as variadas formas de exploração de trabalho escravo. Disponível em http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/relatorio/relatorio_global2005.pdf. Acesso em: 17/07/2012.

e coletivos. O artigo 149 teve a redação do *caput* e de seus incisos alterada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2003. Antes, não se especificava o que significava reduzir alguém à condição análoga à de escravo.

Art. 149 – Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, **quer** submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, **quer** sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, **quer** restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (grifos nossos):

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º - A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.¹⁰⁸

Nota-se que a definição do código penal brasileiro é bastante abrangente, uma vez que para se definir a redução de alguém à condição análoga à de escravo basta observar apenas uma das três variáveis: trabalho forçado/jornada exaustiva; sujeição a condições degradantes; cerceamento de liberdade de locomoção. Por mais que possa parecer haver uma grande abrangência da definição, segundo auditores fiscais do trabalho e procuradores entrevistados, não há nenhuma instabilidade jurídica em função da forma em que a lei está escrita. Esses servidores relataram que a maior dificuldade referente à definição repousa na delimitação do que sejam as *condições degradantes de trabalho*, uma vez que o conceito não é detalhado. De qualquer modo, afirmaram nunca terem imputado a redução de trabalhador à condição análoga à de escravo em alguma situação que tivesse sido observada *apenas* uma dessas características¹⁰⁹.

Recentemente, os parlamentares aprovaram no Congresso Nacional a PEC 438, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, que tramita atualmente no Senado como PEC 57A¹¹⁰. A bancada ruralista no Congresso Nacional tem tentado, de diversos modos,

¹⁰⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 15/02/2012.

¹⁰⁹ Em geral, segundo disseram, os casos identificados na costura relacionam, ao menos, jornada exaustiva com a servidão por dívidas. Não é raro haver condições de trabalho degradantes, com cadeiras desconfortáveis para o trabalho, risco de incêndio devido à fiação exposta, local de moradia e de trabalho no mesmo recinto, etc. A acusação de que a lei é inespecífica e que gera instabilidade jurídica é, em geral, apontada por aqueles que buscam flexibilizar ao máximo os direitos trabalhistas.

¹¹⁰ Esta PEC propõe a expropriação das propriedades rurais e urbanas em que forem encontrados trabalhadores em condição análogo à de escravo.

afunilar a definição, no sentido de diminuir sua abrangência. Ou seja, em torno da noção de trabalho escravo contemporâneo, formatou-se um campo em disputa; por mais que haja um entendimento consolidado embasado no CPB, há legisladores que buscam descaracterizar a compreensão atual no sentido de enfraquecer as ações de fiscalização e imputação do crime.

No início de 2013, no Estado de São Paulo, militantes contra o trabalho escravo comemoraram a promulgação da lei nº 14.946, proposta pelo deputado Carlos Bezerra Júnior (PSDB). A lei cassa a inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estabelecimentos comerciais envolvidos na prática desse crime – seja diretamente ou no processo de produção. Além disso, os autuados ficam suspensos de abrir nova empresa no mesmo ramo por um período de 10 anos no estado de São Paulo.

Como as fiscalizações dos auditores fiscais do trabalho sempre são contestadas na justiça pelos atores responsabilizados pela fiscalização, tendo em vista que não há jurisprudência definida e nem uma especificação clara, precisa e objetiva para definir o que seja esse crime, tanto o MTE vem desenvolvendo normativas que rejam a matéria, como auditores fiscais do trabalho vêm criando metodologias para a identificação do trabalho análogo ao de escravo.

Em 2011, a Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE publicou a Instrução Normativa (IN) nº 91¹¹¹ que orienta e define os procedimentos a serem adotados no caso de fiscalização para combate ao trabalho análogo à de escravo. A IN 91 define, para fins de inspeção do trabalho dos auditores fiscais do trabalho, que deve ser considerado trabalho realizado em condições análogas à de escravo o que resulte nas seguintes situações, quer em conjunto, quer isoladamente: I – a submissão de trabalhador a trabalhos forçados; II – a submissão de trabalhador à jornada exaustiva; III – a sujeição de trabalhador a condições degradantes de trabalho; IV – a restrição da locomoção do trabalhador, seja em razão de dívida contraída, seja por meio do cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, ou por qualquer outro meio com o fim de retê-lo no local de trabalho; V – a vigilância ostensiva no local de trabalho por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho; VI – a posse de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de

¹¹¹ Disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D32DC09BB0132DFD134F77441/in_20111005_91.pdf. Acesso em: 17/02/2013. É importante frisar que as instruções normativas apontam para a regulamentação da lei, são textos infraconstitucionais que, muitas vezes, ao indicar a regulamentação da lei, implicam sua interpretação, podendo ser mais relevantes para a prática dos órgãos estatais do que o texto constitucional, em geral bastante genérico.

retê-lo no local de trabalho. A IN ainda detalha o entendimento que se deve ter em cada uma das expressões referidas acima. Para o caso dos migrantes da costura, vale reter as definições:

- *Jornada exaustiva* – toda jornada de trabalho de natureza física ou mental que, por sua extensão ou intensidade, cause esgotamento das capacidades corpóreas e produtivas da pessoa do trabalhador, ainda que transitória e temporalmente, acarretando, em consequência, riscos a sua segurança e/ou a sua saúde;
- *Condições degradantes de trabalho* – todas as formas de desrespeito à dignidade humana pelo descumprimento aos direitos fundamentais da pessoa do trabalhador, notadamente em matéria de segurança e saúde e que, em virtude do trabalho, venha a ser tratada pelo empregador, por preposto ou mesmo por terceiros, como coisa e não como pessoa;
- *Restrição da locomoção do trabalhador* – todo tipo de limitação imposta ao trabalhador a seu direito fundamental de ir e vir ou de dispor de sua força de trabalho, inclusive o de encerrar a prestação do trabalho, em razão de dívida, por meios diretos ou indiretos, por meio de e coerção física ou moral, fraude ou outro meio ilícito de submissão;
- *Posse de documentos ou objetos pessoais do trabalhador* – toda forma de apoderamento ilícito de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o objetivo de retê-lo no local de trabalho¹¹².

Benedito de Lima e Silva Filho e Renato de Mello, auditores fiscais do trabalho, publicaram em 2011 um modelo de auxílio para a identificação de trabalho análogo ao de escravo utilizando-se do que denominam de lógica Fuzzi (2011, p. 129-152). Trata-se de um:

ferramental matemático que considera os aspectos imprecisos do raciocínio lógico dos seres humanos e, ainda, situações ambíguas, não passíveis de processamento através da lógica computacional fundamentada na lógica booleana que é um sistema de dedução matemática restrito aos valores zero e um (falso e verdadeiro). (SILVA FILHO, MELLO; 2011, p. 131).

O modelo busca construir indicadores para quantificar e estratificar as inferências encontradas pelos auditores a fim de definir uma situação encontrada, se é trabalho análogo ao de escravo ou não. A ausência de uma metodologia específica pode levar à dificuldade em reconhecer e diagnosticar o que se encontra em campo, “onde são frequentes as situações em que os agentes públicos discordam entre si” (SILVA FILHO, MELLO; 2011, p. 130). O modelo propõe quatro classes de indicadores, que são divididos em inúmeros aspectos a serem observados: 1ª – Desconformidade legal trabalhista: remuneração, registro, salário, contribuições previdenciárias, carga de trabalho, jornada, descanso semanal e férias; 2ª – Desconformidade legal de segurança e saúde: condições

¹¹² Instrução normativa nº. 91, de 05 de outubro de 2011. Publicada no DOU em 06/10/2011 Seção I pág. 102.

sanitárias, água e instalações sanitárias, alojamento, saúde e segurança, equipamento de proteção individual e atestado de saúde ocupacional; 3ª – Desconformidade legal penal: servidão por dívidas, descontos indevidos, coagir compras, compra da liberdade do trabalhador, restrição de ir e vir, coação física ou psicológica, retenção de documentos e vigilância armada; 4ª – Desconformidade social: segregação, aliciamento em outros locais, intermediação de mão de obra, informações contratuais e isolamento social.

Todos os indicadores acima recebem uma valoração em uma planilha e, posteriormente, após cruzamentos e a produção de gráficos complexos, chega-se a um valor. No caso, o “valor inferior a 0,5 será considerado descumprimento de normas; valores iguais ou superiores a 0,5 será considerado trabalho análogo ao de escravo.” (SILVA FILHO, MELLO; 2011, p. 135). Isto é, trata-se do estabelecimento de um modelo racionalizado, que busca objetividade e imparcialidade para diminuir o conflito entre os servidores no momento de autuação, e, ainda, legitimar as fiscalizações frente a uma possível judicialização no sentido da consolidação de jurisprudência sobre a matéria. Trata-se de um ferramental *científico* que auxilia a definição e a legitimação do tema em questão¹¹³.

Outro crime sempre relacionado ao de redução de um trabalhador à condição análoga à de escravo é o de tráfico de pessoas. Os atores globais empenhados no combate ao trabalho forçado vêm tentando estender as garantias dos tratados internacionais às vítimas de tráfico de pessoas para as vítimas de trabalho forçado. No Brasil, em específico em São Paulo, os operadores do direito adotaram esse entendimento em relação aos migrantes da costura desde 2004 e passaram a proteger as *vítimas* do trabalho forçado, não solicitando sua saída do país, estendendo os direitos referidos no Protocolo de Palermo.

O marco jurídico de referência para a definição do tráfico de pessoas é o Protocolo de Palermo (Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças)¹¹⁴. Este documento, formulado em 2000, e ratificado pelo Brasil em 2004, define o tráfico de pessoas como:

a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou

¹¹³ Uma discussão que poderia ser feita e que seguramente renderia bons frutos para a compreensão da produção deste tipo de informação seria através de uma abordagem foucaultiana sobre a produção dos enunciados científicos formulados em torno da noção de escravidão. Trata-se da verdade científica, susceptível de ser verificada por procedimentos científicos. Neste caso, explicitam-se os efeitos de poder que esta enunciação traz ao se afirmar que tal situação é trabalho análogo ao de escravo.

¹¹⁴ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso em: 17/07/2012.

uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de *exploração*. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos;

b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea anterior será considerado *irrelevante* se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos nessa alínea;

c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente artigo;

d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos. (grifos nossos).

Segundo Renato Bignami, auditor fiscal do trabalho empenhado no ramo da cadeia de confecções, o protocolo de Palermo foi um marco importante para a atuação do MTE; a ratificação do termo pelo país teria marcado justamente o momento de virada do modo em que as fiscalizações ocorrem, passa-se a olhar os migrantes como vítimas, garantindo-se:

O resgate dessas pessoas da situação de violência; o pagamento das verbas rescisórias; a permanência dos mesmos em território nacional, a fim de colaborarem nas investigações, mediante a concessão de visto permanente, e a mobilização da rede de apoio para a proteção das vítimas e reintegração na sociedade. (BIGNAMI, 2011, p. 23).

O Conselho Nacional de Imigração, órgão colegiado do MTE que tem por competência formular a política de imigração, assim como deliberar, coordenar e orientar as atividades de imigração, editou a Resolução Normativa (RN) nº 93, de 21 de dezembro de 2010. A RN 93 disciplina a concessão de visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro que venha a ser considerado vítima de tráfico de pessoas. Nesse sentido, para aumentar o leque de direitos aos quais os migrantes têm acesso, as fiscalizações tendem a igualar a situação de tráfico de pessoas à de trabalho análogo ao de escravo.

As antropólogas Adriana Piscitelli e Márcia Vasconcelos organizaram um dossiê na revista *Cadernos Pagu* (nº 31, julho-dezembro de 2008) em que traçam uma série de críticas ao Protocolo de Palermo e à forma como o tráfico de pessoas passou a ser pautado no mundo após a elaboração do documento em 2000. O ponto central de crítica ao Protocolo refere-se ao caráter do texto que vislumbra, sobretudo, incidir nas políticas de criminalização, repressão e punição dos envolvidos do chamado tráfico de pessoas. Uma

preocupação central refere-se à perspectiva crítica feminista, em que se percebe no protocolo a infantilização das mulheres – mesmo tratando do tráfico de pessoas, em geral, o documento especifica atenção às *mulheres e crianças*, como se ambas estivessem num mesmo nível de igualdade. As autoras ressaltam que o documento de 2000 rompe com o anterior, de 1949, ao garantir uma série de direitos às vítimas de tráfico, como fornecimento de alojamento, assistência médica, psicológica e material, oportunidades de emprego, educação e formação (art. 6), além de incentivar os países signatários a formularem leis que permitam que as pessoas em situação de tráfico permaneçam no território a título temporário ou permanente.

Piscitelli e Vasconcelos (2008) criticam o Protocolo pelo fato de não conceituarem de forma precisa a definição de tráfico de pessoas. De acordo com as autoras, o termo mais confuso, que deixa uma brecha para diferentes interpretações sobre o tráfico, é o de *exploração*. Mais do que isso, elas apresentam que a formulação de conhecimento sobre o tema no Brasil é precária devido a não unanimidade em relação à definição jurídica, uma vez que o código penal brasileiro define, em seus artigos 231 e 231A, o tráfico de pessoa estritamente relacionado à prostituição e à exploração sexual (o texto do CPB foi modificado em 2009, antes se referia especificamente ao tráfico de **mulheres** e não de pessoas)¹¹⁵. Das críticas das autoras, deve-se reter o modo pelo qual as mobilizações contra o tráfico acabam por refletir em efeitos de repressão à prostituição, sendo que essa seria uma atividade em que as mulheres, com autonomia de seus corpos, deveriam ser livres para realizar. Nesse mesmo sentido, ressalta-se que o combate ao tráfico no caso dos costureiros não pode ser sinônimo de combate à migração e ao direito ao deslocamento, uma vez que todo migrante da costura acaba sendo definido como traficado, ou, pior, como traficante. Segundo Ela Wiecko Castilho (2008), o Protocolo de Palermo, como marco internacional, pode significar um reforço à política antimigratória dos países do Norte e a redução da proteção das pessoas que vão para o exterior exercer atividades diversas e, em especial, a prostituição.

Outro princípio importante que é ativado para a proteção dos migrantes é o do *non-refoulement*¹¹⁶ (não-devolução), segundo o qual nenhum país deva expulsar ou

¹¹⁵ As autoras criticam a forte relação que se estabelece entre tráfico de pessoas e prostituição. “Esse último aspecto é particularmente visível no plano de distribuição da justiça, em decisões judiciais centradas na prostituição feminina que não fazem distinção entre prostituição forçada e não forçada (Oliveira, nv), não reconhecem a capacidade das mulheres de exercer o direito sobre o seu próprio corpo, negam a possibilidade de considerar a prostituição como trabalho e estigmatizam as prostitutas como forma de estabelecer o lugar das mulheres na sociedade.” (PISCITELLI e VASCONCELOS, 2008, p. 21).

¹¹⁶ Este princípio foi originalmente formulado na Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/refugiados.htm> e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm. Acesso em: 21/07/2013.

repatriar um refugiado contra a sua vontade. Segundo nos relatou um procurador do trabalho, o princípio do *non-refoulement* é pouco conhecido por seus colegas, operadores do direito, pelos formuladores de políticas públicas e pelas polícias federal e civil. Segundo o entrevistado, o princípio deve ser aplicado às vítimas de tráfico de pessoas e de trabalho escravo, devendo ser evocado para justificar ações que visam proteger as vítimas, por mais que estejam em situação irregular.

Outro importante documento que o Brasil é signatário é o *Protocolo relativo ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea*, ratificado pelo Presidente Lula em 2004. O artigo quinto deste documento define que os migrantes não estarão sujeitos a processos criminais nos termos do Protocolo, pelo fato de terem sido objeto dos atos que caracterizam tráfico de pessoas. Piscitelli e Vasconcelos problematizam o fato do protocolo criminalizar os seguintes atos que, segundo o tratado, visam viabilizar o tráfico de migrantes: (i) Elaboração de documento de viagem ou de identidade fraudulento; (ii) Obtenção, fornecimento ou posse de tal documento; viabilizar a permanência, no estado em causa, de uma pessoa que não seja nacional ou residente permanente, sem preencher as condições necessárias para permanecer legalmente no estado. Esses atos acabam reprimindo e criminalizando as táticas de apoio aos migrantes que tentavam contornar as leis migratórias, que tendem a restringir os direitos de mobilidade por entre os Estados Nacionais. Nesse sentido, as autoras avaliam que “quem se envolve nesse tipo de tráfico é considerado não como vítima de uma violação aos direitos humanos, mas como violador dos direitos do Estado, das leis de fronteira do país no qual pretende ingressar.” (PISCITELLI e VASCONCELOS, 2008, p. 22).

Antes de partir para o próximo tópico, vale fazer uma última ressalva em relação ao Estatuto do Estrangeiro, documento que determina as diretrizes gerais sobre a situação do migrante no Brasil. O texto foi redigido em 1980, no período da ditadura militar, em um momento em que o problema da segurança nacional aparecia como prioritário, estando acima dos direitos dos trabalhadores migrantes que, por exemplo, são impedidos de formar agremiações políticas por supostamente apresentarem risco à soberania nacional. Esse documento entra em conflito com os protocolos internacionais e serve como instrumento para mitigar ou bloquear o acesso de migrantes (documentados ou não) a seus direitos. O Estatuto do Estrangeiro, em seu artigo 48, dá brecha para que se negue educação para crianças sem documentos brasileiros, o que, segundo Magalhães (2010)

entra em conflito com a Constituição Brasileira de 1988, que garante o acesso universal à educação¹¹⁷.

Há alguns projetos que tramitam atualmente nas casas legislativas federais que buscam um novo marco regulatório para a migração¹¹⁸. Há, ainda, acordos bilaterais que facilitam a regularização. O mais conhecido é Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile¹¹⁹, que possibilita a regularização dos migrantes dos Países-Membros (Paraguai, Uruguai, Argentina e Venezuela), além de Chilenos, Bolivianos e Colombianos. O acordo modifica o processo de regularização migratória, o que possibilita que algumas populações contornem o anacrônico Estatuto do Estrangeiro¹²⁰.

Neste tópico, buscou-se, em linhas gerais, apresentar os principais marcos jurídico-legais que tratam de migração, tráfico de pessoas e trabalho escravo. Há diversas pesquisas em áreas distintas que se dedicam exclusivamente a essas questões. Aqui, o interesse foi simplesmente situar de forma panorâmica o debate em relação ao tema. Buscou-se evidenciar que os encaminhamentos do combate e erradicação do trabalho análogo ao de escravo ocorrem amparados numa série de dispositivos transnacionais. Trata-se de um emaranhado de leis, códigos, acordos e convenções que podem ser articulados pelos operadores do direito, servidores públicos, ONGs e mesmo empresas, no sentido de respaldar as políticas e condutas adotadas. Só é possível compreender as ações empreendidas no país, quando se tem como referencial as forças que operam para além dos limites nacionais. Aqui, a discussão do nacionalismo metodológico é essencial. Pois, para entender os mecanismos de erradicação e combate às práticas análogas ao de trabalho escravo, é necessário pensar a circulação de informações, códigos e leis a partir

¹¹⁷ “Art. 48. Salvo o disposto no § 1º do artigo 21, a admissão de estrangeiro a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado (art. 30). (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em: 17/02/2013.

¹¹⁸ Em 25/07/2013 ocorreu a primeira reunião do grupo, constituído no âmbito do Ministério da Justiça, que tem como proposta apresentar um anteprojeto de lei para reformular o Estatuto do Estrangeiro. A comissão é composta por especialistas, sendo a maior parte de seus representantes ligados à defesa dos direitos dos migrantes, o que leva a sugerir que as forças políticas nos últimos anos no Brasil, diferentemente do que vem ocorrendo na Europa e nos EUA, tendem a estender direitos aos migrantes, facilitando a fixação de trabalhadores transnacionais no país. Disponível em: <http://www.rotajuridica.com.br/index.php/destaques/item/6353-minist%C3%A9rio-da-justi%C3%A7a-muda-regras-na-lei-de-migra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07/08/2013.

¹¹⁹ Promulgado pelo decreto nº 6.975, de 7 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm. Acesso em: 25/07/2013.

¹²⁰ O CDHIC divulgou em dezembro de 2011 um estudo sobre a situação da legislação migratória brasileira, o “Informe sobre a legislação migratória e a realidade dos imigrantes no Brasil”. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/260091-BRASIL-INFORME-SOBRE-A-LEGISLACAO-MIGRATORIA-E-A-REALIDADE-DOS-IMIGRANTES/>. Acesso em: 10/07/2012. Também em 2011, a Scalabrini international Migration Network publicou importante documento que compila as políticas públicas, leis e marcos regulatórios que tratam da migração no Brasil, na Argentina, na Colômbia e no México. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/LasPoliticasPublicasSobreMigraciones.pdf>. Acesso em: 14/02/2013. Ambas publicações dedicam-se pormenorizadamente a analisar os teores dessas políticas recentes.

de uma perspectiva que não se encerra nos limites do que é formatado internamente no país. É preciso inserir o debate num campo global de formulação política, no qual são desenvolvidos os mecanismos de proteção do trabalhador, do refugiado ou do migrante. Mecanismos esses que, em geral, ao serem criados, engendram novas clivagens, deslocando a proteção, estendendo a alguns e expondo outros.

2.3.2 Algumas trajetórias dos migrantes e as representações sobre o trabalho escravo

Neste tópico, buscaremos evidenciar as palavras dos migrantes da costura. Em nosso trabalho de campo com os costureiros migrantes, muito frequentemente eles se posicionaram contrários à ideia de que houvesse trabalho escravo na cadeia em que se inseriam. A maior parte dos relatos colhidos vem no sentido de afirmar que o que existiria seriam pessoas esforçadas que trabalhavam intensamente e extensivamente como estratégia de acumulação e de ascensão social. No entanto, outros afirmavam terem sido eles mesmos escravizados, tendo uma experiência de privações, enredados em dívidas das quais não conseguiam se desfazer.

O relato abaixo é o de Alcina, uma boliviana dona de oficina. Sua fala foi transcrita anteriormente quando falávamos da lógica da produção nas oficinas subcontratadas. Alcina, como todos os donos de oficinas, negocia prazos e condições para a entrega do serviço. Ela frisa que é a dinâmica do setor que faz com que os migrantes desempenhem longas e extensas jornadas. Relata que os migrantes se adaptaram ao modo pelo qual é ativada a produção nas oficinas, de forma exacerbadamente sazonal, em que há período do ano em que o trabalho é intensíssimo e outros de ociosidade. Alcina relatou uma negociação com a coreana demandante de serviço. Além dos valores e do tempo para a entrega, ela negociava um churrasco que deveria ser oferecido pela coreana, quando o prazo era muito curto e necessitava de jornadas no final de semana. Alcina relata que o ritmo de trabalho é ditado pelas encomendas e que quem se dedica à costura deve *aproveitar* o período das demandas.

É por isso [sazonalidade] que tem que trabalhar sábado e domingo, *não porque a gente é escravo, é porque compensa. Você ganha um pouquinho mais, em compensação se alimenta melhor no domingo. Agora, isso compensa porque janeiro e fevereiro você pode ficar sem trabalhar uma semana, porque você já trabalhou sábado e domingo nos outros meses que tem pedido, então fica descansando como se fossem férias. Então um trabalho compensa pelo outro. É assim o nosso trabalho. Agora tem pessoa que fala “está trabalhando*

sábado e domingo, coitado, não sai, é escravo”. Não é que a gente não saia, é que é esse o tipo de serviço que a gente faz. (...) Para decidir quem ia trabalhar no final de semana, eu chamava os costureiros. “Tem esse serviço aqui para entregar segunda-feira. Quem quiser trabalhar vai para cá, quem não quiser trabalhar passa para lá”. Porque os preços e as vantagens por trabalhar no domingo são essas: o preço é um pouquinho mais, vai ter churrasco, quem não trabalhar não vai ter direito a isso. Não é justo? A maioria falava “eu vou”, só ficava um ou dois, as pessoas que namoravam na época “ah... não eu preciso sair”. As pessoas saiam, chegavam só no domingo de noite e o resto trabalhava. Então trabalha, porque só dá para aproveitar quando tem [encomenda]. Quando não tem, a gente descansa sossegado sabendo que aproveitou, agora como é que eu vou descansar tranquila sabendo que eu não aproveitei? Então é assim que funciona.

O relato de Alcina expressa que não se deveria definir o trabalho escravo em função do tamanho e intensidade da jornada. Ela conclui que se os costureiros trabalham sem folga, é porque *compensa*. Para Alcina, o *compensar* da jornada extensa nesse período refere-se justamente ao modo como o setor se estrutura. O migrante da costura precisa necessariamente se dispor ao trabalho intenso no período em que há demanda, pois no restante do ano as encomendas são intermitentes. É a entrada no circuito das encomendas que define as jornadas, o ritmo e a intensidade de trabalho. A principal causa do crescimento da presença de migrantes no setor é devido ao fato de eles se disporem a trabalhar intensamente em alguns períodos do ano, quando a demanda é alta e se virarem nos períodos de baixa – momento em que frequentemente costumam retornar aos locais de origem.

Em outro momento da entrevista, Alcina diz que havia trabalho escravo nas oficinas quando os empregadores eram coreanos. Mas, no momento atual, em que praticamente não há mais coreanos donos de oficinas e que os migrantes da costura são, eles mesmos, os donos das pequenas fábricas, não se poderia falar em trabalho escravo, mas em muito trabalho, uma vez que não existiria mais a restrição de liberdade.

Quando eu trabalhava na oficina de coreano, às vezes a gente virava a noite, era sábado e daí no domingo a gente descansava o dia inteiro, mas sempre de porta trancada. Eu me lembro que a coreana abria a porta, uma portinha assim, a porta tinha uma janelinha que abre. Ela batia, a gente abria e ela passava leite e pão por aí. Ela sempre deixava a porta trancada com chave, porque ela morava em outra casa por aí perto. Então, eu acho que na época poderia ser chamado de trabalho escravo, agora do jeito que a gente trabalha aqui, pelo menos do meu jeito, não é trabalho escravo. Tanto é que aqui eles trabalham, entram às oito horas da manhã, eles têm hora de almoço, de

manhã já tem hora do café, às vezes faz meia-hora, ninguém põe horário para isso. Só põe horário para a hora do almoço. A noite eles jantam, às oito horas, e quando tem bastante serviço eles trabalham até dez horas. Que nem agora, eles não estão trabalhando, tem gente que está dormindo, por quê? Porque não tem serviço, esse ano está um pouco fraco. (...) O que acontece é que há discriminação com as oficinas bolivianas. A notícia que sempre rola diz que “ah... boliviano de tal estava trabalhando de escravo”, mas e aquela brasileira que eu conheço que tem aquela oficina de costura e trabalha até tarde... Eu sei que trabalha também até às dez horas da noite? Agora e aquelas brasileiras que eu conheço também e que são bordadoras e que trabalham até de madrugada? Elas não são escravas?

O relato de Alcina evidencia a oscilação do mercado ao longo do ano e o fato de o tempo estipulado para a confecção das roupas ditar a intensidade do trabalho nas oficinas. Para ela, praticamente não há trabalho no período de baixa, no primeiro trimestre do ano e em junho/julho, após os dias das mães. O setor volta a ficar aquecido nos meses que antecedem o final do ano: de agosto até meados de dezembro. É justamente nesse período que os migrantes da costura desempenham as maiores jornadas de trabalho, muitas vezes chegando a 16 ou até mesmo 18 horas diárias, de domingo a domingo, sem folga aos finais de semana. Os migrantes entrevistados informam que são nesses períodos que, trabalhando por produção, eles conseguem juntar o dinheiro que lhes vai garantir o ano. Ainda, seguindo as palavras da entrevistada, percebe-se como a gestão do tempo de trabalho e o da vida do trabalhador acabam por se confundir no ambiente da oficina. A oficinista apresenta o cronograma e a definição dos horários de trabalho dos costureiros. A vida particular dos trabalhadores e a dinâmica do trabalho na oficina se confundem, os donos das oficinas apresentam bastante poder para ditar esses ritmos.

Chegando ao final da conversa, Alcina diz conhecer alguns patrícios seus que traziam trabalhadores da Bolívia, eles vinham pelo Paraguai, onde a fiscalização é menor e há a possibilidade de trazer adolescentes. Os donos das oficinas que traziam os trabalhadores firmavam um *contrato informal*, no qual deveria ser garantida a fidelidade de, em média, um ano de serviço. Alcina diz que o serviço era remunerado pelo período do *contrato*, no entanto o patrão retinha o pagamento e só o efetivava após o término da combinação. Ao se estabelecer esse tipo de relação, em que a forma de trabalho se torna imobilizada, o dono da oficina estaria em condições privilegiadas para definir os valores, as condições e os ritmos de trabalho. Neste momento, Alcina cintraia o que tinha dito anteriormente, quando afirmara que não havia escravidão entre os bolivianos.

Lá na Bolívia mesmo tem muita gente que sai no jornal também, os bolivianos mesmos escravizam os bolivianos, mas não são todos. Eu ouvi falar de bolivianos que pegam da Bolívia 20 ou 30 pessoas e faz contrato lá na Bolívia, com garantia de uma casa, dos que estão vindo para cá, daí eles tem que continuar trabalhando com eles, trabalham dois ou três anos assim na mesma casa, no mínimo um ano. Eles recebem, é claro, mas eles só recebem quando vão embora. Quando termina o contrato. Eu já conheci pessoas que trabalharam desse jeito.

Mas e se quiserem sair mais cedo? Mudar de oficina?

Não podem. Aí perdem tudo. Isso está errado. Isso está muito errado. Conheci uma pessoa que trabalhou. (...) Uma mocinha que eu conheci que trabalhou numa oficina lá na Casa Verde. Só que ela saiu antes, ela apanhou da mulher porque decidiu sair. Apanhou, tiraram as roupas dela e os documentos, mas ela saiu fugida só com a roupa do corpo.

Virna, outra boliviana também dona de oficina, produzia para a confecção intermediária que repassava para a Zara e foi fiscalizada pelo MTE (os auditores lavraram autos de infração apontando que os trabalhadores – tanto os costureiros como a dona da oficina – estavam reduzidos a condições análogas à de escravo). Ela comenta a ação dos auditores fiscais e sua compreensão sobre trabalho escravo. Como se observa, para Virna, a definição do que é trabalho escravo, conforme lhe explicou o auditor fiscal, é resumida à ideia das longas jornadas de trabalho.

(...) Eu já entendi o que eles chamam aqui de trabalho escravo. Todos nós nos submetemos a isso porque nós recebemos muito pouco das empresas. Assim, com esse valor que a gente recebe não dá para trabalhar só oito horas e produzir o suficiente. Como vou sobreviver? Nós mesmos somos obrigados a trabalhar mais para ganhar mais.

O auditor fiscal do trabalho nos disse que tinha explicado toda a situação do que é trabalho escravo, conforme a lei, e que você concordava com a lei brasileira que define o trabalho escravo.

Eu entendo, mas porque é chamado trabalho escravo? Eu não sou escravo. Eu me submeto a ser escravo por causa das horas que eu trabalho, porque eu preciso, porque pagam pouco por peça. O Cami foi lá e disse que nós somos escravos. Não somos escravos, nós somos gente que quer trabalhar. Nós somos gente que trabalha!

Nos dois casos, percebem-se como os migrantes frisam o fato de serem trabalhadores muito esforçados, isto vem no sentido de se contrapor à ideia de uma total

objetivação e assujeitamento no processo de trabalho. No caso de Virna, de forma ainda mais forte, ela expressa que os trabalhadores são *gente*, esta ideia se contrapõe exatamente à ideia de que seriam animais ou objetos, seres ou coisas sem subjetividade alguma.

Freire, em sua pesquisa de campo com migrantes bolivianos, colheu um relato bastante claro de como seu interlocutor negava a discussão que relacionava os bolivianos à ideia de trabalho escravo. Não se tratava de negar a exploração, mas enfatizar que a presença desses migrantes em São Paulo vai muito além da definição redutora de suas experiências em São Paulo. A noção de trabalho escravo para este migrante se relaciona à definição antiga de escravidão. Em oposição a um discurso *assujeitador*, que cria e marca estigmas – com uma série de consequências deletérias –, que olha o migrante apenas como vítima e não como protagonista de sua história, ele afirma.

(...) você quer fazer um trabalho sobre a Bolívia, sobre a cultura boliviana, sobre a nossa comunidade? Se você quer falar sobre escravidão não tenho nada a dizer. Nós não temos bolas amarradas em nossos pés.

Gabriel, outro costureiro entrevistado¹²¹, relata a situação a que foi submetido. Gabriel tinha 28 anos e estava no Brasil há sete. Ele veio ao país após ouvir o anúncio na Rádio Esplendor, em La Paz, que ofertava trabalho em diversos países, como no Brasil, Argentina, Espanha, dentre outros. Prometia-se 200 dólares por mês para o costureiro recém-chegado em São Paulo e que, em pouco tempo, poderia receber 500 dólares mensais (esses valores se referem a quando Gabriel veio ao Brasil, em 2001). Gabriel resolveu, então, vir com sua esposa para São Paulo, onde se vislumbrava a possibilidade de acumular algumas reservas. A viagem para o Brasil foi toda organizada pelos donos das oficinas responsáveis pela excursão de migrantes para a RMSP; eles iriam dividir os custos do transporte e a alocação dos costureiros em suas oficinas assim que chegassem à cidade. No ônibus vieram 30 bolivianos: 27 costureiros e três donos das oficinas. Em La Paz, o dono da oficina e o costureiro firmaram um acordo oral no qual havia duas cláusulas: 1 – o costureiro deve pagar a dívida do transporte, que seria descontado pelo trabalho; 2 – o costureiro deveria dar fidelidade de um ano para o empregador, após cumprido esse prazo, ele estaria livre para buscar outros postos de trabalho. Como garantia do acordo, o dono da oficina retinha os documentos do costureiro.

¹²¹ Esta entrevista ocorreu em março de 2008, foi realizada por mim e Siobhán McGrath, à época ela fazia o trabalho de campo de seu doutorado no Brasil e eu era o seu auxiliar de pesquisa.

Eu fui trazido por uma pessoa que eu não conhecia, um boliviano. Como, aliás, a maioria das pessoas que chega aqui faz. (...) Eu fui superexplorado por um tempo mais ou menos de quatro meses. Não tinha liberdade para sair à rua, a porta ficava sempre fechada. Eu devia um montante de 120 a 150 dólares pela passagem, daí eu tinha que pagar essa dívida e depois podia sair. (...) A gente [o grupo de migrantes que veio com ele, em torno de 12] trabalhava de seis da manhã até umas quatro da manhã, duas da manhã, de segunda a segunda. Era uma coisa triste mesmo. Mas, na época, eu não sabia que aquilo não podia. (...). Eles ficavam com os documentos porque eu estava devendo muito. E aí não dava para escapar sem documentos, se saíssemos a Polícia e os delegados poderiam nos expulsar da fronteira. Na verdade, não sabíamos, podia ser que sim ou que não. Mas pensávamos sempre pelo pior. Antes de vir nos disseram, na Bolívia, que um boliviano sem documentos havia sido morto pelo polícia.

Você disse que tinha um contrato firmado na Bolívia, o contrato era trabalhar um ano para quitar a dívida?

Não. Para quitar só o contrato mesmo, não para pagar a dívida. Como foi ele que trouxe, antes de eu poder mudar, eu tinha que trabalhar nessa casa por um ano, mesmo que pagasse a dívida. Esse era o contrato, mas no papel não existia, existia só na conversa. Documentos também, depois de pagar tudo, eles davam de volta. Eu tinha dois documentos, um era o RG e o outro o do serviço militar. Um documento eles devolveriam quando terminasse o contrato e o outro quando eu quitasse toda a dívida. Primeiro mês eles não pagaram nada, diziam que estávamos aprendendo, eu não sabia costurar, eu realmente estava aprendendo, eu não sabia o que era a máquina, mas eu dizia que sabia costurar. Pois sabia manejar a máquina doméstica. Logo aprendi a mexer com a máquina industrial. No primeiro mês foi teste, não ganhávamos nada. Depois ganhávamos mais ou menos 80 reais. Pouco a pouco foi subindo. Nessa oficina, o máximo que cheguei a receber foi mais ou menos 220 reais, trabalhando de segunda a segunda [em 2001].

E você ficou quanto tempo lá até pagar a dívida?

Quatro meses. Mas eu não paguei a dívida, eu fugi. Deixei tudo. Saí com minha jaqueta, vesti umas duas roupas, duas camisetas e saí. Normal. Eu tinha um radinho que tinha comprado por uns 300 bolivianos, levei ele e só isso. Deixei tênis e outras coisas. (...) Depois de oito ou doze meses eu voltei na casa e recuperei meus documentos. Eu fui na casa e falei que eles tinham que dar os meus documentos, se não eu iria denunciar, eu já sabia que a Polícia não poderia me prender. E ela falou para mim “não, você tem que reconhecer o que eu fiz por você, você tem que me agradecer”. Eu disse “não, você me explorou”. Houve uma discussão e ela chorou. Era uma mulher e não um homem, ela morava com um outro rapaz que não era marido dela, tinha uns cinco filhos, tinha irmãos, mãe... estava cheia de problemas. Daí eu fiquei um pouco triste também, porque ela chorou, por causa da necessidade dela. Ela mostrou tristeza. Foi graças a ela que eu estou aqui, então eu dei entre 100 e 150 reais para que me devolvesse os documentos, assim ficava tudo certo.

Gabriel relata como foi difícil a sua chegada e inserção no mercado de trabalho em São Paulo. Num primeiro momento, teve seus documentos confiscados e trabalhava longuíssimas jornadas sem descanso. Este caso configura todos os aspectos necessários para a caracterização de redução do trabalhador à condição análoga à de escravo, conforme constam nos documentos do MTE. Tem-se a servidão por dívida, retenção de documentos, jornadas exaustivas e ameaça psicológica. Por mais que Gabriel tivesse sido superexplorado, como ele mesmo diz, o costureiro concluiu que deveria arcar com as dívidas supostamente contraídas, uma vez que os donos das oficinas foram quem pagaram a passagem da Bolívia para São Paulo. Além disso, ele tinha rompido o *contrato* de fidelidade, pois não ficou no trabalho pelo período de um ano, como havia sido combinado. Em tom de indignação e quase escárnio em relação à própria trajetória, Gabriel relata o périplo traçado em diferentes locais de trabalho nos três primeiros anos em São Paulo. Trabalhando intensamente em diversas oficinas, ele acumulou apenas 400 dólares em três anos de trabalho. No grupo focal realizado¹²² com diversos migrantes, dentre os quais Gabriel, todos os donos de oficina frisavam que os trabalhadores não podem ser ingratos e que as dívidas devem ser cumpridas. Afirmava-se que os oficinistas ajudam os migrantes ao trazerem os compatriotas para o Brasil. Assim, deve haver fidelidade. A informação se aproxima do que o Pe. Sidney Silva (1997) identificou em seu trabalho de campo nos anos 1990.

Os gastos da viagem geralmente são pagos pelo empregador, uma vez que a maioria deles não tem a quantia de US\$ 150 dólares necessários para a viagem. Assim sendo, inicia-se na Bolívia um processo de endividamento e dependência em que o empregador cobre as despesas da viagem e documentação, cujos gastos adquirem o caráter de favor e ao mesmo tempo permanecem como um débito que fica pendente, que são descontados pouco a pouco, ou quando o empregado decide mudar de emprego. (...) Dessa forma, cria-se uma relação de dependência entre o empregador e o empregado, do qual se exige **fidelidade**, pelo menos por um ano, posto que este lhe deve um favor por tê-lo trazido ao Brasil e lhe dado emprego. (SILVA, 1997, p. 121)

Em outro momento, Gabriel analisa a especificidade do chamado trabalho escravo dos migrantes. É impossível ao migrante admitir uma dominação total, um processo de subjetivação que o torne coisa, tal como a ideia de trabalho escravo alude. A subordinação nunca é total e, por conta disso, sempre haverá receio em se admitir enquanto escravo, justamente porque essa noção remete ao passado escravista, no qual as pessoas eram

¹²² A entrevista e o grupo focal foram realizadas em parceria com Sibhán McGrath no primeiro semestre de 2008.

tidas como mercadorias negociáveis. De todo modo, isso tampouco quer dizer que no passado houvesse uma subordinação total, ainda assim havia negociação e margens para disputa dos escravos.

Eu creio que na verdade nós não fomos escravos, escravos de outros, mas escravo do trabalho. É diferente. É diferente ser escravo do patrão e ser escravo do trabalho. Hoje em dia somos escravos do trabalho, por que é assim? Porque os coreanos pagam pouco e nós, para tirarmos um pouco mais, temos que forçar mais, por isso é que somos escravos do trabalho.

Gabriel analisa que eles não são escravos à moda antiga, propriedade de seus patrões, mas são escravos do trabalho, isto é, se subordinam a jornadas e condições extensas devido ao modo que se organizou o setor: em que a subcontratação torna os trabalhadores concorrentes entre si e, por isso, precarizam cada vez mais as condições de trabalho e os valores acordados para a remuneração do serviço.

A forma de organização produtiva do setor faz com que diminuam as chances de organização dos trabalhadores para a reivindicação de melhores condições de trabalho e de remuneração. Trata-se da falência da organização sindical dos costureiros e dos donos de oficinas subcontratadas. Deixa de haver valores e salários acordados em convenções entre as entidades de classe de patrões e empregados. A negociação passa a ocorrer entre os donos de oficinas e os demandantes de serviço, os trabalhadores se tornam pequenos empresários. Desse modo, os donos de oficinas tornam-se concorrentes e os trabalhadores não têm uma identidade com o seu posto de trabalho que possibilite a organização sindical em torno de uma ideia de solidariedade de classe, de congregação de interesses. O interesse médio do trabalhador da oficina é conseguir os recursos necessários para se transformar em empreendedor e se tornar o dono da própria oficina de costura, ou, então, investir os recursos na sua localidade de origem ou no Brasil. A sindicalização e a luta pelos interesses coletivos saem do horizonte de possibilidades. Por outro lado, uma identidade coletiva que busque agregar os migrantes é visualizada a partir da possibilidade da constituição de cooperativas que visem contornar o modo de distribuição das mercadorias produzidas, tendo em vista que o maior problema deste setor se refere aos mecanismos de distribuição, de realização do valor gerado no processo produtivo. As cooperativas para a venda ou a constituição de feiras dos próprios migrantes são os principais mecanismos que os agregam em torno de um projeto coletivo. Não se trata de cooperativas para a produção, mas cooperativas que viabilizem a venda, a

distribuição, a circulação das mercadorias. De todo modo, esses projetos ainda ocorrem de forma muito incipiente.

Marisa¹²³, outra boliviana, diz ter sido escravizada. Nascida em 1969 em La Paz, veio ao Brasil pela primeira vez em 1997 para tentar acumular recursos para pagar o tratamento de saúde de sua mãe, que se encontrava em situação crítica. Segundo informou, uma prima¹²⁴ a trouxe com mais 15 pessoas. Marisa estava sendo processada por uma ex-funcionária brasileira, ela tinha uma dívida altíssima para pagar referente a encargos trabalhistas. O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos estava prestando assessoria à migrante em busca de um acordo, tratava-se de transferir a responsabilidade pela relação trabalhista à confecção que havia contratado a oficina de Marisa.

Na época, minha prima trouxe 16 pessoas. E, na verdade, não foi tudo o que ela prometeu. Chegamos aqui em uma época em que os bolivianos escravizavam os mesmos bolivianos. Chegamos aqui e tínhamos que trabalhar jornadas muito duras. A gente não podia sair. Foi muito duro. A gente trabalhava e era muito pesado, eles não deixavam a gente dormir se a gente não terminasse o serviço, tinha que ficar a noite toda trabalhando. Não parávamos de trabalhar. Estávamos aprendendo e o cara escravizava a gente. (...) Eu fiquei nessa oficina mais ou menos uns dois meses. A gente dormia uma ou duas horas, trabalhava até o meio-dia, descansava na hora do almoço só e já voltava. A gente ficava muito cansada. Era uma oficina na Casa Verde, nessa época a gente não saía, não ia nem para a esquina. O dono, que era boliviano, metia medo na gente dizendo que não podíamos sair à rua, que era perigoso, porque teriam policiais e que se pegassem a gente a polícia mandaria de volta para a Bolívia.

Sua prima veio da Bolívia para trazer você?

Isso. Ela prometeu muitas coisas boas, mas quando a gente chegou aqui era tudo mentira, tanto o salário como o tratamento. Tudo que ela prometeu era mentira. A gente ficou em um quarto precário, sujo, oito meninas em um quarto. Em outro quarto tinham meninos, oito também. Eram dezesseis pessoas. A gente trabalhava assim como escravidão. Eram todos obrigados a trabalhar. (...) Ficamos aí nove meses. Eu era quem reclamava mais, era a mais velha das meninas. Eu dizia que a gente não conhecia salário, que a gente não conhecia dinheiro brasileiro, perguntava quando ele [o dono da oficina] ia acertar as contas conosco. Eu pegava no pé dele. Ele começou a xingar, a gritar com a gente. Ele me deve muito, até hoje [novembro de 2011]. A gente não sabia quanto que a gente devia, ele não falava. Porque é verdade, ele

¹²³ Entrevista realizada em parceria com Fabien Laffont em novembro de 2011. Esta entrevista, de todas que realizamos em campo, foi a mais tensa. A entrevistada em vários momentos se emocionou e chegou a chorar ao contar a sua trajetória. Quando foi entrevistada, Marisa tinha alguns hematomas no braço. Relatou que passava por graves problemas devido às agressões do ex-marido, que estava proibido pela justiça de se aproximar a menos de 10 metros, mesmo assim ele seguia agredindo-a.

¹²⁴ Marisa remete ao que Xavier (2009) define como concepção de família ampliada. Um conjunto de relações de parentesco, de forma ampliada, pelo qual o fluxo migratório de bolivianos para São Paulo costuma se realizar. São parentes, nem sempre muito próximos, que tratam de angariar e trazer os conterrâneos para São Paulo.

pagou tudo mesmo para a gente vir da Bolívia para cá. Pagaram as passagens, os passaportes para entrar no Brasil também. Eles deram dinheiro para a polícia em Corumbá, na entrada do Brasil, para deixar a gente entrar, porque a maioria era menor de idade e estava sem documentos. (...)

Isso em 1997, você sabe se hoje ainda tem esquemas com os policiais?

Claro que tem. Porque tem tantos bolivianos jovens vindo para cá. Isso já é rotina, porque tem meninas aí que estão chegando e que têm problemas de documentação, elas não param de chegar. Tem um contato lá, tem um contato de alguém que trabalha com a Receita ou a Polícia Federal e que faz passar o visto e tudo. Isso tem ainda hoje.

Em Corumbá eles fizeram carnê de vacina, pegaram foto e tudo?

Foto não, eles fizeram o carnê de vacina, a documentação, o passaporte e arrumaram as passagens. Daí a gente conseguiu entrar.

Eles falaram quanto pagaram para fazer isso?

Na época, quando estava na casa trabalhando, o dono da oficina falou que tinha pagado 170 reais para passagem pela fronteira, depois mais de 300 reais de ônibus, depois o passaporte e carnê de vacina. No total, eles disseram que a gente devia uns 1.500 reais para vir para cá. Na época, eles prometeram que iam pagar 600 para nós por mês, então pensei que em dois meses e pouco de trabalho a gente já teria pago a dívida. A gente dizia que ele tinha a obrigação de pagar, porque a gente tinha necessidade. Mas, assim, ele cobrava tudo que a gente consumia, tipo papel higiênico, xampu, pasta de dente. Eu tinha vontade, por exemplo, de tomar uma Coca Cola, mas eu não podia, porque eu não tinha dinheiro.

Você ficou lá por nove meses? Como foi quando você saiu?

A gente fugiu de lá, nós, os 16 funcionário fugimos todos juntos.

Como vocês decidiram isso?

Foi engraçado... Agora, do jeito que a gente lembra. Eles tinham o compromisso de um casamento. A irmã de um deles ia se casar, parece que iam sair na quinta e voltariam só na segunda, iam ao casamento. Então, a gente tinha cinco dias para fugir. Eu falava para os meninos que se a gente quisesse fugir, tinha que ser naquele momento, porque a gente iria continuar sendo escravizado. Mais e mais ainda, tinha uma menina que era cozinheira, que trabalhava com eles há mais de cinco anos e ela também dizia que não conhecia dinheiro. Então, eu dizia, se ela está há cinco anos aqui e não conhece dinheiro, a gente vai ficar a mesma coisa aqui. Entendeu? A gente tinha que fugir. Só que só tinha uma janela pequena, que era de metal. A gente começou a cavar na janela, começamos a amarrar os lençóis, porque a gente estava no terceiro andar de uma casa. A gente fugiu pelos lençóis. A porta sempre ficava trancada. Não dava para arrombar, era de metal e grossa.

Ele tinha arma, vocês eram ameaçadas?

Nunca vi arma não. Só que era muito grosso. Xingava a gente todo o tempo. Ele não conversava, ele só gritava com a gente. Era muito ruim. Os meninos, que eram menores, ficavam com medo dele. Eu dizia que não era para ter medo, porque a gente só estava trabalhando. (...) Quando a gente fugiu a gente não tinha documento, nem nada. A gente pegou as mochilas que a gente trouxe. A gente pegou duas ou três mudas de roupa, porque se a gente tinha que caminhar, a gente não sabia, não dava para levar muita coisa. A única coisa que a gente sabia é que tinha um lugar em que se estabeleciam os bolivianos, que é no centro, no Pari. Que era a feira dos bolivianos. A gente tinha essas referências. A gente fugiu na sexta-feira, a gente achou que a feira dos bolivianos fosse o dia todo, né? Mas não era. Chegamos aí, pegamos um táxi, a gente disse que estava fugindo, na época eu não falava direito. Esse táxi mandou chamar outro, três táxis levaram a gente ao Pari, à Igreja. Só sei que quando chegamos lá, estava tudo vazio, chegamos na praça. Os motoristas disseram que a feira era lá, mas que só começava no outro dia. Então, a gente ficou dois dias na rua, dormindo na rua. A gente pedia comida. A gente fugiu sexta, chegamos à praça na sexta, chegamos umas 22h da noite. Dormimos na rua, só com papelão. No sábado, a gente lavou louça para conseguir comida. Depois a gente dormiu embaixo da ponte nesta noite. No domingo teve a feira. Daí tinha muito boliviano procurando funcionário. Os 16 que tinham saído dali conseguiram serviços bons, com novos patrões. Que pagavam salário bom.

Você nunca mais viu o dono daquela oficina?

Não. Porque a gente não conhecia. Entendeu? A gente chegou na Luz, eles levaram a gente para lá, a gente nem sabia onde estava. Só que sabíamos que era Casa Verde. Depois de muito tempo, só agora, que descobri que Casa Verde se classifica em Alta e Baixa, eu nem sabia. Então, não deu nem para voltar. A gente não pegou endereço. A gente não sabia nem o nome e nem o número da rua.

E essas outras 16 pessoas? Você mantém contato com elas?

Sim. A gente sempre se encontra. A gente se encontra nos eventos do seis de agosto no Memorial da América Latina, que tem a peça dos bolivianos. A gente sempre se vê. Todos são agora oficinistas, uns tiveram sorte e já tem carro e casa, estão bem de vida aqui. Porque aqui tem trabalho, o Brasil é um país que dá muita chance ao estrangeiro. Quem sabe trabalhar, se dá bem. Quem não sabe, passa necessidade.

O relato de Marisa foi o mais difícil de colher. Ela contava uma desgraça após a outra, foram transcritas apenas os trechos que se relacionam à sua experiência de chegada a São Paulo, ao que ela definia como experiência de ser escravizada. Ela ainda conta de quando atropelaram seu filho, dos espancamentos do marido, da morte da mãe na Bolívia

que não teve atendimento médico adequado, dos processos trabalhistas que sofria, dos despejos que vivenciou por não conseguir pagar o aluguel, entre tantas outras coisas. Apesar de toda uma trajetória cheia de percalços, de ter sido submetida a condições precaríssimas de trabalho, Marisa avalia que em São Paulo há oportunidade de trabalho, diferentemente do que ocorreria em sua cidade de origem: “quem sabe trabalhar, se dá bem. Quem não sabe, passa necessidade”.

Como na trajetória de Gabriel, a experiência de Marisa também apresenta os elementos que possibilitariam a identificação de redução à condição análoga à de escravo, conforme o entendimento dos operadores do direito. Diferentemente do caso de Gabriel, as dívidas contraídas por ela não ficavam restritas ao custeio da passagem, mas se referiam ainda ao consumo de utensílios cotidianos, como papel higiênico, xampu e pasta de dente. Além de trabalho análogo ao de escravo, seria possível identificar o crime de tráfico de pessoas conforme define o Protocolo de Palermo. Os aliciadores de trabalhadores têm esquemas com os agentes do Estado responsáveis pela fiscalização das pessoas que entram no país. Nesse percurso, em que o migrante não satisfazia as condições mínimas para a entrada no país, em que foi necessária a realização de um *acordo* com os agentes na fronteira, os custos se tornaram ainda mais elevados e isso fez aumentar a dívida do trabalhador, agudizando a situação do costureiro.

As duas histórias se aproximam consideravelmente, pois ambos tinham fugido do primeiro local de trabalho, que era também a residência em que estavam, e conseguiram montar a própria oficina de costura anos depois. Outro aspecto possível de se identificar nos relatos é a importância dos espaços de referência dos migrantes na cidade. Marisa saiu da oficina sem nada, sem conhecimento nenhum da cidade, apenas sabia que havia uma feira (no Pari) em que os bolivianos se encontravam. Foi nesta localidade que ela e os demais costureiros conseguiram a oportunidade de outra inserção na cidade. Nesse ínterim, entre o período que fugiram da casa até o momento em que conseguiram outro trabalho, Marisa e os demais migrantes dormiram nas ruas. Não tinham outras referências na cidade. Este elemento é importante para demonstrar como é a oficina de costura que opera como dinamizadora da mobilidade, pois oferece, ao mesmo tempo, moradia, comida, trabalho e, em alguns casos, financia o transporte. Ao mesmo tempo, esses elementos engendram a situação de sujeição dos trabalhadores. A dívida contraída opera em dois sentidos: faz com que o migrante não saia do trabalho antes de quitá-la, pois, de fato, o empregador pagou a passagem, tem-se uma dívida financeira. Isto é, ele dispendeu recursos para financiar a mobilidade do migrante (na realidade, conforme a legislação, isso

é obrigação do empregador), mas aparece ao trabalhador como *favor* do patrão, assim ele se vê obrigado a pagar a falsa dívida contraída pelo custeio da passagem; além disso, forja-se outro débito, pois o fato de o dono da oficina ter trazido o migrante e *dado* comida e habitação engendra uma dívida moral, para além da financeira, que deve ser retribuída. Esses são mecanismos que auxiliam na fidelização do migrante ao dono da oficina.

Marisa conseguiu acumular recursos para montar sua própria célula produtiva após quatro anos da chegada ao Brasil, trabalhando intensamente em diversas oficinas. No entanto, segundo seu relato, os negócios nunca foram tão bem como o de outros migrantes que chegaram na mesma época. Ela diz que outros casais conseguiram progredir na vida, comprar casa e carro. No entanto, por conta do marido, que bebia compulsivamente todo dinheiro que acumulavam, foi impossibilitado o investimento que lhes deixasse em situação estabilizada. Desse modo, ela lamentava viver ainda de aluguel e não ter nenhuma posse em São Paulo ou na Bolívia. Marisa e seu marido chegaram a ter uma oficina relativamente grande, onde empregavam doze costureiros. Aos poucos, entre 2001 e 2009, eles conseguiram comprar as máquinas de costura, frequentemente usadas e em prestações, e assim foram expandindo o número de leitos e de funcionários da oficina. Os costureiros eram todos recrutados, pelo marido, na Praça Kantuta. Como ele tinha muitos problemas com a bebida e a espancava com frequência, ela tentou diversas vezes se separar, necessitava ter um trabalho autônomo em relação ao marido e iniciou seu próprio negócio¹²⁵.

Incentivada por uma coreana, em 2004, ela passou a fazer bordados, atividade preterida pelos bolivianos em São Paulo, conforme relatou. Entre 2004 e 2007, os bordados estavam na moda e ela conseguiu coordenar uma rede de 12 bordadeiras, das quais 10 eram brasileiras, que trabalhavam em suas respectivas casas. Nesse percurso, uma das brasileiras contratadas, Carol, resolveu requerer os direitos trabalhistas que haviam sido sonegados por Marisa. O caso estava em trâmite na justiça do trabalho.

Quando viemos aqui no Bom Retiro, o meu marido não deixava eu me meter no trabalho. Então, eu procurei outra forma de trabalhar, sem ser com ele. Um dia vi a plaquinha de que se precisava de moças para serviços manuais, fiquei curiosa, e fui lá. (...). Era serviço de bordar, eu comecei a fazer isso. A coreana que me dava serviço disse para eu pegar mais gente, porque tinha muito

¹²⁵ Entre as migrantes pesquisadas, foram inúmeras as histórias relatadas de violência contra a mulher. Em que pese a grande importância da questão, no âmbito desta pesquisa não será possível uma reflexão mais aprofundada sobre o tema das relações de gênero e as migrantes da costura. Táli Pires de Almeida defendeu recentemente a dissertação de mestrado intitulada "As migrantes sul-americanas em São Paulo: o trabalho feminino na construção de trajetórias transnacionais", pelo Prolam – USP. Seu trabalho trata da inserção de mulheres migrantes na indústria de confecções.

bordado para fazer. A gente fazia borboletas, maçãs, peras, bordávamos de tudo. E na época estavam na moda os bordados. Eu tinha uma vizinha que era brasileira, ela gostou do trabalho e trouxe a prima, que trouxe a cunhada, que trouxe a outra vizinha, e assim fui crescendo. No final tinham 10 brasileiras. A gente fazia assim, eu cobrava dois reais por serviço e dava a elas um real com o material e tudo. Eu ganhava 50 centavos por peça. (...) Isso foi de 2004 a 2006. Foi nessa época que a coreana estava *independentizando* [terceirizando] os profissionais. Em 2007 saiu de moda, não tinha mais. Daí as meninas que bordavam comigo pegavam no meu pé, elas queriam trabalho. Porque eu pagava à vista, eu pegava o serviço e pagava à vista. Chegava em casa e já pagava as meninas que trabalhavam comigo, pagava as porcentagens por peça. Foi assim, em 2007, 2008, 2009 já não tinha mais serviço. As meninas ficaram com muita raiva. Especialmente a Carol que me denunciou. (...) Eu pagava 500 reais para ela, porque aí ela não estava com fome e eu dizia a ela que eu só tinha condição de pagar isso para ela. Aí ela reclamava, dizia que se estivesse em outro lugar ela deveria receber no mínimo o salário base que era 580 e que como ela me ajudava, ela ficava em casa, me ajudava a fazer almoço, ela dizia que eu tinha que pagar mais. Eu dizia que não tinha condição de pagar mais. Eu dizia que se não estava bom para ela, ela poderia ir embora. Eu dizia que não estava obrigando ela a ficar e se ela não estivesse de acordo, poderia ir embora. Aí um dia ela pegou sua carteira e foi embora, isso em 2010. E daí, um ano depois ela entrou na Justiça, não entendo até hoje porque fez isso e porque tanto tempo depois. Agora já não quero saber mais de trabalhar com costura. Estou com um restaurante, mas não sei se vai dar certo. Estou com a ordem de despejo, não estou conseguindo pagar aluguel. Agora, estou fazendo marmitta para vender na Ferinha da Madrugada, mas ainda não sei se vai dar certo.

Quando você trabalhou com costura, você chegou a trabalhar para alguma empresa grande?

Sim. A Talita Kume¹²⁶ é grande. Aqui no Bom Retiro eles têm cinco lojas. No Brás tem mais três. Em outros lugares tem mais duas lojas. Ela é grande. Os cortes que a gente fazia eram acima de três mil peças. Era coreana a dona. O processo de trabalho que eu estou colocando agora é contra ela. Eu estou processando ela. Ela não pagava direito. Então, eu tive problema, me atrasei na entrega e eles descontaram muito. Então, naquela época, eu tinha que receber dois mil reais para pagar os funcionários, e eu não recebia dois mil, recebia 600, 700, o que dava para pagar o salário só de um funcionário. Trabalhar com judeu é melhor. Eles pagavam preços bons, são pontuais. A gente entregava, eles conferiam. Se tinha algum defeito, eles devolviam e já pagavam, os judeus pagavam toda semana. Com os coreanos era só a cada 15 dias. Se você atrasa, eles atrasavam mais uns 15, 30 dias para pagar.

Deve-se ressaltar como a questão dos direitos trabalhistas aparece na fala de Marisa. Ela dizia à sua funcionária que estava livre para procurar outros trabalhos, que não tinha condições de pagar mais e que se ela estava se submetendo àquela situação, é

¹²⁶ No dia 19 de junho de 2012, isto é, bem depois da realização da entrevista com Marisa, o MTE realizou fiscalizações, com a mesma equipe que fiscalizou a Zara, em oficinas que produziam para a confecção Talita Kume. O caso foi publicizado recentemente. Fonte: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/07/12/acompanhada-por-deputados-de-cpi-operacao-flagra-escravos-em-sao-paulo/> e <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=2089>. Acesso em: 12/07/2012.

porque concordava. Por isso, Marisa não entende porque Carol resolveu processá-la depois de um ano, sendo que haviam estabelecido um acordo e a brasileira estava livre para sair quando quisesse. Marisa tem dificuldade em compreender que as relações trabalhistas são protegidas pelo direito, que os trabalhadores não estão livres para se submeterem a quaisquer condições. Trata-se de direitos inalienáveis, independentemente de qualquer acordo firmado. O trabalhador sempre poderá judicializar o caso e, se as condições de trabalho não estiverem de acordo com a legislação, muito provavelmente ganhará a ação. Esse aspecto, ainda que apareça de forma tênue na fala de Marisa, revela como os migrantes da costura, de modo geral, não conseguem relacionar o trabalho desempenhado e as proteções sociais e trabalhistas amparadas pelo Estado. O trabalhador, nesse sentido, aparece como o único responsável por sua trajetória, senhor de si. Ele encarna a aposta neoliberal de que sua trajetória é livre, que quem se esforça encontra um lugar ao sol. Nesse sentido, quanto menos interferência do Estado, melhor.

No relato da trajetória de Marisa, recheada de percalços, a ex-oficinista apresenta diversas dificuldades que enfrentou para se inserir no mercado de trabalho paulistano: a experiência de ter sido *traficada* pela prima, as condições de trabalho quando chegou ao país, os conflitos com o marido, os litígios com a justiça brasileira, as relações estabelecidas com os demandantes de trabalho (o circuito das encomendas), enfim, uma trajetória que revela, em suas múltiplas facetas, a complexidade da inserção dos migrantes da costura no país. Por outro lado, é nítido que ela conseguiu constituir uma rede de amparo em São Paulo, seja acionando conterrâneos, se virando e fazendo marmita para vender na Feirinha da Madrugada, seja acionando o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos – local onde foi realizada a entrevista – que oferecia a ela suporte no processo judicial¹²⁷. No momento em que a entrevistamos, Marisa tinha acabado de montar um restaurante de comida boliviana e pretendia vender marmitas na Feirinha da Madrugada do Brás. Afinal, no Brasil, “quem sabe trabalhar, se dá bem”.

O último relato é o de Lucas, migrante paraguaio que chegou em São Paulo em 2004, com 18 anos, para trabalhar em oficina de costura de coreanos. Lucas nasceu em Luque, uma pequena cidade nos arredores de Assunção, estudou no Paraguai até completar o equivalente ao Ensino Médio. Sem horizontes de inserção profissional, ele descobriu a possibilidade de vir trabalhar no ramo da costura em São Paulo; o primo de um amigo lhe contou que seria um trabalho intenso, mas que as refeições e a moradia

¹²⁷ Conforme nos contou a advogada do Centro Gaspar Garcia, a assessoria jurídica da ONG auxiliava na defesa de Marisa. Buscavam acordo com a ex-funcionária para que ela retirasse o processo contra Marisa e, em conjunto, processassem a demandante dos serviços, a empresa Talita Kume.

eram garantidas pelo dono da oficina. Lucas viajou de ônibus até Cidade do Leste, no Paraguai, cruzou a fronteira a pé e, em solo brasileiro, rumou a São Paulo em um ônibus de sacoleiros. Começou a trabalhar imediatamente em uma oficina de coreanos, onde estavam empregados cerca de 10 trabalhadores, a maioria bolivianos. Depois, trabalhou em diversas oficinas até que, após iniciar um relacionamento com uma brasileira, decidiu investir em seus estudos e abandonar de vez o trabalho de costureiro. Em 2010, Lucas deixou de trabalhar definitivamente com costura, passou no vestibular para Relações Internacionais na UNIP, onde está prestes a terminar seu curso de graduação¹²⁸. Após trabalhar com costura, Lucas trabalhou em um portal de notícias, em uma ONG e, atualmente, no Consulado da Venezuela em São Paulo. Sua trajetória é bastante incomum dentre os percursos traçados por migrantes da costura. Lucas conseguiu ascender substantivamente através da formação universitária. Suas expectativas para o futuro passam ao largo de um projeto de investimento em uma oficina. O migrante problematizou o trabalho escravo entre os migrantes da costura e diferencia a situação dos paraguaios da dos bolivianos:

Os bolivianos conseguiram melhorar muito a situação deles, eles tiveram coragem de mostrar a situação. O trabalho escravo entre o boliviano e o paraguaio é diferente. Uma vez eu fui à Bolívia e vi. Na Bolívia eles recrutam as pessoas, em Santa Cruz eu vi, eles falam que não precisa de documentação, que vem sem problemas e ganham 500 dólares por mês. Por onde eles vem? Pelo Paraguai. Então, é uma rede. O boliviano chega aqui, o que ele faz? Ele trabalha das 7h da manhã até meia noite, daí ele tem que pagar a passagem. Têm caras que vem tão do interior que aceitam tudo, ficam de cabeça baixa. Tem muitas pessoas que vem e trabalham sem receber nada, só para pagar a passagem. Com os paraguaios não é assim. Primeiro, eles vêm por si próprios. Não tem agência que traz. Não têm ônibus que vem só com costureiro. Tem essa diferença. Os paraguaios caem nessa ideia de que se ganha de acordo com o que se produz. O coreano fala para o paraguaio que vai pagar X para o dono da oficina. O cara que está aqui há 10 anos tem carro, tem apartamento. Pessoa que nunca teve tênis bom, roupa, que nunca consumiu essas coisas, elas trabalham, veem que é possível melhorar e se esforçam mesmo. Assim, o cara aproveita do costureiro, não paga o que tem que pagar. Se o dono da oficina ganhou 10 reais por um serviço, ele fala para o costureiro que ganhou 7. Daí eles fazem a divisão que é a típica, divide tudo por três: uma parte de aluguel, outra de comida e outra que vai ser para o costureiro. É o que eles falam. Dizem ainda que não ficam com nada, que tem que trabalhar para pagar o dele. Mas e aqueles 30% que eles tiram por fora? A maior parte dos donos de oficina faz isso. Conheço gente que vai na igreja e reza, é Che Guevara no discurso e Pinochet na prática, é assim.

¹²⁸ O último contato estabelecido com Lucas foi em agosto de 2013. Ele está realizando o trabalho de conclusão de curso para concluir a graduação.

Diferentemente das trajetórias dos bolivianos, no caso dos paraguaios, como relata Lucas, não há o agenciamento do migrante para o trabalho de modo a constituir o tráfico de pessoas. Não se cria a situação de endividamento. Os migrantes paraguaios, em geral, chegam por conta própria, sem dívida com o contratante (podem ter dívidas com outros conhecidos), as passagens são mais baratas do que vir da Bolívia e tem ônibus direto (entre 150 e 200 reais), assim é mais incomum encontrar casos de *servidão por dívida* entre os paraguaios. Desse modo, Lucas afirma que o que se passa com seus conterrâneos é um modo de exploração do trabalho que não abarcaria exatamente os mesmos aspectos que caracterizam o trabalho escravo. Seriam enganações referentes aos pagamentos, pequenos modos de burlar o padrão estabelecido de pagamento do serviço, uma prática que já estaria institucionalizada entre os donos de oficinas. Em outras conversas com migrantes paraguaios que trabalham na costura, não conseguimos identificar a *servidão por dívida*, um dos elementos centrais para a caracterização do trabalho escravo. Por outro lado, as jornadas exaustivas, as condições precárias de alojamento e de trabalho estão presentes do mesmo modo¹²⁹.

Ao longo deste capítulo, buscou-se evidenciar trajetórias de migrantes da costura, bolivianos e paraguaios, que se inseriram em São Paulo através do trabalho em oficinas de costura. Revelamos as trajetórias de migrantes que se inseriram em São Paulo em diferentes contextos: homens e mulheres; alguns mais jovens outros mais velhos; uma oficinista que foi fiscalizada pelo MTE; um paraguaio que, mobilizado a migrar pelo dispositivo *oficina de costura*, conseguiu escapar do setor e se dedicava a outros trabalhos. Estas trajetórias constituem uma pequena amostra de como o trabalho escravo é visto e vivido pelos próprios migrantes. O estigma do trabalho escravo parece recair sobre os migrantes; em geral, a primeira reação de todos os que deram seus relatos é de se distanciar do termo, mas ao aprofundar a conversa chegam a revelar terem enfrentado condições passíveis de serem definidas como tal, ainda que prefiram frisar os aspectos relacionados a seu esforço e trabalho árduo, frisando sempre que o problema do trabalho escravo não recai no modo como os migrantes se organizam, mas nos valores e prazos definidos e pagos pelos contratantes. O problema está no modo em que se estrutura o circuito das encomendas.

¹²⁹ Estivemos presentes em uma oficina de costura de paraguaios no Bom Retiro em que as condições de trabalho estavam terrivelmente precárias. Tratava-se de um sobrado escuro, com muito mofo e goteiras. Os trabalhadores, todos paraguaios, com idade entre 17 e 21 anos, oriundos da região de Caaguazú, ficavam por horas a fio trabalhando em pé em local com pouca iluminação e circulação de ar. Os que trabalhavam sentados utilizavam cadeiras improvisadas com resto de estruturas metálicas, muitas delas sem encosto. Outros que trabalhavam passando roupas, ficavam em pé ou sentados em banquetas. As lâmpadas fluorescentes estavam amarradas em tiras de tecido, com a fiação exposta (ver fotos do Anexo I).

2.3.3 Entre assaltos e extorsões¹³⁰

Não foi uma, nem duas vezes. Foram inúmeras as histórias colhidas sobre assaltos e extorsões que os migrantes da costura sofreram. Em junho de 2013, após assalto violentíssimo em oficina de bolivianos na zona leste de São Paulo, que terminou com o assassinato da criança nos colos da mãe, o tema passou a sensibilizar a população paulistana. Colhemos diversos relatos de visitas inesperadas de assaltantes ou de policiais civis às oficinas de costura.

Como foi dito, as oficinas de costura dos migrantes em geral são informais, prestam serviços sem contratos. Os pagamentos, tanto dos demandantes como dos funcionários, costumam ser realizados em espécie. Se nos dias de hoje o dinheiro em espécie tende a desaparecer das relações comerciais, transformando-se em cifras que circulam pelas redes informacionais, o mesmo não se pode dizer em relação às transações que incluem os migrantes da costura. É corrente não terem contas em bancos, seja devido à dificuldade burocrática (exigência de ser regularizado e ter comprovante de renda e de residência), seja porque o migrante simplesmente nunca teve e nem almeja ter uma. Desse modo, a circulação de valores nas oficinas de costura em dinheiro é bastante comum. Pode-se afirmar que os donos das oficinas têm uma probabilidade maior de ter conta bancária do que os costureiros, que raramente procuram um banco para poupar ou movimentar suas economias. O dinheiro ainda é o suporte de valor para a circulação de cifras nas transações entre os demandantes de serviço e as oficinas. Os pagamentos das encomendas ocorrem cada vez menos em espécie, pois se tem preferido cheques e depósitos bancários. Por outro lado, os trabalhadores das oficinas, muitos deles migrantes que pretendem ficar temporariamente em São Paulo, guardam suas economias em papel moeda. Desse modo, é comum haver grandes quantidades de dinheiro nas oficinas de costura. Isso faz com que se tornem alvos privilegiados de ladrões. Não é a toa que o caso que estampou os jornais em junho de 2013 tivesse sido o quarto assalto que a mesma oficina de costura sofrera¹³¹. Nossos entrevistados relataram terem sido assaltados diversas vezes.

¹³⁰ O tópico se distancia um pouco da linha de argumentação deste capítulo, mas se faz necessário por conta do tamanho do problema que assola os migrantes.

¹³¹ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/mae-diz-que-menino-de-5-anos-pedi-ou-assaltantes-para-nao-morrer.html>, <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1303546-nao-me-mate-nao-me-mate-implorou-crianca-boliviana-antes-de-levar-tiro.shtml>, <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,bandidos-matam-crianca-de-5-anos-em-assalto-na-zona-leste-de-sao-paulo,1048023,0.htm> Acesso em: 25/07/2013.

Se, por um lado, os migrantes da costura são alvo de ladrões, por outro, são visados por policiais civis. É comum relatos que apontam que policiais civis achacam os migrantes ameaçando-os de prisão por diversos crimes. Dentre as acusações mais comuns mobilizadas para a extorsão dos oficinistas, verifica-se a de redução de trabalhadores à condição análoga à de escravo, isto é, mobiliza-se o artigo 149 do CPB. Ou, então, os policiais civis se utilizam de outras irregularidades nas oficinas como forma de extorsão. É possível afirmar categoricamente que ao se falar com qualquer dono de oficina de costura na RMSP que esteja estabelecido na cidade há pelo menos dois anos, ele conhecerá alguma história de extorsão policial, se não tiver ele mesmo vivenciado alguma.

Um migrante paraguaio que vive em um bairro de alta concentração de oficinas de costura na zona norte da cidade¹³² contou detalhadamente o dia em que foi extorquido por policiais civis em 2012. Os policiais entraram em sua residência, vasculharam toda a oficina de costura – que, aliás, é uma oficina em boas condições, com quartos individuais para os costureiros, limpa, ventilada e iluminada – e encontraram uma trabalhadora da oficina, em condição irregular no país, que tinha apenas 17 anos de idade. O policial algemou o patrão, sacou a arma e ameaçou todos os trabalhadores. Assim, os policiais pediram e insistiram que, se ele não quisesse ser preso, deveria de qualquer modo pagar 10 mil reais. O dono da oficina disse que não tinha o valor, que possuía apenas mil reais. Os policiais aumentaram as ameaças até o momento em que o oficinista disse que tentaria emprestar dinheiro de algum conhecido. Telefonou para um amigo, também paraguaio, que se dispôs a emprestar o valor solicitado. O dono da oficina e sua esposa foram de carro ao encontro do amigo que emprestaria o montante, enquanto isso a polícia civil seguia, em carro oficial, os migrantes pelo bairro. Ao final, o pagamento foi feito. De todo modo, nada garante que o policial não volte à oficina e não alegue outra irregularidade para extorqui-lo novamente.

Outra migrante, Alcina, que chegou ao Brasil em 1987, com 22 anos de idade, relata ter sido extorquida duas vezes pela polícia civil nos anos 1990. Uma vez eles pediram inicialmente 25 mil reais, ela acabou pagando sete mil. Na outra vez, o valor pago foi de quatro mil reais.

Aqui a polícia é muito corrupta, ela já veio duas vezes na minha casa. Ele queria 25 mil reais, ele olhava a máquina e por cada uma queria mil reais. Então ele ameaçava que ia chamar a polícia federal. Eu não entendia na época o que eu tinha de direito, porque eu tinha CNPJ, os meus costureiros todos tinham documentação, a única coisa que eu não tinha feito era registrar. Eles

¹³² Preferimos por não dar maiores indicações sobre o migrante e o bairro em que vive para evitar a exposição do dono da oficina.

me intimidaram muito e eu fiquei com medo, então eu chorava e chorava. Isso tem muito hoje em dia. Os policiais corruptos, os delegados, eles se aproveitam e vão nas casas, vão intimidar os coitados dos bolivianos. Agora que venha a polícia para mim, eu ligo na hora para o Ministério Público e denuncio eles. Agora eu sei quais são as leis. Eu tinha medo, mas não tenho mais. Mas tem gente que, como eu antigamente, tem medo agora.

E como você aprendeu as leis?

Aprendi no cotidiano, depois que acontecia comigo eu perguntava para amigos. Eu tenho uma amiga juíza aposentada, que é quase minha mãe, com quem eu falei aqui por telefone agora há pouco, era o marido dela, ele é excelente também, também aposentado. Eu ia lá e comentava com eles o que aconteceu, mas eles me falavam “não podia pagar porque isso, isso ou isso”. Eles me explicavam, mas eu já tinha pago, mas eu aprendi a lição, aprendi. (...) Também aprendi indo nas reuniões, então aí eu fui aprendendo. Apanhando mas aprendendo. Então, hoje eu não tenho medo da polícia, eu tenho pena dos outros que tem medo. Agora já tem quem orienta, porque na época não tinha aonde eu ir para me queixar, não tinha como eu chegar num lugar como o Cami, não tinha. Então a gente tinha só nós, para nós mesmos.

A situação irregular dos migrantes, o fato de eles não conhecerem os códigos legais e a quem recorrer, a dificuldade de acesso às contas bancárias e a concentração de trabalhadores de diferentes famílias em uma mesma residência são alguns dos elementos que tornam os migrantes mais vulneráveis às extorsões policiais e aos assaltos na RMSP.

2.4 Conclusão parcial

Ao longo deste capítulo buscamos evidenciar como e quando o tema do trabalho escravo surgiu na indústria de confecções. Ele aparece relacionado a migrantes transnacionais oriundos de países vizinhos do Brasil. O trabalho de migrantes na indústria de confecções remonta à própria história do setor, mas foi a partir da vinda dos coreanos, nos anos 1960 e 1970, que a produção passou a se dar predominantemente através das oficinas de costura, tal como se organiza atualmente. No início, os próprios coreanos contratavam e mobilizavam outros conterrâneos para ocuparem os postos de trabalho. A partir dos anos 1980, os coreanos passam a contratar bolivianos, paraguaios e peruanos para trabalharem como costureiros e passam a se dedicar ao *design* das peças e às vendas. Nos anos 1990, de forma cada vez mais intensa, os coreanos deixam de ser proprietários de oficinas de costura, livrando-se da gestão da produção, tanto para diminuir custos fixos, como para se distanciarem da responsabilidade pelas condições de trabalho. Passam a se dedicar à fase mais lucrativa da cadeia: a comercialização. Nesse período, praticamente todos os diferentes tipos de segmentos produtivos do setor da indústria de

confeções, das grifes e marcas famosas aos grandes varejistas, passam a utilizar das oficinas subcontratadas para gerirem sua produção de forma adequada ao novo período econômico que se abria.

Enquanto o movimento de reestruturação econômica favorecia a multiplicação das oficinas, começam a aparecer os primeiros casos de denúncia de condições precaríssimas de trabalho, muitas vezes relacionadas ao tráfico de pessoas, que foram caracterizadas como condição análoga à de escravo. Ainda que não houvesse esse tipo de denúncia em relação ao trabalho desempenhado por costureiros coreanos, com a substituição da força de trabalho desses migrantes pelos bolivianos, paraguaios e peruanos, começam a pulular as denúncias a partir de meados dos anos 1990, mais intensamente nos anos 2000.

A definição legal do que seria trabalho escravo, formatada em 1926 em convenção da Liga das Nações, foi atualizada diversas vezes ao longo do século passado. Não se tratava mais da relação jurídica que torna as pessoas propriedades de alguém, mas sim das condições de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores, *os exercícios do atributo do direito de propriedade*. Os tratados internacionais e o Código Penal Brasileiro definem que reduzir alguém à condição análoga à de escravo não é simplesmente uma infração trabalhista, mas um crime contra a pessoa e contra a humanidade.

Pelas notícias veiculadas, conseguimos demonstrar como a atuação de agentes do Estado em relação aos migrantes da costura se transformou ao longo dos últimos 25 anos. Assim como ocorria com os primeiros casos de denúncias de trabalho escravo no campo, em regiões afastadas do Brasil, ainda nos anos 1960, a responsabilização recaía sobre as pessoas que lidavam diretamente com os trabalhadores, ainda que fossem empregados intermediários e não os principais beneficiados da exploração dos trabalhadores. Naquele contexto, responsabilizavam-se os motoristas dos caminhões que transportavam os trabalhadores e os arregimentadores (ESTERCI, 2008). Mostramos como o debate sobre o trabalho escravo no Brasil começou a partir das denúncias no campo, majoritariamente levadas a cabo pela CPT e sindicatos rurais.

Após a redemocratização, o debate sobre o tema passa a ocorrer em outro nível. Aumenta o número de mobilizações e de atores imbricados no combate e erradicação deste crime. Progressivamente, os governos eleitos passam a pautar o tema, concatenados e pressionados por organismos internacionais, como a OIT e ONGs, além das pressões em nível nacional realizada por movimentos sociais. Nesse período, o Brasil torna-se uma das referências mundiais em relação ao combate ao trabalho escravo, sobretudo em sua modalidade rural. O acúmulo das práticas de fiscalização do trabalho

rural passam a impactar as ações nas cidades, que se referem, sobretudo, ao combate ao trabalho escravo na indústria de confecções e na construção civil.

Quanto aos migrantes da costura, até meados dos anos 2000, as ações tinham cunho estritamente policial. Tanto a Polícia Federal quanto a Polícia Civil faziam fiscalizações e prendiam os donos das oficinas quando identificavam condições que pudessem caracterizar a redução a condições análogas à de escravo. Segundo Rossi (2005), em 2003, MPT, MTE e PF fizeram uma força tarefa para fiscalizar as oficinas. Com a presença da PF, as autuações terminavam na incriminação dos próprios migrantes, segundo relatou a procuradora do trabalho Vera Carlos “quando você chegava lá com a diligência, você tinha que prender todo mundo porque eles estavam em uma condição ilegal, e eles iam para a Polícia Federal”¹³³ (CARLOS *apud* ROSSI, 2005, p. 35). Rossi relata uma diligência realizada por Vera Carlos, em que todos os migrantes terminaram presos. Neste caso, percebeu-se que os tomadores da mão de obra ficaram mais fortes ainda, pois a possibilidade da prisão, aspecto que era utilizado como ameaça, efetivou-se como prática. O procedimento adotado até meados dos anos 2000 era o de responsabilizar o dono da oficina em que se encontrava a infração criminal, ele era preso e o MTE lacrava a oficina de costura. Além disso, para aqueles migrantes que estivessem em situação irregular no Brasil, eram expedidas notificações para que deixassem o território nacional em até oito dias. Caso os migrantes fossem encontrados após o prazo estabelecido, segundo o Estatuto do Estrangeiro, deveriam ser deportados (não conseguimos colher nenhum relato ou notícia de deportação que confirmasse a aplicação da lei).

Tendo em vista o encaminhamento padrão adotado, em 2004 os atores envolvidos no combate à prática da escravidão avaliaram que não seria possível seguir com as autuações tal como estavam. Assim, acordaram com a Polícia Federal que a sua participação ocorreria apenas para fazer a segurança dos servidores públicos, não para autuarem os migrantes. Nesse momento, as fiscalizações estavam começando a mudar de estratégia, iniciava-se o entendimento de que a fiscalização seria eficaz se responsabilizasse o tomador forte da cadeia, isto é, a empresa responsável pela comercialização.

O primeiro passo para a cristalização desse novo entendimento se deu com a CPI do Trabalho Escravo, instalada em março de 2005 e com publicação do relatório final em fevereiro de 2006. Concluiu-se que havia a necessidade de estabelecer a responsabilidade

¹³³ Uma discussão que não cabe a esta pesquisa refere-se à definição de *migrante ilegal, clandestino ou irregular*. Optamos por utilizar a expressão *irregular*, que parece ser o termo que menos reforça estigmas. A ideia de irregularidade é, em geral, prontamente associada à possibilidade de regularização.

jurídica entre as empresas que comercializam itens de vestuário e suas fornecedoras. Quando eram encontradas oficinas que produziam sob condições análogas à de escravo numa cadeia em que a produção passava por uma confecção intermediária (cadeia longa), não se conseguia responsabilizar a tomadora do serviço pela situação encontrada. Assim, a CPI sugere um projeto de lei em âmbito municipal que exija, para a expedição do alvará de funcionamento do estabelecimento comercial, que a empresa tomadora certifique-se da procedência de seus produtos e que garanta que não haja trabalho irregular em qualquer fase do processo de produção das mercadorias por ela vendidas. Além disso, a CPI sugere a criação da campanha “Selo de Procedência Garantida”.

Trata-se de iniciativa baseada em método atualmente usual, através do qual associam-se o interesse de empresas na propaganda positiva provocada pela certificação de seus produtos, promovida por entidades com credibilidade social, ao risco de exposição negativa nos meios de comunicação. (CPI TRABALHO ESCRAVO, 2006, p. 57).

Para além desses aspectos, a CPI sugeria outras ações que seriam realizadas pela Prefeitura, de cunho mais difuso, para auxiliar na inserção do migrante na sociedade paulistana: atendimento de saúde especializado para os migrantes da costura; oferecimento de cursos de português gratuito; campanhas sobre direitos e deveres dos migrantes; criação do Centro de Apoio ao Migrante; fomento ao cooperativismo; criação de cadastro dos empregadores que tivessem mantido trabalhadores em condição análoga ao de escravo, aos moldes da Lista Suja do MTE; incremento das fiscalizações. Além dessas ações, a CPI sugere uma série de medidas a outros órgãos e instâncias públicas de poder, dentre as quais: o apoio à PEC que estabelece a expropriação de propriedades em que se identificava trabalho análogo ao de escravo; que o MPT exija o pagamento das indenizações trabalhistas aos trabalhadores explorados, independente da condição migratória.

A partir da CPI e da mobilização de diversos atores na erradicação do trabalho escravo na indústria de confecções, em junho de 2007, constituiu-se um grupo, coordenado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (representante do MTE) em São Paulo, denominado de “Dignidade para o trabalhador migrante”. O grupo era composto por MPT, MTE, MJ, PMSP, DPU, sindicatos patronais e de trabalhadores, centrais sindicais, Serviço Pastoral do Migrante, Missão Paz, Associações de Migrantes Bolivianos, Paraguaios e Coreanos, associações de lojistas, C&A, Renner, Riachuelo e Marisa, o Instituto Observatório Social e a ONG Repórter Brasil. O grupo publicou, em 2008, o Pacto Contra a Precarização e pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo –

Cadeia Produtiva das Confeções. O documento foi importante para consolidar de modo ainda mais substantivo o novo entendimento, de que as fiscalizações deveriam ocorrer em outro patamar, não mais responsabilizando os costureiros e donos de confecções, mas rastreando o restante da cadeia, imputando à tomadora final a responsabilidade pelas condições encontradas. Os desdobramentos dessa mudança na fiscalização serão analisados pormenorizadamente através do estudo de caso, no próximo capítulo.

As pesquisas sobre os migrantes da costura, em especial os bolivianos, multiplicaram-se na academia justamente depois de 2004, quando do início da mudança de estratégia do MTE. Nesse mesmo momento, a imprensa passou a pautar cada vez mais os casos de trabalho escravo na indústria de confecções. A ONG Repórter Brasil começou a fazer cobertura jornalística aprofundada sobre os casos e pautar cada vez mais o tema na imprensa. Outro fator conjuntural que ajuda a explicar o aumento de pesquisas e notícias sobre a temática refere-se ao incremento do fluxo de migrantes da costura para São Paulo a partir da crise da Argentina, iniciada no começo do século. Este país é, ainda hoje, o principal destino migratório das populações boliviana e paraguaia, que, com a crise argentina, passaram a buscar o Brasil como alternativa.

Pode-se afirmar que a miríade de pesquisas que trata dos migrantes da costura tematiza a questão do trabalho escravo sob duas abordagens distintas¹³⁴. De um lado, pesquisadores diagnosticam que o trabalho escravo é um dos problemas mais graves que assola os migrantes em solo brasileiro, e que a invisibilidade e a clandestinidade (isto é, a não regularização da situação migratória no país) servem para acentuar o caráter da opressão vivida por eles. Esses estudos frisam os aspectos relacionados à ausência da garantia de direitos dos migrantes. Eles assumem o *trabalho escravo* como uma categoria política e analítica, que serve para melhor elucidar a problemática forma de inserção dos migrantes da costura na economia urbana da região metropolitana de São Paulo (MAGALHÃES, 2010; HIRSCH, 2008; CACCIAMALI e AZEVEDO, 2006; ROSSI, 2005; AZEVEDO, 2005; Mc GRATH, 2010; MAZZOCANTE, 2008; BIGNAMI, 2011; dentre outros).

No outro polo, há pesquisas que preferem se distanciar da ideia de trabalho escravo como uma categoria analítica e explicativa, pois almejam evitar o problema da estigmatização do migrante como sendo “escravo-ilegal-invisível”. Isto é, criticam a postura que acaba por generalizar e criar uma identidade sobre os migrantes que afirme um caráter pejorativo à experiência migratória (XAVIER, 2010; FREIRE, 2008; SOUCHAUD,

¹³⁴ Obviamente, cada uma dessas abordagens tem suas especificidades e trata o tema de modo diferenciado, aqui fazemos certo malabarismo para tentar situá-las em dois polos distintos, evidenciando a compreensão basal sobre o trabalho escravo.

2012; CAMPOS, 2009; SILVA, 2006). Tais perspectivas não afirmam que não haja exploração, ou que não haja situações em que as condições de trabalho dos migrantes sejam exaustivas, ou mesmo que não haja dívidas em que os migrantes se veem presos ao contratante; as pesquisas apontam que a situação migratória os mantém em situação de vulnerabilidade. No entanto, o que buscam é não repor uma categorização ou um estigma, que vem pesando sobre os ombros dos migrantes em seu cotidiano. Em oposição à categoria *escravo*, eles preferem utilizar a de trabalho indigno¹³⁵, tal como afirma a Missão Paz, ou a noção mais sociológica de superexploração do trabalho. Ambas as perspectivas concordam que a inserção dos migrantes em São Paulo, muitas vezes, é precária e que sofrem inúmeras violações que afrontam os protocolos e tratados internacionais sobre os direitos humanos dos quais o país é signatário.

A maior parte das vezes que o trabalho escravo é tematizado como estigma, trata-se quase exclusivamente de abordagem que toma como referência os migrantes com biótipo da população indígena do altiplano andino. Em geral, fala-se em bolivianos, no entanto, muitos peruanos, que apresentam traços físicos típicos dessa região, são identificados no Brasil como bolivianos e, nesse sentido, podem também ser estigmatizados como escravos. No trabalho de campo realizado com paraguaios não se pôde perceber qualquer estigma que imputasse a essa população a caracterização de escravos. O estigma sofrido pelos paraguaios, em geral, refere-se à ideia de falsidade, inautenticidade e pirataria.

Sidney Antônio da Silva publicou uma pesquisa pioneira em 1997, referência para todos que tematizam os bolivianos em São Paulo. Com o trabalho de campo realizado entre 1992 e 1995, o autor aborda aprofundadamente um grupo de bolivianos em São Paulo. No estudo, o estigma de escravo não é citado por Silva, uma vez que a ideia não era difundida como passou a ser nos anos 2000. Silva pontua que na década de 1990, “o estigma social mais recorrente e que se apresenta como um desafio aos bolivianos de todas as classes sociais, e particularmente para os costureiros, é o relacionado com o problema da droga, e, conseqüentemente, com o do contrabando.” (SILVA, 1997, p. 185). Ele identifica ainda a estigmatização social sofrida devido à pobreza material, à “pobreza cultural”, ao consumo de álcool, ao estigma étnico ou racial e ao estigma relacionado ao caráter jurídico desses migrantes, “visto que o Estado Brasileiro identifica os imigrantes ilegais ou clandestinos como infratores, e que, portanto, devem ser punidos por tal ‘crime’.” (SILVA, 1997, p. 191).

¹³⁵ Seria o antônimo da ideia de trabalho decente, tal como define a OIT.

Já em estudo publicado em 2006, Silva considera que “[o reconhecimento social do migrante boliviano] depende da desconstrução da imagem negativa que foi se construindo ao longo dos anos 1990 (...). Esses são associados com frequência ao trabalho escravo e ao tráfico de mão-de-obra para as oficinas de costura.” (SILVA, 2006, p. 166). No mesmo texto, apesar de criticar o estigma, Silva utiliza a noção *trabalho escravo* como categoria explicativa e afirma que “em alguns casos, a exploração chega ao seu limite, transformando-os em escravos. O esquema de subjugação imposto pelos oficinistas consiste na retenção dos seus documentos, na proibição de sair nos fins de semana e no exaustivo regime de trabalho imposto aos trabalhadores(as).” (SILVA, 2006, p. 169).

Percebe-se uma mudança na forma como o autor tematiza a questão. Se nos anos 1990 ele não utiliza o termo *trabalho escravo* para explicar a migração boliviana em São Paulo, ou mesmo se ele não diz que essa noção era um estigma que havia sido construído sobre os bolivianos, isso demonstra como o debate sobre trabalho escravo era incipiente à época, isto é, ainda não havia se tornado uma questão ou um problema propriamente sociológico a se compreender. A partir do final dos anos 1990, aumentam as denúncias de trabalho escravo, em geral relacionada a bolivianos, e, ao mesmo tempo, aumentam as críticas que frisam a ideia de um estigma que recai sobre os migrantes.

Mais do que definir o que seja o trabalho escravo, ou em condições análogas ao de escravo, o que se buscou fazer neste capítulo foi definir como e quando o tema aparece e toma relevância central no debate sobre os migrantes da costura. Compreendendo a força que a nomenclatura *trabalho escravo* tem sobre os migrantes da costura, em especial os bolivianos, e os estigmas que decorrem da utilização do termo, não pretendemos repor o conceito como categoria explicativa, pois poderíamos estar operando no sentido de reforçar o estigma e suas consequências discriminatórias que eles relatam. Por outro lado, evidenciamos como a noção surge como um termo de luta, político, empregado por atores que buscam defender os trabalhadores frente aos processos de flexibilização da economia e de superexploração do trabalho. Junto a isso, evidenciamos as histórias e trajetórias de alguns migrantes para auxiliar a compreensão do que vem sendo descrito pelos atores do Estado, de empresas e de ONGs como situações que compõem a ideia de trabalho escravo.

Ao longo do capítulo, não se buscou arbitrar o que seria a escravidão contemporânea na indústria de confecções, mas evidenciar as relações da nomenclatura *trabalho escravo* com a constituição do dispositivo de mobilização de força de trabalho, isto é, as oficinas, que são, ademais, um dispositivo circulatório, pois fazem os migrantes circularem e se territorializar na RMSP. O que vem sendo descrito como trabalho escravo

na indústria de confecções é exatamente o modo como se estrutura a oficina de costura de migrantes. Ao construirmos a argumentação relacionando o trabalho escravo ao modo como se estrutura o setor, em especial a forma que as oficinas de costura funcionam, buscamos sair da chave analítica que olha, de um lado, os migrantes entre as redes criminosas do trabalho escravo e, de outro, a possibilidade da ascensão social. Não se trata de considerar os atores em suas trajetórias entre os extremos, mas compreender a racionalidade que conforma a oficina de costura como, ao mesmo tempo, dispositivo circulatório e de exploração de força de trabalho. No próximo capítulo, a partir do estudo de caso, poderemos aprofundar a análise de como o *trabalho escravo* aparece como um dispositivo de gestão dos migrantes na RMSP, que ao mesmo tempo em que busca proteger o trabalho, almeja controlar os fluxos e conduzir a conduta dos migrantes em São Paulo.

Capítulo 3: As ações de combate ao trabalho escravo: uma análise a partir do caso Zara

No capítulo anterior, apontamos os sentidos das transformações das ações de fiscalização que autuam o crime de redução de trabalhadores a condições análogas à de escravo em oficinas de costura. Agora, poderemos aprofundar a compreensão dos efeitos dessa mudança. Se antes de 2005 eram responsabilizados os donos das oficinas pela situação encontrada, com desfechos trágicos, com a prisão do oficinista e a intimação dos migrantes irregulares a sair do país, houve uma virada estratégica, passando-se a responsabilizar as tomadoras de serviço e não mais os prestadores de serviço. Nesse sentido, nas fiscalizações das cadeias longas – foco das autoridades estatais – os donos das oficinas passam a ser caracterizados como trabalhadores, no mesmo nível dos costureiros contratados, que são protegidos pela ação de fiscalização. A ação em cadeias curtas praticamente não ocorre.

A mudança de estratégia implicou, ao mesmo tempo, uma mudança da natureza da fiscalização: da responsabilização penal passa-se predominantemente para a civil. O sujeito a ser responsabilizado deixa de ser a pessoa física – o dono da oficina – e passa a ser uma pessoa jurídica – a empresa tomadora do serviço. Seria impossível seguir tratando do tema na esfera criminal, tendo em vista que a responsabilização penal, segundo o CPB, recai necessariamente sobre pessoa física, a pessoa jurídica é imputável. O movimento possível para a penalização poderia ocorrer se fossem acusados os proprietários das empresas tomadoras, algo que começa a ser aventado nas fiscalizações mais recentes. No presente momento, começam a sair de cena as ações que visam apenas repressão e penalização, para dar lugar às ações compensatórias e/ou reparatórias que articulam uma série de outros atores, para além das entidades estatais responsáveis pela fiscalização e responsabilização.

A hipótese a ser defendida neste capítulo é que as fiscalizações em torno do combate ao trabalho escravo em oficinas de costura, incluindo diversas ações realizadas após a responsabilização, passam a operar como um dispositivo de governo que busca incidir sobre os migrantes da costura, enquanto população, ordenando a inserção desses migrantes na cidade, ao mesmo tempo em que se garante a formação de um novo mercado. Busca-se organizar o fluxo desordenado de migrantes transnacionais pobres. Trata-se de equacionar a competitividade do setor da indústria de confecções com a gestão e a inserção dos migrantes da costura na cidade; ao mesmo tempo em que se busca controlar os aspectos que ensejam a mobilidade dos migrantes da costura, busca-se

incorporá-los na dinâmica desse mercado. Aliás, a ação de controle do fluxo é realizada por meio de dispositivos de mercado. São essas e outras questões que serão discutidas ao longo deste capítulo.

3.1 As novas fiscalizações

A mudança de estratégia de fiscalização começou a ocorrer com a pressão social e a avaliação do MPT e MTE de que as medidas tomadas acabavam por repor ainda mais a situação de *vulnerabilidade, revitimizando*¹³⁶ os migrantes e aprofundando a exploração a que eram submetidos. O Protocolo de Palermo (ratificado em março de 2004) e o Pacto Contra a Precarização e pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confeções (firmado em julho de 2009) são os dois documentos que cristalizaram a mudança de estratégia. Ancorados na ratificação do Protocolo de Palermo, a equipe de fiscalização passou a tratar os migrantes como vítimas e deixou de haver a responsabilização penal desses trabalhadores. A mudança data do início de 2005. Por mais que o Protocolo de Palermo seja criticado justamente por ser um termo que acentua formas de criminalização e repressão à migração, ele assegura alguns direitos para as vítimas do tráfico de pessoas, sugerindo o acolhimento dessas pessoas pelos países membro¹³⁷. Embasadas nestes tópicos, o MTE, através do Conselho Nacional de Imigração – CNIg¹³⁸, editou a Resolução Normativa 93¹³⁹, que define a concessão de visto permanente ou temporário às vítimas do tráfico de pessoas. Assim, as fiscalizações buscaram dialogar com a Polícia Federal no sentido de evitar as intimações que expulsavam as vítimas e, desse modo, pararam de responsabilizar os próprios migrantes pela situação encontrada.

No entanto, foi a partir do estabelecimento do Pacto, em 2009, que houve uma transformação mais substantiva no modo das fiscalizações. Houve uma mudança não só na

¹³⁶ Termos caros a eles.

¹³⁷ O Protocolo foi elaborado no âmbito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). O artigo 6º sugere uma série de medidas de assistência e proteção às vítimas, o 7º assegura às vítimas a não extradição: “cada Estado Parte considerará a possibilidade de adotar medidas legislativas ou outras medidas adequadas que permitam às vítimas de tráfico de pessoas permanecerem no seu território a título temporário ou permanente, se for caso disso. (...) Ao executar o disposto [anterior], cada Estado Parte terá devidamente em conta fatores humanitários e pessoais.”

¹³⁸ Órgão colegiado do MTE que tem por competência formular a política de imigração.

¹³⁹ “Art. 1º – Ao estrangeiro que esteja no Brasil em situação de vulnerabilidade, vítima do crime de tráfico de pessoas, poderá ser concedido visto permanente ou permanência, nos termos do art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que será condicionado ao prazo de um ano. § 1º. A partir da concessão do visto a que se refere o caput, o estrangeiro estará autorizado a permanecer no Brasil e poderá decidir se voluntariamente colaborará com eventual investigação ou processo criminal em curso. § 2º. A concessão do visto permanente ou permanência poderá ser estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham comprovada convivência habitual com a vítima.” Resolução Normativa 93 – CNIg, publicada em dezembro de 2010. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/resolucoes-normativas.htm. Acesso em: 18/08/2013.

forma de responsabilização pela infração verificada, mas também em todo o processo de fiscalização. Com o Pacto, o MTE deixa de fiscalizar exclusivamente a partir das denúncias que chegavam à instituição – tanto por trabalhadores, como encaminhada por outros órgãos. Os auditores fiscais do trabalho passam a desempenhar a **busca ativa** das cadeias a serem fiscalizadas, escolhe-se quais cadeias produtivas fiscalizar tendo em vista a empresa tomadora do serviço (as denúncias passam a compor um banco de dados que pode auxiliar, mas não determinar quais seriam as ações). A diligência deixa de ser iniciada a partir da suspeita de que há infração em determinada **oficina** e passa a se dar a partir da suspeita de que determinada **empresa** de confecções subcontrata (terceirizando ou quarteirizando) oficinas com trabalhadores em condições análogas ao de escravo. Este movimento, de antemão, retira do foco ações que incidam nas cadeias curtas, em que produtos são comercializados pelos próprios migrantes.

Com auxílio de auditores da receita federal, do Ministério da Fazenda, que tem acesso detalhado aos dados sobre a arrecadação tributária, além de utilizarem as próprias informações do MTE sobre o quadro de empregados das empresas do setor, os auditores fiscais conseguem escolher a dedo a cadeia a ser investigada. Fazem cruzamentos da arrecadação de determinadas empresas e a quantidade de produtos comercializados com o número de empregados na costura imbricadas nesta cadeia – todas as vezes que encontram uma lacuna, é possível estimar a existência de subcontratação irregular. Havendo indícios de irregularidade, é realizado o trabalho de campo e estudo minucioso da cadeia antes de deflagrar a fiscalização e as autuações: os auditores identificam as residências onde supostamente estão as oficinas; conversam com a vizinhança para colher informações; vasculham lixos para colher mais informações sobre a dinâmica da casa, dentre outras coisas¹⁴⁰.

A mudança de estratégia implicou uma maior autonomia para a realização da política de fiscalização, saem de foco as cadeias produtivas curtas e privilegiam-se as

¹⁴⁰ Entrevista do auditor fiscal do trabalho, setembro de 2011: “Não posso te dizer em detalhes. Mas, [para fazer o monitoramento], nós comparamos a produção com o lastro trabalhista. O que é isso? Bom, imagina que isso aqui é um milhão de peças de roupa, por exemplo, [ele fala desenhando em um papel], e aqui o número de trabalhadores formais. Essa relação tem que ser coerente. Se não for coerente é porque você tem uma cadeia suja, com problemas. Aí a gente tem outros elementos para averiguar, através do rastreamento contábil, você consegue chegar ao local onde a peça é produzida. A gente já sabe que existem áreas problemáticas, por exemplo a zona Norte de São Paulo e a zona Leste de São Paulo. Áreas não industriais, de acordo com o zoneamento municipal, então a gente vai depurando esses elementos a ponto de chegar que aquela cadeia precisa ser diligenciada. A partir daí nós fazemos campanhas, passamos a monitorar fisicamente as oficinas, entrevistamos, ou melhor, conversamos com a vizinhança, vamos à noite com viatura descaracterizada, à paisana, para entender a dinâmica do local. Por exemplo, se o foco é a loja Marisa, aí a gente marca a diligência sabendo já qual é a empresa que vai ser responsabilizada. Chegamos lá e constatamos que a produção estava lá. A gente já sabia, a gente já tinha o rastreamento contábil. Se vocês soubessem cada coisa que a gente faz... A gente “rouba” lixo. O lixo diz tudo o que acontece dentro. Quantas pessoas tem, o que eles comem, se tem criança, se tem escola, a gente faz esse trabalho de inteligência bem apurado...”

longas e médias¹⁴¹. De 2009 até os dias de hoje, multiplicaram o número de casos que envolvem grandes marcas. Entre 2004 e 2009, foram revelados alguns casos de grandes empresas que seriam tomadoras do serviço de migrantes da costura, como nos casos da C&A¹⁴², Riachuelo e Marisa, revelados pela CPI do Trabalho Escravo. No entanto, a virada com a responsabilização propriamente das empresas passa a ocorrer após a celebração do Pacto, em 2009. De lá aos dias de hoje foram fiscalizadas muitas marcas e grandes empresas, que foram autuadas por reduzirem seus trabalhadores à condição análoga à de escravo: Marisa, março de 2010; F. G. Indústria e Comércio de Uniformes e Tecidos Ltda, empresa vencedora da licitação para a confecção dos coletes dos recenseadores do IBGE, em 2010; 775, em novembro de 2010; Lojas Pernambucanas, em abril de 2011; Collins, em maio de 2011; Zara (grupo Inditex), em agosto de 2011; Gregory, em maio de 2012; Talita Kume, uma grande rede de confecção do Bom Retiro, em julho de 2012; Hippychick, em janeiro 2013; Gangster (Mar Quente Confecções), março de 2013; Cori, Emme e Luigi Bertolli (grupo GEP), em março de 2013; as grifes Le Lis Blanc e BourgeoisBohême (Bo.Bô), em junho de 2013; M. Officer, em novembro de 2013, dentre outras. Essas autuações, segundo informação do MTE, libertaram em torno de 300 migrantes da situação análoga à de escravo¹⁴³. Com todas as empresas¹⁴⁴ foram firmados Termos de Ajuste de Conduta, à exceção das Lojas Pernambucanas que preferiu responder judicialmente a uma Ação Civil Pública.

Priorizam-se, em primeiro lugar, as cadeias que envolvam grandes marcas, grifes e lojas de departamento, posteriormente, fiscalizam-se as cadeias que envolvam as confecções do Bom Retiro e Brás (a típica empresa dos coreanos, caso da rede fiscalizada Talita Kume, dentre outras confecções de médio porte, muitas vezes de proprietários brasileiros)¹⁴⁵. A atuação do MTE nas fiscalizações em que são constatadas a redução de

¹⁴¹ Deve-se frisar que essa divisão, como foi dito, ocorre apenas para fins de compreensão do fenômeno. Uma mesma oficina pode estar imbricada, em momentos distintos ao longo do ano, numa cadeia longa, média ou curta. No entanto, as ações do MTE miram prioritariamente nas oficinas que estejam, no momento da fiscalização, imbricadas numa cadeia longa, pois se consegue mobilizar a grande empresa tomadora do serviço.

¹⁴² A C&A, na realidade, nunca foi responsabilizada em fiscalização do MTE por cometer o crime tipificado no artigo 149 do CPB. A empresa foi alertada, após as diligências da CPI em 2004 e 2005, que provavelmente sua produção estaria sendo realizada em oficinas irregulares, com trabalho análogo ao de escravo. Nesse sentido, a empresa iniciou uma série de ações antes mesmo de ter sido acionada pelo MTE.

¹⁴³ Informação publicada no jornal *Nosotros Imigrantes*. “Fiscalização nas oficinas de costura: entrevista”. São Paulo, ano II, edição número 12 – junho, julho, agosto de 2013, p. 3. Disponível em: <http://www.cami-spm.com.br/wp-content/uploads/2013/07/Nosotros-12.pdf>. Acesso em: 30/07/2013.

¹⁴⁴ Ainda não foi firmado TAC com as grifes Le Lis Blanc e Bo.Bô, recentemente fiscalizadas, mas isso deverá ocorrer em breve. MPT e a empresa estão em processo de negociação.

¹⁴⁵ A entrevista de um auditor fiscal do trabalho a jornalistas da Repórter Brasil quando da fiscalização do caso Marisa aponta: “A fiscalização se comprometeu, ao lançar a iniciativa do Pacto Municipal Tripartite contra a Fraude e a Precarização, e pelo Trabalho e Emprego Decentes em São Paulo, a intensificar as ações nesse setor da economia. Não há distinção de qualquer natureza no sentido de privilegiar determinada empresa em detrimento de outra. Mas tendo em vista nossa escassez de recursos, a SRTE/SP busca priorizar as principais empresas beneficiárias dessa situação, fiscalizando-as e buscando fazer com que cumpram a legislação de proteção ao trabalho”. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2010/03/escravidao-e-flagrada-em-oficina-de-costura-ligada-a-marisa/>. Acesso em: 06/08/2013.

trabalhadores a condições análogas à de escravo busca *libertar* ou *resgatar*¹⁴⁶ os costureiros. Isto é: resgatam-se os trabalhadores que estavam submetidos a situação de privação, ou seja, concede-lhes liberdade; registram-se os trabalhadores que não se encontravam nesta situação, relacionando-os diretamente à tomadora final e não à empresa intermediária (caso haja alguma); rescinde-se a contratação dos trabalhadores, com o devido pagamento de multas e de todos os benefícios referentes; expedem-se as CTPS, se for o caso; pagam-se as contribuições previdenciárias, sociais e FGTS sonegadas; expedem-se requerimentos de seguro-desemprego especial para os trabalhadores, que mesmo estando irregulares no país tem direito ao benefício; emitem-se termos de embargo e/ou interdição, isto é, lacram as oficinas de costura que funcionam em situação de risco à saúde dos trabalhadores e que esteja fora dos padrões mínimos – em geral, as oficinas fiscalizadas fogem aos padrões mínimos. A atuação do MTE encerra-se com o encaminhamento do relatório de fiscalização para diversos órgãos públicos, para que tomem, se julgarem necessário, as demais providências. Os inúmeros atores imbricados nas fiscalizações encontravam-se mensalmente nas reuniões da Comissão para a Erradicação do Trabalho Escravo do Estado de São Paulo – Coetrae, que tiveram início em janeiro de 2012.

Deve-se frisar que a *libertação* é um ato complexo e garante ao trabalhador uma série de direitos. Ocorre que em todas as diligências realizadas, escolhem-se algumas oficinas dentre a lista de fornecedores dessas grandes empresas, não se realiza a fiscalização da totalidade das oficinas, uma vez que não há no MTE fiscais designados suficientemente para fazer a batida em todas as oficinas. Isso significa que não ocorre a libertação de todos os trabalhadores que estejam em situação semelhante em determinada cadeia produtiva. Trata-se de ação e libertação que ocorre com uma pequeníssima amostra dos trabalhadores que produziam para a empresa responsabilizada. No caso da Zara, como mostramos na introdução, entre 300 e 600 costureiros ficaram sem trabalho e sem qualquer garantia após a ação que encerrou as atividades da fornecedora intermediária, a AHA¹⁴⁷. Nesse sentido, pode-se dizer que a fiscalização, mais do que uma ação dirigida à garantia de direitos aos trabalhadores de determinada cadeia, trata-se de estratégia de exposição de determinada empresa. Se 15 trabalhadores tiveram seus direitos garantidos, provavelmente os demais que trabalhavam nas 31 oficinas que não

¹⁴⁶ Esse é um termo técnico utilizado pelos auditores.

¹⁴⁷ É impossível saber exatamente o número de costureiros que foram atingidos pela fiscalização. Eles trabalhavam nas 31 oficinas que pararam de participar do circuito de encomendas coordenado pela AHA, que repassava os produtos à Zara.

foram fiscalizadas, mas que tiveram suas encomendas suspensas, ficaram em situação pior, sem direito algum.

Participam da Coetrae os principais órgãos públicos que pautam o combate análogo ao de escravo em São Paulo, além de participarem representantes da sociedade civil¹⁴⁸. Nas reuniões acompanhadas, percebeu-se haver um consenso quase absoluto em torno das formas de enfrentar o problema. Houve poucos momentos em que era possível perceber dissidências – na única mais acalorada, a coordenadora da Comissão frisava a necessidade de medidas que visassem à criminalização dos donos das oficinas, enquanto os demais argumentavam que eles eram o elo mais fraco, apenas acima dos costureiros, mas que não deveriam ser responsabilizados pelas ações. Um dos membros reiterou diversas vezes que se a Polícia Federal acompanhava a fiscalização e não autuava os migrantes em situação irregular – pois havia acordo estabelecido entre os auditores e os agentes policiais para que a presença deles se fizesse apenas para garantir a segurança física dos servidores – recaía-se em prevaricação, pois não estariam cumprindo com suas obrigações em serviço. Em maio de 2012, quando entrevistamos este membro, ela dizia que não era possível pensar o oficinista como vítima, como se estivesse no mesmo nível dos costureiros. Nesse sentido ela dizia ser extremamente necessária uma atuação que visasse reprimir e responsabilizar criminalmente o dono da oficina de costura, discordava do modo como o MTE e MPT vinham agindo, nivelando oficinistas e trabalhadores como se ambos fossem vítimas¹⁴⁹. Sua postura acabou se modificando ao longo das reuniões, nas últimas ela havia sido convencida de que o ideal não era a prisão dos oficinistas, ainda que mantivesse o apelo a algum modo de penalização e criminalização dos responsáveis. Em geral, havia mais consenso entre os diferentes representantes que discutiam o Plano de Erradicação do Trabalho Escravo, onde se traçavam as diretrizes das ações de fiscalização, combate e repressão ao crime. Nas reuniões, as colocações dos representantes da ONG Repórter Brasil eram tidas como referência para o assunto, tendo

¹⁴⁸ Os membros que sempre estavam presentes nas reuniões representavam: a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (coordenadora), a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, da Fazenda, da Segurança Pública (Polícia Civil), e da Educação; além de membros do Ministério Público do Trabalho; do Ministério Público Federal; da Magistratura do Trabalho; da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do MTE em São Paulo; da Receita Federal do Ministério da Fazenda; das Defensorias Públicas da União e do Estado. Participavam ainda representantes da sociedade civil: ONG Presença América Latina; Repórter Brasil; Centro Pastoral e de Mediação Migrante; Cami; Instituto Norberto Bobbio, dentre diversos outros membros que não tinham assiduidade.

¹⁴⁹ “Então, o cara estava lá, todo mundo junto, em uma condição análoga à de escravo, me desculpa. Se ele, o oficinista, não é o responsável direto, me desculpa, ele é no mínimo partícipe de crime. (...) Eu troco mensagem toda semana com o auditor fiscal do trabalho. Ligo para ele e digo ‘vamos botar a polícia para pegar esses caras’. Digo que sei que o trabalho dele não é reprimir. Sei que o trabalho é de técnico do trabalho, mas deixa eu levar a polícia junto. Ele diz que não confia na Polícia. (...) Não adianta o Núcleo [de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas] estar lá se você não tem a polícia para prender. Não adianta. Você precisa de todo mundo junto falando a mesma coisa. Eu acho que o furo do caso da Zara foi a PF não ter feito nada. Ela deveria ter feito e não fez. Quem mais tem força é a Polícia Estadual. Não podemos ficar nessa coisa assistencialista. Tem todo um aspecto criminoso por trás.” Entrevista concedida em maio de 2012.

em vista que a ONG é especializada no tema, seu representante participa da Conatrae desde sua fundação (Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo) e participou da formulação do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo¹⁵⁰.

Todas as vezes em que havia fiscalização, os membros presentes na reunião faziam uma breve exposição sobre os casos. É comum as fiscalizações serem acompanhadas por procuradores do trabalho (MPT), policiais federais e representantes da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Todos esses membros participam da Coetrae e atuam em sintonia. Além das autoridades públicas, sempre acompanha a ação algum representante da ONG Repórter Brasil, que faz a cobertura jornalística do caso; algumas vezes são chamados outros veículos da grande imprensa¹⁵¹. Trata-se de esforços envidados para publicizar os casos, para comover a sociedade. Nesse sentido, a nomenclatura *trabalho escravo* tem papel importante por servir ao objetivo de sensibilização social.

Em geral, a ação de fiscalização implica diversos desdobramentos, não encerrando com as autuações do MTE. Conforme informou o procurador do MPT, a discricionariedade de sua função lhe permite escolher quais ações realiza. Em geral, as escolhas são balizadas pelo maior impacto social que podem causar. Ou, então, segundo informou, quando se trata de afronta aos direitos da humanidade, não se estaria lesando apenas as vítimas resgatadas, mas toda a sociedade e, nesse sentido, por mais que possa se tratar de caso que envolva apenas um trabalhador, o MPT envia esforços para coibir a situação. Nesse sentido, todas as vezes que são encaminhados casos de trabalho escravo, o MPT desdobra alguma ação. Na realidade, a procuradoria do trabalho não passa a agir apenas após o recebimento do relatório do MTE, é comum acompanharem *in loco* a fiscalização, uma vez que MTE e MPT têm desenvolvido trabalho de forma sintonizada. O MPT também recebe continuamente as queixas e denúncias de trabalhadores, de donos de oficinas ou encaminhadas de outros órgãos, nas quais se busca a celebração de um Termo de Ajuste

¹⁵⁰ O Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil é um documento assinado em 2005. Seus signatários se comprometem a dignificar e a modernizar as relações de trabalho em suas cadeias produtivas, através: da definição de metas específicas para a regularização e formalização das relações de emprego entre todos seus fornecedores e produtores; da restrição comercial com empresas ou pessoas identificadas com trabalho escravo; do apoio à reintegração social e produtiva de trabalhadores em situação degradante ou indigna em parceria com diferentes esferas de governo e organizações sem fins lucrativos; do apoio de ações conscientização da população contra o trabalho escravo; do apoio à qualificação profissional dos trabalhadores libertados; do apoio a ações de combate à sonegação de impostos e à pirataria; dentre outras ações. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/documentos/pacto_erradicacao_trabalho_escravo.pdf. Acesso em: 30/08/2013.

¹⁵¹ De 2009 para cá, a ONG Repórter Brasil acompanhou todas as grandes fiscalizações. Eles realizaram cobertura jornalística aprofundada de cada um dos casos, ver: <http://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>. Também foram feitas coberturas de fiscalizações com jornalistas da grande imprensa, como no caso Zara, transmitido pelo programa *A liga*, da TV Bandeirantes (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gpv--GBz2II>) e o programa *Profissão Repórter*, da TV Globo, que acompanhou a fiscalização do caso GEP – Cori / Luigi Bertolli e Emme (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HAX6HYteA8w>). Últimos acessos em 02/08/2013.

de Conduta – TAC¹⁵². A ação dos procuradores busca a responsabilização em outro nível, não mais para garantir os direitos específicos dos resgatados, que coube à fiscalização do MTE no primeiro momento, mas para impedir que a situação venha a se repetir no futuro, tomando medidas cabíveis que tem como perspectiva ações a serem tomadas.

O MPT pode tomar duas medidas: ou ajuíza uma Ação Civil Pública (ACP) contra a empresa responsabilizada no relatório de fiscalização do MTE, ou propõe uma conciliação extrajudicial com a empresa tomadora do serviço, através da celebração de um TAC. O MPT tem preferido celebrar TACs ao invés de ACPs por diversas razões: 1 – no TAC o tomador de serviço se compromete a executar as medidas que são negociadas diretamente com o procurador responsável pela ação; 2 – a celebração do TAC não impede a posterior judicialização de uma ACP; 3 – em geral, as ACPs podem levar muito tempo para serem julgadas, enquanto o TAC passa a valer logo após a celebração entre as partes; 4 – é comum os juízes não estarem abertos à tese do MPT¹⁵³, isto é, há o risco de se perder a causa; 5 – há inúmeros incentivos (por parte da OAB, CNJ e MPT) para que se evite, ao máximo, a judicialização das ações, tendo em vista a situação em que se encontra o judiciário, travado pelo número elevado de processos¹⁵⁴.

Parou de haver, por parte do MTE, a fiscalização das cadeias curtas, em que os próprios donos das oficinas comercializam as vestimentas, em geral nas feiras ou galerias da região central, sobretudo na Feirinha da Madrugada e galerias do Brás. Esse tipo de produção representa uma parcela bastante significativa do total da produção das oficinas de costura da RMSP que empregam migrantes, no entanto não é objeto prioritário das fiscalizações do MTE. Isso ocorre pois, para o MTE e MPT, a autuação nessas cadeias não tem grandes efeitos, não dá visibilidade para a ação, uma vez que escapam à estratégia desenvolvida: muitas vezes os oficinistas estão em condições pouco diferentes das dos costureiros e não têm recursos para arcar com os valores referentes à rescisão dos contratos de trabalho; além disso, o alcance do TAC ou da ACP contra esses produtores é

¹⁵² Seleção de alguns TACs disponíveis para consulta no site da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, todos firmados com empresas de confecção de coreanos ou descendentes (averiguação pelo sobrenome), estabelecidos no Bom Retiro. Não houve necessariamente fiscalização do MTE. Acesso em: 05/08/2013:
<http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/exibeDoc.php?tac=401363>;
http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/bdlink/arquivos/documentos/tac/2013/403866_convertido.pdf;
http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/bdlink/arquivos/documentos/tac/2013/335871_original.pdf;
<http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/exibeDoc.php?tac=15371>;
http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/bdlink/arquivos/documentos/tac/2012/232578_convertido.pdf;
<http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/bdlink/documentos/docs/tac/2012/tacac45088df2e8d3cd2d8fbafceb920878.pdf>;
<http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/bdlink/documentos/docs/tac/2012/taca64bd53139f71961c5c31a9af03d775e.pdf>;
<http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/bdlink/documentos/docs/tac/2012/tacf5c150afbfbcef941def203e85cf40bc.pdf>.

¹⁵³ O procurador entrevistado chegou a dizer que “O judiciário hoje parou de julgar sobre a lógica da justiça e julga, sem generalizar, sobre a lógica da estatística, pois o Conselho Nacional de Justiça impõe metas de produtividade. Essas metas podem tornar alguns juízes mais arreados às Ações Cíveis Públicas do MPT, uma vez que elas são mil vezes mais difíceis e mais complexas do que uma ação individual. No entanto, na estatística, contabiliza a mesma coisa.”

¹⁵⁴ À frente trataremos do TAC mais detalhadamente.

muito limitado pelo fato de serem pequenos, produzirem e comercializarem em pequena escala, circularem um fluxo limitado de produção. De todo modo, conseguimos levantar dois casos de fiscalização nesse tipo de cadeia que tiveram encaminhamentos diferentes nos últimos anos.

Em janeiro de 2013, foi fiscalizada uma oficina em que a produção era destinada especificamente à Feirinha da Madrugada, em que o próprio dono tratava de comercializar as roupas produzidas¹⁵⁵. Este foi provavelmente o único caso de fiscalização recente do MTE que terminou por responsabilizar o oficinista (tratava-se de cadeia curta). Em geral, os auditores não realizam fiscalização nesse tipo de oficina, tendo em vista que a responsabilização é precária. Não existe uma relação de subordinação entre o dono da oficina e outra empresa, pois o escoamento da produção ocorre de forma direta, sem mediação.

Este caso de fiscalização teve obrigatoriamente que ser realizado, uma vez que a denúncia mobilizou todo um aparato institucional que forçou a ação do MTE. Uma boliviana grávida, de 21 anos, estava sofrendo ameaças e agressões físicas e tinha buscado auxílio no posto de saúde, que a encaminhou para um Centro de Defesa e Convivência da Mulher, da Prefeitura de São Paulo, que tinha contatado o Disque 100 da Secretaria dos Direitos Humanos (do Governo Federal), que, posteriormente, ativou o 39º Distrito Policial e a Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE. Toda uma rede havia sido articulada no sentido de forçar a realização da fiscalização e a libertação da mulher, que além do mais estava grávida, e era mantida em cárcere privado pelo companheiro e pelo dono da oficina.

A migrante que estava sofrendo as privações, ameaças e agressões foi encaminhada para um abrigo. O MTE lacrou a oficina de costura, que não poderia mais funcionar. De todo modo, os demais empregados da oficina preferiram ficar na mesma residência, argumentando que não teriam para onde ir. Nesta ocasião, o oficinista alegou falta de recursos para arcar com a rescisão da empregada e pagar todos os direitos trabalhistas e multas devidas. Assim, as instituições responsáveis pela fiscalização resolveram utilizar o Fundo de Emergência que havia sido criado após o TAC da Zara (que será descrito adiante). Foi, então, realizado um tipo de empréstimo do Fundo de Emergência, gerido pelo Cami, sob a anuência do MPT, para que fossem pagos os valores

¹⁵⁵ Relato da fiscalização baseado na matéria de Bianca Pyl, da ONG Repórter Brasil. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/01/fiscalizacao-liberta-jovem-gravida-de-trabalho-escravo-em-oficina-de-costura/>, completado com informações colhidas na reunião da Coetrae. Acesso em: 28/02/2013.

referentes à rescisão. Feito isso, o MPT firmou um TAC¹⁵⁶ com o oficinista, em que ele deveria regularizar a situação dos trabalhadores e da oficina, além de pagar, em 36 parcelas de igual valor, um montante total de 18.482,14 reais, que deveriam ser depositados mensalmente, a partir de novembro de 2013, na conta do Fundo de Emergência gerida pelo Cami.

Outro caso de fiscalização de cadeia curta foi relatado em uma reunião da Coetrae, que aconteceu no dia 5 de julho de 2012 na Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (SJDC), na qual estavam presentes diversas autoridades públicas e representantes da sociedade civil que vêm desempenhando atividades relacionadas aos casos de trabalho escravo na costura¹⁵⁷. Na reunião coordenada pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) da SJDC, um auditor fiscal do trabalho relatou uma fiscalização que buscava rastrear a cadeia da rede Talita Kume. Essas diligências estavam sendo realizadas nos marcos da CPI do Trabalho Escravo do Congresso Nacional e alguns deputados federais e outras autoridades estavam acompanhando a ação.

A fiscalização não foi exatamente como se esperava, apesar de ter sido realizado um estudo daquela cadeia produtiva. Conforme relatou o auditor, a primeira oficina averiguada não produzia para a grande rede de confecção, conforme se pensava. Ocorreu um problema no serviço de inteligência que não identificou o empréstimo de CPF entre migrantes de diferentes oficinas e isso fez com que a batida ocorresse na oficina equivocada.

Na reunião da Coetrae, o auditor relatou ao plenário que foi uma grande surpresa indesejada não encontrar as peças que procuravam. Na realidade, segundo o auditor, eles descobriram uma situação muito pior, que é o que eles mais temem quando realizam operações. Nesta ocasião, foi impossível imputar ao empregador a grave situação encontrada na oficina da Vila Maria Alta, mesmo com condições terríveis de trabalho e presença de todas as características da redução à condição análoga à de escravo. Toda a produção era de peças “piratas” para a Feirinha da Madrugada. Ainda que a situação fosse muito grave, séria e precária, segundo o auditor, não foi possível apurar um explorador específico que pudesse subsidiar uma ação civil pública por parte do MPT. Ele relatou que os deputados presentes ficaram muito preocupados e consternados com a situação, mas

¹⁵⁶ TAC nº 1214.2013.02.000/0. Disponível em: http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/bdlink//arquivos/documentos/tac/2013/448051_original.pdf. Acesso em: 01/08/2013. “Os objetivos deste TAC consistem em repor ao Fundo de Emergência para resgate de trabalhadores submetidos à condição análoga a de escravo, administrado pelo Cami, os valores levantados para o custeio das verbas rescisórias de H. A. N. Q., bem como aperfeiçoar as condições de trabalho e eliminar condições degradantes ou situações de trabalho proibido em estabelecimento do compromissário.” (TAC-MPT, 2013, p. 1)

¹⁵⁷ A ata desta reunião da Coetrae foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, 24 de novembro de 2012, seção I – 122 (220), p. 10.

que a equipe de fiscalização não poderia fazer nada em relação à responsabilização de “um empregador verdadeiro que pudesse assumir a responsabilidade”.

Nas cadeias curtas, os donos das oficinas não entram no circuito das encomendas. Eles vendem seus produtos diretamente aos consumidores finais ou a pequenos revendedores (caso dos produtos comercializados nas feiras da madrugada). Assim, esse tipo de escoamento da produção apresenta um ganho relativo para os migrantes se comparado ao circuito das encomendas, em que há uma relação de subordinação e de total dependência do fluxo das demandas. A grande dificuldade e o problema da indústria de confecções, refletindo a partir da perspectiva dos produtores de vestimenta, se referem justamente à comercialização. Se retornarmos ao relato de Rosana (Capítulo 1), ela demonstrava a vulnerabilidade de sua empresa, intermediária de médio porte, em função das encomendas; ela dizia que o seu negócio era a produção e não a comercialização. A comercialização direta tem um peso importante para os migrantes, pois se tem uma maior autonomia, o ritmo de trabalho não obedece aos prazos impostos pela contratante. São os donos das oficinas, pequenos produtores, responsáveis pela comercialização, que definem as jornadas e as condições de trabalho conforme as dinâmicas de escoamento do mercado. De todo modo, esse tipo de cadeia e organização escapa às ações que visam a responsabilização por redução à condição análoga à de escravo.

Para o representante do MTE na Coetrae, esse tipo de cadeia produtiva é, na realidade, um problema e empecilho. Elas são vistas com temor. O auditor fiscal do trabalho aventou a sugestão, na reunião da Coetrae, de fechamento da Feirinha da Madrugada. Ele não aprofundou a reflexão sobre essa proposta, mas o que se pôde apreender é que o referencial para a atuação do MTE é a responsabilização da empresa que se encontra constituída solidamente no mercado: trata-se tanto das grandes marcas, grifes e lojas de departamento – que tem uma marca a zelar –, como as confecções atacadistas e varejistas do Brás e Bom Retiro. Por outro lado, o mercado popular aparece como o pior dos mundos, justamente porque a forma de atuação desses órgãos não consegue capilarizar uma fiscalização que tenha impacto. O argumento de que deve haver a regularização das oficinas extrapola a simples ideia de proteção dos trabalhadores e frisa, ao mesmo tempo, o fato de serem empresas que fraudam o erário público. Essas cadeias constituem um nó para ação de fiscalização do MTE. A referência para a atuação que desenvolvem é a grande empresa e, nesse sentido, o melhor seria organizar este mercado através de grandes empresas, diminuindo as possibilidades de atuação dos

pequenos, que, não tendo o apelo da marca, conseguem escapar mais facilmente das fiscalizações.

Com a impossibilidade de responsabilização, os auditores não autuaram a oficina de costura, não *libertaram* seus trabalhadores, não lacraram o estabelecimento. Por outro lado, instalou-se outra frente para tratar do problema. O Ministério Público Estadual – que realizava um Inquérito Civil desde 2011 para averiguar a situação dos bolivianos em São Paulo e que se fazia presente na ocasião daquela fiscalização – interveio e reuniu a empresa Zara, o Cami e os auditores fiscais para que identificassem a possibilidade de algum tipo de intervenção nas oficinas no sentido de melhorar a situação encontrada. Segundo informações da ata de reunião no MPE com representantes do MTE e Zara, em que se buscava a possibilidade de oferecer soluções às oficinas fiscalizadas:

(...) A Zara, signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, não tem qualquer relação com o ambiente de trabalho fiscalizado e a presença de sua representante na presente reunião [que tem como pauta encontrar soluções para o caso de fiscalização detalhado acima] decorre da **disposição da empresa em colaborar** com soluções que ajudem resgatar a dignidade dos trabalhadores vítimas de exploração do trabalho escravo. A referida fiscalização deparou-se com trabalhadores de origem boliviana em situação absolutamente irregular, em ambiente insalubre e com riscos evidentes à sua integridade física por conta da precariedade do local, ao mesmo tempo moradia e oficina de seus ocupantes. A Zara, no intuito de colaborar com as autoridades, compromete-se a envidar esforços para formalizar, no quadro funcional da empresa, os trabalhadores que se adequem aos requisitos exigidos, bem como disponibilizar verbas do Fundo Emergencial, criado pelo TAC firmado entre a Zara e o Ministério Público do Trabalho, em poder do Cami, para execução de obras nas oficinas que garantam a saúde dos trabalhadores. Para avançar nesses objetivos, as partes signatárias da presente ata comprometem-se a comparecer ao local fiscalizado, em 25 de junho de 2012 às 13h30 para estudar soluções junto dos trabalhadores. (MPE, p. 193-194)¹⁵⁸

Nos dois casos de fiscalização de cadeia curta mencionados acima, o Fundo de Emergência criado a partir da Zara foi acionada de alguma maneira. Isto é, o TAC firmado com a multinacional espanhola teve uma série de desdobramentos que devem ser mais bem analisados, pois extrapolam a situação inicial encontrada nas oficinas fiscalizadas. Antes de detalharmos os sentidos do TAC da Zara, deve-se fazer algumas considerações sobre esse instrumento jurídico.

¹⁵⁸ Inquérito Civil disponível para consulta no MPE, arquivo nº 14.0725.0002150/2011-0, área de Direitos Humanos e Inclusão Social.

3.2 Os sentidos do TAC

O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) é um instrumento jurídico utilizado para a conciliação de conflitos, surge no contexto brasileiro a partir da Constituição de 1988 com o objetivo de buscar a garantia dos direitos difusos, coletivos e transindividuais. O TAC foi incluído na Lei da Ação Civil Pública pelo art. 113, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990), é um instrumento para a solução *extrajudicial de conflitos de interesses ou direitos difusos e coletivos*, mediante o qual os órgãos públicos legitimados podem tomar, dos infratores desses interesses, o compromisso de ajustarem suas condutas às exigências legais, mediante cominações, com eficácia de título executivo extrajudicial (ONOFRE, 2011, p. 2).

Tomando como referência apenas os textos legislativos, depreende-se que o Termo de Ajuste de Conduta é uma forma de solucionar um conflito de interesses e direitos coletivos — sejam concernentes a meio ambiente, idoso, criança e adolescente, proteção da ordem econômica, patrimônio público etc. — sem acessar a prestação jurisdicional do Estado, por meio de um compromisso tomado do infrator da ordem jurídica coletiva pelo órgão público legalmente legitimado, no caso em tela o Ministério Público do Trabalho. Na discussão do direito civil, há uma polêmica na definição de quais seriam os sentidos da natureza jurídica dos TACs. Onofre (2011) distingue três correntes divergentes: aqueles que pensam tratar-se de um ato jurídico em sentido estrito de reconhecimento da ilicitude da conduta e compromisso de adequá-la ao ordenamento jurídico; aqueles que defendem tratar-se de figura híbrida, contendo negociação ou transação quanto às obrigações; e aqueles que entendem tratar-se de uma verdadeira transação, que pressupõe concessões recíprocas. Isto é, as três compreensões variam entre dois extremos: de um lado, o da transação e negociação e, do outro, o reconhecimento do infrator da ilegalidade de sua ação e o comprometimento à adequação à lei¹⁵⁹ (ONOFRE, 2011, p. 4).

A primeira corrente afirma que o TAC se trata do reconhecimento de uma obrigação legal a ser cumprida, partindo do reconhecimento da ilicitude do fato cometido, passando o cumprimento da mesma a ser um dever jurídico daquele que propôs ajustar a sua conduta. Não se confunde com transação que pressupõe concessões recíprocas, pois refere-se somente ao reconhecimento da ilicitude e da disposição em corrigi-la. A negociação seria compreendida como relação de igualdade entre as partes que estariam

¹⁵⁹ A exposição das diferentes compreensões sobre os sentidos do TAC segue a análise de Thaiz Rodrigues Onofre (2011).

aptas a ceder ou não. Para esta corrente, não cabe ao infrator solicitar um TAC, cabe ao agente público decidir como encaminhar o litígio – se a proposição de TAC ou a ACP. Nesse sentido, sugere-se até mesmo que o termo correto para definir o estabelecimento de um TAC é *tomar* e não *celebrar*, uma vez que o agente público é quem define a ação a ser realizada unilateralmente.

A segunda perspectiva sugere que o compromisso do TAC é unilateral sob o aspecto do direito material, uma vez que o órgão público somente se compromete processualmente, no sentido de não propor a demanda judicial enquanto estiverem sendo cumpridas as condições ajustadas no TAC. O ameaçador ou violador do interesse ou direito coletivo é que se vincula materialmente por meio do termo. Nesse sentido, essa perspectiva se aproxima profundamente da primeira. No entanto, eles se distanciam ao afirmarem as características de negociação, a possibilidade de serem negociadas as obrigações acessórias do Termo de Ajuste de Conduta, como tempo, modo e lugar do cumprimento da obrigação assumida pelo violador do direito. O órgão público que toma o ajuste de conduta, contudo, não pode ceder quanto ao conteúdo do direito transindividual, posto que a tutela extrajudicial quanto ao cerne do direito deve ser a mesma que seria obtida em uma eventual demanda judicial. Esta é a compreensão e o sentido do TAC dado pelos procuradores no caso da Zara, como demonstraremos à frente.

Há, ainda, uma última corrente, seguramente minoritária, que advoga que o TAC é uma verdadeira transação, com concessões recíprocas: o agente público legitimado poderia interromper a investigação civil que levasse a cabo se a outra parte se compromettesse a suspender a prática suspeita. Trata-se de abordagem que tem o menor peso, mais desatualizada e menos desenvolvida¹⁶⁰.

Segundo Onofre, o TAC vem sendo amplamente utilizado na tutela dos direitos coletivos, especialmente pelo Ministério Público, que, por ter a legitimidade para instaurar inquérito civil, possui uma maior facilidade para propor o termo. Por intermédio do TAC, evita-se a Ação Civil Pública. Assim, diminui a judicialização das contendas. Segundo o procurador do trabalho entrevistado, busca-se a tomada de TACs justamente por se tratar de uma solução conciliatória que não envolve a judicialização. Não ocorre exatamente a arbitragem da situação verificada, mas, de antemão, tem-se um instrumento de intervenção na situação verificada. Neste sentido, o infrator detém a faculdade de aceitar ou não o TAC, conforme forem definidos os termos e, caso discorde dos

¹⁶⁰ Representantes das diferentes correntes: da primeira – Carneiro (2000), Jatahy (2009) e Carvalho Filho (2009); da segunda – Rodrigues (2006), Lisboa (2007), Garcia (2008) e Mazzilli (2008); da terceira – Fonseca (1995) e Pizzol (1998).

encaminhamentos, deverá ser submetido a uma Ação Civil Pública, no bojo da qual poderá valer-se da ampla defesa e do contraditório. Geisa de Assis Rodrigues (2006) sugere que o órgão público tomador do compromisso detém certo grau de discricionariedade. Isto é, ele pode fazer um juízo de oportunidade e conveniência acerca da medida mais adequada a ser tomada no caso concreto: se o ajuizamento de uma demanda judicial ou se a proposição de um TAC.

Por fim, seguindo Onofre, deve-se dizer que o direito material metaindividual lesado ou ameaçado de lesão e cuja reparação ou proteção o termo de ajustamento deseja promover não pode ser renunciado, total ou parcialmente, pelo órgão público compromissário. Isso se deve ao fato de que o órgão público legitimado não é o titular do direito transindividual, que pertence à coletividade, e só se pode dispor daquilo que se possui. Como os interesses são de todos, ninguém pode deles dispor, sendo o órgão público um legitimado extraordinário, que, autorizado por lei, defende interesses alheios que são indisponíveis. Por outro lado, afirma Onofre, é passível de negociação os termos referentes às obrigações acessórias – que não são as obrigações centrais – como tempo, modo e lugar do cumprimento da obrigação reparatória (ONOFRE, 2011).

Os procuradores do trabalho que foram entrevistados, responsáveis pela redação dos TACs em questão, localizam-se na segunda corrente delineada acima. Isto é, veem o TAC como reconhecimento de ilicitude e permitem ao ator responsabilizado da infração certa negociação em relação aos termos da obrigação reparatória. A celebração ou a tomada de TACs mune o agente estatal de um poder de negociação, de intervenção, de atuação direta nas situações diagnosticadas. No caso da Zara, veremos quase um poder de gestor de política pública que assume o procurador do trabalho a partir da negociação do TAC.

3.3 Caso Zara

Na introdução desta dissertação apresentamos, de forma preliminar, como ocorreu o caso de fiscalização de oficinas de costura que produziam para a Zara, responsabilizada pelo MTE por reduzir trabalhadores à condição análoga à de escravo. Em seguida, tratamos de mostrar como se organiza o setor de confecções para, posteriormente, relacioná-lo com a migração circulante da costura. As fiscalizações atuais não visam incidir sobre as cadeias curtas, pois a atuação nas cadeias longas e médias, com a devida responsabilização dos tomadores da produção, tem muito mais repercussão

pública e potencializa diversos modos de intervenção e gestão da inserção dos migrantes da costura em São Paulo. Isto se deve, sobretudo, à possibilidade de se chegar a um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) ou, ainda, a judicialização de uma Ação Civil Pública contra a empresa tomadora. Nesse sentido, o caso da Zara é paradigmático. Seguramente, desde a nova estratégia de fiscalização, esse caso e a respectiva reação da empresa são tidos como exitosos. Houve uma série de desdobramentos que devem ser detalhadamente descritos para que possamos defender a hipótese que se constrói ao longo deste texto.

A Zara assumiu, no primeiro momento, os custos de rescisão e os respectivos procedimentos que o MTE imputava a ela. A multinacional comprometeu-se a corrigir e intervir na situação identificada pelos auditores. Essa postura é bastante divergente da adotada pelas Pernambucanas, por exemplo, que não se prontificou a assumir a responsabilidade pela cadeia e publicou nota que afirma que “os fornecedores das Pernambucanas provêm mercadorias e não serviços, como tenta fazer crer a autoridade [auditores fiscais e procuradores do trabalho], que deseja caracterizar a empresa, tradicional varejista há mais de um século em atividade, como empresa industrial.”¹⁶¹ Isto é, as Pernambucanas não assumem como sua responsabilidade o controle de sua cadeia produtiva, pois não se afirmam indústria, mas varejista. Segundo o procurador do trabalho entrevistado, que não fala exatamente das Pernambucanas, mas de forma geral das varejistas do setor, tem-se a “teoria da cegueira deliberada”, pois a empresa diz não ser responsável pela produção, pois seu negócio seria outro – a comercialização e distribuição da produção – e que não sabe o que ocorre nos níveis da produção, pois isso não seria de sua responsabilidade. De qualquer modo, ainda que a Zara também tivesse afirmado que não sabia o que ocorria e, ainda, que não era responsável direta pela situação identificada, a empresa se prontificou a colaborar com as autoridades e não se posicionou de forma a enfrentar a fiscalização. No limite, fiscais, procuradores, a Zara e demais entidades imbricadas na solução do conflito se tornaram parceiras em um projeto de ação, ou em outras palavras, diferentes atores responsáveis pela governamentalização dessa população.

Em novembro de 2011, o MPT propôs à Inditex um acordo que previa uma série de ações, como o pagamento de indenização de 20 milhões de reais por danos morais coletivos; o reforço no monitoramento da cadeia produtiva, inclusive com o reconhecimento da responsabilidade efetiva da Zara com relação ao ciclo produtivo; o

¹⁶¹ Nota divulgada pelas Pernambucanas, disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/03/nota-de-esclarecimento-pernambucanas/>. Acesso em: 20/07/2013.

veto às subcontratações pelas fornecedoras; além da intensificação das auditorias e da manutenção de um *site* com dados e informações para que os integrantes das Procuradorias Regionais do Trabalho pudessem acompanhar os procedimentos com mais facilidade e rapidez.

Os advogados da empresa negociaram com o MPT outro TAC¹⁶², que foi assinado no dia 19 de dezembro de 2011, com algumas das obrigações acessórias modificadas em relação à proposta inicial. Segundo reportagem de Bianca Pyl e Daniel Santini, da ONG Repórter Brasil, o acordo final previu o desembolso de 17,4% de indenização (3,4 dos 20 milhões de reais iniciais), deixou-se de falar em reparação por *dano moral coletivo* e passou-se a falar em *investimentos sociais* para justificar o valor desembolsado pela multinacional. Conforme nos informou o procurador do trabalho, o MPT aceitou uma multa menor, pois a Inditex teria assumido a **responsabilidade jurídica** pelas condições de trabalho praticadas no conjunto de sua cadeia de produção daquele momento em diante. Para o procurador, esse item significaria um precedente importante para o combate à escravidão no setor têxtil, “um ganho jurídico para a sociedade”.

A mudança da utilização do termo *dano moral coletivo* para *investimentos social* não foi ingênua. Trata-se de assumir que o TAC assinado não se refere à confissão de culpa pela situação encontrada. Segundo a reportagem da Repórter Brasil, o procurador afirma “não usar o termo dano moral coletivo no TAC por conta da boa fé da empresa. Consentimos pelo não reconhecimento de culpa, que cabe ao judiciário. Mas, a partir de agora, se for flagrado trabalho escravo na cadeia produtiva, a Zara será responsabilizada.”¹⁶³. A empresa assume perante o MTE e o MPT sua disponibilidade em manter uma política séria de responsabilidade social, é nesse sentido que o TAC é celebrado. O procurador negocia o TAC, tendo em vista a possibilidade de chegar a um acordo com a Zara, que estava disposta e interessada em um TAC, mas não nos termos iniciais.

¹⁶² São traçadas as seguintes diretrizes no TAC assinado pela empresa: “A) Aprimoramento do controle, pela ZARA BRASIL, da regularidade das condições de trabalho que ocorrem ao longo de sua cadeia no Brasil, FORNECEDORES E TERCEIROS; B) Assunção de responsabilidade, pela ZARA BRASIL, por verificação das condições de trabalho observadas nos FORNECEDORES e TERCEIROS no Brasil; C) Investimentos sociais a serem realizados, pela ZARA BRASIL, no intuito de fortalecer o combate ao trabalho degradante no setor têxtil, bem como de se proteger trabalhadores vitimados por tal exploração.” O documento ainda define o que são fornecedores e o que são terceiros: “A) FORNECEDORES – são fábricas, empresas externas, oficinas ou pessoas físicas, todas localizadas no Brasil que fornecem produtos finalizados e que se destinam à venda nas lojas da ZARA BRASIL ou a marcas do grupo Inditex, tratando-se da primeira linha da cadeia de suprimentos da ZARA BRASIL. B) TERCEIROS – são fábricas, empresas externas, oficinas ou pessoas físicas, todas localizadas no Brasil, subcontratadas pelos FORNECEDORES da ZARA BRASIL para que estes atendam aos pedidos de peças realizados pela ZARA BRASIL, tratando-se da segunda linha da cadeia de suprimentos da ZARA BRASIL.” (TAC – MPT/ZARA. Letras em caixa alta no original). TAC disponível em: <http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/bdlink//documentos/docs/tac/2011/tacf565bb9efccaf6986443db0bf01018bc.pdf>. Acesso em: 07/08/2013.

¹⁶³ Informação disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2011/12/acordo-entre-zara-e-mpt-descarta-dano-moral-coletivo/>. Acesso em: 15/02/2013.

A existência de duas rodadas de negociação também se deve à não aceitação, por parte da Zara, da cláusula que a proibia terceirizar ou quarteirizar a produção das vestimentas que comercializa; esta cláusula incidiria diretamente no modo como a empresa estrutura sua produção. Mais do que a simples negociação em torno de 20 ou 3,4 milhões de reais, ou a confissão de culpa, o ponto central para as duas rodadas de negociação recai neste aspecto: a possibilidade de seguir subcontratando. Segundo o enunciado 331 do TST, é vetada às empresas a terceirização de suas atividades fim, apenas as atividades meio podem ser terceirizadas¹⁶⁴. O primeiro TAC frisava este enunciado. A Zara, assim como outras empresas que também foram flagradas com trabalho análogo ao de escravo em sua cadeia produtiva, argumentam que a sua atividade fim não é a produção de vestimenta, mas a produção de estilo e/ou sua respectiva distribuição. O diretor de responsabilidade social empresarial da Zara afirmou que a virtude e o negócio da empresa estão não em criar a moda propriamente, mas em “democratizá-la, levar a moda a diferentes cantos do mundo a preços acessíveis”. Nesse sentido, ele opõe-se à ideia de que seu negócio seja a produção de vestimentas. Na entrevista com Rosana, ela afirmava que o seu negócio sim era produzir roupas. Ela dizia que essa fase da cadeia era muito menos lucrativa do que a distribuição, pois é na circulação, no mercado (e não no processo produtivo), onde são extraídos os maiores ganhos da cadeia: trata-se da consolidação do valor da marca¹⁶⁵.

O TAC aparece para a empresa como a alternativa perfeita para contornar o problema midiaticado do trabalho escravo que foi colado à marca. Com respaldo das instituições públicas envolvidas na fiscalização e através de organizações não governamentais legitimadas como defensoras dos interesses dos migrantes, foram encaminhadas ações que buscam limpar a marca. O empenho em atividades de responsabilidade social empresarial torna-a mais competitiva no mercado, pois o negócio desse perfil de empresa é justamente a marca. Seu público é sensível às denúncias de trabalho escravo e, desse modo, o financiamento de atividades de ONGs comprometidas com o atendimento à população migrante, as vítimas da escravidão, demonstram a

¹⁶⁴ Aliás, o enunciado parece estar com os dias contados por conta de um projeto de lei que regula as terceirizações. O PL 4.330/2004, de Sandro Mabel (PMDB/GO), encontra-se no Congresso Nacional para ser votado. Ele define a possibilidade de terceirização de atividade fim.

¹⁶⁵ Há um debate interessantíssimo e bastante complexo sobre esta questão que, por não ser o cerne da nossa discussão, não será aprofundado. Trata-se da discussão sobre o valor, de como e onde é produzido, se no processo produtivo ou em sua realização (na circulação). Coloca-se em questão a ideia do valor-trabalho e do trabalho imaterial, informacional e cognitivo. Ver: André Gorz (2005), Maurizio Lazzarato (1992), Yann Moulier-Boutang (2007), entre outros.

seriedade e comprometimento da empresa no sentido contrário do que denunciado pelas fiscalizações¹⁶⁶.

Para o procurador, mais do que o temor relacionado a uma disputa judicial a partir de uma ação civil pública, o que motivou a empresa – considerada a companhia mais valiosa do mundo no setor têxtil – a assinar o acordo foi a pressão dos consumidores que reagiram diante da repercussão do caso na imprensa. No *Youtube*, por exemplo, é possível assistir ações diretas de manifestantes que entraram em shoppings em São Paulo e protestaram contra o trabalho escravo na cadeia produtiva da empresa¹⁶⁷. Para o auditor fiscal do trabalho da SRTE/SP, o TAC assinado foi um avanço, pois previa medidas de responsabilização direta; ele diz que esse foi o primeiro caso em que uma empresa assumiu responsabilidade por toda a sua cadeia.

Segundo o auditor fiscal, toda empresa do setor têxtil (sobretudo uma multinacional como a Inditex) sabe bem qual é o tempo e, consequentemente, o custo para a produção de uma peça de roupa. Sendo assim, para ele, sabendo que o que se pagava estava abaixo do valor do mercado, a grife tinha conhecimento direto de que havia *dumping social*¹⁶⁸ em sua cadeia produtiva (apesar de ter declarado que não sabia da existência da superexploração do trabalho). Os auditores sugerem que as oficinas de costura, que produziam exclusivamente para a Zara, funcionavam como célula produtiva estendida da multinacional. Nesse sentido, quem deveria ser responsabilizado pelas condições encontradas seria a varejista e não a intermediária e, muito menos, o dono da oficina que comandava a produção diretamente.

O número de empregados na manufatura na cadeia produtiva da Inditex varia consideravelmente conforme o país, seu mercado é global, a venda e a produção ocorrem em diferentes partes do mundo. Em 2012, a cadeia produtiva da empresa empregava aproximadamente 10 mil pessoas na Espanha, 21 mil em Portugal, 66 mil na Turquia, 64 mil na Índia, 15 mil no Brasil, 228 mil em Bangladesh, 51 mil no Marrocos, 170 mil na China e duas mil na Argentina. Esses países produziram o equivalente a 87% da produção total da Inditex em 2012 (INDITEX, 2013, p. 76 e 294). A produção no Brasil, em 2010, correspondeu a menos de 1% do total¹⁶⁹. No Brasil, são cerca de dois mil profissionais contratados diretamente, sobretudo nas lojas e no escritório central; o cerne da produção

¹⁶⁶ Na banca de qualificação, o Prof. Dr. Guilherme Assis de Almeida sintetizou a análise proposta afirmando que, neste caso, o TAC funciona como um dispositivo de mercado legitimado pelo direito.

¹⁶⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ae66-OWhs9k>. Acesso em: 15/02/2012.

¹⁶⁸ Retomaremos essa questão logo à frente.

¹⁶⁹ Esta informação refere-se à apuração de Bianca Pyl e Maurício Hashizume, disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava/>. Acesso em: 05/08/2013.

é terceirizado. A Inditex afirmou aos jornalistas da Repórter Brasil que "no que se refere à presença comercial, o Brasil é o terceiro mercado mais importante da Inditex no continente americano, ficando atrás somente dos Estados Unidos e do México" (PYL e HASHIZUME, 2011). Em 2013, 41 lojas da Zara já estavam em funcionamento no país. O lucro líquido da empresa em 2012 atingiu 2,36 bilhões de euros, representando um aumento de 87% se comparado a 2008¹⁷⁰. O salto nas vendas de 2011 para 2012 foi de 15%. Em 2012, a empresa estava presente em 86 países do globo, empregando por volta de 120 mil pessoas. No mesmo ano, existiam mais de seis mil lojas da Inditex no mundo, sendo 1.925 da Zara. A empresa previa seguir crescendo no Brasil com a abertura de novas lojas a curto, médio e longo prazo¹⁷¹. Segundo o relatório da Inditex, a empresa diminuiu o número de fornecedores e os produtores associados entre 2011 e 2012 (INDITEX, 2013, p. 294). A diminuição do número de fornecedores provavelmente tem a ver com a fiscalização, pois a empresa se comprometeu a auditar seus fornecedores e os fornecedores de seus fornecedores, o que seria mais fácil se relacionando com um número menor de parceiros.

Nos marcos dos *investimentos sociais* estipulados no TAC celebrado com o MPT, foi produzido pelo Uniethos o documento "Estratégia de sustentabilidade para a cadeia de fornecedores" (junho de 2012). No relatório foram traçadas algumas considerações gerais sobre a cadeia de suprimentos da Zara no Brasil. Em 2011, a Zara teria no país 41 fornecedores diretos, que se relacionariam com mais 142 subcontratados. A maior parte da produção ocorreria no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Em segundo lugar, aparece a produção em São Paulo, que se divide num polo industrial na RMSP e outro em Americana. É diagnosticado pelo Uniethos que:

Existe uma grande diversidade na cadeia de fornecedores da Zara com relação ao porte, segmentos de especialização, processos produtivos, padrões de concorrência e estratégias empresariais, principalmente entre as empresas subcontratadas. A cadeia é formada, em sua maioria, por empresas de micro e pequeno porte com baixa capacidade produtiva, notadamente as oficinas de costura, mas há também um número expressivo de empresas de médio porte bem estruturadas.

¹⁷⁰ A receita da Inditex em 2012 chegou a ser maior do que o PIB de mais de 50 países, atingindo a cifra de quase 16 bilhões de euros. A receita da Zara, em específico, chegou a 10,5 bilhões de euros.

¹⁷¹ Informações disponíveis em: http://www.inditex.com/en/downloads/annual_report_2012.pdf. Acesso em: 05/08/2013.

Tabela 14 - Cadeia de fornecimento da Zara por unidade da federação e volume de compras em 2011

	Volume de compras	Volume de compras	Número de fornecedores	Número de subcontratados
Santa Catarina	73,5%	3.188.840	12	55
São Paulo	18,9%	819.958	18	59
Mato Grosso do Sul	2,9%	126.184	1	0
Paraná	2,2%	97.483	4	6
Minas Gerais	1,7%	74.584	3	13
Rio Grande do Norte	0,4%	17.565	1	8
Rio de Janeiro	0,3%	14.715	2	1
Rio Grande do Sul	-	-	0	1
Total	100%	4.339.329	41	142

Fonte: Uniethos, 2012, p. 2.

A denúncia de trabalho escravo na cadeia produtiva da Zara teve um impacto internacional circunstancial nos valores das ações da empresa. No dia da denúncia, as ações chegaram a cair mais de 4,25% na bolsa de Madri. No entanto, isso não teve impacto mais intenso, como se pode verificar pelo crescimento de mais de 20% do lucro líquido da Inditex ao final de 2012, se comparado com o ano anterior, quando foram divulgadas as denúncias (evolução aproximada do lucro líquido entre 2011 e 2012 de 1,95 para 2,37 bilhões de euros).

Em março de 2013, outro caso de trabalho escravo envolvendo a grife Zara foi divulgado. Trata-se de denúncia em Buenos Aires, na Argentina, que foi realizada por representantes da ONG portenha Alameda. As condições das oficinas encontradas em Buenos Aires não diferem da situação revelada em São Paulo: são migrantes majoritariamente bolivianos, mas há também paraguaios, muitos indocumentados, em oficinas de costura similares às encontradas em São Paulo. As jornadas, as condições de trabalho, as instalações de moradias, os indícios de tráfico de pessoas, enfim, todos os termos elencados para caracterizar trabalho escravo no caso brasileiro são enumerados no caso em Buenos Aires. O mecanismo de produção, através do dispositivo oficina de costura, ocorre de modo igual em São Paulo e em Buenos Aires. As maiores diferenças em relação aos casos estão nos mecanismos de responsabilização. Enquanto em São Paulo houve todo um aparato estatal, envolvendo ONGs, para solucionar o caso. Em Buenos Aires, o caso foi judicializado e caminha em um ritmo bastante devagar, a grife afirmava não haver provas suficientes em relação às denúncias.¹⁷²

¹⁷² Informações colhidas em: <http://www.diagonalperiodico.net/global/zara-produce-condiciones-esclavitud-argentina.html>; <http://blogs.elpais.com/eco-americano/2013/03/los-trotskistas-del-papa-denuncian-a-zara-por-presunto-trabajo-esclavo-en->

No próximo tópico, poderemos aprofundar, partindo dos dados sobre a fiscalização da Zara e dos desdobramentos do TAC, o nosso modo de analisar as fiscalizações e a imputação de existência de trabalho análogo ao de escravo. Como foi dito anteriormente, distanciamos-nos das abordagens que visam refutar a ideia de trabalho escravo dando ouvidos simplesmente às representações dos migrantes, ao mesmo tempo em que não compartilhamos dos escritos que situam a presença dos migrantes da costura entre a possibilidade de ascensão social, de um lado, e a vulnerabilidade ao tráfico de pessoas e à submissão ao trabalho escravo, de outro.

Mostramos ao longo do texto como as oficinas de costura operam como dispositivo de fixação de força de trabalho e de circulação de migrantes. Isto é, como mecanismo de formação de mercado. Agora, poderemos aprofundar a compreensão de quais os sentidos dos mecanismos que, ao mesmo tempo que buscam repor uma relação de subordinação trabalhista, evidenciam mecanismos de gestão da população migrante em São Paulo, indicando como devem se conduzir na cidade, controlando os fluxos e os modos de inserção desse grupo no espaço urbano, agregando diferentes atores e instituições em uma operação cuja racionalidade vale a pena ser descrita em seus detalhes. O que vem sendo denominado de trabalho escravo, para além das trágicas histórias relatadas, é, a nosso ver, o funcionamento do mecanismo que faz circular e fixar trabalhadores, que forma um mercado e uma força de trabalho disponível e disposta, operando um complexo processo de subjetivação.

3.4 Uma leitura sobre as fiscalizações: as táticas de combate ao trabalho escravo na cadeia de confecções

Neste tópico, iremos defender a hipótese de que as políticas e ações de combate ao trabalho escravo ocorrem em dois sentidos: o primeiro seria um sentido antiliberal, que se refere à defesa dos direitos trabalhistas, reconstituindo relações de direção e de subordinação entre os costureiros e as empresas responsáveis pela comercialização; o outro sentido diz respeito a ações empreendidas no âmbito do mercado.

O primeiro tipo de ação, como veremos, consegue abranger um número limitadíssimo de trabalhadores, sendo que a grande maioria passa a ser regida pelos aspectos liberais da ação. A fiscalização do caso Zara logra a restituição da relação de

trabalho a apenas 15 trabalhadores, que estavam em duas oficinas de costura inseridas na cadeia da multinacional. Por outro lado, em relação às demais 31 oficinas que não foram fiscalizadas e que empregavam entre 300 e 600 costureiros, não se pode falar em restituição de vínculo trabalhista. Como desdobramento da fiscalização, os contratos com a Zara foram interrompidos e os funcionários dessas oficinas ficaram, do dia para a noite, sem trabalho e sem nenhuma garantia relacionada aos direitos trabalhistas.

Além disso, uma série de medidas referenciadas no mercado e na organização da indústria de confecções foi colocada em prática. São desdobramentos propriamente liberais das ações de fiscalização, em que se combate o trabalho escravo por ele aparecer como um mecanismo anticoncorrencial. Assim, deve-se garantir a moldura jurídica para o funcionamento da concorrência e *empoderar* os migrantes para que constituam empresas que possam estabelecer as relações de prestação de serviço dentro da moldura jurídica dos parâmetros concorrenciais; como veremos, trata-se de fazer política social através do mercado.

3.4.1. A restituição do direito do trabalho: a discussão antiliberal sobre responsabilização

A primeira questão que salta a vista ao se olhar para as fiscalizações do MTE e o estabelecimento de TACs refere-se ao aspecto da busca de restituição da relação de emprego entre os extremos da cadeia. Não se trata de estabelecer simplesmente a ideia de responsabilização subsidiária, mas sim de restituir uma relação direta de emprego. As autuações que miram as cadeias das grandes empresas buscam evidenciar a ingerência da demandante final no ritmo e no trabalho cotidiano da pequena oficina na ponta da cadeia, frisando os aspectos que restituem a relação de subordinação típica dos contratos de trabalho, e não a relação que ocorre no nível dos contratos entre pessoas jurídicas.

O relatório de fiscalização da Zara sugere que:

A empresa autuada é **inteiramente responsável pela situação encontrada**. O emaranhado em rede das empresas envolvidas na cadeia produtiva é de inteiro conhecimento e aprovação da empresa autuada. A empresa autuada ZARA é, na verdade, um grupo empresarial **que comanda e exerce seu poder de direção e ingerência** de diversas formas sempre no sentido de adequar a produção de peças de vestuário à sua demanda, COM EXCLUSIVIDADE, a seu preço e à sua clientela. Investe em uma marca forte, de grande valor comercial, indicando um fundo de comércio baseado na marca e no estilo que

vende. Impõe esse estilo a seus fornecedores, que são, na verdade, **meros intermediadores de mão de obra barata e precarizada**. Tais pseudo-empresas interpostas, chamadas pela autuada de fornecedoras, funcionam, na realidade, como verdadeiras células de produção da empresa ZARA, todas interligadas em rede por contratos **simulando fornecimento**, mas que, na realidade, **encobertam nítida relação de emprego entre todos os obreiros das oficinas e a empresa autuada**. O nível de dependência da rede varejista às suas "marcas próprias" é tão elevado que exige forte gestão de fornecedores (definição de peças, qualidade, preço, logística, etc.). (MTE, 2011B, p. 107)

Nesse sentido, a atuação dos atores públicos nas fiscalizações buscaria repor os aspectos relacionados ao direito do trabalho nas relações que teriam sido supostamente transformadas em relações entre empresas. O relatório frisa que as roupas eram confeccionadas com exclusividade para a empresa autuada, em que se constituiria monopólio. Nesse sentido, as demais empresas imbricadas no meio da cadeia, as ditas fornecedoras, seriam, na realidade, uma estratégia para encobrir o vínculo formal de emprego e lograr o barateamento da produção e a redução de custos. Ou, para usar a noção cunhada por Lima (2002), trata-se da artimanha dos processos de flexibilização. É partindo dessa crítica que os auditores justificam a restituição da relação de emprego que haveria entre os extremos da cadeia.

Como foi dito quando tratávamos da definição do contrato de trabalho¹⁷³, conforme define Supiot, esse tipo de relação se assenta na ideia de subordinação e de desigualdade. Nesse sentido, o direito do trabalho seria caracterizado como a antípoda do direito liberal – que parte da ideia de uma relação de liberdade e igualdade entre os termos¹⁷⁴. O eixo central da discussão sobre a responsabilização é exatamente a natureza das relações estabelecidas ao longo da cadeia produtiva: se relação civil ou se relação trabalhista.

A empresa Marisa, que foi responsabilizada pelo MTE por reduzir os trabalhadores à condição análoga à de escravo, judicializou uma ação contra a atuação dos auditores fiscais do trabalho, alegando a inexistência de vínculo empregatício com os migrantes em questão. Alegavam apenas manterem relações de prestação de serviço, isto é, uma relação entre empresas. Acompanhamos o julgamento, no qual o MTE era o réu. O auditor fiscal do trabalho, em seu depoimento, frisava exatamente os aspectos que restituiriam a

¹⁷³ Ver tópico 1.1.2 *A lógica da produção nas oficinas de costura: o fim das garantias trabalhistas e do contrato de trabalho*.

¹⁷⁴ "Dans le contrat civil, la volonté s'engage; dans le contrat de travail, elle se soumet. L'engagement manifeste la liberté, la soumission la nie. Cette contradiction entre autonomie de la volonté et subordination de la volonté aboutit à ce que le salarié est à la fois appréhendé dans l'entreprise comme sujet et comme objet du contrat.(...) Le droit du travail a eu et a toujours pour première raison d'être de faire ressurgir le salarié en tant que sujet de droit dans l'entreprise, c'est-à-dire de <civiliser> le pouvoir patronal, en le dotant d' un cadre juridique d'exercice. Cet encadrement a signifié dans le même temps – irréductible ambivalence du droit – une légalisation et une limitation de ce pouvoir." (SUPIOT, 1994, p. 124)

relação de trabalho. Como no caso anterior, ele alegava que as “*fornecedoras*” eram pseudo-empresas que se emaranhavam na cadeia produtiva da Marisa, expediente utilizado pelo magazine justamente no sentido de descaracterizar a relação contratual trabalhista. A sentença da juíza, expedida em primeira instância, não foi favorável à tese que MTE e MPT vêm defendendo. A juíza decidiu por uma:

Ação Anulatória interposta com objetivo de anular os autos de infração [expedidos pelo MTE que responsabilizavam a Marisa]. (...) Aduz que a autuação se deu em virtude do fiscal do trabalho declarar que a autora mantém trabalhador em condições análogas à de escravo, apesar de ser-lhe esclarecido que tais profissionais não eram empregados, mas sim terceirizados, os quais prestavam serviços à empresa diversa da autora. Invoca a incompetência material da fiscalização do trabalho para declaração de vínculo de emprego e trabalho escravo, violação aos princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, bem como não preenchimento dos requisitos legais para a lavratura dos autos de infração. (...) Há que se ponderar que a própria Consolidação das Leis do Trabalho que ampara o auto de infração realizado, também prevê que não existe vínculo empregatício entre os empregados da prestadora de serviços e a tomadora dos serviços daquela (artigos 2º e 3º). (...) O próprio representante da ré [o auditor fiscal] não soube esclarecer quem dirige o trabalho dos estrangeiros, afirmando apenas: “... que acha que é o oficinista...”. Ao ser novamente sabatinado pela juíza, declarou “... que no local, no dia da fiscalização, não havia qualquer empregado registrado pela autora [Lojas Marisa]; que não se recorda o nome da empresa que fornece o material de trabalho para os estrangeiros...”. (...) Observe-se que de tais depoimentos não se constata a existência de contrato de trabalho ou prestação de serviços firmado diretamente entre os estrangeiros e a empresa autora, mas tão somente o fato de que esta **se utilizava de empresas terceirizadas** para elaboração do vestuário destinado à venda em seus estabelecimentos comerciais. Tal fato, por si só, **não caracteriza a responsabilidade direta** da autora com relação a tais trabalhadores, mesmo porque o contrato de trabalho é personalíssimo e, na qualidade de obrigação de fazer, só é cabível às partes contratantes. Diante dos depoimentos supracitados, poderia se falar em **responsabilidade subsidiária** da autora, a qual se limitaria aos direitos econômicos não satisfeitos oportunamente pelo real empregador, isso por ter se beneficiado do tempo e das condições físicas dos trabalhadores em decorrência do trabalho a ela prestado por intermédio de empresa interposta. Nesse sentido, a Súmula 331 do TST. (...) No caso em comento, o fiscal do trabalho extrapolou a sua competência de fiscalização ao considerar a relação de terceirização como se de emprego fosse, em total afronta à legislação laboral, tendo em vista o artigo 442 acima mencionado. (...) Importante lembrar aqui que os agentes fiscalizadores, agentes públicos que são, estão adstritos ao princípio da legalidade. A eles não se concede vontade própria, mas apenas a vontade da lei. Nessa moldura estrita é que se definem os limites de sua competência. (87ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO, 2013, p. 2-5)

A juíza não acatou a tese dos servidores do MTE e do MPT, segundo a qual a tomadora final seria responsável pela cadeia produtiva. Nesse sentido, a magistrada frisa que a responsabilização seria, no máximo, subsidiária, isto é, que só ocorreria após o esgotamento do responsável principal. É por conta da possibilidade desse tipo de compreensão por parte do judiciário que o MPT tem evitado a judicialização dos processos. Ressalta-se que a empresa em questão judicializou ação contra a fiscalização do MTE apesar de ter se comprometido, através de um TAC assinado em 2007¹⁷⁵, a emendar esforços para que a situação encontrada pela fiscalização não se repetisse, ainda que não tivesse assumido responsabilidade pelo ocorrido. A fiscalização contestada na justiça ocorreu em 2010.

Para o procurador do MPT, a tomada de TACs apresenta-se mais eficaz, uma vez que os próprios atores envolvidos na situação definem os termos do documento, não havendo o ajuizamento e interferência de árbitro externo. O primeiro TAC em que uma empresa autuada passa a se responsabilizar pela cadeia ocorreu com a Marisa em 2007. Nesse momento ela assume a responsabilidade social. Isto é, a empresa reconhece que houve falha nas auditorias, que esse tipo de situação não era aceita pela empresa. Segundo o procurador do trabalho, o reconhecimento por parte da empresa de que ela tem relação com a situação da sua cadeia de fornecedores foi um primeiro passo. Antes disso, as empresas simplesmente diziam que não tinham nada a ver com o que ocorria, alegavam ser um problema relacionado a outras empresas que lhes prestavam serviços (ver caso das Pernambucanas referido anteriormente). Já no TAC firmado com a Zara, um dos principais pontos, que é visto pelo procurador como um imenso ganho, refere-se ao compromisso firmado pela empresa em se **responsabilizar juridicamente** por toda a sua cadeia, o que não significa confissão de culpa em relação à fiscalização do MTE. A partir do TAC, a empresa se comprometeu a controlar sua cadeia no sentido de que não haja reincidência de trabalho em condição análoga à de escravo e, ainda, passa a assumir a responsabilidade jurídica pelas situações que possam vir a aparecer no emaranhado de empresas de seus fornecedores. Segundo o procurador entrevistado:

O discurso da responsabilidade jurídica é “se encontrou trabalho escravo em nossa cadeia, nós vamos pagar as multas, arcar com as responsabilidades pelos direitos trabalhistas desse pessoal.” A gente está num momento em que há muita terceirização da cadeia produtiva. Essa terceirização não é por si só

¹⁷⁵ Esse acordo não foi estabelecido após fiscalização do MTE, que só ocorreu em 2010, mas como desdobramento da denúncia realizada pela CPI do Trabalho Escravo, finalizada em 2006. Nesse termo, “a rede varejista se compromete a tomar providências (por meio de advertências no site, cláusulas em contratos comerciais e de visitas periódicas a fornecedores) no sentido de evitar ligações com oficinas com trabalho ilegal.” (HASHIZUME, 2010) Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2010/03/escravidao-e-flagrada-em-oficina-de-costura-ligada-a-marisa/>. Acesso em: 08/08/2013.

ilícita, mas o que é ilícita são algumas repercussões deletérias que ela gera. Nos tribunais a gente discute se é necessário comprovar culpa nessas terceirizações da cadeia produtiva, ou não. Aqui, no caso Zara, a gente avançou muito. O último, no topo da pirâmide, ele responde, independente de culpa, o que se chama de responsabilidade objetiva. (...) O beneficiário final responde independentemente de culpa, se fiscalizou bem ou mal, ele responde por tudo que acontecer em sua cadeia produtiva. Em termos jurídicos isso é um ganho sem precedentes. Eu vejo como materialização do princípio de justiça, aquele que aufere os bônus deve arcar com os ônus. Não dá para terceirizar todos os riscos da economia.

Poder-se-ia indagar qual seria o interesse das empresas em assinarem TACs e se responsabilizarem pela cadeia. Isso se deve justamente ao empenho de demonstrar uma melhora na conduta, após a fiscalização amplamente divulgada na imprensa, e agir em conformidade com os princípios da ética e da responsabilidade social. Trata-se de estratégia de marketing para, como diz o procurador entrevistado, “não sangrar lentamente”. A perspectiva para a compreensão desse empenho não deve ficar presa a características morais; são estratégias de posicionamento no mercado.

Os parâmetros da organização do trabalho e os mecanismos desenvolvidos pelos atores estatais para tutelar os direitos trabalhistas passam ao largo das ferramentas da época do “trabalho fordista” de 30 anos atrás. Outras estratégias são colocadas em prática, uma vez que o setor está organizado de modo diferente; deve-se elaborar uma estratégia para restituir o vínculo de emprego que antes era dado de antemão. Por parte da organização dos trabalhadores, a organização sindical nesse segmento foi praticamente desmantelada. Ao mesmo tempo, a gramática do trabalho informal não entra nesse tipo de atuação. As ações desenvolvidas pelos sindicatos de costureiras têm como referência o trabalhador formalizado e, sobretudo, o trabalhador nacional. Até meados dos anos 2000, os migrantes da costura eram tomados como um problema para os sindicatos, pois eram compreendidos como fator de aumento da concorrência no mercado de trabalho dos costureiros, rebaixando os preços. Ao não se organizarem sindicalmente, minariam o poder da organização sindical que já estava bastante fragilizado por conta dos processos de reestruturação produtiva. Além da proibição de sindicalização determinada pelo Estatuto do Estrangeiro¹⁷⁶, o modo como os migrantes se inserem no mercado de trabalho em São Paulo não favorece a constituição de uma identidade de classe.

¹⁷⁶ Artigo 106, inciso VII “É vedado ao estrangeiro: participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.”. Lei nº 6.815, 19 de agosto de 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm Acesso em: 13/08/2013.

Os auditores buscam evidenciar a relação de direção que torna a principal beneficiária da situação encontrada também a responsável pela precariedade da inserção dos migrantes da costura no país, em que a direção do trabalho realizado pelos costureiros está relacionada diretamente à empresa responsável pela comercialização. É nesse sentido, e apenas nesse sentido, que se podem encontrar aspectos relacionados ao direito do trabalho nas autuações do enfrentamento ao trabalho escravo. Evidenciaremos adiante como são pautadas ações que ficam ao largo da gramática do direito trabalhista, intervenções que têm como referência a organização do mercado e o governo da população migrante em São Paulo.

3.4.2 Pela erradicação do trabalho escravo: estratégias de inclusão, estratégias de mercado

Parte das fiscalizações empreendidas pelo MTE, como mostramos anteriormente, visa restituir o direito do trabalho (para um número reduzidíssimo de trabalhadores) e responsabilizar aquele que auferir os maiores ganhos com a exploração do trabalho. No entanto, a hipótese que defenderemos é de que as fiscalizações dão origem, ao mesmo tempo, a uma série de ações que estão ancoradas e referenciadas na organização do mercado. A proposta é analisar os sentidos das ações de fiscalização, e seus desdobramentos, que extrapolam e deslocam a problemática do trabalho¹⁷⁷, pondo em marcha uma série de mecanismos de *inclusão* dos migrantes por meio de mecanismos de mercado e que significam, ao mesmo tempo, mecanismos de gestão do fluxo migratório. **Deve-se frisar que nossa proposta não é negar ou refutar esse tipo de ação, longe disso, trata-se de evidenciar a racionalidade pela qual ela opera e, assim, evidenciar seus limites.** A postura crítica repousa justamente na demonstração de suas possibilidades, alcances e contradições.

Para auxiliar a compreensão dos sentidos dos desdobramentos das ações de fiscalização, nos inspiraremos nas análises de Michel Foucault nos cursos do *Collège de France* de 1978 e 1979 e numa série de estudos que partiram dessa análise da racionalidade neoliberal. Em *Nascimento da biopolítica*, Foucault não analisa o modo como os governantes efetivamente governam, não trata da análise da prática governamental real, com seus problemas postos em conjunturas específicas. Foucault

¹⁷⁷ Consequentemente, desloca-se a discussão sobre trabalho informal e assalariamento. Atores antes imbricados nessa discussão já não têm vez no novo cenário que se constitui. Os sindicatos desaparecem de cena e emerge uma nova gramática que é operacionalizada por novos atores, como por exemplo, as ONGs e o empreendedorismo.

analisa o que define como a *arte de governar*, isto é, a maneira de governar o melhor possível e, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira de governar. Ou seja, o autor procurou apreender a instância da reflexão *na* prática de governo e *sobre* a prática de governo. (FOUCAULT, 2008b, p. 4). Nós, por outro lado, buscaremos analisar, à luz desses escritos, a arte de governar em sua prática, com os problemas conjunturais do caso em tela.

Com o auxílio das ferramentas teóricas sobre a arte de governar, buscaremos compreender as ações de governo relacionadas ao combate ao trabalho escravo, que aparecem como políticas de inclusão do migrante: como ensiná-los a serem bons empreendedores no espaço urbano; como conduzir suas condutas (ou como *empoderá-los*) para que se insiram de determinada forma no mercado em São Paulo. A proposta é analisar quais os mecanismos e técnicas de sujeição e subjetivação que conformam a presença desses migrantes na cidade; quais os sentidos das intervenções jurídicas na formação do mercado; qual o sentido das leis contra o trabalho escravo (uma moldura contra o “lucro fácil”¹⁷⁸) e como a defesa do trabalho pode significar a gestão dos fluxos migratórios.

Em *Nascimento da biopolítica*, Foucault analisa as duas primeiras versões do neoliberalismo – em sua vertente alemã e na americana – que surgem como respostas à chamada crise do liberalismo, marcada por situações concretas, como o aumento do custo econômico do exercício das liberdades, nesses países, pela ameaça do socialismo, do nacional-socialismo e do fascismo. As respostas a estas ameaças teriam ocorrido entre os anos 1930 e 1960, período em que se estrutura a arte neoliberal de governar, baseada em mecanismos de intervenção econômica.

O neoliberalismo alemão surge com referência à reconstrução do Estado alemão no pós-guerra e à crítica ao nazismo¹⁷⁹. O programa neoliberal, neste contexto, se vincula à ideia de uma fundação legitimadora do Estado, apoiada no exercício garantido da liberdade econômica. Para os liberais do século XVIII, o problema era estabelecer critérios para limitar as formas de intervenção do Estado na economia, resguardando uma esfera de liberdade econômica para o desenvolvimento deste Estado. No neoliberalismo alemão, o problema é a constituição e a legitimação de um Estado, em oposição ao modelo nazista, que não partisse da afirmação do próprio Estado, mas que partisse de um domínio não-

¹⁷⁸ Expressão usada pelo deputado Carlos Bezerra Jr. quando da promulgação da lei 14.946/13 pelo governador Alckmin.

¹⁷⁹ Para Foucault, a origem desse neoliberalismo alemão, formulado na Alemanha pós-Hitler, buscava uma arte de governar que justificasse a existência da intervenção estatal para o crescimento de um determinado capitalismo. Não poderia ser um Estado tal como o Nacional-Socialista. Surge uma nova arte de governar que tem como desafio encontrar o bom governo, que não seja nem intervencionista de mais e nem de menos e que pudesse se legitimar no novo contexto histórico-social.

estatal, representado pela liberdade econômica. Foucault, ao analisar o funcionamento das políticas sociais no ordoliberalismo alemão, afirma que elas não funcionam a contrapelo da economia de mercado,

“mas é, o contrário, a título de condição histórica e social de possibilidade para uma economia de mercado, a título de condição para que o mecanismo formal da concorrência aja, para que, por conseguinte, a regulação que o mercado concorrencial deve assegurar possa se dar corretamente e não se produzam os efeitos sociais negativos que se deveriam à ausência de concorrência.” (FOUCAULT, 2008b, p. 222)

Nesse sentido, as políticas sociais devem anular não os efeitos antissociais da concorrência, mas justamente os mecanismos anticoncorrenciais que a sociedade poderia suscitar, que poderiam nascer na sociedade. Saltando no nível analítico, como mostraremos no próximo tópico, pode-se dizer que o combate ao trabalho escravo ocorre não por ser efeito antissocial da concorrência, mas, ao contrário, por ser um mecanismo anticoncorrencial que interfere nas dinâmicas do mercado. Para o ordoliberalismo:

(...) a relação entre uma economia de concorrência e um Estado não pode mais ser de delimitação recíproca de áreas diferentes. Não haverá o jogo do mercado, que se deve deixar livre, e, depois, a área e que o Estado começará a intervir, já que precisamente o mercado, ou antes, a concorrência pura, que é a própria essência do mercado, só pode aparecer se for produzida, e produzida por uma governamentalidade ativa. Vai-se ter portanto uma espécie de justaposição total dos mecanismos de mercado indexados à concorrência e da política governamental. O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado. (2008b, p. 164-165)

Para analisar as fiscalizações e seus efeitos, nos inspiraremos no modo em que Ananya Roy, utilizando-se desse referencial foucaultiano, opera a noção de governamentalidade cívica (2009). A autora parte da ideia de governamentalidade para analisar as políticas de inclusão no Líbano e na Índia. Suas preocupações são diferentes das nossas, ela se refere às políticas de gestão do espaço urbano com participação popular e repressão – as remoções forçadas e os deslocamentos voluntários, a produção de espaço pela produção de paz e de guerra. Em seu estudo, ela parte da já clássica definição foucaultiana da arte liberal de governar, a governamentalidade, como a direção calculada da conduta humana, a definição da *condução das condutas*. Segundo Roy, para Foucault, a arte de governo é diferente da soberania – o exercício de poder pelo Estado em

determinado território – e diferente da disciplina – o controle e a regulação dos corpos. A governamentalidade se desdobra através da mobilização dos interesses e aspirações dos próprios governáveis, do governo de si, através de sujeitos livres; trata-se de estruturar o campo de atuação em que o sujeito, repleto de liberdade, deverá atuar. É a formatação de mecanismos de governar que operam por meio da liberdade individual.

Frédéric Gros (1998, p. 84) sugere que os estudos de Foucault até meados dos anos 1970, através do eixo analítico saber-poder, se debruçaram sobre as implicações de três domínios (as formações de saber, os mecanismos de poder e as formas de subjetivação), em uma operacionalidade em que as relações de poder aparecem como matrizes das formações de saber e das formas de subjetivação. Para Márcio Alves da Fonseca (2005, p. 157), com a ideia de governamentalidade, os três domínios saber-poder-subjetivação passam a ser tematizados de outro modo, pois se deixa de evidenciar que as formações de saber e as formas de subjetivação são produzidas pelos mecanismos de poder. Passa-se a pensar como os três domínios se articulam em uma determinada arte de governar. Com a ideia de governamentalidade, Foucault desloca o eixo da relação saber-poder para o de governo dos homens, no qual a ideia da ação sobre a população passa a ser central.

Para Roy, a metrópole do século XXI é um espaço paradoxal. De um lado é caracterizada pela cidadania de base, pela organização da sociedade civil e a mobilização social. A maior parte dos países do globo vive sobre regimes democráticos e, nesse sentido, há um *espírito populista* para a gestão dos espaços urbanos, que é sempre institucionalizado por condicionalidades desenvolvimentistas que pautam os modos de participação. Ao mesmo tempo e, por outro lado, essa mesma cidade é marcada por profundas formas de desigualdade que tendem a se reproduzirem (2009, p. 159-160). Em seu estudo, Roy analisa as políticas de inclusão e, conseqüentemente, os modos como esses regimes de inclusão são institucionalizados. Ela evidencia quem são esses sujeitos governáveis e quais espaços governados são produzidos através de mecanismos de governamentalidade.

A análise sobre a governamentalidade cívica se estrutura em três eixos que são perscrutados detalhadamente pela autora: a infraestrutura de mediação populista, composta por ONGs; as tecnologias de governo, constituída pela geração de conhecimentos sobre os governáveis; as normas e regras de si, assentadas na ideia de civilidade e civismo. Roy chega a essas questões não através de uma etnografia, tampouco de uma observação refinada de como funcionam as organizações que implementam esses regimes de inclusão. Não faz uma análise de como essas organizações funcionam; ou como

seus membros e líderes se relacionam; tampouco observa como os trabalhos desenvolvidos pelas entidades em pauta transformam a vida dos membros e dos beneficiários. Ela reconhece que essas análises podem ser importantes, mas não são o foco de sua análise – tampouco é o que colocaremos em evidência em nossa análise das ações das ONGs implicadas no TAC. O ponto de Roy é compreender a estratégia urbana implementada por cada uma dessas organizações (o Hezbollah no Líbano e o Sparc na Índia), e como essas estratégias se desdobram na cidade burguesa e na produção do espaço. Sua análise visa criticar a estratégia de inclusão a partir do modo pelo qual ela ocorre, não se trata de simplesmente desprezá-la. Ela ilumina os limites e as contradições dessas políticas de inclusão. Nossa perspectiva está fortemente inspirada no modo pelo qual Roy opera sua análise.

Para empreender esse esforço, Roy analisa as governamentalidades que surgem das organizações de base – isto é, as ONGs na Índia e o Hezbollah no Líbano – que buscam consolidar um reino cívico. Localizando-se em uma discussão sobre o papel e o poder das ONGs e movimentos que se dizem representantes da sociedade civil, ela rejeita a ideia que vê nessas organizações uma zona de contato, uma zona intermediária entre o “Estado lá em cima” e “a comunidade aqui embaixo”. Trata-se da problematização do que seria a sociedade civil organizada tal como Gupta e Ferguson (2002) analisam no contexto africano. Ao discutirem os processos de espacialização do Estado, os autores polemizam com a discussão sobre movimentos sociais, em que propõem a existência de uma governamentalidade transnacional. Ao invés dessa zona intermediária de contato, para Gupta e Ferguson, esses regimes de governo de base resistem e consentem com o que pode ser descrito como formas verticais, de cima para baixo, de regramento, de gestão, que emana tanto do Estado como de instituições internacionais – sobretudo o Banco Mundial e o FMI (GUPTA e FERGUSON, 2002). Roy sugere que esses regimes cívicos produzem uma governamentalização do Estado¹⁸⁰, recriando os termos da regra e da cidadania. Pois, nos regimes de governamentalidade cívica, o sujeito urbano é simultaneamente *empoderado* e autodisciplinado, removido de suas moradias e, ao mesmo tempo, recompensado. A lógica da governamentalidade cívica atua por meio de mecanismos que amalgamam dois sentidos em suas práticas.

¹⁸⁰ A noção de governamentalização do Estado é importante para Foucault. Respondendo àqueles que o acusavam de não fazer uma teoria do Estado, ele afirma que o Estado não tem essência e, portanto, não é um universal. Assim, ele compreende que as práticas estatais do Estado contemporâneo se governamentalizaram, isto é, passaram a se pautar pela gestão das populações, pelo biopoder. Isso não quer dizer que seja exclusividade da ação estatal o poder governamental.

Essas contradições, para Roy, são constitutivas das políticas de inclusão e indicam os caminhos pelos quais as lutas urbanas envolvem muito mais do que geografias *inside* e *outside*, incluídos e excluídos. Ela evidencia como os procedimentos de governamentalidade cívica em tela desdobram-se na produção de espaço, em que as políticas compensatórias – em relação às remoções – passavam a mobilizar a população. As ONGs na Índia atuam de modo colaborativo, dialogando e negociando com as políticas do Banco Mundial e FMI e com os pobres urbanos. Ela conclui que o papel mais importante dessas entidades era a atuação em relação à definição das políticas compensatórias para aqueles que seriam removidos no processo de renovação urbana. As políticas de inclusão, naquele contexto, eram as políticas compensatórias geridas por essas entidades. Neste caso, ela afirma que as políticas de compensação não poderiam ser rejeitadas como cooptadas, tampouco assumidas como formas insurgentes de cidadania.

De fato, devem ser seriamente tomadas como uma modalidade de inclusão, uma que torna possível o reassentamento, a reabilitação e o diálogo. Mas também pode se concluir que essas formas de participação e inclusão produzem uma subjetividade política distinta. Uma subjetividade que está preocupada com os cálculos da compensação. Esses sujeitos governados são os que buscam ser compensados. (...) De um lado, o cálculo da compensação é constantemente expresso pelas racionalidades calculistas e essas racionalidades são internalizadas pelos sujeitos que se autogovernam. Por outro lado, a compensação é um cálculo de tempo-espaço das coordenadas irracionais: datas limites arbitrárias, fronteiras ao capricho. Isso produz uma subjetividade empresarial, que se pode barganhar com essa lógica inconstante, mas que também produz uma subjetividade mergulhada na moralidade da colaboração, da participação e da mediação. Protestar e confrontar é estar fora dos parâmetros da cidadania. É o que o relatório do Sparc 2004-2005 diz após o despejo de 300 mil favelados: ‘nós continuamos a dialogar com a cidade porque estamos ancorados nas comunidades pobres, especialmente na experiência das mulheres pobres... elas não tem chance para além de viver na cidade e se pacificarem com isso.’ Este é o poder da governamentalidade cívica.¹⁸¹ (ROY, 2009, p. 173)

À luz dessa análise, buscaremos compreender as técnicas de gestão dos migrantes da costura em São Paulo. Como conduzir a conduta desses migrantes, incluindo-os à

¹⁸¹ “Indeed, it must be taken seriously as a modality of inclusion, one that makes possible resettlement, rehabilitation and dialogue. But it can also be concluded that such forms of participation and inclusion produce a distinctive political subjectivity, one that is concerned with the calculus of compensation. This governed subject is one that seeks to be compensated. (...) On the one hand, the calculus of compensation is constantly expressed in calculative rationalities and these rationalities are internalized by the self-governing subject. On the other hand, the compensation is a time-space calculus of irrational coordinates: arbitrary cut-off dates, capricious boundaries. This produces an entrepreneurial subjectivity, one that can bargain with this fickle logic, but it also produces a subjectivity steeped in the morality of collaboration, participation and mediation. To protest, to confront, is to stand outside the parameters of citizenship. It is thus that the SPARC 2004–2005 Annual Report, written after 300,000 slum dwellers were evicted, concludes: “We continue to dialogue with the city because we are anchored in poor communities, especially the experiences of poor women...They have no choice but to live in the city and make peace with it”. This is the power of civic governmentality.” (ROY, 2009, p. 173). Tradução própria.

sociedade e tornando-os sujeitos governáveis, como estruturar o campo de ação no qual essa população deve atuar. Ao mesmo tempo em que se restitui o direito do trabalho para alguns, tem-se o estímulo à proliferação da forma empresa entre a população migrante. São mecanismos de gestão do social, que regulam o fluxo de migrantes através de mecanismos de mercado.

Retomando a discussão de Foucault, o neoliberalismo alemão centrou suas políticas sociais em dois grandes eixos: de um lado tratou da formalização da sociedade com base no modelo da empresa e, por outro, a redefinição da instituição jurídica e das regras de direito numa sociedade regulada a partir da economia concorrencial de mercado. As instituições jurídicas são centrais para a proposta de um determinado capitalismo que se pretende e que de fato se constrói. As inovações e as correções propostas pelo ordoliberalismo, segundo Foucault, que permitirão instaurar uma ordem social economicamente regulada com base na economia de mercado, ocorrem com a mudança institucional, isto é, com a aplicação do *rechtstaat* à economia. É a aplicação do Estado de direito, do reinado da lei, à economia.

O Estado de direito, de forma sintética, é o que se opõe ao despotismo, que faz da vontade do soberano a obrigação de cada um, e se opõe ao Estado de polícia, que se define pela inexistência de diferença entre as prescrições gerais do poder público em relação às decisões conjunturais, locais e individuais desse mesmo poder público (sua regulamentação). O Estado de direito apresenta-se como alternativa tanto ao despotismo, como ao Estado de polícia. “O Estado de direito é definido como um Estado em que os atos do poder público não poderão adquirir valor se não forem enquadrados em leis que os limitam antecipadamente.” (FOUCAULT, 2008b, p. 233). O princípio e a origem do caráter coercitivo passam a ser a lei. No Estado de direito são distinguidas as disposições legais, de um lado, e as medidas administrativas, de outro. O primeiro aspecto seria contrário ao despotismo, enquanto o segundo ao Estado de polícia. No Estado de direito, qualquer cidadão, em princípio, tem possibilidade concreta de se contrapor ao poder público por vias institucionais. Ao mesmo tempo, há instâncias judiciárias que arbitram as relações entre os indivíduos e o poder público.

Foucault sugere que a renovação neoliberal proposta pelo ordoliberalismo está justamente na introdução dos princípios do Estado de direito na legislação econômica. Isto é, não pode haver intervenções legais do Estado na ordem econômica a não ser que essas intervenções legais adquiram a forma da introdução de princípios formais. Ou seja, o Estado de direito deverá formular medidas econômicas de caráter geral, sem se propor a

um fim particular: a lei econômica é regra estabelecida *a priori*, deve definir uma moldura dentro da qual os agentes econômicos poderão decidir com toda liberdade, com a certeza de que o quadro legal será constante, em que se saberá de antemão como o poder público irá se portar. Foucault afirma que para o ordoliberalismo, o Estado deveria, no limite, ser cego aos processos econômicos. A economia, para o Estado e os indivíduos, deve ser um jogo com um conjunto de atividades reguladas. Um conjunto de regras que determina de que modo cada um deve jogar, mas ninguém conhece o desenlace. “A economia é um jogo e a instituição jurídica que emoldura a economia deve ser pensada como regra de jogo.” (FOUCAULT. 2008, p. 238). O capitalismo renovado proposto pelos neoliberais alemães é justamente um jogo de empresas regulado no interior de uma moldura jurídico-institucional garantida pelo Estado, trata-se de garantir a regra do jogo econômico e não o controle social-econômico. O Estado de direito aplicado à economia consiste em definir a moldura mais racional no interior da qual os indivíduos realizarão suas atividades de acordo com os seus planos pessoais; nesse sentido difere-se totalmente da planificação econômica que se observava do outro lado da cortina de ferro.

Os atores econômicos seriam senhores do jogo, o Estado seria o garantidor das regras estipuladas previamente. Assim, há necessariamente uma revalorização das esferas de arbitragem, do judiciário. Na sociedade em que o verdadeiro sujeito econômico deixa de ser o homem da troca, ou o consumidor, ou o produtor, e passa a ser a empresa, que não é simplesmente uma instituição, mas certa maneira de se comportar no campo econômico, mais aumentam as superfícies de atrito, de conflito e litígios.

Enquanto a regulação econômica se dá espontaneamente, pelas propriedades formais da concorrência, a regulação social por sua vez – a regulação social dos conflitos, das irregularidades de comportamento, dos danos provocados por uns aos outros, etc. –, tudo isso vai exigir um intervencionismo judiciário que deverá ser praticado como arbitragem no âmbito das regras do jogo. (...) Multiplicação da dinâmica das empresas e, com isso, necessidade de instâncias judiciárias ou, em todo caso, de instâncias de arbitragem cada vez mais numerosas. (...) O ordoliberalismo, portanto, projeta uma economia de mercado concorrencial, acompanhada de um intervencionismo social que, por sua vez, implica uma renovação institucional em torno da revalorização da unidade “empresa” como agente fundamental. Parece-me que o que se vê nascer aí é, por um período talvez breve ou talvez um pouco mais longo, algo como uma nova arte de governar, em todo caso uma certa renovação da arte liberal de governar. (FOUCAULT, 2012, p. 240-241-242)

Após analisar o neoliberalismo em sua vertente alemã, que teria formatado uma racionalidade de governo que tendia a se espalhar para o globo, Foucault analisa o que

denomina de anarcocapitalismo, que insurge do neoliberalismo americano. Aqui se generaliza a forma política de mercado para todo o corpo social, ela passa a funcionar como princípio de inteligibilidade das relações sociais e dos comportamentos individuais. Estaria no cerne dessa nova política neoliberal a teoria do capital humano. Para a arte neoliberal americana de governar, a análise do comportamento humano passa a ser uma das tarefas da economia política. Nesse sentido, a economia deixa de ser apenas a análise lógica e histórica de um processo, e passa a ser composta por uma programação estratégica das atividades e dos comportamentos dos indivíduos. Isto é, como compor o capital humano, quais seus elementos hereditários e inatos, como ele pode ser adquirido através de políticas educacionais, etc. Para a economia que parte da constatação de que o homem é capital para si mesmo, diversos outros domínios da vida entram em jogo, como, por exemplo, o tempo de afeição dos pais com os filhos, a saúde dos indivíduos, o problema dos deslocamentos, etc. Deste modo, segundo Foucault, na arte neoliberal de governar, o traço peculiar seria a maneira pela qual a economia de mercado passaria a ser utilizada para decifrar relações que não são propriamente relações de mercado. O critério econômico torna-se referência central para a compreensão dos fenômenos sociais e políticos. A política é reduzida a uma racionalidade econômica e, deste modo, é pensada e praticada por critérios essencialmente técnicos¹⁸².

3.4.2.1 Estratégia de mercado: mirando na concorrência leal ou contra o *dumping social*

Partindo dessa breve e sucinta contextualização teórica sobre as políticas de inclusão e, ainda, sobre a arte neoliberal de governar, podemos olhar mais detidamente os desdobramentos das fiscalizações de combate ao trabalho escravo. Desde a CPI do Trabalho Escravo realizada na câmara dos vereadores de São Paulo, vem se afirmando a necessidade de criar leis que estabeleçam uma moldura que enquadre de forma mais rigorosa aqueles que se utilizam do trabalho escravo. Nesse sentido, foi promulgada em 2013 uma lei estadual, proposta pelo deputado Carlos Bezerra Jr. (PSDB), que cassa a licença do registro de ICMS das empresas que se beneficiarem de trabalho análogo ao de escravo, impedindo sua atividade econômica no Estado, além de suspender a possibilidade

¹⁸² Há outra discussão bastante importante realizada por Foucault, que não retomaremos aqui, que se refere ao mercado como regime de verificação das ações de governo. “Na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço, etc., ele constitui nesse sentido um lugar de verificação, quero dizer, um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental. (...) O mercado é que vai fazer que um bom governo já não seja somente um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade.” (FOUCAULT, 2008b, p. 45).

de o empresário abrir outra empresa no mesmo ramo de atividade por um período de dez anos¹⁸³. Trata-se de medida que visa estabelecer uma nova moldura no sentido de combater a prática do trabalho escravo. Se antes utilizar-se do trabalho escravo já não era legal por ferir o Código Penal Brasileiro, agora o empresário corre o risco de ter que suspender sua atividade econômica no Estado. A declaração do governador Geraldo Alckmin revela o espírito da lei:

São Paulo não abriga cativos. São Paulo abriga fábricas. Que não existem para gerar milhões de reais, mas para gerar empregos. O trabalho serve para engrandecer o homem, não para aviltá-lo. (...) A lei será rigorosamente cumprida. **Resultará numa concorrência mais leal**, e será uma garantia ao mundo de que os produtos fabricados em São Paulo são livres de trabalho escravo¹⁸⁴.

Segundo reportagem da Repórter Brasil, para o auditor fiscal Renato Bignami, o maior desafio a partir da promulgação da lei não seria tanto sua regulamentação, mas informar o setor produtivo sobre ela. “Isso é mais complexo. É preciso garantir que tenham conhecimento sobre a lei, para não dizerem que foram pegos de surpresa.” O desafio seria, pois, evidenciar aos atores as mudanças relacionadas à moldura das regras do jogo econômico. Como afirma Foucault, no Estado de direito econômico, todos devem conhecer de antemão os termos da disputa concorrencial. A promulgação da lei não visa interferir diretamente na economia, planejando ou indicando qual o sentido dos investimentos, mas promover uma organização social a partir do regramento da concorrência; seria através de uma concorrência leal que o trabalho escravo deixaria de ocorrer. Segundo estudo do MPT, o emprego de trabalhadores nas oficinas de costura em situação análoga à de escravo significaria ao tomador do serviço uma vantagem competitiva de 2.348,17 reais mensais por cada trabalhador. “Em uma oficina com dez

¹⁸³ Segundo relatou o deputado Carlos Bezerra Jr., “Gulnara Shahinian, relatora especial da ONU sobre escravidão, apontou que a nova lei paulista é uma grande referência mundial para o enfrentamento ao trabalho escravo no planeta. Apontou que essa medida deveria se espalhar por outros países do mundo, a sanção integral da lei comprova que o governo do Estado de São Paulo tem a mesma compreensão.” Isto é, o Brasil, em especial o Estado de São Paulo, vem criando medidas de combate ao trabalho escravo que vem sendo espiada pelo globo. O país é referência na temática, aqui são criadas as principais estratégias que, posteriormente, circulam para outros contextos. Em outra notícia da Alesp, consta que “A nova lei paulista contra o trabalho escravo (Lei 14.946/2013), do deputado Carlos Bezerra Jr. (PSDB), está repercutindo internacionalmente. A medida é considerada por especialistas brasileiros como a mais rigorosa punição a escravagistas desde a Lei Áurea e motivou convite enviado pelo embaixador norte-americano do Escritório para Monitoramento e Combate do Tráfico de Pessoas, Luis CdeBaca, para audiência com Bezerra Jr. Discute-se aplicar iniciativa semelhante em outros países e criar um fórum binacional com sedes na Califórnia (EUA) e São Paulo, dois dos Estados com as mais avançadas legislações nesse tema no mundo. Durante o encontro realizado em Washington (EUA), o deputado e o embaixador apresentaram documento que propõe a criação do fórum e aprofundaram as discussões sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas. O objetivo, agora, é realizar intercâmbio de informações sobre as novas legislações e subsidiar outras iniciativas para defesa dos direitos humanos.” (Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/geral/noticia/noticia.jsp?id=332694>. Acesso em: 10/09/2013)

¹⁸⁴ Excerto da fala do governador Alckmin retirado de matéria disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/geral/noticia/noticia.jsp?id=332442>. Acesso em: 15/08/2013.

trabalhadores em tal situação, este explorador já sai com uma vantagem mensal de 23.481,70 reais, tornando inviável o ambiente de competitividade leal.”¹⁸⁵

Para Leonardo Sakamoto, coordenador da ONG Repórter Brasil, com a promulgação desta lei:

São Paulo terá a mais rigorosa legislação contra o trabalho escravo contemporâneo do país na esfera econômica. A aprovação e regulamentação de um mecanismo como esse contribui não apenas para combater uma das piores formas de exploração do ser humano, mas também **para melhorar a qualidade dos produtos paulistas vendidos dentro e fora do país e, consequentemente, a nossa balança comercial. Limpar a cadeia produtiva é uma forma rápida de ganhar mercados e melhorar a vida de trabalhadores.** (...) A maior força da lei, contudo, não está no efetivo fechamento de empresas, mas na possibilidade real disso vir a acontecer, como fator de dissuasão. E de “incentivo” à aplicação de políticas de monitoramento sobre cadeias produtivas. Ou seja, o que é responsabilidade social passaria também a ser responsabilidade legal¹⁸⁶.

Para Sakamoto, neste texto em específico, a luta contra o trabalho escravo pode ser compreendida em dois sentidos: tanto em termos de melhora da competitividade do produto nacional, como na melhora das condições de vida dos trabalhadores. São dois termos que compõem uma mesma política. Melhorar a posição da empresa no mercado e contribuir para a melhora da posição da balança comercial do país não são termos que aparecem em contraposição à ideia de exploração de trabalho em condições análogas à de escravo. Na realidade, são dois lados de uma mesma moeda, trata-se da conciliação entre a exploração do trabalho em condições regidas pela moldura estatal e o aumento da competitividade da empresa no cenário global, o que favorece a balança comercial do país¹⁸⁷.

É consenso entre os operadores estatais que o trabalho escravo é uma violação, ao mesmo tempo, à dignidade humana e à ordem econômica. Em um Balcão de Dúvidas organizado pelo MPT, que tinha como foco esclarecer a comunidade jurídica sobre o conteúdo da nova lei, buscou-se evidenciar os sentidos das mudanças formais da legislação sobre o tema. O procurador do trabalho que coordenava a sessão diagnosticou o que ocorria no caso dos migrantes da costura:

¹⁸⁵ A metodologia utilizada para chegar à essa estimativa não é explicitada. Relato extraído do site do MPT da 2ª região: http://www.prt2.mpt.gov.br/imprensa/noticia_detalhe.php?seq=2549. Acesso em: 15/08/2013.

¹⁸⁶ Publicado em maio de 2013, disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2013/05/13/analise-alcmin-cria-fator-de-dissuasao-contr-o-trabalho-escravo-em-sp/>. Acesso em: 15/08/2013.

¹⁸⁷ A tese de doutorado de Sakamoto (2007) opera em outro registro. É uma análise marxista que, sinteticamente, diagnostica o trabalho escravo no campo como um “mecanismo utilizado pelo capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão e modernização, garantindo competitividade a produtores rurais.” Em sua tese frisa-se o conflito, já no excerto extraído, o consenso.

Essa população chega atraída. Muitos vêm com recursos próprios e outros acabam se endividando no meio do caminho. Mas o ponto é que esse migrante tem informações muito turvas no tocante ao seu futuro contrato de trabalho. Tem um contato de indicação de endereço a seguir e alguém a encontrar. Haverá situação em que esse migrante estará totalmente à mercê desse contato que é a sua única referência por aqui, em muitos casos, ele chega a ser conduzido à habitação, sem condições de trabalho claras. Tem muitas vezes trabalhos que serão desenvolvidos da 7h da manhã até meia-noite. Com quatro a cinco pausas ao longo do dia. Muitas vezes, nos primeiros 90 dias não haverá nenhuma remuneração, pois o trabalhador estará aprendendo a costurar ou porque precisa pagar a dívida contraída. É comum haver descontos salariais por peças mal feitas. Esse desconto não será pelo preço de custo, mas pelo de mercado, 10 vezes mais caro. A gente chega à situação que isso é inequivocadamente trabalho escravo. O trabalho escravo independe, no âmbito extrapenal, do julgo do trabalhador, do trabalhador se sentir escravizado. Isso é um conceito que não interessa apenas a ele, por razões de ordem humana, o argumento é que a humanidade, a dignidade, não pode ser unilateralmente despojada pela pessoa. Parte-se da construção filosófica kantiana, um dado objetivo: até mesmo os incapazes merecem a tutela de sua dignidade, ainda que não sintam que ela seja vilipendiada. Deixando de lado as razões de ordem humanitária, tem as razões de ordem econômica: **lida-se em um ambiente em que é impossível a concorrência leal. Quando esse nível de *dumping social* se tornar absurdo, independe da circunstância do trabalhador de se sentir ou não lesado a sua subsunção à noção de trabalho escravo.**

Está mais do que claro que essas medidas em âmbito legislativo visam atuar no regramento do mercado, com estratégias que evitem que a concorrência ocorra de modo desleal, garantindo seu funcionamento dentro limites de uma moldura legal. A partir do regramento do jogo econômico, conseguir-se-ia fazer a política social de enfrentamento ao trabalho escravo. É o funcionamento da concorrência, regada pelo Estado, que impactará nas transformações sociais almejadas. Neste caso, não se trata de intervir diretamente nos aspectos relacionados à exclusão, aos efeitos deletérios da concorrência, trata-se exatamente de organizá-la. A política social, como afirma Foucault, deve ocorrer não a contrapelo da economia de mercado, anulando os efeitos destruidores que a liberdade econômica poderia ter sobre a sociedade, mas sim os efeitos anticoncorrenciais que poderia emanar da sociedade. Nesse sentido, o trabalho escravo não é visto como um efeito venenoso da liberdade econômica dos atores em jogo, mas de um efeito anticoncorrencial que atrapalha este jogo. As falas transcritas acima, de pessoas que estão tanto à direita como à esquerda no campo político, evidenciam a racionalidade e o consenso em torno dos mecanismos em questão: a busca de soluções para o enfrentamento e erradicação ao trabalho escravo, ou a inclusão dos migrantes, é realizada

através de um conjunto de políticas que emolduram o jogo econômico. A política social deriva sua fundamentação da organização do mercado, não se intervêm diretamente nos investimentos, mas assegura-se uma moldura que elimine os efeitos anticoncorrenciais que surgem da sociedade.

3.4.2.2 Desdobramentos do TAC da Zara

O procurador do trabalho envolvido no caso Zara, ao refletir sobre a estratégia adotada na assinatura do TAC com a empresa, fez a seguinte ponderação:

Existe a seguinte dúvida. Qual a melhor forma para eu me portar nessa situação? Se eu regularizo os direitos trabalhistas para o boliviano, paraguaio ou peruano, eu estarei aumentando ainda mais o fomento da vinda de trabalhadores migrantes. Estarei dizendo “o Brasil não só é bom, como é melhor ainda, **se já era bom quando se trabalhava em condições análogas a de escravo, imagina em condições regulares**”. Essa é uma forma bem séria de se ver o problema, porque você passa a mensagem de que o mercado brasileiro está aberto para eles e que eles podem vir trabalhar com carteira assinada. Então, **você estimula o fluxo desordenado de pessoas de fora do território**. Agora, o outro ponto de vista é o seguinte, não existe controle de fronteiras do país, isso só existe nos EUA e em Israel. Então, a fábula da deportação só tem em filme. Não há dotação orçamentária para deportar. O Brasil no máximo prende o cara, exige multas, daí a pessoa se esconde do Estado. Essa é a outra forma de ver esse problema. Esse processo é muito dialético, mas por enquanto está se consolidando o seguinte entendimento, ele é bem idealizado, pode até parecer ingênuo. **Mas, na medida em que não tenha controle de fronteira, talvez a medida mais acertada para controlar o fluxo desordenado nas fronteiras, a favelização e os problemas sociais decorrentes, seja tornar o custo de se contratar um estrangeiro igual ao de se contratar um brasileiro. É isso que esse TAC faz com relação à Zara. Dessa forma, você diminui o apelo ao estrangeiro, que é um *dumping social*. Então, talvez indiretamente, essa seja a medida mais apropriada para se conter essa vinda, porque você ataca na oferta do trabalho, para equilibrar. Esse é o principal ponto do TAC: tornar o mesmo custo de se contratar um brasileiro o de se contratar um estrangeiro.**

Ainda na chave da discussão que fizemos no ponto anterior, a reflexão transcrita acima faz referência à organização do mercado. O procurador faz alusão ao problema do *dumping social*: o apelo ao trabalhador migrante refere-se justamente ao rebaixamento de custo por meio da precarização das condições de trabalho, sobretudo devido às condições a que os migrantes se submetem. Esse rebaixamento de custo é visto como violação às regras de mercado e de concorrência; trata-se do problema da servidão voluntária a que os migrantes se assujeitam, que interfere na dinâmica concorrencial do mercado na RMSP.

No entanto, neste trecho, mais do que preocupação em garantir os direitos trabalhistas ou organizar a concorrência, nota-se um novo elemento: a busca pelo controle do *fluxo desordenado de migrantes de fora do território e os problemas sociais decorrentes*. Parte-se da constatação de que o fluxo de migrantes da costura causa problemas sociais e deve, portanto, ser gerido, isto é, contido. No mesmo sentido do ponto debatido anteriormente, a gestão desse fluxo ocorre através de mecanismos de mercado que, nesse caso, referem-se ao TAC¹⁸⁸ assinado com a Zara. O cerne da solução seria a equiparação do custo dos trabalhadores nacionais com o dos migrantes – trata-se de intervir na demanda de força de trabalho migrante. Este mecanismo será operacionalizado, como veremos a seguir, através da inclusão dos migrantes e de seu *empresariamento*. A gramática dessa discussão passa ao largo dos debates sobre trabalho, informalidade e assalariamento, não se opera mais com os termos críticos do campo antiliberal da defesa do trabalho e do trabalhador, a referência passa a ser atuar no/pelo mercado.

Na mesma linha da análise de Ananya Roy (2009), que se preocupa com as políticas de inclusão na Índia e no Líbano, buscaremos detalhar os procedimentos pelos quais o TAC se constitui como um disparador de políticas de participação e de inclusão de migrantes. O TAC busca deslocar o problema do trabalho escravo e incluir esse migrante de outro modo à vida urbana e à cadeia produtiva de confecções. Ao mirar na equiparação do custo do trabalhador brasileiro ao do estrangeiro, uma série de mecanismos de inclusão são colocados em movimento, mas deve-se questionar: inclusão em que exatamente? Como? Com quais objetivos? A final, quais são esses sujeitos governáveis e governados que se constituem? De que modo os migrantes passam a ser geridos?

No caso de Roy, ela sugere a noção de governamentalidade cívica para explicar o que se passa no Líbano e na Índia. Em linhas gerais, esta governamentalidade cívica seria formatada por meio de mentalidades e racionalidades específicas, compostas: de uma infraestrutura populista de mediação (as ONGs); tecnologias de governo (produção de conhecimento sobre os governáveis); normas e regras do governo de si (naquele caso, os ideais de civilidade e civismo). Talvez pudéssemos rastrear a governamentalidade no caso em tela através dos mesmos termos: uma infraestrutura de mediação (também composta por ONGs); tecnologias de governo (também constituída de conhecimento sobre os governáveis); normas e regras de si (não mais com a ideia de civilidade e de civismo, mas através do espírito do empreendedorismo). Rastrear o TAC assinado entre o MPT e Zara

¹⁸⁸ O TAC pode ser acessado no link: <http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/bdlink/documentos/docs/tac/2011/tacf565bb9efccaf6986443db0bf01018bc.pdf> <http://reporterbrasil.org.br/agenciadenoticias/tacZara.pdf>. Acesso em: 16/08/2013.

será o modo pelo qual tentaremos desenvolver a argumentação: é na descrição fina dos termos e ações que se pode identificar os mecanismos de governamentalidade engendrados a partir do TAC.

No TAC, inicialmente, definem-se os objetivos, que se referem ao aperfeiçoamento das condições de trabalho na indústria de confecções, em especial nas oficinas de costura, e à eliminação das condições degradantes de trabalho na cadeia da Zara. Reconhece-se a existência de muitos migrantes neste mercado de trabalho e que a contratação desse tipo de mão de obra pode tender à precarização devido ao modo como se inserem em São Paulo. Partindo dessa constatação e objetivo, o TAC propõe três diretrizes de ação para a empresa Zara: **o aprimoramento de sua cadeia produtiva; a assunção de responsabilidade jurídica por toda sua cadeia**, incluindo seus fornecedores e os fornecedores de seus fornecedores; e, por último, uma série de ***investimentos sociais***.

I – Aprimoramento da cadeia produtiva

O controle de sua cadeia produtiva e os ditos *investimentos sociais* são aspectos que passam a ser instrumentalizados pela empresa, em um momento posterior, como publicidade, na arena da responsabilidade social. A obrigação da empresa de controlar sua cadeia passa a ser administrada como estratégia de marketing, o que faz melhorar sua posição concorrencial no mercado, agregando valor à marca. No caso do TAC em tela, a empresa se compromete a rastrear sua cadeia produtiva conforme os parâmetros internacionais estabelecidos na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Código de Base da *Ethical Trading Initiative*, dentre outros parâmetros da OIT. A empresa deve verificar, através de auditorias semestrais, as condições de trabalho de seus fornecedores e das oficinas que eventualmente sejam quarteirizadas.

As condições de trabalho devem estar de acordo com a CLT. A empresa se compromete a enviar semestralmente ao MPT relatórios sobre as auditorias, em que constem todos os fornecedores e as oficinas quarteirizadas da cadeia. As auditorias poderiam ser, a qualquer momento, acompanhadas das autoridades estatais arroladas no TAC (procurador e auditor fiscal do trabalho). Caso fossem encontradas irregularidades nas fiscalizações, em um prazo máximo de seis meses, a empresa deveria conjuntamente com o fornecedor aplicar um Plano de Ações Corretivas para resolver o problema. Caso se tratasse de identificação de servidão por dívida, trabalho infantil ou desrespeito a jornada de trabalho, a correção deveria ocorrer imediatamente. O TAC estipula detalhadamente os

procedimentos relacionados à auditoria e ao acompanhamento das autoridades estatais. A não implementação das auditorias implicaria uma sanção pecuniária de 50 mil reais por auditoria não feita, além de multa diária de cinco mil reais. Esses valores deveriam ser revertidos ao Fundo de Emergência (a ser detalhado à frente), gerenciado pelo Centro de Apoio ao Migrante (Cami) e/ou pelo Centro Pastoral e de Mediação do Migrante (CPMM).

Os termos do TAC não incidem diretamente no modo em que se organiza o setor. Parte-se da constatação que a reestruturação produtiva fragmentou os processos produtivos desta indústria. Essa fragmentação, que tendeu a tornar as relações de trabalho em relações de contratação de serviço, não é objeto de intervenção. Segundo o procurador, não fazia sentido restringir apenas à Zara a possibilidade de estruturar sua cadeia de suprimentos através de fornecedores que subcontratavam, tendo em vista que todas as demais empresas concorrentes da Zara operam desse modo. Pois, se isso ocorresse, a grife espanhola seria apenas um bode expiatório e não poderia competir no mercado em isonomia com as demais empresas. O que se buscava era desenvolver uma série de intervenções que fossem amplas e profundas e não que tomassem apenas uma empresa para dar lição. Assim, busca-se gerir, dentro do novo marco conceitual das subcontratações, um modo de sensibilizar a empresa para que ela controle a sua cadeia de produção. Deve-se engendrar uma nova cultura empresarial a ser difundida nesse meio. Nesse sentido, as auditorias aparecem como instrumento importante: mantêm-se as subcontratações e as quarteirizações, mas passa-se, supostamente, a fiscalizar a cadeia.

De todo modo, a possibilidade das subcontratações não é ponto a se questionar. Pois, se fosse, enfraqueceria em demasia o modo como se desenvolve a indústria de confecções no país e no estado. Como foi dito, a organização do setor pelas subcontratações é fundamental para a competitividade global, mais que simplesmente uma forma de diminuir custos sonegando direitos, trata-se do modo pelo qual se organiza a produção no *fast fashion*. A dispersão da produção em diferentes fornecedores possibilita uma gestão mais acelerada para a diferenciação da produção a ser ofertada nas araras¹⁸⁹. Assim, faz-se necessário encontrar mecanismos de controle que tornem aceitável a manutenção da produção pulverizada em diferentes fornecedores, não se trata de vetar as subcontratações, mas de geri-la.

O desafio posto à gestão das condições de trabalho, da luta pelos *direitos humanos* é: encontrar o equilíbrio entre uma *prática produtiva empresarial responsável* e a possibilidade de manter o segmento produtivo competitivo, sem que se tenha uma perda

¹⁸⁹ Essa formulação deve ser creditada a Carlos Freire (informação verbal, 2013).

concorrencial. Ou, em outros termos, como manter um nível de exploração do trabalho que seja aceitável moral e socialmente e que permita o crescimento da indústria no país? Como aliar responsabilidade social empresarial com ganhos competitivos? Como fazer com que a política de inclusão dos migrantes possa ser celebrada como política competitiva? Nesse sentido, o modo como se organiza o circuito das encomendas, que é o eixo central definidor das condições, ritmos e jornadas de trabalho, passa incólume.

II – Assunção de responsabilidade jurídica pela cadeia produtiva

O segundo ponto registrado no TAC refere-se à **responsabilidade jurídica** assumida pela empresa por sua cadeia produtiva. Para o procurador do trabalho, este seria o maior avanço do acordo. Não se trata de responsabilização que possa ser feita a partir de reclamações trabalhistas individuais, pois neste caso deveria ser acionada a justiça trabalhista. Trata-se da responsabilização que pode ser acionada a partir de infrações verificadas pelos órgãos estatais, especificamente o MTE e o MPT. A empresa passa a se responsabilizar e se dispõe a responder juridicamente pelas condições verificadas em todas as fases da produção dos produtos que comercializa. Este ponto significa uma mudança de nível em relação ao ponto anterior, pois não se trata simplesmente de cobrar a empresa que faça o controle de sua cadeia. Novamente, não se busca interferir na dinâmica produtiva, com mudanças nos processos de subcontratação, mas de responsabilizar a tomadora pelo que ocorre nos diferentes níveis produtivos. Este ponto é o que mais se afasta das políticas liberais empreendidas na resolução do problema, pois estabelece a possibilidade de se restituir a subordinação e a direção, características das relações referentes aos vínculos empregatícios, ainda que apenas se for realizada autuação das entidades estatais (desconsiderando ações diretas dos trabalhadores das fornecedoras).

III – Investimentos sociais

Por último, o TAC define que a empresa deveria desembolsar em torno de 3, 5 milhões de reais (3.477.831,22 reais) em ações preventivas e corretivas num prazo de dois anos a partir da celebração do acordo, são os denominados *investimentos sociais*. Antes de adentrarmos a descrição dos investimentos sociais, faz-se necessário um breve parêntesis para a devida problematização sobre a questão.

A emergência da ideia de responsabilidade social empresarial e as práticas que criaram e consolidaram o discurso socialmente responsável, concomitante ao discurso da responsabilidade ambiental, determinam novas expectativas em relação à conduta das empresas. A mudança nas rodadas do TAC da ideia de danos morais para a de investimentos sociais vai nesse sentido. As novas práticas esperadas em relação à sociedade e ao meio ambiente favorecem a configuração de um novo tipo de empresa que se diferencia das empresas das décadas anteriores. A empresa comprometida socialmente, sobretudo nos anos 1960, se definia por sua atitude filantrópica, isto é, os gastos com atividades sociais eram separados das atividades lucrativas e significavam a abdicção de fração do lucro. O que parece emergir com a ideia de responsabilidade social é uma empresa renovada, que passa a incorporar as práticas socialmente responsáveis a suas atividades rotineiras, sem que isso signifique a redução de seus lucros, mas de modo a permitir, acima de tudo, a sua maximização. Mais importante que ser socialmente responsável, deve-se evidenciar a todos, sobretudo aos investidores, esta imagem. A responsabilidade social é um negócio bastante lucrativo, os investimentos sociais são investimentos de capital, ocorrem no sentido de maximizar os ganhos.

Tatiana de Amorim Maranhão (2011) sugere que as práticas de responsabilidade social empresarial se constituíram, nas últimas décadas, como um dos eixos de uma renovada experiência social na política brasileira. Para Maranhão, a novidade nesses procedimentos recai na emergência de uma “racionalidade gerencial” em que a figura do “empresário-cidadão” toma centralidade na relação entre sociedade e Estado. Emerge uma nova gramática política que confere sentido a essas práticas. “A incorporação ao vocabulário do debate público de procedimentos técnicos definidos por essa racionalidade gerencial desfaz as referências políticas da questão social para enquadrá-la na lógica das trocas mercantis.” (MARANHÃO, 2011, p. 237).

Ao analisar os impactos das reformas neoliberais nos anos 1990 (disciplina fiscal, contenção de gastos públicos, abertura comercial, não protecionismo, privatização e desregulamentação dos mercados), Maranhão identifica uma tensão entre dois projetos diferentes. De um lado, no contexto de estruturação democrática pós-período autoritário, havia o projeto dos direitos – que reivindicava a extensão de direitos sociais – e de outro, o projeto da eficiência – que visava a expansão dos critérios de mercado. Nesse contexto, a Constituição de 1988 consagrou diversos direitos no bojo da mobilização social, a ideia era universalizar direitos políticos, sociais, econômicos e culturais. No entanto, a realização efetiva do que era prometido no texto constitucional encontrou barreiras estruturadas

num impasse histórico; a luta pela ampliação de direitos ocorria ao mesmo tempo em que o Estado se desresponsabilizava, transferindo o ônus da questão social para a dita sociedade civil. Maranhão identifica, nesse momento, a mobilização dos empresários para que eles cuidassem do “social”. A noção de pobreza enquanto construção política passa a ser deslocada para o terreno da administração (MARANHÃO, 2011, p. 243).

O engajamento de empresas e empresários nos projetos sociais se embasa numa concepção de que eles devem proporcionar mais ganhos à sociedade do que “somente gerar empregos”. A filantropia tradicional – na forma de contribuições pontuais – foi substituída por ações fundadas em um raciocínio de minimização de gastos e maximização de retornos. São ações focalizadas cujos resultados devem ser avaliados, monitorados, medidos; são criados índices para balizar o efeito da ação. Segundo Maranhão, “a mudança da filantropia tradicional para um planejamento racional das ações expressa os componentes da gramática política que dá nova forma à ação social.” (2011, p. 244).

O combate e a luta pela erradicação do trabalho escravo, rastreando os termos do TAC, ativa uma série de atores para a realização da política social – da empresa autuada às ONGs. O caso em tela serve para analisarmos o sentido dessa política social neoliberal em que há a desresponsabilização do Estado, ao mesmo tempo em que se logra um envolvimento da dita sociedade civil. O modo de institucionalização da política social de enfrentamento ao trabalho escravo implica o envolvimento das entidades civis – religiosas ou não – que se postam ao lado da defesa dos direitos dos migrantes. Tem-se o comprometimento dessas entidades com a política social que se estrutura, tendo em vista que são elas que desempenham, na ponta, as atividades de inclusão.

Seguindo os escritos de Maranhão (2011, p. 247-248), com a adoção das medidas neoliberais, houve um esvaziamento e apropriação de bandeiras tradicionais da esquerda pelos interesses de mercado. Nessa experiência neoliberal cabem políticas flexíveis de orientações variadas, ela não se ancora numa filosofia política específica e tampouco prescreve um conjunto rígido de políticas. As estratégias de Estado para os problemas sociais são redefinidas. A implementação da agenda neoliberal nos anos 1990 impactou fortemente nas possibilidades abertas pelas lutas que haviam ocorrido nos anos 1970 e 1980, que resultaram na Constituição de 1988. Nos anos 1990 foi formatada uma concepção de política social que traduzia o ajuste neoliberal, com a separação entre a política social e a política econômica, em que a primeira se submetia à segunda. Assim, de forma perversa, conclui Maranhão, as políticas sociais foram transformadas em programas assistencialistas e emergenciais, insuficientes, descontínuos, em uma concepção

condutora da desresponsabilização social do Estado, que transfere para a sociedade, sob o apelo da “parceria e da solidariedade”, o dever da proteção social que era inerente ao Estado moderno. Nesse sentido, a focalização dos programas, idealizados como complementação das políticas sociais, passa a ser definido como alternativa à perspectiva universalista dos direitos sociais. O reconhecimento dos direitos deixa de ser matéria de reivindicação coletiva e torna-se querela individualizada dos consumidores dos serviços oferecidos. Para Maranhão, no centro da ordenação do social (operada pela adequação racional e eficaz entre minimização de gastos e maximização de resultados) está o indivíduo. Ocorre um deslocamento do sujeito coletivo para o indivíduo consumidor de serviços sociais. (MARANHÃO, 2011, p. 248-249).

Inspirada nos escritos de Nikolas Rose, Maranhão sugere que a nova forma de “fazer política” despolitizou as relações sociais e transferiu a responsabilidade para a “comunidade”, sob o signo da concorrência por financiamentos entre as organizações prestadoras de serviços sociais. A cidadania, nesse caso, passou a ser compreendida como participação comunitária, e o sujeito de direitos, como usuário de serviços. O empresariado passa a ser compreendido como parte da nova e heterogênea sociedade civil brasileira. Eles compõem o processo de “desresponsabilização do Estado e da criação de um novo entendimento sobre o enfrentamento dos problemas que outrora foram formulados na chave política dos conflitos distributivos e da demanda coletiva por cidadania e igualdade” (MARANHÃO, 2011, p. 253). Maranhão conclui que a política social se transformou em intervenções pontuais em situações de emergência. De um lado, a teoria política se torna inteiramente caudatária dos pressupostos e mesmo dos métodos da economia convencional, funcional à colonização da política pela economia; de outro, a prática política é operada por um progresso técnico que leva à concentração de poder e torna irrelevantes os processos eleitorais. (MARANHÃO, 2011, P. 254).

Feita essa breve contextualização sobre o debate crítico em relação à política social empresarial, devemos olhar atentamente os termos do TAC para, finalmente, retornar à compreensão da racionalidade que opera esses mecanismos de inclusão e gestão social. No documento assinado, são definidos três eixos centrais que serão objeto de investimentos sociais (ver anexo II): 1 – fortalecimento de entidades dedicadas ao combate e à exploração de trabalhadores; 2 – melhoria das condições de trabalho na cadeia de suprimentos; 3 – promoção de direitos humanos. Os dois últimos eixos envolvem a participação de ONGs – Cami, CDHIC e a Missão Paz, entidades que trabalham em contato direto com os migrantes. Referenciando-nos em Roy, poderíamos dizer que

esta seria a *infraestrutura de mediação populista* utilizada nesses procedimentos de governamentalidade. Além disso, foi traçada parceria com Uniethos no sentido de uma consultoria de estratégia de responsabilidade social.

O Cami, entidade fundada em 2005, surgiu a partir do diagnóstico realizado pelo Serviço Pastoral do Migrante (ligado à CNBB), que o fluxo de migrantes transnacionais para São Paulo crescia e que era necessária a realização de alguma atividade para esta população. Desse modo, em 2005, no Pari, bairro com alta concentração de migrantes, instalou-se a sede da entidade. Segundo a advogada do Cami, o trabalho da entidade diferiria do trabalho desempenhado pela Pastoral do Migrante – Missão Paz (que também é ligada à igreja católica). O Cami se responsabilizaria pela inserção sociopolítica do migrante em São Paulo, enquanto a Missão Paz se dedicaria mais detidamente aos serviços sociais e à evangelização. Na prática, essa divisão não ocorre estritamente deste modo, a Missão Paz desenvolve um leque bastante ampliado de atividades, dentre os quais também a evangelização. Nos últimos anos, tem-se percebido uma aliança entre as entidades, que vem desenvolvendo diversas ações em conjunto.

Segundo a advogada do Cami¹⁹⁰, a entidade, no final de 2011, passou por uma grave crise de financiamento, algo comum a diversas ONGs brasileiras. Elas dependiam fortemente de recursos internacionais. Com as crises na Europa e EUA, assim como com o incremento da economia brasileira no cenário mundial, as fontes financiadoras deixaram de aplicar recursos no país. No entanto, para contornar a crise, o coordenador da ONG à época foi bastante sagaz, aproximou-se do diretor da Responsabilidade Social Empresarial da Zara numa sessão da CPI do Trabalho Escravo na Alesp e ofereceu a possibilidade de a Zara financiar as atividades da ONG. A Zara prontamente avaliou como sendo uma ideia interessante. As atividades do Cami cresceram consideravelmente desde a assinatura do TAC, a partir do financiamento da grife espanhola. Das três entidades que receberam recursos da Zara, foi a que teve o maior aporte de investimentos. Segundo a advogada:

Todo o Cami hoje é bancado pela Zara. A gente recebia outros fundos. (...) É um jeito que a Zara encontrou para dar uma limpada no nome dela e as ONGs usaram para se beneficiar para continuar o trabalho. Acho que foi estratégia bem interessante para todo mundo. O Cami até maio [de 2013] tem financiamento do Governo Federal, por ter sido Ponto de Cultura. Mas esse dinheiro paga apenas equipamentos e outras coisas específicas. O grosso vem da Zara.

¹⁹⁰ Relato colhido em fevereiro de 2013.

Das três entidades arroladas acima, a Missão Nossa Senhora da Paz¹⁹¹, atrelada à Congregação Scalabriniana¹⁹², é a que tem a mais variada fonte de recursos e presença mais bem estabelecida na cidade, com uma organização bastante consolidada. As estruturas físicas e os recursos humanos da Missão Paz são, de longe, as melhores entre as três organizações. A Missão Paz é composta por diversas atividades diferentes: há as atividades referentes à evangelização propriamente, realizadas na Igreja Nossa Senhora da Paz, no Glicério; a Casa do Migrante, contígua à igreja, é um alojamento de acolhida aos migrantes que necessitam de abrigo¹⁹³; o Centro de Estudos Migratórios é referência em São Paulo em estudos de migração, publica semestralmente a Revista Travessia, um dos periódicos mais prestigiados especializado no tema das migrações; e o Centro Pastoral de Mediação dos Migrantes (CPMM), que mudou de nome no início de 2013, a partir da unificação do Centro Pastoral do Migrante com o Programa de Mediação dos Migrantes.

O CPMM é composto por ações de mediação junto a diversos agentes públicos e privados na acolhida dos migrantes, essas atividades são desenvolvidas através de uma equipe multidisciplinar. A maior parte do atendimento feito aos migrantes da costura na Missão Paz ocorre no CPMM. As atividades são divididas em eixos: 1 – **trabalho**, voltado para a formação, inserção laboral e combate à mão de obra escrava. Este eixo vem ganhando peso e importância na atuação do CPMM por conta do aporte de recursos por parte das empresas. O CPMM faz a mediação entre empresas que estejam contratando e migrantes que buscam emprego. A maior parte das empresas que aciona o programa é da construção civil, segundo nos informou a funcionária responsável. Até maio de 2013 não havia casos de mediação para o trabalho na costura¹⁹⁴; 2 – **saúde**, os mediadores acompanham o atendimento dado aos migrantes, promovendo encontros e debates com as representantes das diretorias de saúde do Estado e da Prefeitura de São Paulo, há atendimento psicossocial realizado pela profissional do CPMM; 3 – **educação**, com atividades para garantir a matrícula dos filhos de migrantes nas escolas públicas e a

¹⁹¹ A Missão Paz é o guarda chuva que agrega diferentes ações. A pesquisa sobre os paraguaios que venho realizando desde março de 2013 ocorre para o Centro de Estudos Migratórios, um dos núcleos ligados à Missão Paz.

¹⁹² A Congregação scalabriniana ou carlista tem como lema religioso o Evangelho de Mateus, 25:35 “Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me”. A Congregação, presente em 24 países, presta atendimento social e espiritual aos migrantes e refugiados, nacionais e transnacionais.

¹⁹³ Não iremos aprofundar a descrição sobre cada uma dessas atividades. De todo modo, a Casa do Migrante é o único centro de acolhida em São Paulo que tem como atenção alojar migrantes. Quando fundada, a Casa abrigava, na maioria das vezes, migrantes nacionais, sobretudo nordestinos. Depois dos anos 1990, passou a se dedicar com mais peso à comunidade internacional, num primeiro momento aos migrantes de países vizinhos ao Brasil. No momento, a Casa do Migrante aloja, em sua maioria, migrantes africanos e haitianos. Segundo um dos religiosos responsáveis, os migrantes transnacionais latinos possuem, em geral, uma rede de amparo na cidade e, portanto, só buscam a casa em casos extremos, quando são “expulsos” das redes. Por outro lado, africanos e haitianos, fluxos mais recentes, ainda não estão bem constituídos na cidade e têm buscado em maior intensidade a Casa do Migrante.

¹⁹⁴ Após realizada a mediação, o CPMM acompanha o trabalhador, verifica se ele se encontra em situação de trabalho conforme determina a legislação, com CLT e todos os direitos garantidos.

continuidade dos estudos. São realizadas atividades em parceria com o CEM para que se garanta a sensibilização de jovens e estudantes sobre os temas relacionados à migração, para se combater a xenofobia e a intolerância; 4 – **comunidade e família**, diálogo com migrantes e refugiados pelo qual se busca compreender as necessidades desse grupo para a maximização de soluções de forma que vivam de “maneira digna, íntegra e feliz no novo país/cidade de acolhida”. Disponibiliza-se o atendimento de uma assistente social para esse eixo; 5 – **atendimento jurídico** e de **documentação**, onde são realizados os atendimentos e encaminhamentos para a regularização dos migrantes (há assistente social que verifica a vulnerabilidade do migrante e, dependendo da condição financeira, são disponibilizados recursos para o pagamento dos trâmites da regularização), e atendimento de advogada que trata de diversas questões.

O CDHIC, a terceira entidade a receber *investimentos sociais* da Zara, surgiu a partir de uma dissidência do Cami em 2011, quando o ex-coordenador saiu da entidade e fundou a organização. O CDHIC difere das demais organizações por não se vincular à Igreja, ainda que o seu fundador¹⁹⁵ tenha sido seminarista scalabriniano. O foco de atividades desenvolvidas pela ONG recai mais especialmente na sensibilização para políticas públicas de integração dos migrantes. De todo modo, são realizadas algumas atividades semelhantes a das outras entidades, como, por exemplo, oferecimento de cursos¹⁹⁶, assessoria jurídica para diversos temas e auxílio para os trâmites de regularização migratória. Estes são aspectos comuns a todas essas organizações que desenvolvem atividades com essa população. O CDHIC integra a Rede Internacional Espaço Sem Fronteiras¹⁹⁷, uma rede transnacional que tem como foco a mobilização política para o que definem como uma cidadania global.

Após evidenciar os dois primeiros tópicos de correções estipuladas no TAC – o controle da cadeia de suprimentos e a assunção de responsabilidade jurídica, iremos analisar detidamente o modo como foram divididos os gastos com os ditos *investimentos sociais*, que, conforme foi dito, dividem-se em três eixos principais (ver anexo II): 1 – fortalecimento de entidades dedicadas ao combate e à exploração de trabalhadores; 2 –

¹⁹⁵ Atualmente, o fundador da ONG ocupa a Coordenação de Políticas para Migrantes da Prefeitura de São Paulo, ligada à Secretaria de Direitos Humanos. É filiado ao PT e foi candidato a vereador nas eleições de 2012.

¹⁹⁶ Eu mesmo fui voluntário e dei aulas de português a migrantes da costura por seis meses na entidade.

¹⁹⁷ “Rede internacional formada por organizações sul-americanas que trabalham na promoção dos direitos humanos e defesa dos imigrantes, lutando por sua integração e defendendo o direito de uma cidadania universal. O ESF nasce de uma visão integracionista onde se torna necessária e urgente uma maior participação popular nas políticas migratórias como resposta ao fortalecimento das políticas restritivas da União Européia e Estados Unidos, entre outros. É através da unidade desta rede que o ESF adquire força e representatividade em suas ações.” Trata-se de articulação transnacional de organizações que visam incidir politicamente de modo a romper com as barreiras para a circulação de pessoas pelo globo. Disponível em: <http://espaciosinfronteras.wordpress.com/>. Acesso em: 18/08/2013.

melhoria das condições de trabalho na cadeia de suprimentos; 3 – promoção de *direitos humanos*.

Eixo 1 dos *investimentos sociais*: fortalecimento de entidades dedicadas ao combate e à exploração de trabalhadores

Foi definido como um dos investimentos sociais, a doação de bens à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, isto é, o órgão responsável pela realização de fiscalizações do MTE de combate ao trabalho escravo. O TAC previu que a Zara deveria doar 20 notebooks, duas impressoras a laser, 48 toners de impressoras e, por último, a assinatura por 60 meses de Internet banda larga 3G para os 20 notebooks¹⁹⁸. Devido à precária estrutura da SRTE/SP, o TAC aparece como uma possibilidade para equipar a própria entidade do MTE responsável pelas fiscalizações¹⁹⁹. Nas entrevistas que realizamos com os auditores fiscais, tanto em São Paulo, como em Campinas, um dos aspectos bastante criticado referia-se à infraestrutura e às condições de trabalho enfrentadas pelos próprios auditores do trabalho. Em São Paulo, por exemplo, sequer havia acesso à internet na sala do servidor. Ele portava um modem 3G particular para acessar a rede.

Eixo 2 dos *investimentos sociais*: melhoria das condições de trabalho na cadeia de suprimentos

O segundo eixo dos *investimentos sociais* do TAC divide-se em três grupos de ações diferentes que envolvem a participação de ONGs²⁰⁰. A primeira ação, que no TAC deveria receber o montante de 387 mil reais, é o *Projeto Trabalho Decente na Cadeia de Confecções*, que seria realizado pela própria Zara em parceria com o Uniethos²⁰¹. Maranhão (2011), ao analisar a reorganização da relação entre Estado e sociedade após a

¹⁹⁸ O TAC especifica detalhadamente as condições de cada um dos equipamentos e serviços relacionados. Deve-se frisar que equipar o MTE está na rubrica *investimentos sociais*. O montante total para as doações atingiu 320 mil reais. Os bens foram entregues em março de 2013.

¹⁹⁹ Ao identificarmos este *investimento social*, pensamos de imediato na máxima de Foucault, em que ele diz que o Estado não é algo dado, mas um objetivo, algo a se construir. Nesse sentido, percebemos ele se constituindo materialmente a partir desse tipo de ação.

²⁰⁰ As fontes para as descrições que seguem são tanto o TAC assinado como informações colhidas diretamente com funcionários das instituições responsáveis pelas atividades.

²⁰¹ Segundo apresentação institucional da entidade, “O Uniethos é uma organização sem fins lucrativos, inovadora, que presta serviços para empresas de modo a desenvolver a sustentabilidade nos negócios, com a participação de públicos interessados e a articulação de parcerias que contribuam para ampliar a competitividade e gerar valor para a sociedade. O Uniethos atua de forma integrada ao Instituto Ethos com uma estratégia conjunta de promoção de mudanças na economia e nas práticas empresariais.” Disponível em: <http://www.siteuniethos.org.br/o-uniethos/>. Acesso em: 18/08/2013.

Constituinte e as reformas neoliberais, na década de 1990, dá centralidade à atuação do Instituto Ethos – em especial Oded Grajew, um de seus fundadores – como ator importante que compõe o que ela denomina de “empresários modernos”. Eles se engajaram, na década de 1990, na formação de um discurso de colaboração, em que o empresariado deveria se engajar no combate às desigualdades sociais e à pobreza através da implementação de projetos sociais gerenciados por organizações privadas. Segundo a autora, o espírito que se formatava nesse momento era o da disseminação da consciência empresarial como instrumento de mudança no ambiente interno das empresas – extensível à cadeia produtiva – e na sociedade. Passa a se defender o engajamento empresarial na redefinição da velha filantropia e na aproximação dos sentidos da cidadania e solidariedade.

Tratava-se de dar outro sentido às velhas formas de ação: as ações sociais deveriam ter foco, produzir resultados por meio da utilização de ferramentas ajustadas na formulação de um planejamento estratégico. As estratégias do mundo empresarial desbordavam de suas fronteiras e instrumentalizavam os procedimentos de gestão mercantil no interior dos programas sociais. (MARANHÃO, 2011, p. 246-247).

Ao analisarmos os termos do projeto acordado com o Uniethos no TAC, ficam nítidas as estratégias mercantis que desbordam para a gestão das relações sociais e de produção. Segundo é definido no TAC, o projeto tem como objetivo melhorar as condições na cadeia de suprimentos da indústria têxtil e de confecção da Zara, através do incremento de fornecedores com contratos comerciais de longo prazo com as oficinas de costura. Logo, a respectiva melhora do desempenho econômico dessas oficinas, o que deveria acarretar uma consequente progressão da qualidade das condições de trabalho nesses pequenos espaços produtivos. A definição da necessidade de estabelecimento de contratos de longo prazo vai no sentido contrário da lógica produtiva do *fast fashion*, que define justamente a velocidade e fluidez da mudança do tipo de vestuário a ser oferecido no mercado. Há uma mudança acelerada dos fornecedores, que varia conforme as demandas. De qualquer forma, esta sugestão do Uniethos não é obrigação à Zara.

Esse projeto seria realizado em três fases diferentes: 1 – a fiscalização e identificação pela Zara das possíveis desconformidades de seus fornecedores, produção de um cadastro com todas as oficinas que estariam aptas a produzir para seus fornecedores; 2 – fortalecimento das relações comerciais entre a Zara e seus fornecedores diretos, assim como de seus fornecedores com as oficinas quarteirizadas; 3 – na última fase, sob responsabilização do Uniethos, deveria ocorrer o fortalecimento da gestão da empresa,

com ações envolvendo os fornecedores diretos da Zara e as oficinas quarteirizadas. O Uniethos deveria estabelecer os parâmetros para as políticas de relacionamento com os próprios fornecedores da Zara.

O Uniethos produziu uma análise sobre a cadeia de suprimentos da Zara a fim de consolidar a estratégia de gestão que torne a empresa “mais competitiva e sustentável”. Segundo o documento, deve-se elaborar uma estratégia de gestão da cadeia de fornecimento que vise “reduzir as falhas de gestão e de mercado, ampliar a competitividade da cadeia e, com isto, melhorar as condições de trabalho, principalmente, nas pequenas e médias empresas.” (UNIETHOS, 2012, p. 5). Aqui estamos no cerne do que Foucault analisa como as políticas sociais neoliberais. Seguimos na descrição para, em seguida, analisarmos.

Pela estratégia *de gestão da cadeia de fornecimento*, o Uniethos avalia que a Zara poderia lograr a melhoria das condições de trabalho em sua cadeia. Segundo o documento, isto seria o resultado de um processo de fortalecimento dos negócios. Assim, antes de propor mudanças na estratégia de gestão da empresa, o Uniethos ressalva que:

Esse objetivo tem a vantagem de aglutinar os diferentes interesses das empresas da cadeia e de organizações parcerias, incluindo órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Esta estratégia tem a possibilidade de, ao mesmo tempo, gerar valor para a Zara e produzir resultados positivos para a sociedade. Com essa estratégia, espera-se a redução de riscos de reputação, o desenvolvimento de uma cadeia de valor adaptada à proposta de valor da Zara e a redução de custos de transação e logística. Para o conjunto da sociedade essa estratégia deverá possibilitar a manutenção de empregos nas confecções, a melhoria no desempenho econômico e nas condições de trabalho nas pequenas e médias empresas e uma contribuição para ampliar a competitividade da indústria nacional.

O trecho acima é importante, pois nele são definidos os termos do discurso do Uniethos e de toda a estratégia de mercado que vem se consolidando. Está mais do que claro que a estratégia proposta, como veremos a seguir, não possibilita a manutenção dos empregos nas confecções tal como se define acima. Trata-se de uma lógica competitiva e de acirramento das condições de mercado que deslocam a força de trabalho utilizada pela empresa. É uma estratégia, alinhada com os objetivos explicitados pelo procurador do trabalho, que retira os atrativos e as vantagens competitivas do trabalho do migrante e torna a utilização de força de trabalho nacional mais confiável, com um menor risco. Esse movimento se dará através da interiorização da produção. Ao mesmo tempo em que se controla o fluxo, tem-se a proteção do mercado de trabalho nacional. O mais interessante, como explicita o documento, é que a estratégia desenvolvida aglutina os diferentes

interesses das empresas da cadeia, dos órgãos públicos e das ONGs. Formata-se uma política de convergência de interesses entre os diferentes atores, uma prática de gestão consensual, em que a política, isto é, o reino do dissenso, é suprimida frente à racionalidade gerencial.

A partir do estudo, o Uniethos propôs uma estratégia de gestão da cadeia de suprimentos da Zara, que deveria ocorrer com o auxílio de uma instituição financeira que disponibilizaria microcrédito para o financiamento de quaisquer ações necessárias para a regularização das oficinas, e de organização especializada na capacitação de pequenas e médias empresas – o Sebrae. Além disso, não se deixou de considerar a possibilidade de mobilizar as ONGs que operam diretamente com os migrantes da costura.

Pelo telefone, a gerente de Responsabilidade Social da Zara afirmou que, apesar de as ações realizadas em parceria com o Uniethos relativas ao eixo *investimento social* terem se encerrado com a produção deste diagnóstico, a empresa estava desembolsando mais 750 mil reais para seguir com a *parceria* com o instituto. É possível que os recursos destinados às ONGs minguem ao final de 2013, período estipulado no TAC, mas as atividades com o Uniethos seguirão de qualquer forma, uma vez que se trata de estratégia clara de reestruturação da empresa alinhada a uma perspectiva de ganhos produtivos e competitivos.

O documento produzido pelo Uniethos define quatro linhas de atuação que se desdobram em ações específicas. A primeira refere-se à redução de custos na gestão da cadeia produtiva. Isto ocorreria a partir da concentração da cadeia em polos regionais, evitando a dispersão espacial da produção, que dificulta e encarece a logística de circulação das vestimentas. Além disso, o Uniethos avalia que é necessária uma relação de proximidade da Zara com seus fornecedores e, para tanto, a empresa deveria capacitar e apoiar essas médias e pequenas empresas. Esse apoio poderia ocorrer através de assistências técnicas, capacitação, auxílio no planejamento de serviços financeiros com adiantamentos e garantias para empréstimos, fornecimento de máquinas e equipamentos de uso eventual, dentre outras coisas. O Uniethos também pontua a necessidade de um plano de descredenciamento dos fornecedores que não forem estratégicos devido à região onde estão localizados ou pelo fato de não se adequarem aos critérios estabelecidos.

A segunda linha trata dos mecanismos que seriam empreendidos pela Zara para ampliar a capacidade de gestão das oficinas de costura. No diagnóstico do Uniethos, verificaram-se fragilidades que comprometiam a eficiência e a competitividade dos negócios, especialmente a inexistência de controles básicos de gestão e dificuldades de

acesso a capital para a realização de investimentos e melhorias. Assim, a Zara deveria lançar mão de um plano de apoio à gestão (com ações de capacitação para o desenvolvimento gerencial dos subcontratados, com ênfase para gestão financeira e de custos, gestão de pessoas, organização do ambiente de trabalho, planejamento e empreendedorismo) e outro de apoio aos investimentos (com articulação a instituições financeiras para facilitar o acesso a créditos para que investissem em equipamentos, reformas, ampliação das estruturas, capital de giro). Trata-se de um conjunto de ações que partiriam da própria multinacional no sentido de estruturar seus fornecedores para a qualificação da cadeia produtiva através das subcontratações e da terceirização da produção. A estrutura da cadeia seria mantida: a Zara com a comercialização, que é quem auferir os maiores ganhos por ser a detentora da marca; e a produção exteriorizada para outros espaços, uma vez que é atividade menos lucrativa e com maiores riscos. De todo modo, a Zara deveria auxiliar na estruturação e consolidação dos atores externos responsáveis pela produção. Ao mesmo tempo em que eles seriam entendidos como empresas autônomas, isto é, no mesmo nível jurídico da Zara, tem-se uma relação de poder diferenciada e, portanto, a Zara deve zelar por equipar e constituir seus próprios fornecedores.

A terceira linha seria reduzir os riscos na cadeia produtiva. Ao mesmo tempo em que as auditorias fossem realizadas para verificar os problemas sociais na cadeia, deveria haver uma estratégia de gestão antecipada de riscos. A empresa deveria garantir que “o cumprimento da legislação trabalhista e a responsabilidade social das empresas sejam práticas inerentes aos sistemas de gestão, incorporadas à missão e à cultura das empresas, dos gestores e dos trabalhadores.” (UNIETHOS, 2012, p. 8). Essa linha estratégica seria atingida a partir de dois planos: 1 – desenvolvimento de critérios de seleção e monitoramento de fornecedores; 2 – disseminação²⁰² das boas práticas existentes na cadeia para as demais empresas. A estratégia de “gestão de risco”, na realidade, se resume ao endurecimento das condições para definição de quem são os fornecedores. A Zara pode realizar esse tipo de gestão de risco, pois é a atora mais forte de sua cadeia. Ao mesmo tempo, a empresa consegue definir os preços que serão pagos aos fornecedores e, ainda, estipular em quais termos a produção deverá ser realizada.

²⁰² Em novembro de 2011, quando da assinatura do TAC com o MPT, a Zara tornou-se signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (ver nota de rodapé 150), ao mesmo tempo forçou suas fornecedoras a aderirem ao Pacto. Em agosto de 2012 a empresa foi suspensa do Pacto por ter entrado com ação na justiça do trabalho alegando a inconstitucionalidade da Lista Suja do Trabalho Escravo.

Por último, tem-se o que é denominado de linha de ampliação da eficiência e melhora na qualidade da produção. Esta ação é constituída por três frentes: 1 – o planejamento de pedidos para que o fornecedor pudesse se organizar de forma mais sistematizada, tendo garantia de demandas no médio prazo, assim ele poderia definir seus recursos humanos e, do mesmo modo, manter uma relação menos instável com os subcontratados. Este ponto faz referência ao que Rosana (ver capítulo 1), dona de confecção intermediária, diagnosticava como o maior problema para a sua estratégia produtiva. Tendo em vista que o setor é muito instável, devido aos ciclos de venda ao longo do ano, Rosana dizia subcontratar a parte variável da demanda, mantendo internamente apenas o necessário para responder ao fluxo contínuo anual; 2 – plano de apoio à produção para que o conhecimento circule por entre as fornecedoras, esta ação poderia ser realizada com auxílio do Sebrae e Senai e tem como foco difundir novas estratégias produtivas por entre os fornecedores; 3 – o aprimoramento dos processos internos a partir da formalização de fluxos de informação, para que todos os princípios, critérios e padrões sejam de conhecimento de todos.

Importante descrever os termos deste documento, pois nele são traçadas as estratégias da empresa com relação a sua responsabilidade social, que extrapolam os limites estabelecidos no TAC. Trata-se dos desdobramentos na gestão da produção, ou, ao menos, da racionalização sobre a gestão da produção, a partir do TAC celebrado com o MPT. A grife multinacional articula uma série de mecanismos para se reposicionar no mercado de forma agressiva (ao menos no nível discursivo) contra a situação verificada pelo MTE nos fornecedores de seus fornecedores. A responsabilidade social aparece como um bom negócio, pois se articula o zelo pelas condições de produção da cadeia produtiva à estratégia de reposicionamento competitivo no mercado.

O estudo do Uniethos foi realizado através de uma amostra representativa dos fornecedores e das oficinas que prestam serviço a esses fornecedores. Este projeto tem como objetivo constituir uma cadeia produtiva que ocorra propriamente nos marcos de relações empresariais. Se as oficinas que prestavam serviço não estão propriamente formalizadas, a estratégia futura prevê o oferecimento de meios para que todos os atores envolvidos na cadeia se constituam propriamente como empresas que estejam alinhadas à “ética empresarial” da Zara. Por isso, aconselhou-se o oferecimento de: linhas de microcrédito e máquinas para que se equipassem e aperfeiçoassem as condições de produção; capacitação gerencial, de gestão de fluxos, de logística, etc.; estabilização das relações empresariais, para que as empresas conseguissem encontrar seu equilíbrio de

modo mais sistemático. Trata-se de uma série de estratégias que têm como meta atualizar os modos de exploração do trabalho, de legitimar a estrutura e organização da produção da empresa, tornando-as socialmente aceitas e moralmente celebráveis.

Ainda no segundo eixo dos *investimentos sociais* (a melhoria das condições de trabalho na cadeia de suprimentos), há dois conjuntos de atividades que seriam realizadas pelas três organizações não governamentais que realizam atividades diretamente com os migrantes em São Paulo. Realização de ações informativas para os trabalhadores, em que seriam divulgadas os direitos e deveres dos proprietários e donos de oficinas. Para esta rubrica foram destinados 323 mil reais. Segundo o TAC, as sessões informativas deveriam focalizar a ação em dois grupos de destinatários: os oficinistas e os costureiros. Quanto ao primeiro grupo, as sessões informativas deveriam “criar a consciência da necessidade de regularizar sua situação tanto do ponto de vista das relações empresa-trabalhador, como da própria estrutura jurídica da oficina como empresa.” (TAC, 2011, p. 22). Os principais temas a serem desenvolvidos com os oficinistas nessas sessões, definidos no TAC, seriam precarização do trabalho, trabalho forçado, formas ilegais de contratação, condições degradantes de trabalho, normas de saúde e segurança no trabalho, regularização migratória e direitos e deveres dos migrantes em São Paulo.

Uma das atividades que foi levada a cabo pelo Cami ocorreu através da contratação de agentes sociais, quatro bolivianos – dos quais dois eram pastores da igreja evangélica e já tinham fortes relações com a comunidade boliviana em São Paulo. Esses agentes visitaram mais de 500 oficinas desde 2012. Nas visitas, os agentes abordam os direitos e deveres dos migrantes e disponibilizam a consulta de um técnico em segurança do trabalho para analisar o que falta em cada oficina de costura para que esteja de acordo com a norma. Esses agentes estiveram presentes em diversas locais da RMSP de concentração de migrantes da costura, quais sejam: Vila Maria Alta e Baixa, Casa Verde, Jardim Brasil, Cangaíba, São Mateus, Vila Medeiros, Carapicuíba, Itaquaquecetuba, Guarulhos, Osasco, dentre outros municípios da RMSP e bairros da cidade. Em cada uma dessas visitas, os agentes sociais aplicavam questionários aos migrantes para a constituição de um banco de dados, um conhecimento útil para o governo dessa população.

O Cami, munido das informações colhidas pelos agentes sociais, passou a disponibilizar cursos formativos aos finais de semana, além de desenvolver materiais informativos. Foi a partir do conhecimento gerado pela atuação cotidiana da ONG que foram desenvolvidos os procedimentos de atenção aos migrantes. Os temas abordados

nos cursos eram justamente os temas demandados pelos migrantes: regularização migratória, as diferentes possibilidades de personalidade jurídica para que os migrantes regularizassem suas oficinas, informações sobre acesso à saúde, atividades culturais e artísticas, dentre outros temas. Os dois pontos centrais das atividades eram a regularização da oficina de costura – isto é, como tornar-se empresa – e a regularização da situação migratória.

A advogada do Cami relatou uma crise que houve na entidade quando ocorreu a fiscalização do MTE após uma visita de um agente social a uma oficina de costura. A agente social, uma migrante boliviana, desconfiava que as informações que colhiam estavam vazando para o MTE. Assim, ela se recusou a seguir registrando os dados e endereços dos lugares que visitava, pois não estavam claros quais eram os fins dados às informações. Não é possível afirmar categoricamente, a partir dos dados que coletamos em campo, que essas informações levantadas pelos agentes sociais serviam realmente para outros fins, que não apenas o de sistematização das demandas dos migrantes. Cremos ser pouco provável que a entidade estivesse fornecendo dados ao MTE, uma vez que o próprio órgão recebe uma demanda imensa e as fiscalizações seguem estratégias específicas. De todo modo, ressalta-se que através da atuação dessas ONGs conseguia-se sistematizar informações qualificadas sobre a presença dos migrantes da costura em São Paulo (onde, como, quantos, etc.), sendo que os agentes sociais que estavam na ponta não tinham noção clara de quais eram os usos desse conhecimento.

Nikolas Rose analisa (2007), ao tematizar o que denomina de a “morte do social”, a importância e centralidade da comunidade para as novas formas espacializadas de governo, que tendem a afastar a gestão da sociedade e operar através das insígnias comunitárias. É o governo da comunidade pela própria comunidade. Para o autor, as racionalidades políticas emergentes desde os anos 1990 deslocam o modo de governar, não mais através de projetos políticos direcionados de um Estado central concentrado (em que se tinham projetos nacionalmente territorializados, programaticamente racionalizados e previsto com funcionários burocratas), senão mediante a instrumentalização das propriedades de auto-governo dos sujeitos de governo em uma variedade de espaços e localidades (empresas, associações, bairros, grupos de interesses e as comunidades). (2007, p. 145). Os agentes sociais operam exatamente nesta lógica.

Retornando à Roy, a autora define que a governamentalidade cívica seria composta, entre outras coisas, pelas tecnologias de governo, que seria a produção de conhecimento sobre os governáveis. Este seria aspecto central para a consolidação dos

mecanismos de governo. Em nosso caso, essas entidades produzem uma série de conhecimentos sobre os migrantes que são fundamentais para a definição das estratégias de inclusão a serem empreendidas. Os representantes das ONGs, nos fóruns que acompanhamos – como a Coetrae – são tomados como as vozes legítimas que falam pelos migrantes. Para além de terem o conhecimento autorizado sobre os migrantes, as ONGs produzem informações que constituirão o conjunto de saberes a partir dos quais serão geradas as atividades de governo.

Aqui vale um parêntesis sobre uma situação que vivenciamos. Em uma reunião na Coetrae foram sorteados ingressos para a peça de teatro “Bom Retiro, 958 metros”. Fui à peça com alguns dos membros da comissão. Naquela ocasião, uma representante abordou uma celeuma ocorrida na reunião na manhã do mesmo dia. Ela queria saber minha opinião de pesquisador, “exterior e neutro em relação às disputas postas naquele espaço”, sobre a necessidade de realizar uma oitiva com os migrantes para saber quais as suas demandas e dificuldades no estado de São Paulo. Ela questionava a necessidade desse ritual uma vez que a coordenadora de uma ONG (que não é nenhuma das três imbricadas no TAC) havia proposto a realização de oitiva para saber o que essa população pensava e queria. A maior parte dos presentes na comissão subscreveu a proposta, que a nossa interlocutora rechaçava na conversa informal. No final do processo, não houve oitiva alguma com os migrantes, ocorreram apenas encontros sobre as boas práticas a serem adotadas, além de encaminhamentos para a formalização através do empreendedorismo. Essa representante questionava as razões de se fazer a oitiva e, ainda, falava sobre a dificuldade de dar voz aos migrantes. Ela questionava de forma veemente qual seria a voz autorizada a falar pelos migrantes. Se fosse um dono de oficina que escravizasse – nas palavras dela – não haveria necessidade de oitiva nenhuma, uma vez que ele seria o beneficiário dessa exploração e deveria estar atrás das grades. Se fossem as ONGs que desenvolvem trabalhos com eles, também não haveria a necessidade de consolidar um momento para ouvi-las, pois elas já estavam na comissão. Seriam, então, os costureiros que trabalham as longas jornadas? Se sim, como fazer para que uma, duas ou mais pessoas formassem todas as demandas da população que representariam? Seriam os movimentos culturais os representantes autorizados a falar pela população migrante da costura? Mas o que eles teriam a dizer sobre o combate ao trabalho escravo? A interlocutora, então, após elaborar uma série de questionamentos e diagnosticar a dificuldade de se realizar essa consulta, acaba solicitando para que eu, o “pesquisador neutro e exterior”, apresentasse as demandas dos migrantes à comissão. Prontamente

neguei minha capacidade, disponibilidade e interesse em falar pelos migrantes. Fecho parêntesis.

O que se deve reter deste relato é a necessidade de acessar o conhecimento legítimo para formular e respaldar a ação de governo. Trata-se da necessidade de saber o que eles querem, o que são, onde e como estão. O que se verificou, no final das contas, foi que as ONGs são os atores, no contato com as agências estatais, que representam esse tipo de conhecimento de base. Além disso, não se pode deixar de considerar que esses conhecimentos circulam por todo o mundo – as três entidades estão imbricadas em redes transnacionais e participam de encontros e congressos que discutem temas afins. Além disso, o Brasil vem sendo considerado referência global no combate e na erradicação ao trabalho escravo. Essas informações vêm sendo sistematizadas pelas ONGs e também pelos atores estatais imbricados nas fiscalizações. Vale registrar que os auditores fiscais do trabalho estiveram na OIT para informar a estratégia de combate desenvolvida em São Paulo. Recentemente, houve uma reunião em Genebra, coordenada pelo auditor fiscal que atua em São Paulo com o tema do trabalho escravo na indústria de confecções. Pautava-se²⁰³ a possibilidade de uma ação normativa complementar às convenções já ratificadas por diversos países (Convenções 29 e 105 da OIT) que tratam do tema do trabalho escravo. O Brasil, neste relatório, aparece como berço de práticas que devem ser replicadas em outros contextos. Dentre os termos citados, destaca-se a criação da Lista Suja (apresentada no capítulo 2).

O terceiro ponto do eixo diz respeito às ações de formação dos migrantes (rubrica no valor de 398,9 mil reais destinado ao Cami, CPMM e CDHIC). Segundo consta no TAC, o principal objetivo seria promover e garantir a inclusão dos trabalhadores egressos do trabalho escravo e/ou em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. Buscar-se-ia “garantir a verdadeira libertação do obreiro, a partir do incremento da sua empregabilidade com a concessão de cursos de qualificação técnico educacional.” (TAC, 2011, p. 23). As atividades de formação desses trabalhadores seriam: capacitação para a indústria de confecção, cursos de orientação profissional para jovens, aulas de capacitação de informática, bolsas de estudo para formação profissional, cursos de liderança e formação de agentes disseminadores, promoção do acesso ao primeiro emprego mediante capacitação de jovens para o mercado de trabalho e cursos de português.

²⁰³ Ver documento publicado a partir das reuniões: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/meetingdocument/wcms_203985.pdf. Acesso em: 01/08/2013.

Ao longo deste eixo de ações, pudemos demonstrar a centralidade das intervenções que visam incidir na cadeia produtiva de confecções. Estratégias variadas, em diferentes níveis de ação: do diagnóstico específico da cadeia da Zara, com consequente plano de reestruturação de sua organização, até investimentos em ONGs que fornecem cursos aos migrantes, que orientam como ter uma oficina de costura em conformidade com a lei, que gera conhecimentos e informações sobre as populações a serem governadas. O aspecto fulcral da organização deste eixo de *investimento social* para a melhoria das condições de trabalho da cadeia da Zara repousa na **consolidação das empresas** de sua cadeia. Depreende-se das ações que a melhora das condições de trabalho significa, ao mesmo passo, a melhora do desempenho de cada uma das empresas. Nesta lógica de raciocínio e resolução do impasse, apagam-se os conflitos e a diferença de interesses. Todos parecem convergir em torno de uma ideia unívoca de ordem social, na qual a organização da empresa aparece como a solução.

Ainda no marco dos investimentos sociais – não fica claro se no eixo da melhoria das condições de trabalho da cadeia de suprimentos (eixo 2) ou se no eixo de promoção de *direitos humanos* (eixo 3) – há o incentivo à produção de dois documentos que seguem na linha do que vem sendo descrito. São documentos produzidos pelo CPMM e pelo Cami com propósitos semelhantes: ensinar o migrante a desempenhar o trabalho da costura de forma *digna*, em que as oficinas se tornem empresas em conformidade com a lei, em que o migrante seja protagonista na transformação de sua oficina. O relatório da Zara apresenta a produção dos documentos no eixo de promoção de direitos humanos, mas ele tem muito mais a ver com as questões pontuadas neste tópico. Fica a dúvida se promover a constituição de empresas é promover *direitos humanos*? Vejamos os documentos no detalhe.

O primeiro é o DVD “Oficina modelo: trabalho digno é cidadania”, realizado pelo CPMM e o Bolívia Cultural²⁰⁴, com apoio da OIT, que foi distribuído para os migrantes da costura, sobretudo os donos de oficinas. Trata-se de um compilado de vídeos de aulas em que uma professora ensina os elementos básicos para uma oficina modelo, isto é: a separação do trabalho da oficina em diferentes ambientes, em que haja espaço para o trabalho de modelagem, o da construção da peça piloto, o do corte dos tecidos e, por fim, o da produção propriamente; os aspectos relacionados à segurança no trabalho, extintores, ventilação, os equipamentos de proteção individual, etc.; características do

²⁰⁴ Bolívia Cultural é um site de publicidade que faz divulgação de atividades de interesse da comunidade boliviana, aborda de atividades culturais, políticas e civis até o desenvolvimento de ações comerciais. Ver www.boliviacultural.com.br.

refeitório; as cadeiras e mesas de trabalho para a correta postura corporal; a inexistência de TV ou rádio no espaço de produção, que tira a atenção dos trabalhadores, etc. Além disso, são realizadas várias entrevistas com autoridades empenhadas no combate ao trabalho análogo ao de escravo. O DVD é um manual de como tornar uma oficina de costura indigna em uma empresa que respeite a legislação trabalhista. É uma sensibilização para que o dono da confecção faça as transformações em suas oficinas de costura.

Mais completo do que o DVD, o *Manual práctico para oficinas textiles y pequeñas empresas urbanas*, documento em espanhol produzido pelo Cami, aborda as mesmas questões e vai além. É uma publicação que se divide em três eixos e tem como objetivo central *empoderar* o migrante da costura. Os capítulos se dividem em: 1 – empresa e empreendedorismo; 2 – legislação para o migrante no Brasil; 3 – direitos, deveres e segurança no trabalho.

O primeiro tópico, de forma esquemática, clara e em linguagem acessível, explica o que é uma empresa, isto é, que se trata de pessoa jurídica, que tem como objetivo ter lucro e que deve estar dividida em produção, comercialização, finanças e recursos humanos. Em seguida, explica-se o que é um empreendedor, ou o que é ser dono de oficina, quais os riscos e a planificação que se deve ter em mente ao abrir um empreendimento. Feito isso, aborda-se as diferentes personalidades jurídicas existentes para que os oficinistas se formalizem: a microempresa (ME), a empresa de pequeno porte (EPP) e o microempreendedor individual (MEI); em seguida, descreve-se a possibilidade de abertura de uma cooperativa de produção, outra opção para a formalização das oficinas.

Pelo documento, a personalidade jurídica da microempresa é a mais recomendada para quem busca abrir uma oficina de costura. O microempresário pode ter uma receita de até 240 mil reais anuais (20 mil mensais). Com o CNPJ de ME, o empresário poderá importar produtos estrangeiros, alugar e administrar imóveis, contratar agências de publicidade, registrar seus funcionários, entre outras coisas. Outra possibilidade para a formalização é a Empresa de Pequeno Porte (EPP), as condições e os direitos são iguais ao da ME, mas a receita bruta anual deve estar entre 240 mil e 2,4 milhões de reais²⁰⁵. É uma personalidade jurídica que pode ser utilizada pelas oficinas que se encontram mais bem estabelecidas e que circulam grandes quantias. O Manual ensina passo a passo como o pleiteante deve proceder para abrir a ME ou a EPP.

²⁰⁵ Em 2012 foi sancionada lei que alterou esses limites: ME até 360 mil e EPP com receita entre 360 mil e 3,6 milhões.

A última possibilidade de formalização, ainda que não seja a mais indicada para os migrantes da costura por conta do limite da receita anual, mas é a que vem ocorrendo com maior número, é o MEI (microempreendedor individual). O MEI tem o limite de ter uma receita bruta anual de 60 mil reais e a impossibilidade de contratação de mais de um funcionário. Portanto, ainda que a abertura da empresa e o recolhimento de impostos sejam mais fáceis (os impostos recolhidos são apenas os INSS, ICMS/ISS, ficando isento de PIS, COFINS, CSLL, IPI e INSS patronal), não é a personalidade jurídica aconselhada para as oficinas de costura, que costumam empregar mais de um trabalhador e ter receita anual bruta superior a 60 mil reais. De todo o modo, o Manual explica passo a passo os procedimentos para se abrir uma MEI e destaca que se trata de uma oportunidade de ter um CNPJ, em que se pode emitir comprovante fiscal, que serve como comprovante de renda, que permite o acesso a serviços bancários, com baixos custos de formalização e sem muitas burocracias. A MEI aparece como a possibilidade mais fácil de o migrante formalizar sua oficina e ainda garante para o empreendedor a contribuição à previdência social, o que lhe dá direito a aposentadoria por tempo de serviço e invalidez, auxílio doença, licença maternidade e auxílio em caso de acidentes de trabalho. O manual também define como fechar a MEI, quais os deveres e obrigações do empreendedor individual, assim como o modo de recolhimento de impostos, dentre outras coisas. O documento foi feito a partir do diagnóstico de que tanto as empresas que demandam serviços, como os próprios migrantes – que receberam as visitas dos agentes sociais em suas casas – querem saber como proceder para abrirem suas MEIs.

Deve-se frisar que essas personalidades jurídicas foram criadas e tiveram acesso facilitado desde o começo dos anos 2000. O intuito das mudanças foi o de diminuir a informalidade no país. Foram criadas novas personalidades jurídicas de modo que o trabalhador pudesse tornar-se empresa de si mesmo – o MEI seguramente é o caso paradigmático.

Tabela 15 - Frequência de estrangeiro/brasileiro de empresários cadastrados no MEI no município de São Paulo. Valores acumulados desde início do programa (2009) até 18 de agosto de 2013.

Nacionalidade	Frequência	Percentual
Brasileiros	252.573	96,86%
Estrangeiros	8.198	3,14%
Total	260.771	100,00%

Fonte: Portal do empreendedor - elaboração própria - 18/12/2013

O MEI é a personalidade jurídica mais acessada pelos migrantes da costura. Sistematizamos no site do Portal do Empreendedor²⁰⁶ algumas estatísticas genéricas sobre o MEI, dentre elas a frequência de estrangeiros. Na Tabela 15, observa-se que na cidade de São Paulo, desde que foi criada a personalidade jurídica, mais de 260 mil pessoas cadastraram-se como MEI até meados de agosto de 2013. Dessas, em torno de 3% eram estrangeiras. A nacionalidade que aparece disparada na frente em relação às demais é a de bolivianos, com 4.490 cadastros, representando quase 55% do total dos MEIs de estrangeiros (Tabela 16). O que estamos denominando de migrantes da costura – constituídos por bolivianos, paraguaios e peruanos – são os que mais acessam esta personalidade jurídica (peruanos estão em terceira posição e os paraguaios em quarta). Infelizmente os dados não são divulgados de forma desagregada, mas pudemos inferir que dos migrantes transnacionais, provavelmente mais de 50% dos que tiram o CNPJ como MEI se dedicam à atividade de costura (os paraguaios, peruanos e bolivianos totalizariam 61% dos migrantes). Os chineses, que se dedicam em São Paulo majoritariamente ao comércio, encontram-se em segundo lugar. As estatísticas do Portal do Empreendedor revelam que do total dos MEIs na cidade, em torno de 15 mil teriam como atividade a costura²⁰⁷. Desses 15 mil registros na costura, em torno de 10 mil é composto de mulheres. Como evidenciamos na introdução desta dissertação, os operadores de máquina de costura nacionais são predominantemente do sexo feminino (mais de 90%), o que leva a crer que a maior parte desses cinco mil homens seja composta por migrantes transnacionais.

²⁰⁶ <http://www.portaldoeempreendedor.gov.br>. Acesso em: 18/08/2013.

²⁰⁷ Os dados são divulgados conforme a CNAE, fizemos o cálculo considerando nove atividades diferentes: as atividades de confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida; confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; fabricação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário; estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário; confecção de roupas íntimas; fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias; fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção; confecção, sob medida, de roupas profissionais (CNAEs – 1412601, 1412602, 1412603, 1340599, 1340501, 1411801, 1422300, 1414200, 1413402).

Tabela 16 - Frequência da nacionalidade dos cadastrados no MEI no município de São Paulo. Valores acumulados desde início do programa (2009) até 18 de agosto de 2013

Nacionalidade	Frequência	Percentual
Boliviana	4.491	54,78%
Chinesa	659	8,04%
Peruana	523	6,38%
Paraguaia	362	4,42%
Nigeriana	329	4,01%
Portuguesa	263	3,21%
Norte-Coreana	172	2,10%
Chilena	163	1,99%
Argentina	157	1,92%
Libanesa	104	1,27%
Angolana	101	1,23%
Espanhola	85	1,04%
Japonesa	69	0,84%
Uruguaia	62	0,76%
Italiana	60	0,73%
Colombiana	41	0,50%
Senegalesa	35	0,43%
Norte-Americana	34	0,41%
Camaronesa	33	0,40%
Britânica	29	0,35%
Demais nacionalidade (83 países diferentes)	426	5,20%
Total de Estrangeiros	8.198	100,00%

Fonte: Portal do empreendedor - elaboração própria - 18/12/2013

Nas visitas em campo às oficinas de costura, não é incomum encontrar um número grande de oficinas que tenham CNPJ. Ao caminhar pelas ruas do Bom Retiro, nota-se a proliferação de anúncios de “precisa de oficina de costura com CNPJ”, algumas indicam ainda a necessidade de ter empregados com carteira de trabalho assinada (ver Anexo I). A exigência de oficinas com CNPJ decorre do receio das fiscalizações. Assim, o comerciante de vestimentas, que fornece o material a ser costurado, pode sempre argumentar que mantinha relação empresarial e não trabalhista. O fato de a oficina ter CNPJ não significa, de modo algum, que os serviços prestados serão formalizados, discriminados em notas fiscais. Alguns informantes, donos de oficinas de costura, disseram ter tirado o CNPJ, mas não o utilizam no cotidiano. O fato de se ter nota fiscal demonstra simplesmente a constituição da empresa, não significa a formalização das relações comerciais e dos trabalhadores. Além disso, verificou-se em campo que as oficinas de costura que têm nota fiscal não diferem em nada das que não têm. Não é possível relacionar a existência de

personalidade jurídica às condições de trabalho e moradia dessas pequenas células produtivas (as Fotos 2, 3 e 4 do Anexo I são de oficina formalizada).

Retornando ao Manual, o texto explica o que são associações e quais os procedimentos para formalizá-las – como a necessidade de Registro de Cadastro de Pessoas Jurídicas, de uma Ata de Fundação e de um Estatuto. Esse é o primeiro passo para a fundação de uma cooperativa. Após informar os diferentes tipos de cooperativa, o documento traz a definição de cooperativa de trabalho, outra estratégia de formalização do serviço da costura que se combina com a *flexibilização* das relações de produção. Em São Paulo não se pôde verificar a difusão da prática de cooperativas de produção nesse segmento. Em outros contextos, no entanto, identifica-se a disseminação desse mecanismo. Jacob Lima (2002) analisa a organização de cooperativas de trabalho no marco do que denomina de *artimanhas da flexibilização*. Lima trata da criação de cooperativas de produção da indústria do vestuário em regiões de extrema pobreza, no sertão da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, que foram medidas entendidas, à primeira vista, como forma de empregar essa população que estava à margem do consumo; por outro lado, era uma estratégia para o rebaixamento do custo da força de trabalho. Longe de significar autonomia ou gestão coletiva do trabalho, Lima sugere que as cooperativas funcionavam como o próprio setor produtivo das empresas, que as controlavam sem ter que arcar com o ônus da gestão dos trabalhadores e dos direitos acoplados ao assalariamento. Essa conclusão sobre as cooperativas do Nordeste não difere em demasia das oficinas paulistas, de todo modo, no nosso caso, não houve a disseminação de cooperativas, mas de pequenas empresas e microempresas individuais.

O Manual, em seguida, passa a abordar a legislação migratória brasileira: os diferentes tipos de visto e as formas de regularização. É descrito passo a passo como o migrante deve proceder para regularizar-se: 1 – solicitação embasada no estado civil, em que se tenha cônjuge brasileiro (visto permanente); 2 – para pais que tenham filhos brasileiros, nascidos em território nacional (visto permanente); 3 – Mercosul (visto temporário que após dois anos pode ser transformado em visto permanente); 4 – reunião familiar, em que o solicitante deve ser brasileiro ou estrangeiro com documento permanente, que busca reunir a família no território brasileiro. Nos dois primeiros modelos não é necessária a comprovação de fontes de renda para manutenção da vida no país. Já aqueles que buscarem a regularização via Mercosul deverão comprovar renda que permita a subsistência de si e/ou da família. A comprovação pode ser feita com a apresentação da CTPS assinada com cópia dos últimos três holerites, ou com apresentação

do contrato social da empresa que o migrante for dono, ou a apresentação de inscrição como trabalhador autônomo. Para os migrantes que buscaram se regularizar pelo Mercosul, a comprovação de renda sempre foi uma dificuldade. O MEI, que para a sua abertura não solicita a comprovação de residência permanente e que serve como comprovante de renda para a regularização, serviu para que muitos migrantes tornassem empreendedores de si mesmos²⁰⁸.

Por último, o Manual trata de direitos, deveres e segurança no trabalho. Explica como se tira a CTPS e CPF, frisa que os trabalhadores de oficinas de costura devem estar registrados, que a jornada de trabalho não deve ultrapassar 44 horas semanais e que as horas extras não devem exceder 10 horas semanais. Fala-se das condições mínimas das oficinas de costura: ventilação; instalação elétrica sem risco de curto circuito; cadeiras de trabalho com um padrão específico; gás de cozinha canalizado ou em ambiente independente do fogão; espaço de moradia apartado do de trabalho; banheiros diferenciados por sexo, que tenham papel higiênico e em que as privadas tenham tampa²⁰⁹; kit primeiros socorros; cuidado especial às crianças que estiverem nas oficinas de costura, etc. Trata-se de uma série de orientações para que as oficinas de costura estejam dentro das condições exigidas pela legislação.

Eixo 3 dos *investimentos sociais*: promoção de direitos humanos

No terceiro eixo de atividades, os *investimentos sociais* referem-se ao tema dos *direitos humanos* e foram encaminhados em sua totalidade às três ONGs citadas anteriormente. Não há nenhuma problematização específica sobre o entendimento do que seriam esses direitos humanos. Na realidade, entra na rubrica todas as atividades realizadas pelas ONGs. No anexo do TAC, em que se especificam os investimentos com a promoção de direitos humanos, consta que a

Inditex entende a Responsabilidade Social Corporativa como uma oportunidade para melhorar as condições daquelas comunidades com que, de forma direta ou indireta, mantém vínculos, além de exercer uma solidariedade responsável, apoiada em organizações sociais que trabalhem na promoção dos Direitos Humanos. (TAC, 2011, p. 25).

²⁰⁸ Ver matéria publicada no G1 “Imigrantes bolivianos fraudam programa de formalização do trabalho”. <http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2012/08/imigrantes-bolivianos-fraudam-programa-de-formalizacao-do-trabalho.html>. Acesso em: 20/08/2013.

²⁰⁹ Chega-se a esse nível de detalhamento. Isso aparece em resposta aos relatórios de fiscalização do MTE que, ao caracterizar trabalho escravo, registram fotos e descrevem as condições dos banheiros.

Esse *investimento social* é apoio financeiro às atividades que já eram desenvolvidas pelas três entidades. De todo modo, foram definidas sete rubricas diferentes dentro do quadro *promoção aos direitos humanos*.

A primeira rubrica refere-se à orientação jurídica especializada aos migrantes (216,4 mil reais). Esse aporte é para a continuidade de uma atividade que é realizada pelas entidades desde sua fundação. Em geral, a orientação jurídica no Cami, CDHIC e CPMM dizem respeito a basicamente duas questões: regularização migratória e problemas relacionados ao trabalho. Há, ainda, atenção para a resolução de problemas familiares, de violência contra a mulher, de direitos do consumidor, de locação de imóveis, de guarda de filhos, etc.

A assessoria jurídica do Cami informou que a regularização migratória que dependia da intervenção jurídica era de casos complexos e que na maioria das vezes não envolvia migrantes da costura – uma vez que eles são, em geral, bolivianos, paraguaios e peruanos, que tiveram a regularização facilitada através do acordo Mercosul. Ela relatou que a maior parte dos litígios relacionados aos migrantes da costura referiam-se a problemas econômicos. É comum o próprio MTE encaminhar ao Cami casos de problemas trabalhistas envolvendo migrantes. Aliás, segundo a advogada, na maioria desses casos, se fossem realizadas fiscalizações nos parâmetros utilizados pela SRTE/SP, provavelmente se concluiria pela redução de trabalhadores em condição análoga à de escravo²¹⁰. O fluxo desses casos, muitas vezes, iniciava a partir dos próprios migrantes, que chegavam ao MTE afirmando terem sido escravizados, a fim de instigar o processo fiscalizatório. Eles almejavam uma ação que se desdobrasse na rescisão contratual²¹¹, com o pagamento dos valores indenizatórios e, ainda, a garantia do seguro desemprego. Este é um caso de agenciamento de terminologia que, em geral, é rechaçada pelos migrantes. Tendo em vista a estratégia de ação de fiscalização do MTE, que é seletiva, grande parte das denúncias não são averiguadas. Elas simplesmente compõem o banco de informações que podem auxiliar na escolha da fiscalização a ser realizada. Para que o MTE não demonstre inação frente ao fluxo de demandas, algumas potencialmente graves, os casos são encaminhados para que outras entidades, como o Cami, deem prosseguimento ao processo de resolução.

²¹⁰ A advogada foi mais longe ainda e disse que, seguindo os parâmetros da SRTE/SP, se fossem averiguadas as situações que passam pelo Cami, praticamente 100% dos envolvidos seriam considerados escravizados ou escravizadores, traficados ou traficantes de pessoas.

²¹¹ Primeiramente seria constituído o vínculo empregatício, formal, com a assinatura da CTPS, em seguida a rescisão com o pagamento de todos os valores conforme estabelece a CLT, referenciados nos acordos coletivos.

São denúncias de costureiros que teriam trabalhado por meses a fio sem receber salário ou de casos em que as empresas demandantes de serviço, de coreanos e de brasileiros, não pagavam conforme o estipulado previamente. A advogada diagnostica a existência de duas ordens de problemas: uma relacionada ao trabalho no interior das oficinas, entre oficinista e costureiro; e outra entre a demandante de serviço e o dono da oficina. A advogada lamenta não existir na estrutura pública de atendimento jurídico, advogados para causas trabalhistas – as defensorias públicas não costumam assumir esse tipo de causa, e para além disso, a estrutura estatal de defesa está bastante sucateada e não consegue responder a demanda. Desse modo, o Cami aparece como agente da mediação de conflitos – uma mediação que, segundo avaliação da advogada, deveria ser feita pelas estruturas estatais. A entidade assume para si um dever do Estado, o que aprofunda o processo de desresponsabilização do Estado pela defesa de direitos sociais e trabalhistas.

A advogada contou diversos casos em que atuou. Ela chamava as partes imbricadas na denúncia – donos de oficinas e trabalhadores, ou proprietários de empresas que demandaram o serviço da costura e os donos de oficinas e/ou trabalhadores – com o objetivo de mediar o acordo. Em um dos casos em que atuou, com respaldo do MTE, nove migrantes trabalharam, sem receber salário, pelo período de quase um ano em uma oficina de costura que prestava serviço para três confecções. Nesse período, eles teriam recebido apenas alguns vales do dono da oficina. Certo dia, o oficinista simplesmente desapareceu sem pagar os valores devidos aos migrantes, abandonou a casa e deixou tudo para trás. Assim, os trabalhadores buscaram o MTE, o auditor fiscal do trabalho encaminhou a situação ao Cami. A advogada da ONG convidou os donos das três confecções que demandavam o serviço, que teriam *responsabilidade subsidiária* com relação a esses trabalhadores, para mediar uma solução. Dos três convidados, duas eram confecções de coreanos e uma de brasileiro; a confecção do brasileiro sequer apareceu à reunião, já os outros dois disseram que não iriam pagar os valores estipulados. Um deles disse que, no máximo, pagaria 1.500 reais, montante referente à última encomenda e que ainda não havia sido pago. O outro disse que não pagaria nenhum centavo, pois já tinha dispendido muito dinheiro pagando a polícia civil para que liberasse os produtos que haviam sido apreendidos após a denúncia do caso. A advogada, apesar de ter se esforçado para convencer os migrantes a não aceitarem o acordo e levar o caso à justiça do trabalho, não conseguiu dissuadi-los. Os migrantes, mesmo sabendo que teriam grandes chances de ganhar a causa e que provavelmente receberiam um valor muitíssimas vezes maior do que

o acordado, preferiram receber os 1.500 reais, o que dava em torno de 150 reais para cada costureiro pelo trabalho desempenhado ao longo de quase um ano inteiro, de segunda a domingo, com jornadas diárias superiores a 12 horas. O relato revela o surgimento de uma nova esfera de mediação – não se trata de arbitragem – dos conflitos relacionados ao trabalho. Sindicatos e a justiça do trabalho parecem perder espaço para a gestão dos litígios que envolvem os migrantes em São Paulo. O próprio MTE encaminha os trabalhadores para a ONG e seleciona para si a fiscalização dos casos que darão maior visibilidade pública, como o da Zara. A resolução de problemas que não envolvam grandes cadeias, como o relatado acima, tende a ficar a cargo de outras entidades, que nos últimos anos conseguiram manter sua estrutura jurídica graças ao financiamento do TAC. Como nos falava Foucault, ao se difundir a forma empresa, multiplicam-se as contendas. Nesse sentido, tornam-se necessárias arenas de mediação e de arbitragem. Para além do judiciário, a celebração de TACs pelo MPT e MTE ou a mediação das ONGs são modos de solucionar os litígios.

A segunda rubrica neste eixo refere-se ao Fundo de Emergência citado anteriormente (404 mil reais). O Fundo é gerido pelo Cami, cada aporte a ser gasto deve ser autorizado pela Zara e pelo MPT, mas o cheque é assinado pelo Cami. O objetivo do fundo é prestar assistência aos migrantes que se encontrarem em situação crítica, sobretudo para os resgatados das autuações do MTE. Os valores deveriam ser dispendidos para o custeio das despesas para repatriação do migrante, caso quisessem, e para o alojamento e alimentação daqueles em situação vulnerável.

A terceira rubrica refere-se ao auxílio para a regularização migratória. Em termos de número de atendimentos, esta é uma das principais atividades desempenhada pelas três entidades. Nos últimos anos, o Brasil vem facilitando a regularização do migrante que vem trabalhar no país: em 2005 teve o acordo Brasil-Bolívia; em 2009 teve a anistia e o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile; em 2011, Peru e Equador foram incluídos no acordo. De todo modo, a burocracia e os trâmites do processo prático são pouco claros. É necessário acessar a Internet para agendar horário na Polícia Federal e imprimir certidões negativas e boletos a serem pagos e entregues na data marcada²¹². Isso dificulta o acesso de migrantes que muitas vezes desconhecem o manuseio de computadores. Assim, as três entidades passaram a disponibilizar o serviço de auxílio para a regularização migratória²¹³, em que se faz o

²¹² Ver o *Apêndice metodológico*.

²¹³ Não se trata de atendimento jurídico especializado, mas de orientações de baixa complexidade. É comum esse tipo de trabalho

agendamento na Internet, impressão dos boletos e certidões e demais orientações. Não há no país nenhum órgão público que faça esse encaminhamento: ou o migrante faz por conta própria, descobre as duras penas como deve proceder para imprimir as certidões negativas, as GRUs e o agendamento na Polícia Federal, ou contrata alguma empresa especializada ou advogado, ou busca uma dessas três entidades. As verbas utilizadas nesta rubrica, segundo relatório da Zara, foram responsáveis pela contratação de 14 profissionais e quatro estagiários para as três entidades, além da aquisição de equipamentos de informática.

A quarta rubrica (38,9 mil reais) ainda no eixo da *promoção dos direitos humanos*, refere-se ao incentivo de atividades culturais dos migrantes, como a realização de oficinas de dança, música e teatro. É a rubrica que recebeu o menor aporte de recursos. A quinta se refere à formação para a cidadania (312,8 mil reais), segundo a qual deveriam ser realizadas atividades e cursos sobre direitos humanos, capacitação de líderes e orientação vocacional. As três entidades receberam recursos para atuarem nessa frente. Segundo o relatório da Zara, este investimento social tinha como foco “apoiar a organização dos migrantes, estimulando a formalização do seu trabalho, seja ele individual ou cooperativado, que possibilite a geração de renda” (ver anexo II).

A sexta rubrica trata do investimento em informação e comunicação (446,3 mil reais), em que as entidades desenvolvem projetos variados para informar os migrantes da costura: realização de programas de TV e de rádio e o financiamento das marchas de sensibilização, como a marcha do migrante que ocorre anualmente em dezembro. Segundo o relatório da Zara, o objetivo deste *investimento social* é a elaboração e a divulgação de materiais, tanto impressos como online, com conteúdo sobre os direitos e deveres dos migrantes, bem como informações sobre regularização e os processos de formalização do trabalho em oficinas de costura. No relatório da Zara, consta o financiamento de impressão de mais de 60 mil exemplares dos jornais Conexión Migrante (produzido pelo CDHIC) e Nosotros Imigrantes (produzido pelo Cami-SPM e pelo CPMM), o lançamento do livro “Informe sobre a legislação migratória no Brasil e a realidade dos Imigrantes”²¹⁴, a manutenção dos sites das três entidades²¹⁵, a impressão de 20 mil panfletos do programa de mediação do CPMM e a impressão de 15 mil exemplares do

ser realizado por pesquisadores que buscam essas entidades para se aproximarem dos migrantes.

²¹⁴ O lançamento deste livro consta como resultado do financiamento da Zara, dentro dos parâmetros do TAC. O curioso é que o livro foi publicado no final de 2011, à mesma época da celebração do TAC entre a Zara, MPT e MTE.

²¹⁵ <http://cami-spm.com.br/>; <http://www.missaonspaz.org/>; <http://www.cdhic.org.br/>.

*Manual práctico para oficinas textiles y pequeñas empresas urbanas*²¹⁶, produzido pelo Cami-SPM.

Por fim, a última rubrica é a de formação dos migrantes para o trabalho (204 mil reais), para que eles consigam desenvolver habilidades técnicas que lhe garantam um *trabalho digno*. O relatório apresenta como resultado deste investimento cursos ministrados a 2.153 pessoas sobre o tema do empreendedorismo (ver anexo II).

Evidenciamos alguns dos sentidos das ações que partiram do TAC da Zara. Mostramos os três eixos que a empresa assumia: o aprimoramento de sua cadeia produtiva; a assunção de responsabilidade jurídica por toda a cadeia, incluindo seus fornecedores e os fornecedores de seus fornecedores; e, por último, uma série de *investimentos sociais* que se dividiram em três frentes: equipou-se o MTE; buscou-se transformar a cadeia de suprimentos no sentido de melhorar suas condições de trabalho; e, por último, promoção dos *direitos humanos*. Ajustar a conduta da empresa, neste caso, significava exatamente assumir esses compromissos. Os desdobramentos da fiscalização do MTE não se limitaram ao o que foi estipulado no TAC.

A empresa buscou demonstrar uma postura ativa em relação à responsabilidade social que extrapolava os termos acordados. O procurador do trabalho afirmou que a empresa, desde o início, prontamente se dispôs a assinar o TAC tendo em vista que não queria “sangrar lentamente”²¹⁷. Isto é, a empresa analisava a possibilidade de iniciar uma campanha de *marketing* para valorização da sua marca. A coluna de Mônica Bérghamo²¹⁸ de 16 de janeiro de 2013, na Folha de São Paulo, apresenta a principal ação que extrapola os limites do que era definido no TAC:

Acerto de conduta – Está orçado em cerca de R\$ 8 milhões o projeto do Centro de Integração da Cidadania do Imigrante, que será financiado pelo grupo Inditex, das lojas Zara. Espécie de “Poupatempo do estrangeiro”, funcionará em um prédio na Barra Funda cedido pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo. O grupo espanhol se comprometeu a reformar o local voltado a imigrantes em busca de regularização no país. O valor é mais que o dobro dos R\$ 3,4 milhões que a Inditex concordou em investir em projetos de apoio a trabalhadores estrangeiros, como parte do TAC (Termo de Ajuste de Conduta) firmado com o Ministério Público do Trabalho. Em 2011, fornecedores da Zara foram autuados por manter

²¹⁶ Disponível em: http://cami-spm.com.br/wp-content/uploads/2012/10/MANUAL_OFICINA_TEXTIL.pdf. Documento detalhado no eixo anterior. Acesso em: 18/08/2013.

²¹⁷ Não se pode perder de vista o grande impacto midiático que teve a fiscalização da Zara, diferentemente de outros casos. Houve reportagens em diversos meios de comunicação, saíram matérias nos principais jornais e teve até mesmo um ato em um shopping de São Paulo.

²¹⁸ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/88747-monica-bergamo.shtml>. Acesso em: 19/08/2013.

bolivianos em condições análogas à escravidão em oficinas de costura em São Paulo, onde recebiam R\$ 2 por peça produzida.

Não é à toa que a colunista social da Folha de São Paulo está divulgando a construção desta espécie de “Poupatempo do Migrante”. Os leitores de Bérnago são os consumidores da Zara. O procurador do trabalho, quando entrevistado²¹⁹, dizia que a construção deste “Poupatempo”, doravante denominado de Centro de Integração de Cidadania do Imigrante (CIC-Imigrante)²²⁰, era uma meta que buscava concretizar e que, já à época das primeiras negociações com a Zara, percebia a possibilidade de parceria no sentido de financiamento do CIC-Imigrante. O projeto ainda não saiu do papel, mas é bastante provável que seja realizado. A Zara financiará a reforma do edifício cedido pela SJDC através de convênio com a Escola da Cidade. Findada a reforma, diversas órgãos públicos, privados, representações consulares e ONGs²²¹ que abordam a questão da migração terão espaço no prédio para prestarem atendimento aos migrantes. A proposta é aglutinar num mesmo local todos os atores que atuam com os migrantes; em um primeiro momento se definiu o eixo da regularização como foco.

Segundo a gerente de responsabilidade social, o valor que a Zara se dispôs gastar na reforma, na realidade, é de seis milhões de reais, e não oito. A negociação para a reforma do espaço não passa pela Zara Brasil. Como o valor é bastante alto em relação ao orçamento da Responsabilidade Social da sucursal brasileira, a negociação tem ocorrido diretamente entre SJDC, MPT e a Responsabilidade Social da Inditex espanhola. Seguramente, este é o projeto concebido a partir da fiscalização do MTE que mais extrapola sua incidência em relação aos migrantes da costura. A partir das fiscalizações do trabalho escravo, com a responsabilização da Zara, conseguiu-se articular uma série de atores em busca de mecanismos de gestão da situação dos migrantes em São Paulo de modo geral. Não se trata simplesmente dos migrantes da costura. No CIC-Imigrante, se tudo ocorrer como parece, haverá atendimento para todo e qualquer migrante transnacional. Este será o principal equipamento público de atendimento aos migrantes de São Paulo, consolidado a partir da articulação das entidades estatais e ONGs envolvidas no combate ao trabalho escravo, realizado com o apoio da grife multinacional espanhola.

²¹⁹ Em maio de 2012.

²²⁰ A SJDC, o MPT e outras entidades estatais referiam-se a esse projeto como *Poupatempo do Imigrante*. No entanto, em meados de 2012 pararam de utilizar esta terminologia por questões relacionadas à marca já estabelecida do *Poupatempo* e passaram a falar em Centro de Integração e de Cidadania do Imigrante.

²²¹ Apuramos que, inicialmente, o Cami tentou ser o gestor do CIC-Imigrante. No entanto, as negociações com as representações públicas indicaram que caberia à entidade apenas uma sala no centro.

Neste caso, a principal política de inclusão dos migrantes em São Paulo se desdobrará a partir da fiscalização e responsabilização relacionada ao trabalho escravo.

O objetivo de descrever detalhadamente os encaminhamentos do TAC e as atividades que estão sendo levadas a cabo pela Inditex, após a fiscalização, é evidenciar a racionalidade das ações em um caso paradigmático. Os representantes das instituições estatais sempre frisam que as empresas do setor de confecções devem ser diferenciadas. Elas não são todas iguais. Zara e C&A²²², por exemplo, são tomadas como exemplos por conta do compromisso que demonstram em relação à responsabilidade social empresarial, diferentemente das Lojas Pernambucanas. Ambas empresas conseguiram capitalizar a partir da fiscalização: tornaram-se referências. Isso se deve à própria estratégia de *marketing* e publicidade das empresas, não tem nada a ver com as questões morais que poderiam explicar as diferenças das posturas empresariais.

Importante trazer à tona as ações empreendidas pelas ONGs, pois são elas a ponta de lança que fazem a gestão direta dos migrantes em São Paulo. As ONGs são os atores centrais que operacionalizam e servem de infraestrutura para a gestão da conduta dos migrantes na cidade; elas são responsáveis pela operacionalização dos três aspectos que Roy abordava ao tratar da governamentalidade cívica. A arte liberal de governar, que instituiu regimes de inclusão e ocorria através do que ela denominava de infraestrutura da mediação populista; as tecnologias de governo; e as normas dos regimes de si. Os três aspectos podem ser encontrados e articulados na descrição que fizemos acima. Ocorrem pelas práticas das ONGs, articuladas com os órgãos estatais e alinhados aos interesses das empresas.

A infraestrutura de mediação populista é composta pelas organizações que desempenham atividades com os migrantes, são eles que operacionalizam a maior parte das atividades depreendidas no quadro do eixo dos *investimentos sociais*. Ao mesmo tempo, são eles que produzem e difundem os conhecimentos sobre esses sujeitos governáveis. Os termos das ações de inclusão, neste caso, são os termos da inclusão no mercado. Esses migrantes passam a operar através de subjetividades ancoradas no mercado e referenciadas na organização de empresas, empresas de si mesmo.

²²² No início, a proposta era abordar com mais profundidade as ações da C&A em relação ao tema, em especial a constituição da SOCAM, empresa de auditorias criada pela própria C&A para monitorar sua cadeia produtiva. Devido às dificuldades de realização do trabalho de campo, acabamos enfatizando apenas as medidas da Zara.

Ao mesmo passo, as ONGs são responsáveis por difundir os termos dos processos de subjetivação, de autogoverno dos migrantes, em que a ideia de empreendedorismo assume centralidade. Os processos de subjetivação pelos quais os migrantes definem sua forma de se portar na cidade são referenciados na ideia de que cada um define o seu próprio futuro. O migrante é aquele que se desprende de todas as amarras de sua sociedade de origem para ser dono do próprio destino. Nesse sentido, ele vê nas práticas estatais da nova sociedade que se instala apenas constrangimentos: quanto mais livre estiver para atuar, melhor. O migrante é o protagonista de sua história. Como nossos interlocutores sempre frisavam, o interesse na regularização ocorre para facilitar a mobilidade por entre as fronteiras do país. Não recai na ideia de inclusão à cidadania brasileira. Não se vislumbra tornar-se brasileiro e ter acesso aos direitos garantidos aos cidadãos nacionais. Vislumbra-se trabalhar aqui e poder circular como quiser. Esta subjetividade casa perfeitamente com a ideia de empreendedorismo, em que se apaga qualquer forma de identidade coletiva em relação à posição que ocupam no processo produtivo, e sublinha-se a ideia de que o sucesso de cada um depende exclusivamente de si.

Apesar de afirmarem um ideal de cidadania universal e global, as práticas cotidianas das ONGs, como descrevemos anteriormente, são pautadas pela gestão das urgências dos migrantes ancoradas num melhor posicionamento deles no mercado: torná-los bons empreendedores para que tenham suas empresas bem estruturadas e não recaiam em trabalho escravo. Para tanto, faz-se necessária a regularização da situação migratória. Este passa a ser o norte das atuações e esforços políticos, não só das autoridades estatais, comprometidas com a consolidação do CIC-Imigrante, como dos operadores das ONGs. O conjunto de atores imbricados na política de enfrentamento ao trabalho escravo entre os migrantes da costura busca tornar os migrantes regulares no território nacional, ao mesmo tempo em que se facilita a formação de empresas. As ações passam ao largo de intervir diretamente no que os migrantes diagnosticam como o maior problema de sua inserção em São Paulo: os preços que recebem por peça costurada. Isto deve ser regulado pelos mecanismos concorrenciais do mercado e não entra na pauta daqueles que se dedicam ao enfrentamento ao trabalho análogo ao de escravo.

Ao detalhar o que foi feito após a assinatura do TAC, buscamos revelar os mecanismos de gestão da população migrante, ou, em outras palavras, de inclusão social. Parte-se do diagnóstico de vulnerabilidade do migrante da costura, uma população em situação de risco: todo migrante da costura é uma provável vítima do trabalho escravo,

nesse sentido, é necessário encontrar mecanismos para regularizá-lo e fazer com que ele trabalhe dentro da legalidade. Por outro lado, reconhece-se a importância e centralidade dessa força de trabalho para a indústria de confecções em São Paulo. É preciso encontrar mecanismos que conciliem os interesses das empresas em manter seus preços competitivos com a proteção dos migrantes. Melhor ainda se o mecanismo encontrado mobilizar o conjunto de organizações que atuam diretamente com essas populações. Ao utilizar o trabalho dessas ONGs, ao mesmo tempo em que se canaliza um capital simbólico relacionado à prática de responsabilidade social para a empresa, que serve para valorizar a marca, institui-se um vínculo entre a empresa e as ONGs. Ou será que as três organizações têm autonomia para bater de frente com a multinacional que as financia e o modo como se estrutura esse setor produtivo? Qual o nível de comprometimento que as ONGs passam a ter com os projetos das empresas?

Ao mesmo tempo, a ação estipulada no TAC, que cobra da empresa a necessidade de controlar com maior rigor sua cadeia produtiva, faz com que a grife tenda a interromper o fornecimento de peças para empresas que subcontratem migrantes da costura. Avalia-se a existência de um alto risco ter as peças produzidas pelos migrantes em São Paulo. Nada impede que não haja outra fiscalização que ponha por terra os esforços e *investimentos sociais* empreendidos. No país há outros polos industriais importantes, é possível buscar outras formas de produção afastadas da possibilidade do trabalho escravo – neste setor, o trabalho escravo sempre apareceu atrelado aos migrantes transnacionais. Nesse caso, a grife trocou seus fornecedores. A maior parte de sua produção em 2011 já não estava em São Paulo²²³, mas em Santa Catarina (73,% do volume de compras era produzido em Santa Catarina). O estado de São Paulo estava em segundo lugar (18,9%), seguido do Mato Grosso do Sul (2,9%). Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro correspondiam por 4,6% do volume de compras. Essas informações foram construídas pelo Uniethos e serviam de base para a proposição da estratégia de redução de riscos, estipulada como um dos eixos do TAC. Segundo informou a Responsabilidade Social da Zara Brasil, a empresa estava buscando fornecedores em outras regiões do país, como pequenas cidades do interior do Goiás. De fato, como evidenciava o procurador do trabalho no relato que abriu esta sessão, tem-se tirado o apelo da contratação de força de trabalho migrante. Para grandes empresas como a Zara, passa a ser temerário produzir em São Paulo, vale mais a pena deslocar a produção para outras regiões que não haja migrantes transnacionais. Segundo a gerente de responsabilidade social, em 2013 eles

²²³ Ver Tabela 14, tópico 3.3 *Caso Zara*.

tinham apenas um fornecedor em São Paulo que subcontratava oficinas de migrantes, oficinas auditadas e que estavam dentro das normas. O que tende a ocorrer não é necessariamente o desestímulo do fluxo dos migrantes para São Paulo, pois ainda há possibilidades nas cidades, as trajetórias bem sucedidas e o dispositivo de circulação e de fixação de força de trabalho seguem existindo. Em longo prazo, o que pode ocorrer é a consolidação de um mercado específico para os migrantes da costura, não mais nas cadeias longas, mas nas médias e curtas. Neste universo, o apelo da marca não funciona, o público consumidor não é e nem nunca será mobilizado pela ideia de consumo responsável. Segundo informou dona Virna, que produzia para a Zara, o valor que recebia por peça era mais elevado que o pago, em média, pelos coreanos e brasileiros. Ela acabou ficando fora do circuito de encomendas da Zara e provavelmente não houve nenhum outro migrante que tenha entrado no lugar.

Buscamos evidenciar ao longo do tópico a profusão de iniciativas tomadas a partir da fiscalização. No cerne das ações repousa os modos de transformar os migrantes em empreendedores. Não se busca transformar e incidir nas cadeias produtivas de modo que o maior problema diagnosticado pelos migrantes seja resolvido. Os circuitos das encomendas passam incólumes e as soluções vislumbradas repousam na formalização e no empresariamento dessa população. Oras, todos sabem que se os migrantes da costura seguirem os procedimentos definidos no *Manual* e no *DVD Oficina Modelo*, eles simplesmente deixarão de ser atrativos, não conseguirão entrar no circuito das encomendas, pois o valor pago pelas vestimentas torna inviável o trabalho que não exceda as 54 horas semanais permitidas por lei. Os migrantes não vivem em oficinas de costura em péssimas condições porque não sabem o que define a lei. Não é a lei ou a divulgação da lei que vai fazer mudar a forma de inserção desses migrantes na cidade, o problema repousa no circuito das encomendas e o valor pago pelas peças. O serviço do migrante da costura é competitivo justamente porque ele é barato, e ele é barato porque os migrantes se submetem a condições que o trabalhador brasileiro não tem se submetido. Além disso, esta produção ocorre na RMSP, muito próximo dos centros de escoamento desses produtos, o que facilita e barateia os custos com logística. As condições das oficinas são calamitosas, como se pode ver nas descrições das fiscalizações do MTE (ou nas fotografias do Anexo I), não porque os migrantes não saibam que se deva ter cadeira ergonômica e papel higiênico nos banheiros, trata-se do problema de como se organiza o setor e quais os valores pagos pelas roupas costuradas.

Para darmos um salto analítico, devemos seguir as proposições de Luiz Antônio Machado da Silva (2002), que afirma que os processos socioeconômicos contemporâneos deslocaram a referência da discussão da informalidade, que tinha sido central nos debates da sociologia urbana e do trabalho no século passado. Este debate deixou de explicar o que se verifica nas cidades, perdeu seu poder crítico em relação à compreensão dos sentidos das transformações contemporâneas²²⁴. Entrou em pauta os termos do empreendedorismo. A gramática das discussões em torno da informalidade buscava dar conta do contingente de trabalhadores que ficava de fora do processo de modernização, que não eram absorvidos nas dinâmicas de industrialização. Tinha-se como referência o encadeamento lógico das ideias de urbanização-industrialização-assalariamento e pleno emprego. As explicações, à época, evidenciavam cada um desses termos especificando e problematizando o anterior. Ao final, assentava-se na referência ao pleno emprego – uma imagem da socialdemocracia dos EUA e Europa dos 30 anos gloriosos. Naquele período, a referência não era uma miragem inatingível, mas uma meta viável, baseada numa tendência real vivida nesses países e, portanto, um parâmetro analítico confiável (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 90). O problema da informalidade surgia neste conjunto de referências para dar conta das questões que emergiam na periferia do capitalismo, para discutir a passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento. Nos anos 1980, desmonta-se este referencial e passa-se a operar com a ideia de informalidade relacionada não mais aos processos econômicos, mas à desregulamentação estatal das relações de trabalho (discussão no nível político) e, ainda, desloca-se a ideia da informalidade como fator da compreensão de um setor ou de uma economia para inseri-la numa discussão sobre práticas, processos ou atividades informais diferenciadas e específicas (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 93).

Machado da Silva aponta para o deslocamento, nos anos 1990/2000, da discussão da informalidade para a do *empreendedorismo/empregabilidade*. Este deslocamento aponta “para novos modos de exploração capitalista, cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material.” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 101). Diferentemente da ideia de informalidade, que aparece numa perspectiva crítica de compreensão do mundo social, o autor aponta que a gramática em torno da *empregabilidade/empreendedorismo* adquire um sentido oposto: de convencimento ideológico, de domesticação, que se encaminha no

²²⁴ O debate sobre a informalidade, que se inicia nos anos 1960 e se estende até o começo dos 1980, passa ao largo dos temas que nos concernem. De todo modo, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre esse tema tendo em vista a força que a discussão teve na consolidação de todo um campo conceitual.

sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança. Enquanto a gramática do assalariamento no que se refere ao trabalho implicava a regulação do mercado capaz de “compatibilizar os requisitos técnicos e sociais da produção, isto é, de minimizar a contradição entre exploração do trabalho e ampliação dos direitos de cidadania, organizando e canalizando o conflito social” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 101), a nova gramática do empreendedorismo opera através da mobilização das subjetividades dos trabalhadores.

(...) projeta-se a imagem do “novo trabalhador” como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho (ou da alocação de seu esforço como produtor direto) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competência para práticas econômicas em constante mudança – isto é, sempre como empresário de si mesmo. (...) Uma cultura do trabalho organizada em torno do par empregabilidade/empreendedorismo fere de morte os valores da solidariedade social tão dificilmente institucionalizados sob a fórmula “trabalho livre mas protegido” e torna-se o centro do processos de legitimação ideológica da fragmentação social que, nesta hipótese, se tornaria irreversível. (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 105)

Esta é a gramática que se difunde por entre os migrantes da costura. O migrante é, por excelência, o empreendedor de si mesmo, ele já chega ao país mobilizado por esses processos de subjetivação. É ele quem traça a sua trajetória. Chegando à cidade, esses processos de subjetivação são reforçados.

Por fim, ao longo do tópico, tentou-se evidenciar os diferentes níveis de ação que se desdobram a partir do TAC da Zara: a responsabilização jurídica pela cadeia produtiva, que leva ao respectivo controle da cadeia produtiva através de auditorias, ação objetivada com o intuito de diminuir os riscos em uma nova fiscalização. Ainda na chave da diminuição dos riscos das grandes empresas, melhor parar de produzir em São Paulo, pois na região há migrantes transnacionais e as fiscalizações apenas diagnosticam escravidão entre eles, no caso das autuações com brasileiros, o máximo que se verifica são infrações de ordem trabalhista e não humanitária. As fiscalizações, neste caso, ao operarem no sentido da equiparação do custo de contratação da força de trabalho brasileira com a do migrante, conseguem tirar o apelo da força de trabalho migrante, que significa diminuir a força dos migrantes da costura neste mercado de trabalho. Trata-se, ao mesmo tempo, de proteção ao mercado de trabalho nacional e de gestão do fluxo de migrantes.

Por outro lado, apenas essas ações não seriam suficientes. É necessário legitimar uma política de atenção aos migrantes em São Paulo, as maiores vítimas desse processo. Então, nada melhor do que mobilizar as entidades que atuam diretamente com essas populações para desempenharem ações que visem incluí-las à cidade. Melhor ainda seria, através dessas organizações, difundir uma racionalidade entre esses migrantes, fortalecer os processos de subjetivação segundo os quais o problema em relação ao trabalho escravo residiria no fato de eles não serem propriamente empresas. Trata-se, no fundo, de responsabilizar o modo como os próprios migrantes se organizaram na cidade. Então, desse modo, por que não auxiliá-los a se tornarem empreendedores? Assim, são difundidas medidas de auto-governo. Deve-se conscientizá-los, informá-los, regularizá-los, oferecer cursos de informática (afinal, como poderiam emitir a nota fiscal eletrônica se não souberem manejar essa ferramenta?), oferecer cursos de português para que se integrem à sociedade, etc.

3.5 Conclusão parcial

Ao longo deste último capítulo, desenvolvemos nosso modo de olhar para o trabalho escravo. Deslocamos a discussão que trata o tema como processo de estigmatização do migrante, reduzindo-o à condição de objeto. Ao mesmo tempo, nos distanciamos do olhar que coloca a inserção do migrante da costura em São Paulo entre, de um lado, um processo de ascensão social e, do outro, as redes criminosas de exploração do trabalho e de tráfico de pessoas. Colocamos em foco as ações estatais e de governo relacionadas ao tema.

Em um primeiro momento, apontamos os sentidos das novas fiscalizações que identificam trabalho análogo ao de escravo. Não se trata mais de criminalizar e responsabilizar os próprios migrantes, mas investir em uma série de medidas para incluir esses migrantes à sociedade nacional. As polícias perdem força nesse novo marco fiscalizatório. Os agentes estatais centrais que atuam na problemática passam a ser o MTE e o MPT. O primeiro, a partir de seu poder discricionário, escolhe as cadeias a fiscalizar. Não se incide na produção que tem como destino os mercados populares, que não são sensibilizáveis pela ideia de *consumo responsável*. Busca-se incidir nas cadeias das grandes empresas, pois se almeja desdobrar ações para além da simples responsabilização das relações trabalhistas. As cadeias curtas ficam fora da atuação dos agentes estatais. Esse é

o pior dos mundos, segundo os agentes do Estado. Neste momento não se atua sobre essas cadeias. Ao mesmo tempo, as atuações nas cadeias médias e longas tendem justamente a impulsionar os migrantes para as cadeias curtas, onde eles têm autonomia em relação ao circuito das encomendas. Deslocam-se os problemas, que agora passam a se referir aos controles, barganhas e formas de obter espaço para comercialização nos mercados populares.

Evidenciamos o caso paradigmático de fiscalização da Zara. Mostramos os sentidos que o TAC vem assumindo no direito contemporâneo como uma forma extrajudicial de resolução de conflitos. O entendimento mais difundido é que se trata de uma negociação entre as partes em busca de um encaminhamento que seja bom para todos os lados. Dito isso, retomamos em linhas gerais o caso de fiscalização da multinacional espanhola e seus desdobramentos. Há dois sentidos imbricados na ação: 1 – a restituição do direito do trabalho, embebido numa ideia antiliberal e de proteção do trabalho. Nesse caso, trata-se de ação que recai sob um número pequeníssimo de migrantes; 2 – de modo geral, as ações difundidas estão inseridas nas relações de mercado. Trata-se de articular uma série de ONGs que desempenham trabalho com os migrantes para incluí-los à sociedade nacional. A forma empresa é o que baliza este processo de inclusão. Aglutina-se os interesses das ONGs, dos agentes estatais e da empresa multinacional em torno de uma política de intervenção que recaia sobre os migrantes da costura e que formalize suas práticas na ideia do empreendedorismo.

As ações que se desdobram do TAC não miram no maior problema identificado pelos migrantes. O grande problema para a situação a que se encontram na cidade se refere ao modo pelo qual se estrutura o circuito das encomendas, em que os preços pagos são baixos e os prazos são curtos. A atuação do TAC e mesmo das legislações aprovadas apenas rodeiam o problema, trata-se de mudar a moldura para o jogo econômico ou, ainda, informar o migrante de como ele deve estar na cidade. O modo pelo qual se estrutura a cadeia produtiva passa incólume.

Políticas de inclusão via mercado são empreendidas. Ao mesmo tempo em que se inclui os migrantes, busca-se gerir os fluxos no sentido de *regular o fluxo desordenado de pessoas de fora do território*. Trata-se de buscar tirar do migrante os fatores que tornem sua força de trabalho atrativa. O processo pelo qual essa gestão dos fluxos passa a ser pensada mobiliza apenas e exclusivamente as cadeias longas. A tendência é os migrantes das costura rumarem cada vez mais para as confecções do Brás e Bom Retiro e, ainda, para a produção e comercialização próprias. As feiras e mercados populares surgem como

possibilidade de autonomização em relação ao circuito das encomendas. Nesses espaços, a regulação estatal ocorre de outro modo, não através de diálogo e articulação com agentes do MTE e do MPT, mas com fiscais da prefeitura e com a Polícia Militar, que desde a operação delegada assumiu a função de fiscalização do comércio de rua. Deslocam-se os níveis de negociação, deslocam-se os problemas.

Buscou-se evidenciar como a emergência de práticas de responsabilidade social empresarial, disparadas a partir da fiscalização do MTE e realizadas com a mediação do MPT, anunciam a intervenção social como uma oportunidade estratégica de sustentabilidade dos negócios da multinacional, em que há um novo encadeamento entre Estado, mercado e sociedade. Seguindo Maranhão (2011, p. 255), tentamos evidenciar como as instituições imbricadas, a despeito de suas lógicas e interesses distintos, atuam em discurso da colaboração mútua para a melhoria das condições de vida das populações. A linguagem da política atual é focada no público-alvo, na localidade e na comunidade, caracterizados conforme seus perfis sociodemográficos. As questões estruturais – no caso em tela, o modo como se organiza a remuneração dos trabalhadores – não entram em foco. A política social remete a metas a serem alcançadas por programas e projetos sociais, elaborados sob o crivo das novas tecnologias sociais de gestão (MARANHÃO, 2011, p. 256).

Aspecto fundamental na atuação em torno do TAC é o modo pelo qual passa a ocorrer a gestão da conduta dos migrantes em São Paulo: eles são incluídos à cidade por meio da forma empresa, devem estar regularizados para poderem prestar seus serviços para o segmento. Devem mobilizar suas vontades e desejos de estarem na cidade enquanto personalidades jurídicas. As formas de resistência, o conflito entre capital e trabalho, parecem cada vez mais esfumaçadas através dos processos de subjetivação que se difundem por entre os migrantes empreendedores de si. Consolida-se um conjunto de práticas em que a paz e a ordem tende a se instituir num processo que aglutina as ações dos agentes estatais, de ONGs e dos próprios migrantes.

Considerações finais

Ao iniciarmos esta dissertação com a descrição do caso Zara, buscou-se colocar as diferentes questões que foram debatidas ao longo da pesquisa: 1 – as transformações recentes da indústria de confecções e sua afinidade com o trabalho de migrantes transnacionais; 2 – os desenvolvimentos dos discursos e das ações de combate ao trabalho escravo, do campo à cidade, da repressão à gestão do problema; 3 – por último, a proposta analítica de deslocar os termos da compreensão sobre o trabalho escravo, nem como estigma, tampouco como termo explicativo da situação dos migrantes em São Paulo, mas como noção “nativa”, aglutinadora de uma série de intervenções que envolvem diferentes agentes no sentido da *inclusão social* dos migrantes, o que também significa a gestão dos fluxos migratórios.

A pesquisa procurou relacionar um fenômeno migratório a um modo de inserção na cidade. Retiramos o foco de análise restrito a um grupo de migrantes definido aprioristicamente pela sua nacionalidade. Colocou-se em tela o que foi denominado de *migrantes da costura*. Isto é, populações que se mobilizam a migrar a partir do dispositivo *oficina de costura*. Deixou-se de pautar os bolivianos, tampouco centralizamos a abordagem na compreensão da migração de paraguaios ou peruanos. Argumentamos contrariamente às pesquisas que assumem uma postura alinhada ao que foi definido como “nacionalismo metodológico”; isso não quer dizer que tenhamos conseguido nos desvencilhar de todos os termos dessa posição epistemológica, tentou-se, ao máximo, assumir a vigília teórico-analítica para se afastar desse tipo de abordagem. Frisamos a necessidade de se colocar em destaque as dinâmicas sociais espacializadas na cidade e seu funcionamento para além da definição dos limites nacionais. Após construir o objeto de pesquisa – inspirado nas análises que buscam desessencializar, desetnicizar ou, ainda, desnacionalizar o recorte da pesquisa migratória (WIMMER e SCHILLER, 2003 e SCHILLER e ÇAĞLAR, 2006), colocando em foco as formas de inserção nos espaços urbanos e as relações que estabelecem com as populações e os lugares de destino –, abordamos as transformações da indústria de confecções e a afinidade entre a migração circulante da costura, ancorada no dispositivo *oficina de costura*, e a demanda por trabalho subcontratado do setor produtivo.

Abordamos as transformações dessa indústria após os processos de reestruturação produtiva. As mudanças do setor iniciadas a partir dos anos 1980 casaram bem com o tipo de trabalho oferecido pelos migrantes, que teve a demanda por seus serviços aumentada

ao longo dos anos 1990 e 2000. A consolidação do dispositivo migratório *oficina de costura* se deu, em um primeiro momento, através da inserção de migrantes coreanos que, de forma relativamente rápida, ascenderam coletivamente de posição social e deixaram de trabalhar diretamente nas oficinas de costura²²⁵ para se dedicarem à comercialização de vestimentas, sobretudo no Brás e no Bom Retiro, que já eram regiões com histórico de inserção de migrantes. Desde meados dos anos 1980, paraguaios e bolivianos foram os contingentes populacionais que mais engrossaram a força de trabalho da costura, dedicando-se, sobretudo, a fornecer serviço para coreanos. A transformação do processo produtivo difundiu-se para os diferentes segmentos do setor, espraiando-se para o que denominamos de cadeias curtas, médias e longas. Diferentes tipos de cadeias produtivas demandam o trabalho subcontratado de migrantes: generaliza-se a produção através de oficinas de costura. Empresas brasileiras grandes e médias, grifes multinacionais, lojas de departamento, assim como pequenos comerciantes do mercado popular, todos se utilizam da produção em oficinas de costura. Mais do que simplesmente barateamento de custos produtivos, a oficina de costura significa um ganho de gestão da nova forma de organização das vendas e produção no denominado *fast fashion*.

Ao mesmo tempo, fluxos populacionais de países vizinhos ao Brasil puseram-se em marcha em busca de melhores oportunidades de rendimentos. Trata-se de um tipo de migração diferente da identificada pela Escola de Chicago no início do século passado. Não mais buscam lançar raízes, estabelecer-se no local de destino, integrar-se à cidadania no novo contexto nacional. A referência para a análise não são as populações sedentárias, mas aquelas que se colocam em movimento em busca de melhores oportunidades para investir em seus locais de origem: as remessas, a manutenção de vínculos, os fluxos informacionais passam a ser centrais nesse tipo de migração. Trata-se do que foi descrito como o *paradigma da mobilidade*. A oficina de costura surge como o espaço pelo qual se consegue circular e fixar-se na cidade. Remunera-se por peça produzida o que, ao mesmo tempo, mobiliza as subjetividades dos costureiros para que desempenhem jornadas extensíssimas e intensíssimas, ao mesmo tempo em que possibilita ao migrante circulante acumular recursos maiores na cidade do que se fosse assalariado, pois ele se dispõe a extrapolar e muito a jornada máxima permitida por lei.

As estratégias desenvolvidas para inserção na cidade estão ancoradas não na integração, mas na circulação em busca das melhores oportunidades. São Paulo surge

²²⁵ Aqui é possível utilizar a definição embasada na nacionalidade, pois se fundamentou nesse grupo uma identidade coletiva nacional que operou para a ascensão social coletiva desses migrantes. (Ver Choi 1991 e 1996).

como destino apenas quando parece ser mais rentável do que outros lugares antes prioritários (como cidades argentinas, estadunidenses e espanholas). Simultaneamente, a indústria de confecções passa a demandar o trabalho da costura fragmentado em pequenos estabelecimentos, com rebaixamento de custos produtivos, no contexto de concorrência global (vide custo chinês) e maior agilidade para a gestão produtiva. Com os processos de flexibilização da produção, chega-se no momento oportuno para a proliferação das oficinas de costura, ocorre uma afinidade eletiva entre o modo em que se estrutura a migração e a demanda por serviços de costura na cidade. Assim, conclui-se que a oficina de costura funciona como o dispositivo central para esse modelo migratório que não se restringe a bolivianos, e que ocorre aqui e alhures de modo similar, com força de trabalho migrante. Não nos assustará se, em breve, outros fluxos populacionais começarem a se ocupar no setor.

As oficinas oferecem condições para o trabalho e para a moradia. Para migrantes sem formação, ela é espaço de qualificação. Para aqueles que não tenham como financiar seus deslocamentos, a oficina de costura custeia suas passagens. Além disso, a alimentação é garantida pelo empregador. Isto é, ela permite os termos básicos para a reprodução da vida humana e para a ocorrência da mobilidade transnacional. Esses fatores, ao mesmo tempo em que permitem e estruturam a migração, são os termos mobilizados pelos agentes estatais e representantes de ONGs para definir o trabalho em condições análogas ao de escravo.

Em relação ao trabalho escravo, primeiro foi demonstrado como o tema entra na pauta no país. Surge a partir da discussão que ocorria no campo e, apenas nos anos 2000, sua modalidade urbana passa a ser formulada teoricamente. Mostramos como o tema foi representado em alguns dos jornais da grande mídia, como a ideia de trabalho escravo era associada aos migrantes da costura. No início, pautava-se preferencialmente a relação com os coreanos, a partir dos anos 2000, aparecem as denúncias que envolvem grandes marcas e grifes famosas. Feito isso, trouxemos à tona algumas representações dos próprios migrantes em relação ao tema, assim como evidenciamos os principais marcos legais, instrumentos nacionais e internacionais, que tratam da questão. Preparamos o terreno para, no capítulo seguinte, desenvolver a nossa abordagem sobre o trabalho escravo.

Objetivou-se um deslocamento da discussão do trabalho escravo. Não ficamos restritos às impressões e representações dos migrantes, o que inevitavelmente levaria à conclusão de que o trabalho escravo é um estigma, sobretudo para os bolivianos.

Tampouco adotamos a postura de ONGs e de agentes estatais que participam dos processos de denúncia e fiscalização sobre trabalho escravo na indústria de confecções, não afirmamos que se trata de um dos maiores problemas que assola os migrantes na RMSP. A proposta foi entender como o tema do trabalho escravo surge na arena de gestão do trabalho e da migração. Quais os mecanismos de governo (no sentido foucaultiano do termo) colocados em prática a partir da mobilização da noção trabalho escravo? Quais atores passam a ser mobilizados em torno da erradicação do trabalho escravo? Quais as medidas a serem tomadas? Qual a racionalidade das ações empreendidas? Essas foram as questões desenvolvidas ao longo do último capítulo da dissertação.

Mostramos como as atuações dos agentes estatais pararam de responsabilizar os próprios migrantes pela situação encontrada nas oficinas. Até meados dos anos 2000, os encaminhamentos dados à situação de trabalho escravo eram bastante trágicos: os donos das oficinas eram presos e, assim como demais costureiros que estivessem em situação irregular no país, eram intimados a deixarem o território nacional em um prazo de no máximo oito dias. Após a ratificação do *Protocolo de Palermo* e a assinatura do *Pacto contra a precarização e pelo trabalho decente na cadeia de confecções*, as fiscalizações passaram a ocorrer de outro modo. Começa a haver uma seletividade mais acurada das ações a serem realizadas pelo MTE, com a busca ativa na definição das fiscalizações.

Isso fez com que as cadeias curtas fossem deixadas de lado e se pautassem, sobretudo, as longas e médias, em que eram identificadas empresas que pudessem se responsabilizar pela situação verificada, que estivessem aptas a responder a uma Ação Civil Pública ou a um Termo de Ajuste de Conduta levado a cabo pelo MPT. Foca-se nas empresas que zelam pela marca, que agregam valor aos seus produtos pela marca, para as quais a denúncia de trabalho escravo impacte o desempenho econômico. O caso Zara foi paradigmático. Houve uma grande comoção social que possibilitou mobilizar uma série de atores em torno de diferentes encaminhamentos que vão muito além do verificado na cadeia da grife espanhola.

As novas fiscalizações assumem dois sentidos: passa-se a responsabilizar a tomadora do serviço, restitui-se a relação trabalhista (com a devida caracterização de direção e subordinação) entre a demandante inicial da produção e a oficina da ponta da cadeia. A grande empresa deve pagar todos os valores e direitos dos trabalhadores resgatados, além de se garantir acesso ao seguro desemprego por três meses. Este sentido da ação de fiscalização é antiliberal, assentado na defesa do direito do trabalho, com a compreensão do trabalhador como sujeito de direitos (SUPLOT, 1994); no entanto, atinge

um número pequeno de pessoas (desde a assinatura do Pacto aos dias de hoje foram *resgatadas* apenas 300 pessoas). No caso Zara, em específico, asseguraram-se os direitos a 15 trabalhadores da cadeia, mas entre 300 e 600 deixaram de participar da cadeia produtiva, pois tiveram o fluxo do circuito das encomendas interrompido pela fiscalização.

O segundo sentido, que se dá de forma difusa, trata de um conjunto múltiplo de ações que opera pela lógica do mercado. Considera-se o trabalho escravo um efeito social anticoncorrencial. Deve-se evitá-lo para que não haja concorrência desleal ou, em outros termos, *dumping social*. Desse modo, propõe-se medidas de alteração da moldura jurídica, das regras do jogo em que ocorre a disputa econômica. As palavras de Carlos Bezerra Jr., líder da bancada do PSDB na Alesp entre 2012-2013, responsável pela lei, exprimem os sentidos desse segundo conjunto de ações:

A nova legislação torna o trabalho escravo um mau negócio. O lucro que muita gente tem hoje às custas de exploração e de violência se reverterá em um prejuízo importante. Além disso, passa-se a desenvolver uma série de políticas sociais que tem como foco organizar esse mercado específico²²⁶.

Ou seja, as intervenções de combate ao trabalho escravo não buscam incidir diretamente no modo pelo qual se organiza a competição e a produção da indústria de confecções, onde repousa o cerne do problema. São ações que buscam gerir, por meio de medidas referenciadas no mercado, a conduta dos migrantes e das empresas para que não haja trabalho escravo no setor. São propostas de intervenções em que se faz política social pelo mercado. As medidas não ocorrem a contrapelo do mercado, mas o contrário, a título da condição para que o mecanismo formal da concorrência aja (FOUCAULT, 2008b, p. 222). É pela organização da concorrência que se almeja a ordenação, a integração e a gestão dos fluxos migratórios. Para que a RMSP deixe de ser atrativa para os migrantes, deve-se equiparar o custo da força de trabalho do migrante à do trabalhador nacional. Evidencia-se o esfumaçamento do conflito, tendo em vista que a defesa de trabalhadores escravizados repousa em soluções mobilizadas justamente pela organização da economia de mercado.

Identificaram-se as diferentes medidas tomadas a partir do TAC da Zara. Evidenciaram-se as propostas de inclusão levadas a cabo pelas ONGs que operam diretamente com essas populações – elas são responsáveis por fazer a mediação da política social desenvolvida, criam saberes sobre os migrantes e difundem as normas e regimes de si. Dentre os aspectos que mais saltam à vista, têm-se os modos de torná-los

²²⁶ Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/geral/noticia/noticia.jsp?id=332694>. Acesso em: 10/09/2013.

empreendedores na cidade. Parte-se do diagnóstico de que o problema do trabalho escravo está justamente no fato de as oficinas de costura não estarem consolidadas enquanto empresas. Esta é a saída ao problema. Esse movimento encontra guarida na mobilização das subjetividades dos próprios migrantes, ainda que eles não deixem de frisar que o maior problema para a situação a que se submetem tem a ver com o preço e o tempo para produzirem as peças. O modo como se estrutura o circuito das encomendas passa incólume, ele é preservado pelas práticas de combate ao trabalho análogo ao de escravo. Não se busca incidir diretamente no modo como a produção do setor se estrutura. Passa-se a cobrar das empresas a realização de auditorias e fiscalização de sua própria cadeia. Busca-se adequar e mobilizar as subjetividades dos migrantes de forma a se adequarem ao mercado. Simultaneamente, as ações operadas pelas ONGs, através dos recursos das empresas, significam a valorização da marca da grife financiadora pelo mecanismo da responsabilidade social.

Por fim, cabe ressaltar alguns questionamentos ou incômodos que servem às pesquisas futuras. São algumas questões que apareceram nesta dissertação e que não demos conta de responder, ou porque não tivemos capacidade ou porque o período que vivemos não favorecia suas respostas. Qual o sentido da defesa dos direitos humanos quando eles aparecem como defesa do empresariamento de trabalhadores? Qual a profundidade dos efeitos do deslocamento da questão do trabalho, em que se coloca no lugar o discurso do empreendedorismo? Onde repousam os “rumores da multidão”, de que nos falava E. P. Thompson (1979), neste contexto em que o conflito *parece* ter sido apagado em torno de um consenso, em que os próprios trabalhadores agem mobilizados pela subjetividade empresarial? De onde virão as práticas insurgentes? Para onde vão as vozes dissidentes? Para responder a essas indagações só nos resta a política e, aqui, retornamos à epígrafe que abre esta dissertação.

Bibliografia

ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. "Modernidade medieval: cidadania e urbanismo na era global." In: *Novos Estudos Cebrap*, no. 85, 2009: pp. 105-128.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996.

_____. *The social life of things: commodities in cultural perspective*. New York, Cambridge University Press, 1986.

_____. "Soberania sem território: notas para uma geografia pós-nacional". São Paulo: In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 49, 1997, p.33-46.

ARDAYA, Gloria. *Inserción socio-ocupacional de los inmigrantes bolivianos en Argentina*. Buenos Aires: dissertação de mestrado, UBA, FLACSO, 1978.

ARENDT, H. "O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem". In: *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 300-338

ÁVILA, Leonardo de la Torre. *No llores, prenda, pronto volveré. Migración, movilidad social, herida familiar y desarrollo*. La Paz: PIEB/IFEA, 2006.

_____. *Volveré para regar al campo: migración transnacional, inversión productiva y calidad de vida*. Boletim MIUrb/AL, n. 2, Dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.miurbal.net/documents/miurbul02.pdf>> Acesso em: 15/07/2010.

AZAÏS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. (Orgs.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belho Horizonte: Fino Traço, 2012.

AZEVEDO, Flávio Ant. Gomes. *A presença do trabalho forçado urbano na cidade de São Paulo: Brasil/Bolívia*. São Paulo: dissertação de mestrado, Prolam/USP, 2005.

BAENINGER, Rosana (Org.). *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2012.

BECK, Ulrich. *Qu'est-ce que le cosmopolitisme?* Paris: Alto/Aubier, 2006.

BÉRGAMO, M. "Acerto de conduta". In: *Folha de São Paulo*. Ilustrada. Quarta-feira, 16 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/88747-monica-bergamo.shtml>. Acesso em: 11/09/2013.

BIGNAMI, Renato. *Trabalho escravo contemporâneo: o sweating system no contexto brasileiro como expressão do trabalho forçado urbano*. In: Sinait, 2011. Disponível em: <http://www.sinait.org.br/arquivos/artigo19216c4627d24e2563a4335ceb2c9469.pdf>

BLOOMBERG. *Bloomberg billionaires*. 14 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/billionaires/2013-02-14/aaa>. Acesso em: 11/09/2013.

BOLÍVIA. "Nota de prensa: nivel de remesas de trabajadores - mes de diciembre de 2012". In: *Banco central de Bolívia*. Bolívia, 28 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gob.bo/webdocs/2013/SalaDePrensa/NotaDePrensa/2013%2002%2028-BCBNotadePrensa.pdf>. Acesso em: 11/09/2013.

BOLOGNA, Eduardo León. *Migraciones entre países del sur: Los cambios y las continuidades en los flujos limítrofes hacia Argentina*. In. *Migraciones internacionales*, Vol. 5, Num. 3, janeiro – julho de 2010.

BONACICH, Edna. "Labor's responde to global production". In: GEREFFI, G.; SPENER, D. e BAIR, J. *Free trade and uneven development*. Philadelphia: Temple University Press, 2002, p. 123-138.

BONACICH, Edna; APPELBAUM, Richard. *Behind the label: inequality in the Los Angeles apparel industry*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. São Paulo: Vozes, 2003.

_____. *Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.

BRASIL DE FATO. *Memorial da América Latina comemora independência da Bolívia*. São Paulo, 2 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/15389>. Acesso em: 11/09/2013.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. *Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso em: 11/09/2013.

_____. Casa Civil. Decreto nº 6.975, de 7 de outubro de 2009. *Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm. Acesso em: 11/09/2013.

_____. Casa Civil. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. *Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 11/09/2013.

_____. Casa Civil. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. *Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm. Acesso em: 11/09/2013.

_____. Código Penal Brasileiro. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 11/09/2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Instrução Normativa nº 91, de 5 de outubro de 2011. Diário Oficial da União, 06/10/2011, seção I, p. 102. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D32DC09BB0132DFD134F77441/in_20111005_91.pdf. Acesso em: 11/09/2013.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987

BREDELOUP, Sylvie. "L'aventurier, une figure de la migration africaine". *Cahiers internationaux de sociologie*, 2008/2 nº 125, p. 281-306.

_____. *La Diams'pora du fleuve Sénégal: sociologie des migrations africaines*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2007.

CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. (orgs). *Saídas de emergência*. São Paulo: Boitempo, 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina; AZEVEDO, Flávio Gomes. "Entre o Tráfico Humano e a Opção da Mobilidade Social: os Imigrantes Bolivianos na Cidade de São Paulo". In: *Cadernos PROLAM/USP* (ano 5 - vol. 1 - 2006), p. 129-143.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. "Relatório final da comissão parlamentar de inquérito para apurar a exploração de trabalho análogo ao de escravo". Processo Nº 0024/2005. São Paulo, fevereiro de 2006. Disponível em:

http://www1.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/CPI-TrabalhoEscravo.pdf. Acesso em: 11/09/2013.

CAMI-SPM. *Líneas maestras para oficinas de costura: manual práctico para oficinas textiles y pequeñas empresas urbanas*. Cami-SPM: São Paulo, 2012. Disponível em: http://cami-spm.com.br/wp-content/uploads/2012/10/MANUAL_OFICINA_TEXTIL.pdf. Acesso em: 11/09/2013.

CAMPOS, G. *Entre pertencimentos e estigmas: os impactos da produção da identidade "imigrante-escravo-ilegal" entre imigrantes bolivianos em São Paulo*. (mimeo), 2008.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à Justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública: uma nova sistematização da teoria geral do processo*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Ação civil pública: comentários por artigo (Lei nº 7.347, de 24/7/85)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CASALDÁLIGA, P. "Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social". In: *Carta Pastoral*. São Félix do Araguaia, 10 de outubro de 1971. Disponível em: <http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>. Acesso em: 11/09/2013.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Ela Wiecko. "Considerações sobre a interpretação jurídico-penal em matéria de escravidão". In: *Estudos Avançados*, 14 (38), 2000, p. 51-65.

CDHIC. *Brasil: informe sobre a legislação migratória e a realidade dos imigrantes*. São Paulo, CDHIC, 2011. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/260091-BRASIL-INFORME-SOBRE-A-LEGISLACAO-MIGRATORIA-E-A-REALIDADE-DOS-IMIGRANTES>. Acesso em: 11/09/2013.

CHIARELLO, L. M. *Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil em América Latina*. Nova Iorque: Scalabrini International Migration Network, 2011. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/LasPoliticPublicasSobreMigraciones.pdf>. Acesso em: 11/09/2013.

CHOI, Keum Joa. *Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 1991.

_____. *Aspectos fonético-fonológicos do português falado por coreanos: evidências de transferências/interferências da língua materna na segunda língua*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 1996.

CORTES, Geneviève. *Partir para quedarse: supervivencia y cambio em las sociedades campesinas andinas*. La Paz: IRD/IFEA/Plural Editores, 2004.

COSTA E SIVA, M. "Ministério da Justiça muda regras na lei de migração". In: *Rota Jurídica*. 28 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.rotajuridica.com.br/index.php/destaques/item/6353-minist%C3%A9rio-da-justi%C3%A7a-muda-regras-na-lei-de-migra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 11/09/2013.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

DHPP. "Anuário do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa - Polícia Civil". São Paulo: Editora Roca, 2008.

DIMINESCU, Dana. *Le Migrant Connecté: Pour un Manifeste Épistémologique*. In: Migrations/Société, vol. 17, n. 102, pp. 275-292, 2007. Disponível em: <www.ticmsh-paris.fr> Acesso em: 15/07/2010.

_____. *L'usage du téléphone portable par les migrants en situation précaire*. In: Hommes et migrations, n 1240, pp. 66-81, 2002. Disponível em: <<http://ticmigrations.fr/documents/mobilites-connexions-diminescu.pdf>> Acesso em: 15/07/2010.

DORNELAS, Sidnei Marcos. "Para sair do confinamento: a experiência das visitas às oficinas de costura de imigrantes bolivianos no quadro do projeto 'Somos Hermanos'". In: Travessia. Ano XXII, nº63, janeiro-abril: 5-11, 2009.

EXAME. *Amancio Ortega é o que mais aumentou sua fortuna em 2012*. São Paulo, 2 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/amancio-ortega-e-o-que-mais-aumentou-sua-fortuna-em-2012> . Acesso em: 11/09/2013.

ESTERCI, N. *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FERGUSON, James ; GUPTA, Akhil. "Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality". In: *American Ethnologist* 29(4): 981-1002, 2002.

FIGUEIRA, Ricardo Resende. "A escravidão contemporânea no Brasil: de 1985 a 2009". In: SWYDOW, Evaniece; MENDONÇA, M. Luisa (orgs.). *Direitos Humanos no Brasil 2009 – Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.social.org.br/dh%20no%20brasil%202009.pdf>. Acesso em: 12/06/2013.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia; SANT'ANA JR., Horácio. *Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

FIGUEIRA, R. R.; PRADO, A. A. *Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas*. Cuiabá: EDUFMT, 2011.

FISCHER, Nicolas; SPIRE, Alexis. "L'État face aux illégalismes". In: *Politix*, n. 87, vol. 22, 2009: p. 7-20.

FONSECA, Márcio Alves da. "Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar". In: RAGO, M., VEIGA-NETO, A. (orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 155-164, 2005.

FONSECA. João Bosco Leopoldino da. *Lei de proteção da concorrência. Comentários à lei antitruste*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FONTAINE, Laurence; WEBER, Florence. *Les paradoxes de l'économie informelle*. Paris: Karthala, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2007b.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. "Sujeito e poder". In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p.231-250

FRANCO, J. "Los inmigrantes paraguayos viven en preocupante condición en São Paulo". In: *ABC Digital*. Assunção, 5 de outubro de 2008. Disponível em: <http://archivo.abc.com.py/2008-10-05/articulos/457038/los-inmigrantes-paraguayos-viven-en-preocupante-condicion-en-so-paulo>. Acesso em: 11/09/2013.

FREIRE, Carlos. *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2008.

_____. "Precisa-se de bolivianos na indústria de confecção em São Paulo". *Travessia*. Ano XXII, n. 63, janeiro-abril: 5-11. *Travessia*, ano XXII, nº63, janeiro-abril: 5-11.

_____. "Caminhos cruzados: migrantes bolivianos e o trabalho informal na indústria de confecções em São Paulo". In.

FREITAS, Patrícia Tavares de. *Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo*. Campinas: dissertação de mestrado, UNICAMP, 2009.

_____. "Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção – em busca de um paradigma alternativo analítico". In. BAENINGER, R. *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2012.

GARCIA, Emerson. *Ministério Público: organização, atribuições e regime jurídico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GARCIA, Renato; CRUZ-MOREIRA, Juan. "O Complexo têxtil-vestuário: um clusterresistente". In: COMIN, Álvaro (org.). *Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região central*. São Paulo: CEBRAP/EMURB/CEM, 2004.

GASPARIN, G. "Imigrantes bolivianos fraudam programa de formalização do trabalho." In: *G1*. São Paulo, 21 de agosto de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2012/08/imigrantes-bolivianos-fraudam-programa-de-formalizacao-do-trabalho.html>. Acesso em: 11/09/2013.

GORZ, André. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume. 2005.

GREEN, Nancy L. *Du sentier à la 7e avenue*. Paris: Seuil, 1998.

GROS, Frederic. *États de violence : Essais sur la fin de la guerre*. Paris, Gallimard, 2006.

GROS, Frédéric. *Michel Foucault*. Paris: PUF, 1998.

GROSSETTI, Michel. "Niveaux d'action et d'analyse. Essais de sociologie ouverte". In: Les dossiers du CRES, n. 01, juillet 2007.

_____. "L'espace à trois dimensions des phénomènes sociaux". In : Les dossiers du CRES, n. 01, juillet 2007.

GUEVARA, Jean Paul. *Migraciones Bolivianas en el contexto de globalización*. In. Alternativas sur, Centro de investigaciones para la paz, Vol. 3, No. 1, 171-187, 2007. Disponível em: <<http://www.derechoshumanosbolivia.org/articulo.php?cod=EA20041122113504>> Acesso em: 15/07/2010.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. "O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)?" In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03/07/2013.

HANNERZ, Ulf. *Exploración de la ciudad*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. "Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional". In: *Mana*, Rio de Janeiro, (3)1: 7-39, 1997.

_____. "Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização". In: *Mana*, Rio de Janeiro, (5)1 : 149-155, 1999

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *O novo imperialismo*, São Paulo: Loyola, 2005.

HASHIZUME, M. “Escravidão é flagrada em oficina de costura ligada à Marisa”. In: *Repórter Brasil*. São Paulo, 17 de março de 2010. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2010/03/escravidao-e-flagrada-em-oficina-de-costura-ligada-a-marisa/>. Acesso em: 11/09/2013.

_____. “Tragédia em Bangladesh simboliza despotismo do lucro”. In: *Repórter Brasil*. São Paulo, 10 de maio de 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/05/tragedia-em-bangladesh-simboliza-despotismo-do-lucro/>. Acesso em: 11/09/2013.

HINOJOSA, Alfonso. *Buscando la vida: familias bolivianas transnacionales en España*. La Paz: CLACSO, Fundación PIEB, 2009.

HIRATUKA, CÉLIO; et. al. *Relatório de acompanhamento setorial têxtil e confecção*. Campinas: Unicamp e Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Vol. I, 2008. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/textil%20e%20confeccao%20junho%2008.pdf>. Acesso em: 13/05/2013.

HIRSCH, Olivia. *Migrações sul-sul: o caso dos bolivianos no Brasil e na Argentina*. Observador on-line, vol 3, n. 4, abr, 2008. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br>> Acesso em: 15/07/2010.

IBGE. *Descrição das variáveis da amostra do Censo Demográfico 2010*. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/descricao_das_variaveis_censo_2010.pdf. Acesso em: 11/09/2013.

ILLES, Paulo; TIMOTEO, Gabrielle Louise Soares e FIORUCCI, Elaine da Silva. *Tráfico de Pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo*. Cad. Pagu. 2008, n.31, pp. 199-217.

INDITEX. *Anual Report 2012*. Arteixo, junho de 2013. Disponível em: http://www.inditex.com/en/downloads/annual_report_2012.pdf. Acesso em: 11/09/2013.

JATAHY, Carlos Roberto de Castro. *Curso de princípios institucionais do Ministério Público*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

KELLER, Paulo Fernandes. “Impactos da globalização econômica sobre a cadeia têxtil brasileira: o caso do pólo têxtil de Americana”. In: *Rev. Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas*. Seropédica, RJ, EDUR, v. 28, n. 1, jan.-dez., 2006. p. 59-77.

KONTIC, B. *Aprendizado e metrópole: a reestruturação produtiva da indústria de vestuário em São Paulo*. São Paulo: dissertação de mestrado, sociologia – USP, 2001.

_____. *Inovação e redes sociais: a indústria da moda em São Paulo*. São Paulo: tese de doutorado, sociologia, USP, 2007.

KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores*. São Paulo: Editora 34, 2011.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2a edição. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *Viver em risco*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LANNA, Ana; PEIXOTO, Fernanda; LIRA, José; SAMPAIO, M Ruth. (Org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011.

LAZZARATO, Maurizio. "Le cycle de la production immatériel". In: *Futur antérieur*, v. 16, p. 114. 1993.

LEITE, Márcia de Paula. "Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo". In: *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2004, p. 239-265.

LEVITT, Peggy. "Social remittances: Migration driven local-level forms of cultural diffusion". In: *International Migration Review*, vol. 32, n. 04, 1998, 926-948.

LIMA, Jacob Carlos. "Paradoxos do trabalho associado". In: *Tempo Social*. São Paulo, julho de 2009, v. 21, n. 1, p. 113-132.

_____. "Desconcentração industrial e precarização do trabalho: cooperativas de produção do vestuário no Brasil". Comunicação apresentada no XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association, setembro de 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Lima.pdf>.

_____. "As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção". São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José Bezerra. "Trabalho flexível e o novo informal". In: *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez., 2002.

LISBOA, Roberto Senise. *Contratos Difusos e Coletivos: consumidor, meio ambiente, trabalho, agrário, locação, autor*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

LÓPEZ-RUIZ, O. *Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

LÖWY, Michael. *Redenção e utopia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. "Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho". In: *Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA*. Salvador, n. 37, p. 81-109, jul/dez 2002.

_____. "Velhas e novas questões sobre a informalidade do trabalho no Brasil atual". In: *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro: IEC, anoll, nº 01, 1997.

MAGALHÃES, Giovana Modé. *Fronteiras do Direito Humano à Educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo*. São Paulo: dissertação de mestrado, FEUSP, 2010.

MARANHÃO, T. A. *Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2009.

_____. "O sentido político das práticas de responsabilidade social empresarial no Brasil". In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. (orgs). *Saídas de emergência*. São Paulo: Boitempo, p. 237-256, 2011.

MARCUS, George. *Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-sited Ethnography*. In: *Annual Review of Anthropology*, 24, pp. 95-117, 1995.

MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARTINEZ, V. N. *Equidade em saúde: o caso de tuberculose na comunidade de bolivianos no município de São Paulo*. São Paulo: dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, FSP-USP, 2010.

MARTINS, José de Souza. “A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação: reflexões sobre riscos da intervenção subinformada”. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: CPT/ Loyola, 1999. p. 127-163

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Editora Abril, vol. 1., 1985.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *O inquérito civil: investigações do Ministério Público, compromissos de ajustamento e audiências públicas*. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAZZOCANTE, Heloisa. *Estado nacional e migração Bolívia - Brasil: categorização e recategorização da população migrante*. In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 2/2008, p. 52-70.

McGRATH, Siobhán. *The Political Economy of Forced Labour in Brazil: Examining labour dynamics of production networks in two cases of ‘slave labour’*. Manchester: tese de doutorado, University of Manchester, 2010.

MERA, C. e SASSONE, S. *Barrios de migrantes en Buenos Aires: Identidad, cultura y cohesión socioterritorial*. Buenos Aires: 2007. Disponível em: <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/MS-MIG/MS-MIG-1-Sassone_Mera.pdf> Acesso em: 15/07/2010.

MISSE, Michel. “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime”. Revista Estudos Avançados da USP, 2007, vol. 21, no. 61, pp. 139-158.

MORICE, Alain; POTOT, Swanie (orgs.). *De l’ouvrier immigré au travailleur sans papiers*. Paris: Karthala, 2008.

MOROKAVASIC - MULLER, Mirjana. “The underside of fashion: immigrants in the parisian garment industry”. Universidade da Califórnia: Los Angeles, 1990. (paper apresentado no Institute for Social Science Research). Disponível em: <http://www.escholarship.org/uc/item/4217p95h#page-2>. Acesso em: 11/06/2013.

MOULIER-BOUTANG, Yann. *Le capitalisme cognitif: la nouvelle grande transformation*. Paris: Éditions Amsterdam. 2007.

MTE. GRTE-Campinas. *Projeto erradicação do trabalho escravo urbano: relatório de fiscalização - Rhodes Confeções Ltda*. 2011A.

MTE. SRTE-SP. *Relatório de fiscalização erradicação do trabalho escravo. Pacto contra a precarização e pelo emprego e trabalho decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confeções: Zara Brasil LTDA*. 2011B

NOIRIEL, Gérard. *État, nation et immigration*. Paris: Editions Belin, 2001.

NOSOSTROS IMIGRANTES. *Fiscalização nas oficinas de costura*. São Paulo, ano II, edição n. 12, junho/julho/agosto de 2013, p. 3-5. Disponível em: <http://www.cami-spm.com.br/wp-content/uploads/2013/07/Nosotros-12.pdf>. Acesso em: 11/09/2013.

OIM. *Perfil Migratório de Paraguay 2011*. Buenos Aires, 2011a. Disponível em: <http://pud.im/1w76>, acesso em 20/08/2013.

_____. *Perfil Migratório de Bolívia 2011*. Buenos Aires, 2011b. Disponível em: <http://pud.im/1w77>, acesso em 20/08/2013.

_____. *Perfil Migratório del Perú 2012*. Buenos Aires, 2012. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&cPath=42&products_id=942, acesso em 20/08/2013.

OIT. *Reunión tripartita de expertos sobre trabajo forzoso y trata de personas con fines de explotación laboral*. Genebra, 11-15 de fevereiro de 2013. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/meetingdocument/wcms_203985.pdf. Acesso em: 11/09/2013.

_____. Convenção sobre a escravidão assinada em Genebra, em 25 de setembro 1926. Genebra, setembro de 1926. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/legis_jur/sumario/CONVEN%C3%87%C3%83O%20S%C3%94BRE%20A%20ESCRAVATURA%20ASSINADA%20EM%20GENEBRA.pdf. Acesso em: 11/09/2013.

_____. *Uma aliança global contra o trabalho forçado*. Genebra, 2005. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/relatorio/relatorio_global2005.pdf. Acesso em: 11/09/2013.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

ONOFRE, Thaiz Rodrigues. *A natureza jurídica do termo de ajustamento de conduta*. “Jus Navigandi”, Teresina, ano 16, n. 2785, 15 fev. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/18488>. Acesso em: 6 ago. 2013.

ONU. “Convenção Suplementar Sobre Abolição da Escravidura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidura -1956”. Genebra, 7 de setembro de 1956. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OIT-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Internacional-do-Trabalho/convencao-suplementar-sobre-abolicao-da-escravatura-do-trafico-de-eslavos-e-das-instituicoes-e-praticas-analogas-a-escravatura-1956.html>. Acesso em: 11/09/2013.

_____. *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados*. Genebra, 1951. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/refugiados.htm>. Acesso em: 11/09/2013.

PACTO NACIONAL PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/documentos/pacto_erradicacao_trabalho_escravo.pdf. Acesso em: 11/09/2013.

PERALDI, Michel (org). *Cabas et containers: activites marchandes informelles et reseaux migrants transfrontaliers*. Marseille: Maisonneuve et Larose, 2002.

_____. *Aventuriers du nouveau capitalisme marchand: essai d'anthropologie del' éthique mercantil*. Paris: Karthala, 2007.

PERALVA, Angelina & TELLES, Vera. *Trajetórias, circuitos e redes na mundialização*. Projeto Capes-Cofecub n. 575-07, Fase II, 2008.

PERALVA, Angelina. *Globalização, Migrações Internacionais e Identidades Nacionais*. São Paulo/Santiago, iFHC/CIEPLAN, 2007. Disponível em: www.plataformademocratica.org Acesso em: 15/07/2010.

PERNAMBUCANAS. “Nota de Esclarecimento – Pernambucanas”. In: *Repórter Brasil*, São Paulo, 15 de março de 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/03/nota-de-esclarecimento-pernambucanas> . Acesso em: 11/09/2013.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Porto Alegre, tese de doutorado, UFRGS, 2009.

PIORE, M., SABEL, C. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. Nova Iorque: Basic Books, 1984.

PISCITELLI, Adriana e VASCONCELOS, Márcia. "Apresentação". In: *Cad. Pagu – Dossiê: gênero no tráfico de pessoas*. n.31 Campinas jul./dez. 2008, p. 9-28.

PIZA, Douglas. "Um palpite sobre a imigração nas Ciências Sociais de São Paulo: três décadas, duas perspectivas e uma cisão". In: *Plural*, vol. 19, n. 1, primeiro semestre de 2012.

PIZZOL, Patrícia Miranda. *Liquidação nas ações coletivas*. São Paulo: Lejus, 1998.

PLIEZ, Olivier. "Toutes les routes de la soie mènent à Yiwu (Chine): Entrepreneurs et migrants musulmans dans un comptoir économique chinois". In: *L'Espace géographique*, 2010/2 Vol. 39, p. 132-145.

_____. "Des jeans chinois dans les rues de Caire, ou les espaces discretes de la mondialisation". In: *M@ppemonde*. 88, 2007, p. 1-14.

POCHMANN, Márcio (org). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012.

PORTES, Alejandro. *Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview*. In. "The economic sociology of immigration". New York, Russell Sage Foundation, 1995 : 1-41.

_____. *La mondialisation par le bas. L'émergence des communautés transnationales*. In. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 129, 1999: 15-25.

PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel ; BENTON, Lauren. *The Informal Economy. Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore and London. The John Hopkins Press Ltd, 1989.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRIES, Ludger. "La migración internacional em tempos de globalización: varios lugares a la vez". In: *Nueva Sociedad*. Caracas: 1999, n. 164, p. 56-68.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO. *Ministério Público do Trabalho participa de ato histórico no combate ao trabalho escravo*. São Paulo, 28 de janeiro de 2013. Disponível em: http://www.prt2.mpt.gov.br/imprensa/noticia_detalhe.php?seq=2549. Acesso em: 11/09/2013.

PYL, B. "Fiscalização liberta jovem grávida de trabalho escravo em confecção". In: *Repórter Brasil*. São Paulo, 28 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/01/fiscalizacao-liberta-jovem-gravida-de-trabalho-escravo-em-oficina-de-costura/>. Acesso em: 11/09/2013.

_____. "Proprietários da marca Talita Kume podem ser convocados pela CPI do Trabalho Escravo". In: *Repórter Brasil*. São Paulo, 12 de julho de 2012. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/07/proprietarios-da-marca-talita-kume-podem-ser-convocados-pela-cpi-do-trabalho-escravo/>. Acesso em: 11/09/2013.

PYL, B.; HASHIZUME, M. "Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava". In: *Repórter Brasil*. São Paulo, 16 de agosto de 2011. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava/>. Acesso em: 11/09/2013.

PYL, B.; SANTINI, D. "Acordo entre Zara e MPT descarta dano moral coletivo". In: *Repórter Brasil*. São Paulo, 19 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2011/12/acordo-entre-zara-e-mpt-descarta-dano-moral-coletivo/>. Acesso em: 11/09/2013.

REPÓRTER BRASIL. *Quem recebeu e quem assinou a carta-compromisso no primeiro turno*. São Paulo, 19 de junho de 2006. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2006/06/quem-recebeu-e-quem-assinou-a-carta-compromisso-no-primeiro-turno>. Acesso em: 11/09/2013.

_____. *Especial: flagrantes de trabalho escravo na indústria têxtil no Brasil*. São Paulo, 12 de julho de 2012. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>. Acesso em: 11/09/2013.

_____. *Carta-Compromisso contra o Trabalho Escravo*. São Paulo. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/compromisso/?page_id=305. Acesso em: 11/09/2013.

REUTERS. *Inditex, dona da Zara, tem lucro 30% maior apesar da crise*. Madri, 13 de junho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/06/inditex-dona-da-zara-tem-lucro-30-maior-apesar-da-crise.html>. Acesso em: 11/09/2013.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico”. In: *RBCS*, vol. 25, no. 74, 2010

RIZEK, Cibele Saliba; GEORGES, Isabel; FREIRE, Carlos. “Trabalho e imigração: uma comparação Brasil e Argentina”. In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 79: 111-142, 2010.

RODRIGUES, Geisa de Assis. *Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ROY, Ananya. “The 21st Century Metropolis. New geographies of theory.” In: *Regional Studies*, v.43, 2009: pp. 819-830.

_____. “Urban informality: toward an epistemology of planning.” In: *Journal of the American Planning Association*, 2005: pp.147-158.

_____. “Civic Governmentality: The Politics of Inclusion in Beirut and Mumbai”. In: *Antipode*. Vol. 41. No. 1 2009 ISSN 0066-4812, pp 159–179.

ROSE, Nikolas. “¿La muerte de lo social? Re-configuración del territorio de gobierno”. In: *Revista Argentina de sociología*. Ano 5, n. 8, p.111-150, 2007.

ROSSI, Camila Lins. *Nas costuras do trabalho escravo: um olhar sobre os imigrantes bolivianos ilegais que trabalham nas confecções de São Paulo*. São Paulo: Trabalho de Conclusão de Curso, ECA-USP, 2005.

RUGGIERO, Vincenzo, South NIGEL. “The late city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and barricades”. In: *The British Journal of Sociology*, vol. 48, no. 1, pp. 54-70, 1997.

RUGGIERO, Vincenzo. *Crime and Markets: Essays in Anti-Criminology*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SAKAMOTO, L. “Acompanhada por deputados de CPI, operação flagra escravos em São Paulo”. In: *Blog do Sakamoto*. São Paulo, 12 de julho de 2012. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/07/12/acompanhada-por-deputados-de-cpi-operacao-flagra-escravos-em-sao-paulo/>. Acesso em: 11/09/2013.

_____. “Alckmin cria “fator de dissuasão” contra o trabalho escravo em SP”. In: *Blog do Sakamoto*. São Paulo, 13 de maio de 2013. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2013/05/13/analise-alckmin-cria-fator-de-dissuasao-contra-o-trabalho-escravo-em-sp/>. Acesso em: 11/09/2013.

_____. *Os Acionistas da Casa-grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: tese de doutoramento em Ciências Políticas – FFLCH/USP, 2007.

SANTINI, D. "Roupas da Le Lis Blanc são fabricadas com escravidão". In: *Repórter Brasil*. São Paulo, 27 de julho de 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/07/roupas-da-le-lis-blanc-sao-fabricadas-com-escravidao/>. Acesso em: 11/09/2013.

SÃO PAULO. "Seminário – Combate ao trabalho forçado urbano". In: Porta da Câmara de São Paulo – Escola do Parlamento. São Paulo, 8 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6767:seminario-combate-ao-trabalho-forcado-urbano&catid=123:eventos-e-cursos&Itemid=229. Acesso em: 11/09/2013.

SÃO PAULO. Alesp. Secretaria geral parlamentar. Departamento de documentação e informação. Decreto Nº 57.368, de 26 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto%20n.57.368,%20de%2026.09.2011.htm>. Acesso em: 11/09/2013.

_____. Alesp. *Repercussão da lei contra trabalho escravo motiva parceria internacional*. São Paulo, 14 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/geral/noticia/noticia.jsp?id=332694>. Acesso em: 11/09/2013.

_____. Alesp. *São Paulo ganha lei contra trabalho escravo e torna-se exemplo ao país*. São Paulo, 29 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/geral/noticia/noticia.jsp?id=332442>. Acesso em: 11/09/2013.

SASSEN, Saskia. *Será este o caminho? Como lidar com a imigração na era da globalização*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 64, dezembro, 2002: 41-54.

_____. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. *The global city*. Princeton: Princeton University Press, 2001 [1991].

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHILLER, Nina G & ÇAĞLAR, Ayşe. "Towards a Comparative Theory of Locality in Migration Studies: Migrant Incorporation and City Scale", In: *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35 (2):177-2, 2009.

SCHILLER, Nina G, ÇAĞLAR, Ayşe & GULDBRANDSEN, Thaddeus C. "Beyond the Ethnic Lens: Locality, Globality, and Born-again Incorporation,". In: *American Ethnologist*. 33(4): 612-633, 2006.

SCHILLER, Nina G. "Blood and belonging: long-distance nationalism and the world beyond." In: MCKINNON, Susan & SILVERMAN, Sydel. *Complexities: beyond nature and nurture*. Chicago and London, University of Chicago Press, pp. 289-311, 2005.

_____. "Transborder citizenship: an outcome of legal pluralism within transnational social fields". In: BECKMAN, Franz B., BECKMAN, Keebit B. & GRIFFITHS, Anne (eds.). *Mobile people, mobile law: expanding legal relations in a contracting world*. London: Ashgate, 2005b, pp. 27-50.

_____. "Beyond Methodological Ethnicity: Local and Transnational Pathways of Immigrant Incorporation" Willy Brandt Series of Working Papers, In: *International Migration and Ethnic Relations*, 2008.

_____. "Beyond Methodological Ethnicity and Towards the City Scale: An Alternative Approach to Local and Transnational Pathways of Migrant Incorporation,". In: *Transnational and Global*, L. Pries, ed. Routledge, 2009c.

SCHILLER, Nina G. & LEVITT, Peggy. "Conceptualizing Simultaneity : a transnational social field perspective on society". In: *International Migration Review*, 38 (145) : 595- 629, 2004.

UNIETHOS. *Estratégia de sustentabilidade para a cadeia de fornecedores. Relatório preliminar: Diagnóstico e propostas para uma estratégia de sustentabilidade na cadeia de fornecedores da*

Zara. Junho de 2012. (Documento cedido pela gerência de Responsabilidade Social Empresarial da Zara Brasil).

WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina G. "Methodological Nationalism and Beyond. Nation-State Building, Migration and the Social Sciences". In: *Global Networks*, 2-4, 2003: pp. 301-334.

SCHILLER, Nina G., BASCH, Linda & SZANTON-BLANC, Cristina. "From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration" In: *Anthropological Quarterly*, Vol. 68, No. 1 (Jan., 1995), pp. 48-63.

SCOTT, R. J. "O trabalho escravo contemporâneo e os usos da história". In: *Public Law and Legal Theory Research Paper Series*. N. 333, julho 2013. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2292162>. Último acesso em ? 11/09/2013.

SENNET, Richard. *Le travail sans qualités. Les conséquences humaines de la flexibilité*. Paris: Albin Michel, 2000.

SHELLER, Mimi e URRY, John. "New mobilities paradigm". In: *Environment and planning*, vol. 38. 2006 pp. 207-226

SILVA, Sidney Antônio da. *Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade*. In: Estudos Avançados. 20 (57), 2006.

_____. *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

SILVA ALVES, Ubiratan. *Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o futebol*. Campinas: dissertação de mestrado, UNICAMP, 2011.

SILVA FILHO, B. L.; MELLO, R. "Modelo de auxílio à identificação de trabalho análogo ao de escravo usando lógica Fuzzy". In: FIGUEIRA, R. R.; PRADO, A. A. (Orgs.). *Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas*. Cuiabá: EDUFMT, 2011.

SOUCHAUD, Sylvain. "A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo?". In: BAENINGER, Rosana (Org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2012.

_____. "A imigração boliviana em São Paulo". In: H. Póvoa Neto, A. P. Ferreira, et al (Ed.). *Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante*. Rio de Janeiro: NIEM-UFRJ/Garamond, 2010.

_____. "A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo?" In: BAENINGER, R. *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2012.

SUPIOT, Alain. *Critique du droit du travail*. Paris: PUF, 1994.

_____. *Homo juridicus: ensaio sobre a função antropológica do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TAC ZARA (TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA). Celebrado entre Zara Brasil Ltda., MPT e MTE. Inquérito Civil n. 000393.2011.02.002/2. São Paulo, 19 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.prt2.mpt.gov.br/coord1/bdlink/documentos/docs/tac/2011/tacf565bb9efccaf6986443db0bf01018bc.pdf>. Acesso em: 11/09/2013.

TAMARCHIO, Clelia. *Barrio Charrúa: un rincón de Bolivia en Buenos Aires*. In: Buenos Aires voces al sur: construcción de identidades barriales. Buenos Aires: Instituto Historico de la Ciudad de Buenos Aires, n. 6, 2006.

- TARRIUS, Alain. "Le lien social fort comme préalable à la réussite économique". In: *Journal des anthropologues: Anthropologie et économie*. N. 84, 2001, disponível em: <http://jda.revues.org/2592>.
- TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas*. Paris: Balland, 2002.
- _____. *Les nouveaux cosmopolitismes. Mobilités, identités, territoires*. La Tour d'Aigues, Ed. de l'Aube, 2000.
- _____. *Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants*. Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 59/60, 1993: 50-59, 1993.
- _____. *La remontée des Suds: afghans et marocains en Europe Méridionale*. Paris: L'Aube, 2007.
- TELLES, Vera & CABANES, Robert. *Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- TELLES, Vera da Silva. *Ilegalismos urbanos e a cidade*. In: *Novos estudos / CEBRAP*, São Paulo, n. 84, 2009.
- _____. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- _____. "Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa", 2012. No prelo.
- TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel. "Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo". In: *Tempo Social*, vol. 22, n. 2, novembro de 2010, p. 39-59.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta, consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica. 1979.
- TILLY, Charles. "War Making and State Making as Organized Crime". In *Bringing the State Back In*: edited by Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer, and Theda Skocpol (Cambridge: Cambridge University Press, 1985).
- TRUZZI, Oswaldo. "Redes em processos migratórios". In: *Tempo Social*, v.20, n.1, 2008, pp.199-218.
- URRY, J. *Mobile Cultures*. Lancaster: Departamento de Sociologia da Universidade de Lancaster, 1999. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Urry-Mobile-Cultures.pdf>> Acesso em: 15 de julho de 2010.
- _____. *Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century*. New York: Routledge, 2000.
- _____. *Mobilities*. London: Polity, 2007.
- VUCOVIX, Irene. "O vale tudo da imigração clandestina". In: *Estado de São Paulo*. São Paulo: 6 de fevereiro de 1982.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- XAVIER, Iara Rolnik. *Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na RMSP*. Campinas: dissertação de mestrado, UNICAMP, 2010.
- ZLOTNIK, Hania. *International Migration Trends since 1980*. In: *International Migration and the Millennium Development Goals*. 2006.

Apêndice metodológico

As questões que foram desenvolvidas nesta dissertação derivam de uma metodologia predominantemente qualitativa. A utilização de dados quantitativos deve-se à demonstração das impressões qualitativas da experiência de campo.

I. Consulta documental

Foram consultadas matérias jornalísticas de “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo” através do acervo digitalizado desses jornais. Buscou-se rastrear quando os migrantes da costura passaram a ser retratados na imprensa. Além disso, identificamos nessas matérias de que forma o tema passa a ser relacionado à ideia de trabalho. Dois *sites* da internet foram acompanhados de perto: o blog de Leonardo Sakamoto (<http://blogdosakamoto.uol.com.br/>) e a “Agência de Notícias” da ONG Repórter Brasil (<http://www.reporterbrasil.org.br/>), da qual Sakamoto é o coordenador geral. Em ambos foram veiculadas notícias e reportagens sobre casos de trabalho escravo de migrantes na indústria de confecções, em especial os casos da Zara. Os dois *sites* foram fontes privilegiadas de acesso a informações detalhadas sobre os procedimentos de fiscalização. A “Agência de Notícias” da ONG Repórter Brasil seguramente é a mídia alternativa que traz informações mais confiáveis sobre o tema, suas matérias são sempre bem apuradas e recheadas de detalhes. Deve-se destacar, em especial, o meticuloso trabalho realizado pela jornalista Bianca Pyl.

Também foram consultados os jornais “Conexión Migrante”, produzido pelo Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Migrante – CDHIC, assim como o jornal “Nosotros inmigrantes”, produzido pelo Centro de Apoio ao Migrante – Serviço Pastoral do Migrante (Cami-SPM) e pelo Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM). Ambos podem ser acessados pela internet²²⁷, neles são divulgados mensalmente notícias sobre eventos e atividades relacionadas aos migrantes em São Paulo.

Além disso foi feita uma busca pormenorizada dos TACs (Termo de Ajuste de Conduta) no site da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região. Buscamos identificar todos os TACs assinados, de 2009 até 2013, que tivessem como objeto a cadeia de confecções e a produção realizada por trabalhadores migrantes. Além disso, consultamos os registros de um inquérito civil público da divisão dos direitos humanos do Ministério Público Estadual.

²²⁷ Disponíveis em: <http://www.cdhic.org.br/> e <http://cami-spm.com.br>. Acesso em: 20/08/2013.

II. Trabalho de campo

Durante todas as atividades realizadas em campo, foram mantidos cadernos de campo onde eram realizadas as anotações mais importantes do que se observava. Em situações públicas de observação de falas, discussões e encaminhamentos, foram realizados registros de áudio, os quais tiveram partes transcritas para análise. Quando não era possível o registro de áudio, era realizada anotações em caderno de campo no momento da observação, ou posteriormente.

Foram realizadas visitas periódicas aos espaços públicos frequentados pelos migrantes da costura em São Paulo. Foram feitas visitas e observação na praça Kantuta, na região do Pari, e na rua Coimbra, no Brás, dois locais frequentados majoritariamente pelos bolivianos. Na praça Kantuta ocorrem feiras todos os domingos, das 11h às 21h. Na rua Coimbra há concentração de migrantes bolivianos e, em menor medida, peruanos e paraguaios. A rua fica bastante cheia aos sábados no período da tarde, até mesmo a circulação de automóveis fica comprometida devido ao alto número de migrantes. Diferentemente da Feira da Kantuta, onde se pode encontrar migrantes apenas aos domingos, na rua Coimbra há comércios de bolivianos a semana inteira – pequenos mercados, locutórios e cabeleireiros que atendem a essas populações. As mesmas mercadorias e serviços podem ser encontrados na Kantuta, mas apenas aos domingos. Além disso, bem próximo à rua Coimbra há uma representação do consulado boliviano que permite fazer trâmites consulares em geral. No mesmo espaço há representação da Polícia Federal para facilitar a tramitação da regularização desses migrantes. A rua Coimbra e a Kantuta são dois pontos de referência importantes para a comunidade boliviana em São Paulo. Além disso, há a Feira de Patujú, na Vila Medeiros. Nessas localidades os migrantes podem comprar mercadorias típicas variadas – de alimentos a CDs e DVDs.

Além disso, esses espaços são importantes postos de oferecimento de trabalho. Em carros, postes ou lojas são afixados anúncios de emprego para contratação de costureiros. Também ocorre nesses espaços, em determinados horários, a contratação de serviços de costura. É possível flagrar a negociação entre donos de oficinas e donos de confecção. Os donos de confecção levam a peça piloto para ser examinada pelo dono da oficina. Ali mesmo na rua são transacionados valores e prazos. É possível ver donos de confecções brasileiros e coreanos buscando oficinas para a costura dos tecidos cortados fornecidos pelos demandantes de serviço.

Foram realizadas observações nas ruas do Bom Retiro e do Brás, duas regiões privilegiadas para a comercialização das vestimentas produzidas pelos migrantes da costura. É possível verificar um alto número de migrantes nesses bairros. A presença de bolivianos e de peruanos das regiões andinas é mais fácil de identificar devido aos traços físicos – pele morena, baixa estatura, cabelo liso e olhos levemente puxados – ainda que não seja possível diferenciar entre as duas nacionalidades. Já os paraguaios se misturam mais facilmente entre os brasileiros, não há traços físicos marcantes que sejam compartilhados pela maioria dessa população. Em geral, nota-se a presença dos paraguaios devido às línguas que falam em São Paulo: o guarani e o jopará (mescla de espanhol com guarani). Além disso, é comum vê-los tomando tererê. Aos sábados e domingos, é possível identificar muitos paraguaios no Bom Retiro e arredores fazendo churrasco nas calçadas. No Bom Retiro e no Brás são comercializadas parte importante das vestimentas produzidas por esses migrantes, em geral são lojas que vendem em atacado (há também as que vendem em varejo, como por exemplo na R. José Paulino). Na frente dessas lojas é possível identificar inúmeros anúncios de “precisa-se de oficinas de costura” (ver fotos do anexo I).

Na Barra Funda há um espaço que vem se constituindo como referência para os paraguaios, trata-se da Praça Nicolau de Moraes Barros. Aos sábados e domingos, os paraguaios da região se concentram na praça para jogar futebol, tomar tererê, conversar e fazer churrasco. A maior parte dos migrantes que frequentam o espaço são costureiros, que vivem no Bom Retiro e arredores. Diferentemente da praça Kantuta e mesmo da rua Coimbra, onde há concentração de bolivianos, a praça dos paraguaios não é centro de comercialização de mercadorias típicas, tampouco atrai negociações de encomendas de costura. Os paraguaios não têm em São Paulo uma ocupação em espaço público tal como os bolivianos, com feiras típicas.

Acompanhamos ao longo desses anos as apresentações de atividades culturais promovidas pelas comunidades boliviana e paraguaia. Há duas festas principais realizadas pelos bolivianos, trata-se do carnaval, realizado na praça Kantuta e em outros lugares da cidade, e da festa pátria, comemorada no final de semana próximo ao seis de agosto, no Memorial da América Latina. A festa no Memorial da América Latina atrai pessoas de todas as regiões da cidade, em 2012 as estimativas de público rondavam a cifra de 58 mil pessoas²²⁸, em 2013 a presença foi ainda maior. Também acompanhamos a festa organizada pela comunidade paraguaia, em especial a festa de adoração à padroeira

²²⁸ Estimativa do jornal *Brasil de fato*. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/15389>. Acesso em: 25/08/2013.

paraguaia a Virgem de Caacupém que ocorre na Igreja da Paz na primeira semana de dezembro.

Foram realizadas diversas visitas a oficinas de costura. Ao longo dos dois primeiros anos de pesquisa, tentou-se de diversos modos entrar nesses locais, mas dificilmente os migrantes abriam as portas de suas casas para nós. Conseguimos visitar as oficinas de costura apenas quando iniciamos uma pesquisa sobre migração paraguaia para o Centro de Estudos Migratórios (CEM), ligado à Missão Paz. Na Semana Santa de 2013, visitamos diversas oficinas de costura dos migrantes que frequentam a Igreja da Paz e que solicitaram a bênção de suas moradias e locais de trabalho. Nesta semana, tivemos oportunidade de conhecer em torno de 15 a 20 oficinas no Bom Retiro, Brás e Vila Medeiros. As visitas tinham cunho religioso. Após a bênção oferecida pelo padre ou seminarista, me apresentava como pesquisador do Centro de Estudos Migratórios, explicava o sentido do estudo e deixava meu contato, informando meu interesse em marcar outra conversa com aqueles que estivessem dispostos. Nesse período, fomos em oficinas de paraguaios e de bolivianos, além de termos visitado comércios de bijouteria de peruanos.

Outra frente importante do trabalho de campo refere-se ao acompanhamento do debate sobre trabalho escravo e migração na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e na Câmara dos Vereadores do Município de São Paulo. Fomos a audiências públicas na Alesp e frequentamos um curso sobre trabalho escravo na Câmara municipal²²⁹. Realizou-se o registro em áudio e a transcrição de diversas falas – de parlamentares a advogados, passando por militantes e representantes dos migrantes organizados na cidade. Na Alesp, o deputado estadual Carlos Bezerra (PSDB) é quem está à frente das mobilizações em torno do enfrentamento ao trabalho escravo, que surgiu a partir da fiscalização da Zara. O projeto de lei elaborado por ele, aprovado em 2012 e sancionado no dia 28 de janeiro de 2013 pelo governador Geraldo Alckmin, cassa o registro de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de empresas que tenham em sua cadeia produtiva trabalho escravo, ficando proibidas de atuar no setor por dez anos. Acompanhamos um Balcão de Dúvidas realizado pelo Ministério Público do Trabalho que tinha como objetivo esclarecer a nova lei contra o trabalho escravo. Este foi um momento privilegiado de observação, tendo em vista que estavam presentes

²²⁹ Ver programação em: http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6767:seminario-combate-ao-trabalho-forcado-urbano&catid=123:eventos-e-cursos&Itemid=229. Acesso em: 20/08/2012.

migrantes, advogados das grandes empresas, militantes pelos direitos humanos, representantes de variadas instâncias estatais e sindicalistas.

De julho de 2012 a março de 2013 frequentamos as reuniões da Coetrae (Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo)²³⁰, que se encontra mensalmente para discutir, no âmbito das políticas do Estado de São Paulo, a construção de um plano para erradicação do trabalho escravo, dentre outras questões relacionadas. Participam da comissão diversas ONGs e instituições da sociedade civil que desempenham atividades com os migrantes e inúmeros representantes do Estado (judiciário, executivo e do Ministério Público do Trabalho). Além disso, realizam interface com legisladores; em uma das sessões, o próprio deputado Bezerra estava presente. A observação da comissão foi um momento ímpar para compreender a formatação de profundos consensos em relação às ações em torno do combate ao trabalho escravo. Praticamente todos os casos de fiscalização que ocorreram ao longo do período em que acompanhamos as reuniões eram relatados pelos próprios agentes responsáveis pela ação.

III. Realização de entrevistas

Ao mesmo tempo em que se investia nessas frentes, diversas entrevistas foram realizadas ao longo do período da pesquisa. Abaixo seguem listadas as entrevistas mais relevantes que foram realizadas e transcritas. Diversas outras conversas e entrevistas foram realizadas com migrantes e pessoas relacionadas a essa temática.

- Duas entrevistas com migrantes bolivianas que tinham sido donas de oficinas de costura em São Paulo. As entrevistas ocorreram no Centro Gaspar Garcia de Direito Humanos. Ambas entrevistadas estavam passando por dificuldades com relação à justiça brasileira: Marisa estava sendo processada por uma ex-funcionária brasileira, por conta de problemas trabalhistas; Virna era dona de uma oficina de costura que tinha sido flagrada pela ação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo – do Ministério do Trabalho e Emprego (SRTE/SP – MTE) utilizando mão-de-obra escrava. Virna

²³⁰ O órgão foi instituído pelo decreto 57.368 de Geraldo Alckmin, setembro de 2011. Os objetivos da comissão são: avaliar e acompanhar as ações relacionadas à prevenção e ao enfrentamento ao trabalho escravo no Estado de São Paulo; elaborar um Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo; acompanhar a tramitação de projetos de lei relacionados com a prevenção e o enfrentamento ao trabalho escravo; avaliar e acompanhar os projetos de cooperação técnica firmados entre o Estado de São Paulo e os organismos internacionais que tratem da prevenção e do enfrentamento ao trabalho escravo; recomendar a elaboração de estudos e pesquisas e incentivar a realização de campanhas relacionadas ao enfrentamento ao trabalho escravo; manter contato com setores de organismos internacionais, no âmbito do Sistema Interamericano e da Organizações das Nações Unidas, que tenham atuação no enfrentamento ao trabalho escravo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto%20n.57.368,%20de%2026.09.2011.htm>. Acesso em: 02/08/2013.

era uma das fornecedoras da confecção AHA que repassava as peças costuradas para a grife Zara;

- Uma entrevista com migrante boliviano, dono de oficina de costura, que vendia seus produtos na Feirinha da Madrugada e representava a COEBIVECO (Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção);

- Duas entrevistas com os auditores fiscais do trabalho: uma com um dos responsáveis pela fiscalização da Zara, em São Paulo; outra realizada com dois auditores fiscais responsáveis pela ação de fiscalização em oficinas de costura de Americana/Campinas;

- Uma entrevista com a proprietária de Confecção intermediária que fornecia para a Zara, que produzia uma parte internamente e subcontratava o restante. Esta entrevista foi realizada em São Paulo, mas o parque fabril da empresa fica em Americana. Visitamos as instalações dessa empresa. No mesmo dia, em Americana, chegamos a agendar entrevista com o dono da oficina que foi fiscalizada por submeter trabalhadores a condições análogas à de escravo. Em um primeiro momento ele havia se disposto a falar, depois desistiu e perdemos a viagem;

- Cinco entrevistas com migrantes paraguaios que trabalham na indústria de confecções, tanto donos de oficinas, como costureiros. Todos eles homens;

- Uma entrevista com padre paraguaio, da Congregação dos Scalabrinianos, que realiza atividades específicas com essa população;

- Uma entrevista com o Procurador do Ministério Público do Trabalho responsável pela redação do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pela Zara;

- Uma entrevista com a coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do estado de São Paulo;

- Uma entrevista com o diretor geral da área de Responsabilidade Social e duas entrevistas com a responsável brasileira pela área de Responsabilidade Social da Inditex, dona da Zara. Uma dessas entrevistas foi feita pelo telefone;

- Uma advogada do Centro de Apoio ao Migrante (Cami);

- Em 2008, Siobhan McGrath, pesquisadora da Universidade de Manchester, ficou seis meses no país para realizar o trabalho de campo de sua pesquisa, que tratava de forma comparativa o trabalho escravo urbano, relacionado à indústria de confecções, com o trabalho escravo rural na cadeia produtiva dos agrocombustíveis. Como assistente contratado da pesquisadora, participei do trabalho de campo em São Paulo com os migrantes da costura e fui responsável por transcrever todo o material colhido. A pesquisadora autorizou que esse material fosse utilizado em minha pesquisa, desde que

mantivesse em sigilo a identificação dos migrantes consultados. Foram realizadas cinco entrevistas com bolivianos que eram donos de oficinas de costura ou trabalhadores. Também foi realizado um grupo focal com oito costureiros e donos de oficinas. Esse material foi consultado e utilizado nesta pesquisa.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. As entrevistas com os migrantes tratavam de buscar reconstruir suas trajetórias de vida e enfatizar os aspectos relacionados ao trabalho, à migração, ao processo de regularização, às representações sobre o trabalho escravo. Utilizava-se um roteiro semiestruturado para não se perder na reconstituição dessa trajetória de vida. As entrevistas ocorriam tanto em espanhol, como em português, a depender dos entrevistados. Em todas as transcrições, passamos os discursos para o português, retiramos os vícios de linguagem e deixamos o texto mais fluido, respeitando o conteúdo das falas. As entrevistas realizadas com autoridades ou representantes de ONGs buscavam informações sobre o que cada um desses atores fazia em relação à migração e ao trabalho escravo. Optou-se por um roteiro semiestruturado, permitindo que a conversa fluísse por diversos assuntos.

IV. Trabalho voluntário

Com o intuito de constituir vínculo de confiança e, ao mesmo tempo, auxiliar os migrantes em São Paulo, foram realizados dois módulos de trabalho voluntário de atendimento direto aos migrantes, ambos no CDHIC (Centro de Direitos Humanos e de Cidadania do Imigrante).

Em junho de 2011, contatamos o CDHIC para averiguar a possibilidade de ministrar aulas de português para um grupo de migrantes. Essas aulas seriam gratuitas e ocorreriam em todos os sábados, entre setembro e dezembro de 2011, das 15 às 19 horas. Foi feito um anúncio da abertura de vagas para o curso no jornal “Conexión migrante”, na edição de junho de 2011. A proposta era começar as aulas em agosto, no entanto a turma só se completou em setembro.

As aulas começaram no dia 3 de setembro de 2011. Houve um número grande de desistências no correr das sessões, mas uma parte se manteve até o final. Abaixo segue o perfil dos participantes²³¹ que se mantiveram no curso ao longo do semestre, com todos eles pude ter conversas próximas e detalhadas sobre suas vivências em São Paulo. Não foi

²³¹ Os nomes são todos fictícios.

realizada propriamente nenhuma entrevista com esses migrantes, mas foi desenvolvido um diálogo constante ao longo dos meses. Todos os alunos sabiam que eu era pesquisador.

- Maria: 30 anos, costureira, estava há cinco meses no Brasil (chegara em setembro de 2011), morava em Guarulhos, na Vila Any, nascida no Paraguai, na cidade de Ita (próxima à Assunção);

- Vivian: 26 anos, estava há um ano e oito meses no Brasil, trabalhara como costureira em São Paulo por um curto período, no momento estava empregada em uma empresa de remessa de dinheiro. Era boliviana, de La Paz. Vivian fez o curso superior de Engenharia Comercial. Veio ao Brasil com dinheiro que acumulara trabalhando no governo boliviano e tinha intuito de abrir seu próprio negócio. No entanto, uma conhecida boliviana a roubou. Chegou a trabalhar por dez dias na costura, mas como os ritmos eram muito intensos, ela abandonou as máquinas em busca de outro trabalho. Vivian estava grávida, conhecera seu marido no Brasil, ele também era boliviano e aluno da turma;

- Marcio: 23 anos, marido de Vivian, nascido em La Paz, chegara ao Brasil um pouco antes. Trabalhava em uma empresa brasileira que fabricava colchões. Em 2012 ambos retornaram à Bolívia, o contato com os dois migrantes continua, sobretudo via Facebook;

- Kristian: 33 anos, peruano de Lima, estava no Brasil havia mais de quatro anos. Trabalhava como vendedor ambulante na Feira da Madrugada da Rua 25 de março. Estava fazendo curso de modelagem no SENAC;

-Leopoldo: 29 anos, natural de La Paz, Bolívia, chegara ao Brasil há um ano, trabalhava como costureiro em Santo André;

- Rosa: boliviana de Santa Cruz de la Sierra, trabalhava em empresa de remessa de dinheiro para o exterior;

- Gilsa: peruana de Arequipa, 45 anos, estava no Brasil há nove anos, trabalhava como recepcionista em salão de beleza.

A ideia inicial ao ministrar as aulas de português era lograr uma relação de confiança com os migrantes com o intuito de percorrer com eles os trajetos que fazem para regressar a suas cidades de origem ou, ainda, experimentar trabalhos em outras cidades. Ainda que a relação de fato tenha se estabelecido nesse nível, desisti de realizar a viagem para a realização da pesquisa tendo em vista as mudanças de rumo do trabalho. De todo modo, o contato com esses migrantes foi mantido.

De fevereiro a junho de 2012, às quartas-feiras, entre 10h e 14h, no CDHIC, foi realizado trabalho voluntário de orientação aos migrantes que buscavam regularizar sua

situação migratória, conforme o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Bolívia, Peru e Chile. Como não há em São Paulo órgãos públicos que se dediquem a auxiliar os migrantes sobre os procedimentos que devem ser tomados para sua regularização, há três organizações que preenchem essa lacuna: Missão Paz, Centro de Apoio ao Migrante e CDHIC.

Para adquirir a documentação de regularização da situação no país, era necessário cumprir uma série de requisitos. Os voluntários no CDHIC auxiliavam nas atividades necessárias que demandavam a utilização do computador, como agendamentos na Polícia Federal, emissão de certificados e impressão de comprovantes e boletos. Além disso, verificávamos se os migrantes tinham todos os documentos necessários para a regularização. Para que se entre com um processo de regularização conforme o acordo Mercosul, era necessário: 1 – preencher um formulário no site da Polícia Federal na Internet; 2 – ter passaporte válido e vigente, ou carteira de identidade do país de origem, ou certidão de nacionalidade expedida pelo agente consular do país de origem, recente e com foto; 3 – apresentar a certidão de nascimento, ou de casamento, ou certificado de inscrição consular; 4 – ter a certidão negativa de antecedentes judiciais, ou penais, ou policiais emitida pelas representações estatais do país de origem, e nos demais países que houvesse residido nos cinco anos anteriores à chegada ao Brasil; 5 – ter uma declaração feita de próprio punho, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes internacionais penais ou policiais; 6 – emitir três certidões negativas nos cartórios brasileiros, sendo elas: 1) certidão do cartório de distribuições de ações na Justiça Federal, 2) a certidão do cartório de distribuição de ações na Justiça Estadual Civil, 3) a certidão dos cartórios de distribuição de ações na Justiça Estadual Criminal; 7 – pagamento de taxa de registro de estrangeiro, no valor de R\$ 64,58, e taxa de expedição da Carteira de Identidade de Estrangeiro, no valor de R\$ 124,23.

V. Tabulação de dados do Centro de Apoio ao Migrante – Cami

O Cami, ligado ao Serviço Pastoral dos Migrantes, é uma entidade reconhecida por prestar serviços à comunidade migrante. Como foi dito anteriormente, diversas pessoas dirigem-se à entidade para solicitar apoio em questões variadas, sobretudo em relação à regulamentação da situação de estrangeiro no Brasil. A cada atendimento, o Cami gera uma ficha com informações sobre as pessoas que buscam auxílio. Nessas fichas constam: cidade e país de origem, data da primeira entrada no Brasil, tipo de trabalho no Brasil e no

país de origem, profissão, escolaridade, data de nascimento, endereço, telefones, e-mail, cidade de entrada no país, motivo da viagem e forma de transporte. Em parceria com Fabien Laffont, doutorando francês sob orientação de Angelina Peralva (Universidade de Toulouse Le Mirail) que pesquisa os migrantes bolivianos em São Paulo, foram tabuladas informações de 264 migrantes que buscaram o Cami para se regularizarem através do Acordo do Mercosul. Posteriormente, todas as informações sobre a moradia desses migrantes foram georreferenciadas. Laffont espacializou as informações contidas para saber onde esses migrantes se situavam na cidade. Para a nossa pesquisa, essa atividade de campo foi importante na consolidação do que passamos a denominar de migrantes da costura, pois identificamos pessoas de diversas nacionalidades inseridas no setor.

VI. Análises quantitativas

Foram realizadas análises quantitativas a partir dos dados do Censo de 2010 (IBGE). Esses cruzamentos foram feitos por Daniel Ribeiro, da empresa Expertise Social. Em março de 2013 iniciei uma pesquisa sobre migração paraguaia para o Centro de Estudos Migratórios – CEM, com uso de metodologia quantitativa e qualitativa. Aproveitei os esforços empreendidos no âmbito dessa pesquisa e solicitei a Ribeiro a produção de outros cruzamentos relevantes para esta dissertação. Além disso, foram realizados alguns cruzamentos de dados da Rais²³² do MTE (Relação Anual de Informações Sociais) e do Portal do Empreendedor²³³. Todos os cruzamentos quantitativos realizados tiveram como recorte os trabalhadores migrantes transnacionais que operam máquinas de costura.

²³² Agradeço à Bárbara Vallejos Vazquez, técnica do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), que me auxiliou no cruzamento desses dados, através do site: <http://bi.mte.gov.br/bgproger/>. Acesso em: 10/03/2013.

²³³ Cruzamentos realizados a partir de dados obtidos em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/sobre-portal>. Acesso em: 10/03/2013.

Anexos:

Anexo I - Fotos tiradas em visitas a campo

Foto 1 - Anúncio de loja do Bom Retiro.

Foto 2 - Oficina de costura de paraguaios no Bom Retiro. Deve-se atentar pra as más condições do estabelecimento: banquetas improvisadas (encosto feito de cabo de vassoura), umidade e fiação exposta.

Foto 3 - Detalhe da fiação elétrica da mesma oficina de costura.

Foto 4 - Trabalhadores paraguaios em oficina de costura no Bom Retiro. Nesta fotografia aparece o lado oposto da Foto 2, onde os migrantes passavam as roupas. Ao fundo, o salão onde as roupas eram costuradas. Neste ambiente havia muita umidade e baixa ventilação. A sala estava bastante quente por conta dos ferros de passar roupa.

Foto 5 - Detalhe da gambiarra de instalação elétrica. Lâmpada amarrada com trapo de tecido. Oficina de costura de paraguaio na Vila Medeiros.

Foto 6 – Em primeiro plano, os fios de máquina overloque de costura. No segundo plano o pesquisador Carlos Freire, ao fundo, migrantes bolivianos em seus postos de trabalho. Esta oficina de costura no Brás ocupava um espaço bastante pequeno, de difícil circulação. Os migrantes dormiam em colchões que eram espalhados pelo apartamento, inclusive entre as máquinas de costura. No momento da foto, os colchões estavam encostados em pé no hall de entrada da oficina.

Foto 7 - Máquina de costura reta e, ao fundo, bandeira do Paraguai. Oficina de costura na Vila Medeiros.

Anexo II – Sistematização dos investimentos sociais do TAC – Zara

Tabela de sistematização dos investimentos sociais do TAC-Zara fornecida pela empresa. Agregamos à tabela a coluna *Total investido conforme o TAC*, com os valores especificados no documento assinado com o MPT.

AÇÕES	TOTAL INVESTIDO CONFORME O TAC	OBJETIVO	QUEM	RESULTADOS CONSOLIDADOS
PROJETO 1 – FORTALECIMENTO DE ENTIDADES DEDICADAS AO COMBATE À EXPLORAÇÃO DE TRABALHADORES				
Entrega de bens à SRTE/SP	R\$ 320.000,00	Beneficiar organizações que tratem a população imigrante no Brasil.	Zara Brasil	Entrega de equipamentos de informática realizada em 05/03/12.
PROJETO 2 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CADEIA DE SUPRIMENTOS				
A)Projeto Trabalho Decente na Cadeia de Confecções	R\$ 387.000,00	<p>Objetivo geral: melhoria das condições de trabalho na cadeia de suprimento da indústria de confecção têxtil.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estruturar as relações de longo prazo entre as empresas da cadeia de suprimentos; - Formalizar as oficinas de costura; - Fortalecer os negócios das oficinas de costura; - Melhorar as condições sociais e de trabalho nas empresas; - Melhorar o desempenho econômico das empresas da cadeia. 	ZARA Brasil e Uniethos	<p>Fase 1: Monitoramento das condições de trabalho finalizado: 679 auditorias realizadas desde 2011.</p> <p>Fase 2: Diagnóstico finalizado.</p> <p>10 fornecedores</p> <p>10 oficinas por fornecedor</p> <p>Total: 110 empresas participantes do projeto piloto.</p> <p>Fase 3: Desenvolvimento da Cadeia de Suprimentos :</p> <p>35 empresas (8 fornecedores e 27 subcontratados) – 2013/2014</p>
B)Ações Informativas para Trabalhadores	R\$ 322.800,00	Promover a divulgação e melhoria dos direitos, deveres e obrigações dos proprietários e trabalhadores das oficinas de costura.	Missão Paz, Cami e CDHIC	500 visitas às oficinas de costura
C)Ações Formativas para Trabalhadores	R\$ 398.900,00	Promover e garantir a inclusão ou reinclusão dos trabalhadores egressos do trabalho escravo e/ou em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.	Missão Paz, Cami e CDHIC	30.000 pessoas atendidas

AÇÕES	TOTAL INVESTIDO CONFORME O TAC	OBJETIVO	QUEM	RESULTADOS CONSOLIDADOS
PROJETO 3: PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS				
A) Orientação Jurídica Especializada	R\$ 216.458,16	Auxiliar a regularização migratória, buscando soluções inovadoras.	Missão Paz, Cami e CDHIC	9.900 pessoas atendidas diretamente
B) Fundo de Emergência	R\$ 404.256,82	Contribuir para as situações de emergência de caráter humanitário para casos relacionados à carência de alimentação e alojamento.	Cami e Missão Paz	40.127 atendimentos
C) Auxílio para Regularização Migratória	R\$ 426.360,00	Apoio estrutural de organizações locais especializadas na promoção dos direitos dos imigrantes	Missão Paz, Cami e CDHIC	- 3.800 pessoas atendidas; - 14 profissionais e 4 estagiários contratados; - Compra de equipamentos: 1 projetor, 7 computadores, 04 ventiladores; 1 mesa de som, 1 monitor, 1 notebook, 2 HD e 2 câmeras de vídeo. - 03 produções de vídeo educativo/institucional.
D) Promoção Cultural e Identidade	R\$ 38.900,00	Divulgar elementos de conscientização e criatividade dos grupos migrantes e suas tradições e costumes da comunidade.	Missão Paz, Cami e CDHIC	22.510 pessoas beneficiadas, participantes de eventos culturais diversos.
E) Formação para a Cidadania	R\$ 312.823,44	Apoiar a organização dos migrantes, estimulando a formalização do seu trabalho, seja ele individual ou cooperativado, que possibilite a geração de renda.	Missão Paz, Cami e CDHIC	5.301 pessoas atendidas
F) Divulgação e Comunicação	R\$ 446.300,00	Elaborar e divulgar materiais (jornais e web) com conteúdo que ofereça subsídio para que a comunidade migrante tenha conhecimento de seus direitos e deveres, bem como obtenha a informação necessária para a busca de sua regularização migratória e formalização de seu trabalho.	Missão Paz, Cami e CDHIC	- 60.000 exemplares do jornal "Conexión Migrante"; - Lançamento do Livro "Informe sobre a Legislação Migratória no Brasil"; - Manutenção do site: www.cdhic.org.br ; - Marcha dos Imigrantes em SP; - 20.000 exemplares do folder "Programa de Mediação";

AÇÕES	TOTAL INVESTIDO CONFORME O TAC	OBJETIVO	QUEM	RESULTADOS CONSOLIDADOS
				- Manutenção do site: www.missaonspaz.org ; - 60.000 exemplares do jornal “Nosotros Imigrantes”; - 15.000 exemplares do “Manual Prático”; - Manutenção do site: www.cami-spm.org .
G) Formação para o Trabalho	R\$ 204.032,88	Promover acesso a atividades formativas que facilitem o desenvolvimento de habilidades técnicas, permitindo aos beneficiários buscar um trabalho digno.	Cami e Missão Paz	2.153 pessoas beneficiadas em cursos de empreendedorismo.